

versão impressa ISSN 1517-4999
versão online ISSN 2446-8681

REVISTA

GeoPantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO PPG ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS
v.20 n. 38 • 2025

Dossiê:

IX Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços – Parte 1





ISSN 1517-4999 (Versão impressa)
ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE GEOGRAFIA / PPG ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CÂMPUS DO PANTANAL**

Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Vice-Reitor

Albert Schiaveto de Souza

Diretora do Câmpus do Pantanal

Andreliza Cristina de Souza

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços

Anderson Luís do Espírito Santo

Coordenador do Curso de Geografia

Élvis Christian Madureira Ramos

CÂMARA DE REDAÇÃO

Aguinaldo Silva

Beatriz Lima de Paula Silva

Élvis Christian Madureira Ramos

Marco Aurélio Machado de Oliveira

EDITOR RESPONSÁVEIS

Edgar Aparecido da Costa

Hudson de Azevedo Macedo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

GeoPantanal : revista do curso de Geografia e do PPG Estudos
Fronteiriços / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Câmpus do Pantanal. – Ano 20, n. 38 (jan./jun. 2025)- . –
Corumbá, MS : Ed. UFMS, 2025-
v. ; il. color. ; 25 cm.

Semestral: 1997-

Descrição baseada em: Ano 20, n. 38 (jan./jun. 2025).

ISSN 1517-4999= Rev. GeoPantanal (versão impressa)

e-ISSN 2446-8681= Rev. GeoPantanal (versão on-line)

Acesso:<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/issue/vie>
w/943

1. Geografia – Estudo e ensino – Periódicos. 2. Ensino
Superior – Pesquisa – Periódicos. I. Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul. II. Câmpus do Pantanal.

CDD (23) 910.73

Bibliotecária responsável: Tânia Regina de Brito – CRB 1/2.395



Dossiê:
IX Seminário de Estudos Fronteiriços – Parte 1

GeoPantanal é uma Revista para divulgação da produção acadêmica e científica de Geografia e áreas afins do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pantanal ligado ao Curso de Geografia e ao PPG Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal.

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EDITORES CHEFES

Dr. Edgar Aparecido da Costa

Dr. Hudson de Azevedo Macedo

CÂMARA DE REDAÇÃO

Dr. Aguinaldo Silva

Dr. Élvis Christian Madureira Ramos

Drª. Beatriz Lima de Paula Silva

Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Drª. Adriana Dorfman - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Dr. Alberto Hernández Hernández – Colegio Frontera Norte (COLEF), Tijuana, México.

Dr. Alejandro Gabriel Benedetti - Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, Argentina.

Drª. Aline Lima Rodrigues - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Litoral Norte, Rio Grande do Sul, Brasil.

Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Presidente Prudente/SP, Brasil.

Dr. Carlos Piñones Rivera - Universidad de Tarapacá, Arica, Chile.

Drª. Cleonice Alexandre Le Bourlegat - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Mato Grosso do Sul, Brasil

Dr. Edvaldo Cesar Moretti, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Gonzalo Álvarez Fuentes - Universidad Arturo Prat, Santiago, Chile.

Dr. Gutemberg Vilhena Silva – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Brasil.

Dr. Haroldo Dilla Alfonso - Universidad Arturo Prat, Santiago, Chile.

Drª. Lorranne Gomes da Silva - Universidade Federal de Goiás (UFG), Câmpus Cora Coralina, Goiás, Brasil.

Dr. João Edmilson Fabrini - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Mal. Cândido Rondon, Paraná; Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Marcos Aurélio Saquet - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.

Drª. Maria Aparecida Santos e Campos - Universidad Internacional Iberoamericana (UNINI), Porto Rico, Estados Unidos; Ciudad de México, México.

Drª. Maristela Ferrari - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Mal. Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

Dr. Michael Matthew McGlue - University of Kentucky (UK), Lexington, Estados Unidos.

Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Drª. Rebeca Steiman – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Drª Sandra Mara da Silva Neves - Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Cáceres, Mato Grosso, Brasil.

Dr. Sergio Ricardo Oliveira Martins – Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Bahia, Brasil.

Catalogação na Fonte –

Revista GeoPantanal / Câmpus do Pantanal

Curso de Geografia / PPG Estudos Fronteiriços – Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e

Sustentabilidade do Pantanal, UFMS. v.20 - n. 38, (2025) - . – Corumbá/MS:

Geografia / PPG Estudos Fronteiriços – CPAN/UFMS/Ed. UFMS, 2025.

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Câmpus do Pantanal), 2. Geografia

ISSN 1517-4999 (Versão impressa) CDU:

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo>

Os textos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade de seus autores

Endereço: UFMS – Câmpus do Pantanal – Av. Rio Branco, 1270, Bairro Universitário, 79304-020,
Corumbá/MS. Aos cuidados de Edgar Aparecido da Costa e Hudson de Azevedo Macedo, editores da
REVISTA GEOPANTANAL. E-mail revistageopantanal@gmail.com

Solicita-se permuta/Exchange desired

Corumbá, MS

Dezembro de 2025

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Editorial | 8 |
| | |
| Artigo convidado | |
| Parcelamientos Recientes y Renta de la Tierra. Su Relación con la Expansión de la Frontera Inmobiliaria en la Quebrada de Humahuaca (Jujuy, Argentina) | |
| <i>Sergio Braticevic</i> | 12 |
| | |
| Dossiê: IX Seminário de Estudos Fronteiriços – Parte 1 | |
| As Redes Migratórias de Argentinos em Direção ao Trabalho Sazonal na Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul, Brasil | |
| <i>Bruna Unfer Zuchetto</i> | |
| <i>Alberto Bracagioli Neto</i> | 29 |
| | |
| Migrantes Pendulares, Feirantes Bolivianas em Corumbá- MS, no Acesso ao Sistema Único de Saúde Brasileiro | |
| <i>Diana Roussoglou</i> | |
| <i>Marco Aurélio Machado de Oliveira</i> | 42 |
| | |
| Identidade Fraturada e Fronteiras Invisíveis: a subalternidade do sujeito boliviano em Corumbá-MS à luz dos estudos culturais | |
| <i>Thiago Silva Fernandes</i> | |
| <i>Patrícia Zaczuk Bassinello</i> | 57 |

| | |
|--|-----|
| O Acolhimento Delegado: a terceirização da política migratória brasileira à sociedade civil <i>Sophia de Azevedo Nogueira</i> <i>Willian Carrapateira Gomes Alecrim</i> <i>Nicole Moraes Nogueira</i> <i>Luiz Davi Rodrigues dos Santos</i> | 73 |
| As Bacias Hidrográficas Cênicas dos Rios da Prata, Formoso e Peixe: dinâmicas territoriais, conservação e sustentabilidade na faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul <i>Rafael Brugnoli Medeiros</i> <i>Charlei Aparecido da Silva</i> | 87 |
| Vantagens do Uso Adequado das Cartas Náuticas na Região do Canal Tamengo Fronteira Brasil-Bolívia <i>Welton Jackson Lobo Freitas</i> <i>Beatriz Lima de Paula Silva</i> | 106 |
| Fronteira Brasil-Bolívia: geossímbolos e regiões transfronteiriças <i>Matheus Valadares da Silva</i> <i>Gloria Maria Vargas López de Mesa</i> | 115 |
| Etnoturismo Kadiwéu - Etnomap como Ferramenta para o Planejamento de Visitação <i>Lilian Ribeiro Pereira</i> <i>Milton Augusto Pasquotto Mariani</i> | 127 |
| Tratamento Renal na Fronteira Brasil-Bolívia: perspectivas dos profissionais de saúde e pacientes <i>Isabelly Santos Silveira</i> <i>Alex Bontempi Alencar Campos</i> <i>Giselaine Novaes Vilas da Silva</i> <i>Patrick Aparecido Ferreira de Souza</i> | 138 |
| Sou Brasileiro, Pero a Mi Me Gusta Jugar <i>Eliane Silva da Costa Amarilio</i> <i>Rogério Zaim-de-Melo</i> | 157 |
| Dinâmicas da Atividade Física e Perfil Sociodemográfico em Adolescentes Escolares de Fronteira: o contexto Brasil-Bolívia <i>Tiago Martins de Melo</i> <i>Carlo Henrique Golin</i> <i>Edineia Aparecida Gomes Ribeiro</i> | 168 |

| | |
|--|-----|
| Saúde da Mulher na Fronteira: reflexões a partir da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) | |
| <i>Fabricia Santina de Oliveira Carissimi</i> | |
| <i>Luciane Pinho de Almeida</i> | |
| <i>Luiza Mansur Costa</i> | |
| <i>Edymila Lima Morais</i> | 184 |
| | |
| A Potência do Cadastro Único na Territorialização e Visualização das Vulnerabilidades Migratórias na Fronteira Brasil-Bolívia | |
| <i>Junior Rodrigues dos Santos Rosales</i> | 202 |
| | |
| Artigos de fluxo contínuo | |
| | |
| Interdisciplinaridade: tensionamentos e indisposições | |
| <i>Sérgio Ricardo Oliveira Martins</i> | |
| <i>Waleska Rodrigues Oliveira Martins</i> | 219 |
| | |
| Feições Erosivas, Conectividade e Avulsões Fluviais: relações na bacia hidrográfica do Rio Guirá, MS | |
| <i>Débora Janaína Taça</i> | |
| <i>Eduardo Souza de Moraes</i> | 238 |
| | |
| Análise Espacial da Demanda de Crédito Pecuário Bovino no Brasil de 1993 a 2018 | |
| <i>Adirson Maciel de Freitas Júnior</i> | |
| <i>Carlos Eduardo Freitas Vian</i> | 257 |

EDITORIAL

Neste número, a revista Geopantanal apresenta 17 artigos, sendo um artigo convidado, 13 da primeira parte do dossiê IX Seminário de Estudos Fronteiriços e três artigos de fluxo contínuo.

O artigo convidado analisa a complexa relação entre a expansão da fronteira imobiliária e a renda fundiária na região de Quebrada de Humahuaca, na Província de Jujuy, na Argentina. Após a declaração da UNESCO como patrimônio histórico em 2003 e a recuperação do turismo doméstico, a região experimentou um dinamismo de valorização imobiliária excepcional. O autor comprovou esse fenômeno ao reconstruir uma série de preços que confirmou um aumento de cinco vezes nos valores dos imóveis no período analisado. Por fim, o estudo identificou que as áreas rurais estão sendo alvo de grandes loteamentos destinados a serviços de lazer.

A nona edição do Seminário de Estudos Fronteiriços (IX SEF) foi realizada integralmente na modalidade presencial de 29 de setembro a 02 de outubro de 2025. O evento foi sediado no Câmpus do Pantanal (CPAN) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Corumbá-MS, Brasil. Manter a tradição do formato presencial foi

extremamente proveitoso para o SEF, pois permitiu a colaboração intensiva e a vivência imersiva do cotidiano da fronteira Brasil-Bolívia, além de promover a consolidação de uma comunidade epistêmica coesa e dedicada aos Estudos Fronteiriços.

O IX SEF firmou-se como um ponto de convergência internacional. O evento reuniu cerca de 250 inscritos e envolveu diretamente mais de 270 pessoas. Sua relevância global foi atestada pela participação de 25 pesquisadores convidados, sendo 11 deles estrangeiros. Esses convidados representaram instituições de renome mundial, incluindo EL COLEF (México), UBA (Argentina), UNAP (Chile), UAGRM (Bolívia), UNAL (Colômbia) e Arizona (EUA). A Comissão Organizadora e Científica refletiu essa abrangência, congregando especialistas de diversas universidades nacionais (como UFGD, UFF, UFRJ, UFRGS, UNILA, UnB) e internacionais.

A qualidade acadêmica do seminário foi destacada, com 166 trabalhos submetidos (incluindo artigos completos e pôsteres) e envolvimento de mais de 280 autores. Após uma rigorosa avaliação pelo Comitê Científico, um total de 130 trabalhos (90 artigos completos e 40 pôsteres) foram selecionados e apresentados nas sessões. Nesta primeira parte do dossiê organizado pela Revista GeoPantanal estão presentes 13 artigos.

Os artigos reunidos neste dossiê constituem um rico painel de pesquisas que desafiam a noção de fronteira como mera linha de separação e reafirmam-na como um espaço vivo de interações, conflitos, e construção identitária. Pode-se dizer que os artigos contemplam três temáticas principais: fluxos, vulnerabilidades e identidades; território, meio ambiente e cultura e; saúde e políticas públicas em território compartilhado.

O primeiro grupo, que destaca as dinâmicas migratórias e as vulnerabilidades a elas associadas, trazem os seguintes trabalhos: **AS REDES MIGRATÓRIAS DE ARGENTINOS EM DIREÇÃO AO TRABALHO SAZONAL NA SERRA GAÚCHA e MIGRANTES PENDULARES, FEIRANTES BOLIVIANAS EM CORUMBÁ-MS, NO ACESSO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE BRASILEIRO**”, que revelam as diferentes faces da mobilidade laboral, desde o trabalho sazonal até o ir e vir diário, expondo os desafios de acesso à cidadania e aos direitos básicos.

A dimensão da exclusão é aprofundada em “IDENTIDADE FRATURADA E FRONTEIRAS INVISÍVEIS: A SUBALTERNIDADE DO SUJEITO BOLIVIANO EM CORUMBÁ-MS À LUZ DOS ESTUDOS CULTURAIS”, que apresenta a complexa negociação de identidades e as hierarquias sociais que se estabelecem no cotidiano fronteiriço. O artigo “O ACOLHIMENTO DELEGADO: A TERCEIRIZAÇÃO DA POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA À SOCIEDADE CIVIL” oferece uma análise crítica sobre as políticas de recepção, mostrando como a responsabilidade estatal pelo acolhimento tem sido transferida para o terceiro setor.

O segundo agrupamento de artigos dedica-se à análise das dimensões geográficas, ambientais e culturais que estruturam a vida na fronteira. Três artigos focam na gestão territorial e ambiental: AS BACIAS HIDROGRÁFICAS CÊNICAS DOS RIOS DA PRATA, FORMOSO E PEIXE: DINÂMICAS TERRITORIAIS, CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA FAIXA DE FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL; VANTAGENS DO USO ADEQUADO DAS CARTAS NÁUTICAS NA REGIÃO DO CANAL TAMENGO FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA e; FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: GEOSSÍMBOLOS E REGIÕES TRANSFRONTEIRIÇAS.

A cultura e os hábitos são apresentados, igualmente em três artigos: ETNOTURISMO KADIWÉU - ETNOMAPA COMO FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO DE VISITAÇÃO; SOU BRASILEIRO, PERO A MI ME GUSTA JUGAR e; DINÂMICAS DA ATIVIDADE FÍSICA E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO EM ADOLESCENTES ESCOLARES DE FRONTEIRA.

O terceiro grupo destaca a saúde na fronteira como temática central, que sublinham as dificuldades em garantir o acesso universal. TRATAMENTO RENAL NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: PERSPECTIVAS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PACIENTES e; SAÚDE DA MULHER NA FRONTEIRA: REFLEXÕES A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER (PNAISM) abordam barreiras logísticas, culturais e institucionais que impedem a efetivação do direito à saúde nas zonas de limite.

Essa discussão se complementa com a análise de dados e ferramentas em “A POTÊNCIA DO CADASTRO ÚNICO NA TERRITORIALIZAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DAS

VULNERABILIDADES MIGRATÓRIAS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA”, que demonstra o potencial das bases de dados para informar e direcionar políticas sociais mais precisas.

Por fim, a Revista apresenta três artigos de fluxo contínuo que, embora abranjam temática distintas, convergem para a compreensão dos desafios conceituais e territoriais contemporâneos no Brasil. Esta seleção reflete o compromisso da revista com a análise crítica das tensões acadêmicas e das dinâmicas que moldam o espaço rural brasileiro.

A Complexidade do olhar interdisciplinar está presente no texto INTERDISCIPLINARIDADE: TENSIONAMENTOS E INDISPOSIÇÕES. As dinâmicas ambientais e a morfologia do território comparecem em FEIÇÕES EROSIVAS, CONECTIVIDADE E AVULSÕES FLUVIAIS: RELAÇÕES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUIRAÍ, MS. O poder do crédito no espaço agrário brasileiro é debatido em ANÁLISE ESPACIAL DA DEMANDA DE CRÉDITO PECUÁRIO BOVINO NO BRASIL DE 1993 A 2018.

A fotografia escolhida para capa deste número ilustra a passagem de fronteira, mais precisamente o lado boliviano, na área urbana de Arroio Concepción, na seção municipal de Puerto Quijarro, província Germán Busch, departamento de Santa Cruz. Observam-se mobilidades humanas e de veículos. Os fixos são representados pelo controle fronteiriço, pelas construções comerciais e pelos outdoors. Em destaque, pesquisadores participantes do IX Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços em uma atividade de campo, de vivência e de experiência no ambiente fronteiriço formado por Corumbá e Puerto Quijarro, ao lado de Ladário (Br) e Puerto Suárez (Bo). A fotografia foi realizada pelo editor da revista no dia 29/09/2025.

Convidamos a explorar este panorama temático diversificado. Os trabalhos aqui publicados enriquecem o conhecimento científico, e fornecem subsídios para que gestores e a sociedade civil possam construir um desenvolvimento mais equitativo e sustentável nessas áreas de intensa confluência humana e ecológica.

Desejamos a todos uma boa leitura.

*Edgar Aparecido da Costa
Hudson de Azevedo Macedo*

PARCELAMIENTOS RECIENTES Y RENTA DE LA TIERRA. SU RELACIÓN CON LA EXPANSIÓN DE LA FRONTERA INMOBILIARIA EN LA QUEBRADA DE HUMAHUACA (JUJUY, ARGENTINA)

RECENT PARCELING AND LAND RENT. THEIR RELATIONSHIP WITH THE EXPANSION OF THE REAL ESTATE FRONTIER IN THE QUEBRADA DE HUMAHUACA (JUJUY, ARGENTINA)

PARCELAMENTO E RENDA FUNDIÁRIA. SUA RELAÇÃO COM A EXPANSÃO DA FRONTEIRA IMOBILIÁRIA NA QUEBRADA DE HUMAHUACA (JUJUY, ARGENTINA)

DOI 10.55028/geop.v20i38

Sergio Braticevic*

Resumen: En esta oportunidad, el autor aborda la compleja relación entre el avance de la frontera inmobiliaria y la categoría “renta de la tierra” perteneciente a la Economía Clásica. Tras la declaratoria patrimonial de UNESCO en 2003, junto con la recuperación económica del turismo interno, el proceso de valorización inmobiliaria observó un dinamismo excepcional sobre el área objeto. En efecto, se reconstruyó una serie de precios que comprobó la multiplicación por cinco del valor de las propiedades durante el periodo de referencia. Por último, se identificó un nuevo patrón de expansión territorial hacia áreas rurales con el fin de obtener rentas extraordinarias a partir de grandes loteos orientados a los servicios de ocio.

Palabras clave: renta de la tierra, frontera inmobiliaria, parcelamiento de grandes loteos, servicios turísticos.

Abstract: In this article, the author focusses the complex association between the expansion of

Introducción y presentación del estudio de caso

A lo largo de los últimos trabajos se ha venido analizando el proceso de expansión de la “frontera inmobiliaria” sobre la Quebrada de Humahuaca, que ha mostrado un notable avance hacia tierras más distantes respecto de los centros urbanos, a medida que se fueron agotando a las parcelas más cercanas a las principales centralidades. De acuerdo con este fenómeno, los terrenos ofertados de manera reciente se localizan en áreas más desprovistos de servicios, pero con una doble ventaja: precios baratos y una “renta

*Doctor en Antropología, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas [CONICET]. Instituto de Geografía [FFyL-UBA]. Argentina. Correo electrónico: sergiobraticevic@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9595-0388>.

the real estate frontier and the “land rent” category of Classical Economics. Following UNESCO’s heritage declaration in 2003, along with the economic recovery of domestic tourism, the real estate valuation process experienced exceptional dynamism in the target area. Indeed, a series of prices was reconstructed that confirmed a fivefold increase in property values during the reference period. Finally, a new pattern of territorial expansion into rural areas was identified to obtain extraordinary income from large plots parceling toward leisure services.

Keywords: land rent, real estate frontier, large plots parceling, tourism services.

Resumo: Neste artigo, o autor aborda a complexa relação entre a expansão da fronteira imobiliária e a categoria “renda fundiária” da Economia Clássica. Após a declaração da UNESCO como patrimônio histórico em 2003, juntamente com a recuperação econômica do turismo doméstico, o processo de valorização imobiliária experimentou um dinamismo excepcional na região. De fato, foi reconstruída uma série de preços que confirmou um aumento de cinco vezes nos valores dos imóveis durante o período de referência. Finalmente, foi identificado um novo padrão de expansão territorial para áreas rurais com o objetivo de obter rendas extraordinárias a partir de grandes loteamentos voltados para serviços de lazer.

Palavras-chave: renda fundiária, fronteira imobiliária, loteamento de grandes propriedades, serviços turísticos.

potencial de amenidades”, es decir, la posibilidad de explotar turísticamente el paisaje único de la región.

De este modo, el objetivo primordial del presente artículo es mostrar las causas del agotamiento de las mejores tierras entre 2015 y 2017, para después revisar el parcelamiento de grandes extensiones durante los últimos seis años. Para ello, se debe analizar el mejoramiento de las infraestructuras de servicios públicos y manejo hídrico; así como de las instalaciones turísticas. En consecuencia, se examina lo acontecido entre 2004 y 2025 para un sitio patrimonial que se ha convertido en un destino turístico relevante a escala nacional (Gráfica 1). Geográficamente, el sitio nombrado por UNESCO como Patrimonio de la Humanidad durante 2003 se emplaza sobre un angosto valle de 150 kilómetros surcado por el Río Grande, con áreas de cultivo intensivo, pequeños centros urbanos y una población no mayor a 60.000 habitantes.

Asimismo, a partir de la dicha declaración, se va convirtiendo en una región plenamente turística con creciente cantidad de hospedajes, servicios gastronómicos y comercios relacionados con la actividad. Como contracara, se incrementa substancialmente la dependencia de la economía local respecto del turismo, así como los precios de los bienes de primera necesidad y los alquileres para habitación permanente. De acuerdo a

un trabajo reciente, la localidad de Tilcara cuenta con 180 alojamientos y 2.400 camas disponibles, mientras que alrededor del 70% de la economía doméstica depende del turismo (Braticevic; Rodríguez, 2019).

Gráfica 1. Regiones Ambientales de la Provincia de Jujuy. Quebrada de Humahuaca



Fuente: adaptado de Regiones Ambientales de Jujuy. Ministerio de Turismo. 2017.

Por último, se verificó una notable transformación de los usos del suelo, con la consecuente alteración de las dinámicas locales y regionales. En efecto, la formalización del mercado inmobiliario se tradujo en casi un 40% de enajenación del stock de tierra disponible durante los últimos veinte años. En un primer momento, se liberaron las parcelas orientadas a otros usos o libres dentro de los ejidos urbanos tradicionales (2003-2014); en un segundo periodo se trató de lotes marginales localizados sobre las áreas de transición, con usos periurbanos o de agricultura intensiva (2015-2018); mientras que el último ciclo se recostó en grandes propiedades y loteos en zonas más alejadas, que se encontraban ociosas o con usos agrícola-ganaderos de carácter extensivo (2019-2025). Respecto de dicha situación, hay que remarcar su relación con la categoría de “renta” proveniente de la Economía Clásica, como se explicará en el siguiente apartado.

Marco conceptual: teoría de la *renta de la tierra*

Si se siguen los postulados de la Economía Clásica, coexisten tres tipos de rentas, a saber: diferencial I y II, absoluta y de monopolio. Asimismo, la particularidad del objeto tierra radica en tener un precio, pero sin trabajo contenido. La existencia de la propiedad privada hace ineludible el pago de un alquiler por su utilización, o sea, de una renta. Además, es necesario que sus características sean irreproducibles, que afecte la formación del precio final por medio de una ganancia extraordinaria y que la ganancia se convierta en renta (Jaramillo, 2011).

Con el propósito de comprenderlo de manera más cabal, se puede pensar la renta diferencial I de acuerdo a la localización relativa para las localidades de la Quebrada de Humahuaca, donde se pagarán precios más altos por las parcelas más próximas al centro de la localidad de Purmamarca, por ejemplo. Por su parte, la renta diferencial II se relaciona con las inversiones que aumentan la productividad del suelo, como los servicios públicos, las obras de infraestructura y la accesibilidad (sería el caso del mejoramiento del equipamiento urbano en la localidad de Tilcara).

Siguiendo esta línea de análisis, la renta absoluta es igual a la renta mínima de cualquier parcela, que en la región estudiada serían los lotes periurbanos que se fueron urbanizando durante los últimos años. Por último, la renta de monopolio estriba sobre la apropiación de una renta extraordinaria a través de la mercantilización de un bien único e irreproducible, tal es el caso del sitio patrimonial en cuestión (Montilla *et al.*, 2023). De manera particular, se trata de la “renta de monopolio de turismo”, que se basa en el paisaje único de la región. Sintéticamente, la renta absoluta refiere a la escasez de tierra a medida que se expande la “frontera urbana”, mientras que la renta de monopolio alude a la competencia el espacio a propósito de la apropiación de una renta extraordinaria, empujando la “frontera inmobiliaria” hacia ámbitos rurales.

En consecuencia, la falta de servicios, el bajo nivel de infraestructura física y la distancia a las principales centralidades urbanas, se contrarresta con la belleza paisajística de los nuevos emprendimientos de alta gama, apoyados en una oferta de servicios turísticos sumamente completa, como es el caso de los “viñedos de extrema altura” (Braticevic, 2022). Tal como ocurre en las grandes ciudades, sobre suelos rurales de mala calidad puede generarse una “brecha de renta” o *peri rent gap* (Apaoalaza; Venturini, 2021).

Resultados de investigación: parcelamiento a partir de grandes loteos

En primer lugar, es necesario aclarar que todos los relevamientos fueron efectuados entre 2003 y 2015 a partir de los avisos clasificados del diario provincial *El Tribuno de Jujuy*, gracias al archivo de la Biblioteca del Instituto Interdisciplinario de Tilcara, perteneciente a la Universidad de Buenos Aires. En segundo término, los levantamientos en terreno se realizaron entre 2016 y 2025, además de los avisos existentes en la red desde el año 2020, a partir de la aparición del COVID-19. Asimismo, se registraron todos los terrenos pertenecientes al formal de tierras; limpios, nivelados y con servicios tales como acceso a través de caminos viales, agua potable y electricidad. La herramienta de procesamiento de datos fue el software QGIS.

De este modo, se totalizaron 602 registros para la serie con una oferta total que asciende a 767.900 m². Con los precios nominados en pesos argentinos (ARS), se convirtieron dichos valores en moneda estadounidense (USD). Por último, se corrigió toda la serie a valores constantes, de acuerdo a la inflación de Estados Unidos (Gráfica 2).

Gráfica 2. Series a precios corrientes y constantes (USD/m²)
Quebrada de Humahuaca (2004-2025)*

| Serie a precios corrientes | | | | | | |
|----------------------------|--------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|--------------------------|
| Año | 2004 | 2011 | 2016 | 2018 | 2025 | Variación Porcentual (%) |
| Localidad | USD/m ² | | | | | |
| Purmamarca | 20 | 74 | 142 | 157 | 147 | 735 |
| Tilcara | 15 | 48 | 96 | 108 | 95 | 633 |
| Humahuaca | 7 | 38 | 50 | 55 | 56 | 800 |
| Maimará | 14 | 35 | 42 | 54 | 47 | 336 |
| Huacalera | 12 | 25 | 32 | 48 | 26 | 217 |
| Quebrada | 12 | 45 | 84 | 88 | 69 | 575 |
| Serie a precios constantes | | | | | | |
| Año | 2004 | 2011 | 2016 | 2018 | 2025 | Variación Porcentual (%) |
| Localidad | USD/m ² | | | | | |
| Purmamarca | 20 | 63 | 107 | 113 | 96 | 478 |
| Tilcara | 15 | 41 | 72 | 78 | 62 | 412 |
| Humahuaca | 7 | 32 | 38 | 40 | 36 | 520 |
| Maimará | 14 | 30 | 32 | 39 | 31 | 218 |
| Huacalera | 12 | 21 | 24 | 35 | 17 | 141 |
| Quebrada | 12 | 38 | 63 | 64 | 45 | 374 |

Fuente: elaboración propia con base en clasificados del diario *El Tribuno de Jujuy*, relevamientos en terreno y avisos de Internet.

*Nota sobre años seleccionados: inicio de la serie [2004]. Primera tensión cambiaria USD/ARS [2011]. Unificación cambiaria y recomposición de precios [2016]. Pico histórico de la serie [2018]. Final de la serie [2025].

Ahora bien, la oferta inmobiliaria varía por localidad y por año. En primer término, la topografía del valle quebradeño determina la superficie de espacio disponible en cada localidad. En el norte de la región, la quebrada es más extensa en sus márgenes sobre el levante y el poniente. De este modo, Humahuaca alcanzó un 33% del total ofertado para toda la serie. Por su parte, donde se emplaza Huacalera el valle es más angosto, pero existen áreas con *stock* disponible gracias a su prolongación norte-sur, registrando un 30% de la oferta. Además, se trata de un sector menos explotado turísticamente y con precios más asequibles.

Más al sur, la localidad de Tilcara se sitúa sobre zonas de depósito de los ríos Grande y Huasamayo, que al mismo tiempo proporciona cada vez menos espacio y con elevado riesgo geomorfológico (18%). A la inversa, Maimará ofrece cada vez más loteos sobre las márgenes del Río Grande en dirección sur. Entre 2004 y 2023 se habían ofertado apenas poco más de 30.000 m², mientras que durante los pasados dos años la cifra trepó a más de 50.000 m² (8%).

Finalmente, el caso particular de Purmamarca se ubica sobre un valle fluvial de una afluente del río Grande, donde no hay demasiada superficie. En consecuencia, la manera de expandir la “frontera inmobiliaria” han sido los parcelamientos hacia las periferias de la zona urbana. Asimismo, ha sido la localidad más demandada y observó a lo largo de la serie un 11% de la oferta total (Gráfica 3).

En segundo lugar, si se realiza una intersección espacio-temporal, durante un primer ciclo que comienza en 2003 y se consolida hacia 2007, la oferta inmobiliaria se desarrolla de manera equilibrada, con mayor superficie en Humahuaca y Huacalera (que ofrecen más parcelas, a menor precio, pero en zonas no tan “valorizables”).

Por otra parte, Tilcara y Purmamarca proporcionan una oferta menor, pero constante, sobre localidades con tierras más costosas, pero más turísticas. Sin embargo, a partir de 2015 se identifica una transformación en el patrón de expansión inmobiliaria. La frontera observa un corrimiento hacia áreas rurales por la falta de espacio, en especial sobre las dos últimas ciudades.

Conforme esto, Maimará se empieza a expandir hacia el sector sur, con loteos relativamente extensos de acuerdo a su oferta histórica de tierras. En la actualidad, alrededor del 75% del total de la superficie en venta pertenece a Maimará, Huacalera y Humahuaca, mientras que casi un 90% es ofrecido en grandes parcelamientos de zonas periurbanas y rurales. Asimismo, el tamaño promedio de las parcelas que se localizan dentro de estos grandes loteos es de alrededor del doble de superficie que los terrenos situados en las áreas urbanas (1.000 *versus* 500 m²).

En este sentido, a partir de los años 2018 y 2019 entran en el mercado propiedades de gran extensión (antiguas fincas productivas) con el propósito de lotearse para su posterior enajenación. En consecuencia, entre 2019 y 2025 la oferta total de tierra ascendió a 243.000 m², mientras que un 87% procedió de dichos parcelamientos (211.000 m² pertenecientes 21 grandes loteos).

Asimismo, dicha superficie se puede traducir en una “oferta potencial” que asciende desde 280 hasta 420 lotes. El cálculo de esta oferta se corresponde con la Ley Provincial 6099/18 de ordenamiento territorial, que en su artículo 30 establece la superficie mínima de parcela sobre los ámbitos urbano, rural y “de transición”. En el mencionado artículo se reglamenta en “zonas residenciales y comerciales” un frente mínimo de 10 metros y con una dimensión mínima de 200 m². Asimismo, sobre las “residenciales extensivas” señala mínimos de 15 metros y 450 m², respectivamente. Por último, si se toman estas medidas y el tamaño promedio de los lotes periurbanos elevados (550 m²), la cantidad potencial de terrenos oscila alrededor de los valores indicados.

En la Gráfica 3 puede identificarse el *stock* de tierras resultante de grandes loteos durante los últimos seis años, con Huacalera en primer término (29%) y Maimará en segundo lugar (28%). Por debajo, Humahuaca alcanza un 20% y Purmamarca un 17%. Por último, la localidad de Tilcara registra solo el 7%.

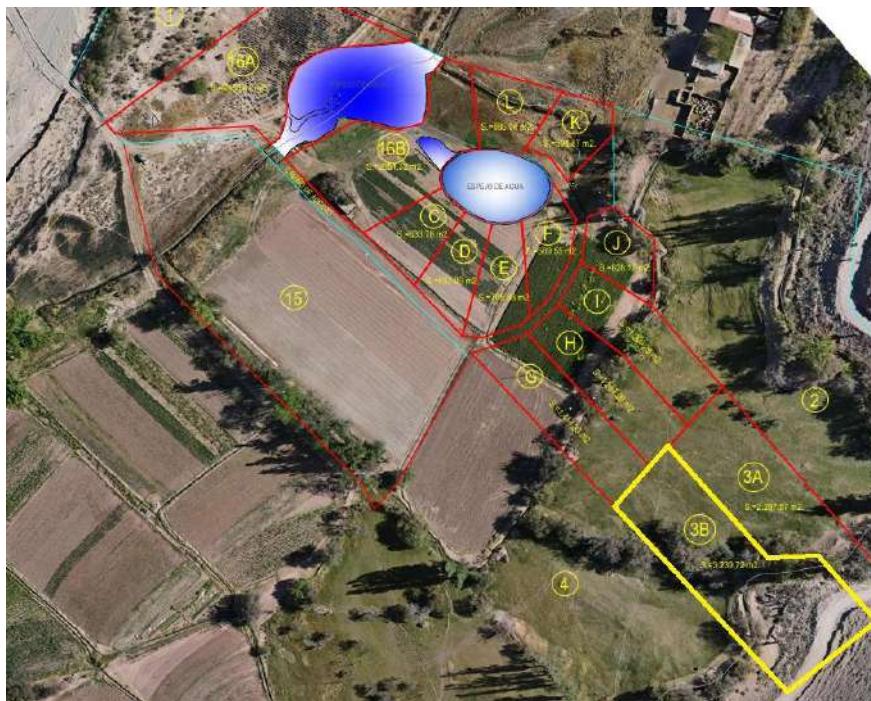
Gráfica 3. Terrenos en venta y grandes loteos. Quebrada de Humahuaca. 2019-2025

Fuente: elaboración propia en base a relevamientos en terreno con GPS Garmin eTrex®, procesado con QGIS 3.34 Prizren para macOS Sequoia 15.5.

De acuerdo a la información del último mapa, la oferta muestra una leve desaceleración en Humahuaca, que encontró en dirección sur espacio disponible de grandes fincas rurales. Por su parte, el área de influencia de Huacalera registra la mayor cantidad de superficie ofertada durante el último sexenio. Ambas localidades con precios similares (12 y 9 USD, respectivamente). El sitio con mayor receptivo turístico y menor disponibilidad de tierras es Tilcara, de allí su valor más elevado (75 USD). Para el caso de Maimará, la particularidad radica en poseer una gran oferta y con precios elevados (56 USD). Esto se debe a un rasgo identificado a lo largo del presente estudio: *la aparición de loteos premium o de alta gama*, una situación poco habitual en la región.

Asimismo, a partir de 2023 dichos parcelamientos se hacen más frecuentes, especialmente sobre dos zonas: en el sur de Maimará, en dirección a Purmamarca en la RN9, y hacia el oeste de esta última localidad en la RN52. En la proximidades de Posta de Hornillos se lotearon 24 terrenos durante 2023, con todos los servicios y una laguna interior, totalizando 12.000 m² con un precio promedio de 76 USD/m². De manera similar, entre los años 2024 y 2025 se realizó un parcelamiento análogo más al norte, con 17 lotes que sumaron alrededor de 50.000 m² y un valor de 45 USD/m² (Gráfica 4).

Gráfica 4. Loteo Barrio “El Cielo”. Maimará. Año 2025



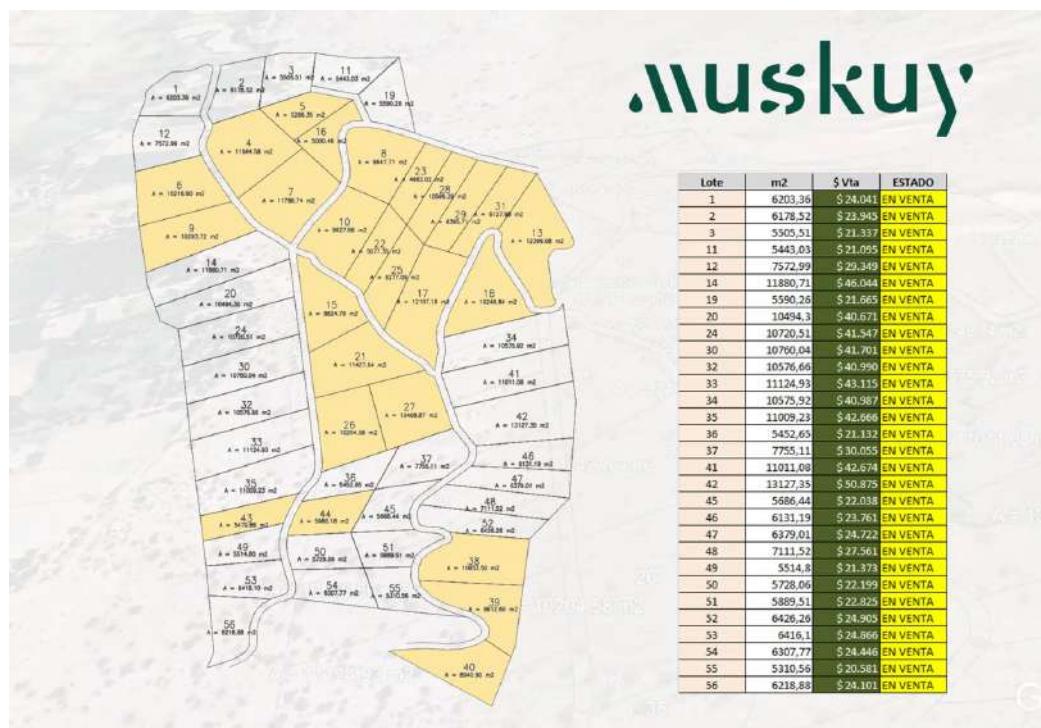
Fuente: Plaza Bienes Raíces.

<https://www.plazabienesraices.com.ar/Buscar-Terreno-en-Venta?q=maimar%C3%A1>

Por su parte, en la localidad de Purmamarca se dispuso de un bloque de 6 lotes con unos 5.500 m² en total, con precios bastante más elevados (205 USD/m²). No obstante, se trata de terrenos más próximos al casco turístico en la localidad más costosa de la quebrada.

Por último, el parcelamiento más grande y más controversial se trata del mega proyecto *premium* MUSKUY, al norte de Huacalera, más precisamente en la localidad de Chucalezna. En efecto, se lotearon un total de 39 hectáreas, divididos en 57 terrenos, con un promedio de superficie de 6.850 m². Asimismo, se promocionan como inmuebles sustentables, con acceso a agua potable, riego y oportunidades de inversión para el desarrollo vitivinicultura de altura. Todo esto se enmarca en una estrategia de *greenwashing*, con el propósito de comercializar una gran cantidad de tierras que poseen títulos de dudosa procedencia, sobre territorio ancestral indígena y con un alto impacto aguas abajo del Cerro Moya.

Gráfica 5. Mega proyecto inmobiliario *premium* MUSKUY.
Chucalezna. Año 2025



Fuente: Inmobiliaria IP. Proyecto MUSKUY.
<https://ipinmobiliaria.ar/proyectos/muskuy/>

Ciclos espacio-temporales de la *frontera inmobiliaria*

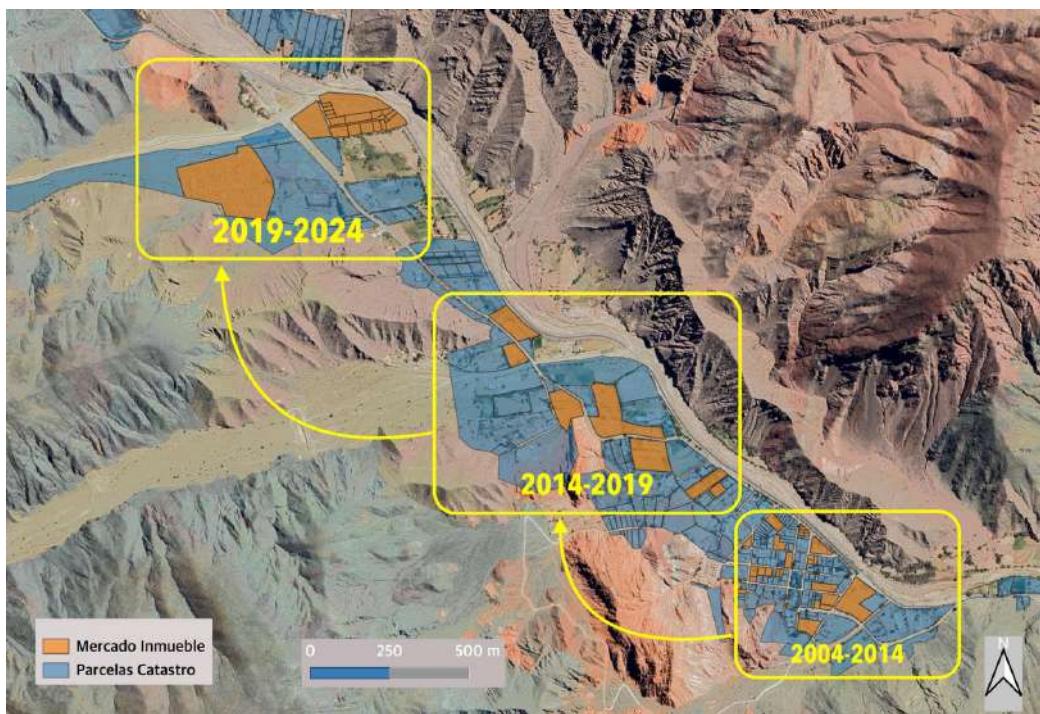
De acuerdo a lo expuesto hasta aquí, se puede concluir que se han desarrollado tres lapsos de expansión territorial del frente formal de tierras. Según la localidad -que puede observar alguna variación- el primer momento se caracterizó por la ocupación de parcelas vacías o adquiridas a bajo precio, conforme se iba abriendo camino la demanda de espacio para nuevos emprendimientos turísticos desde 2003. Dicho proceso se extendió hasta 2013-2014, cuando los valores inmobiliarios comenzaron a mostrar aumentos significativos por la falta de oferta.

Como respuesta, a partir de 2016 empieza un segundo ciclo con avance hacia las zonas periurbanas. En tal sentido, el pico de la serie se alcanza en 2018, gracias a la unificación cambiaria de 2015 y la escasez de tierras sobre las centralidades más ventajosas.

Por último, un tercer periodo se inicia en 2019, cuando ingresa al mercado un gran cantidad de superficie de tierra ociosa proveniente de áreas rurales más alejadas, fenómeno que se tradujo en un descenso notable de los precios en los años posteriores, también influído por la inestabilidad cambiaria de la economía nacional. Recién para 2024 se registra una recomposición de los valores nominados en dólares, en gran parte por la apreciación del tipo de cambio.

En la Gráfica 6 se visualizan los tres ciclos de expansión inmobiliaria. En la primera, se ocupó el centro histórico con parcelas de superficie entre 200 y 450 m² (50% de toda la tierra ofrecida en la serie). A partir de 2014, se ofertaron lotes de tamaño entre 500 y 800 m² (20% de la oferta total). Posteriormente, durante el último lustro se generalizaron los grandes loteos con terrenos de más de 1.000 m² (30% del total).

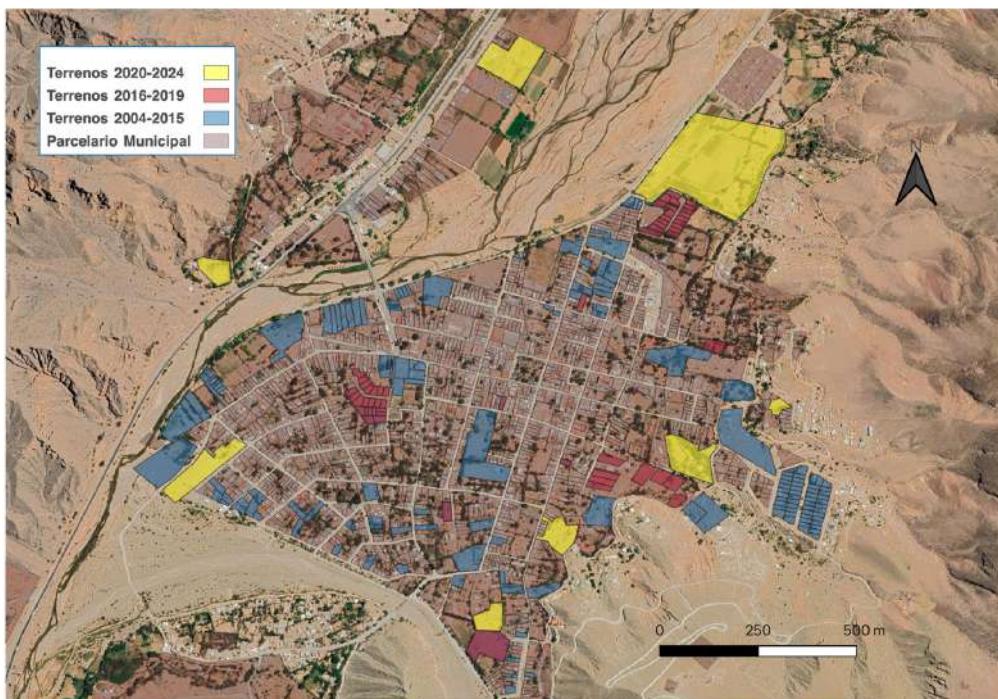
Gráfica 6. Ondas temporales según localización de parcelas ofertadas.
Localidad de Purmamarca. 2004-2024



Fuente: elaboración propia en base a relevamientos en terreno con GPS Garmin eTrex®, procesado con QGIS 3.34 Prizren para macOS Sequoia 15.5.

Para la localidad de Tilcara, el periodo inicial va desde 2003 hasta 2015, cuando se comercializó un 50% de la superficie total, con una dimensión promedio de 650 m². El segundo ciclo, entre 2016 y 2019, se caracterizó por una mayor cantidad de parcelas, pero menor tamaño medio (450m² y menos de un 20% del total de la serie). Por último, la oferta postpandemia mostró menor volumen de unidades, una extensión media de 1.800 m² y un tercio de la tierra disponible para toda la serie (Gráfica 7).

Gráfica 7. Ondas temporales según localización de parcelas ofertadas.
Localidad de Tilcara. 2004-2024



Fuente: elaboración propia en base a relevamientos en terreno con GPS Garmin eTrex®, procesado con QGIS 3.34 Prizren para macOS Sequoia 15.5.

Aceleración del proceso de *valorización rentística de la tierra*

Para el ejemplo analizado, es imprescindible comprender la categoría de “renta de la tierra”, como se explicó al principio de este artículo. En este sentido, las distintas formas que adopta dicho concepto pueden tomar mayor velocidad gracias a ciertos aditivos. En efecto, la promoción de la actividad turística y el mejoramiento de la infraestructura física actúan como “aceleradores” de dichas rentas. De este modo, el proceso de valorización inmobiliaria se retroalimenta de los mencionados incentivos, generando “rentas extraordinarias” que pueden ser captadas en ciertos lugares y en determinados momentos.

Ahora bien, para el caso específico, el notable crecimiento de la actividad turística a partir de 2003 se constituyó como el principal acelerador de la valorización, que se reforzó tras la pandemia con el receptivo de gama media-alta orientado al turismo de viñedos (Braticevic, 2022).

Por su parte, las obras de infraestructura son múltiples y -si bien benefician a la población local- también favorecen el proceso de expansión y valorización de la frontera inmobiliaria. Las mencionadas acciones públicas incluyen la apertura y repavimentación de puentes, accesos y vías terrestres, así como tendido eléctrico, gas natural, agua potable y cloacas. Asimismo, las obras hidráulicas ejecutadas se suponen de extrema necesidad, ya que toda la cuenca posee un alto riesgo geomorfológico, especialmente durante la época estival. En la gráfica debajo pueden verse las recientes obras de mitigación hídrica (gaviones y colchonetas de piedra) y el nuevo puente sobre el río Grande en Tilcara. En la parte superior de la foto se visualiza la contención de las aguas sobre la margen derecha a raíz de una precipitación moderada de 3.6 mm durante octubre del pasado año.

Gráfica 8. Nuevo puente y defensas. Localidad de Tilcara. Octubre 2024



Fuente: fotografías tomadas por el autor entre el 22 y 23 de octubre de 2024 ®.

Por otra parte, la restitución durante 2024 el antiguo ferrocarril reconvertido en “Tren Solar” -con fines explícitamente turísticos- se restringió en exclusiva a las localidades con mayor flujo receptivo, en especial Purmamarca y Tilcara (si bien Volcán, Tumbaya y Maimará poseen estaciones sobre el recorrido). En este sentido, la infraestructura dispuesta se orientó más a los servicios de ocio que a la

mejora de la movilidad regional. Prueba de ello es la inexistencia de un proyecto sólido que apunte a la extensión hacia la ciudad más grande y emblemática de la quebrada: Humahuaca. Al mismo tiempo, las baterías solares de litio no poseen autonomía suficiente, por lo que se sospecha que el material rodante precisa una carga de energía convencional para completar el recorrido de ida y vuelta.

Asimismo, la rehabilitación de las vías férreas se efectuó con rieles y durmientes de “material de rezago” donados por Trenes Argentinos Infraestructura (ADIF). Del mismo modo, la primera etapa demandó una ejecución de más de siete años para completar apenas 42 kilómetros de extensión. El segundo tramo sería el tramo entre Tilcara y Humahuaca, mientras que la tercera etapa conectaría Humahuaca con La Quiaca. Sin embargo, ninguna de las dos etapas restantes se ha llamado a licitación.

Por último, todavía es necesaria la elevación y construcción de puentes a fin de evitar que los deslizamientos de material sedimentario obstruyan las vías férreas, así como la armonización entre la traza del ferrocarril y la red vial, en especial en el trayecto entre Tilcara y Sumaj Pacha (en la gráfica debajo puede verse un cruce sumamente peligroso, con dos curvas en 45° próximas a un paso a nivel con escasa señalética y sin señales sonoras ni reductores de velocidad). En síntesis, se trata de un proyecto acotado a los servicios de ocio, que bien podría ser funcional a la movilidad y producción local en su conjunto.

Gráfica 9. Nueva estación de Purmamarca. “Tren Solar” de la Quebrada

Fuente: fotografías tomadas por el autor entre el 23 y 24 de octubre de 2024 ®.

Conclusiones

De acuerdo a lo analizado hasta aquí, se expusieron las distintas modalidades que adoptó la de renta de la tierra para el caso estudiado. En este sentido, la absoluta y de monopolio intervinieron sobre la determinación de los precios inmobiliarios, a través de la obtención de una ganancia extraordinaria o *plusganancia*. A medida que se fue expandiendo la “frontera inmobiliaria”, se fueron generando nuevas rentas que influyeron de manera determinante sobre los precios finales de dichos bienes. En consecuencia, el principal motor de esta expansión se apoyó sobre del proceso de “valorización rentística” de la tierra acontecida a partir del año 2003.

Asimismo, conforme fue creciendo la trama urbana y el *stock* de tierras se agotaba, se observaba una leve desaceleración de la oferta y un alza en los precios, que se recomponía con la aparición de nuevas parcelas en zonas periurbanas,

mientras descendían los valores inmobiliarios. Tras quince años de avance, durante el último sexenio irrumpió un novedoso perfil de oferta: los grandes loteos sobre tierras marginales o grandes fincas improductivas, con características más similares a la de los barrios cerrados de la gran metrópoli. Si bien se trata de un fenómeno incipiente, podría estar marcando una manera original de extensión del frente inmobiliario regional. Por último, la inversión pública en infraestructura y la refuncionalización del “Tren Solar” se establecieron como dos potentes aceleradores de la mencionada valorización rentística de la tierra, a partir de la creación de nuevas rentas sobre espacios marginales.

Bibliografía

- APAOLAZA, R.; VENTURINI, J. P. Cambios de usos del suelo en la periferia del Área Metropolitana de Buenos Aires. Aportes para una teoría del rent gap periurbano. *Geograficando*, La Plata, v. 17, n. 1, e087, 2021. Disponible en: <https://doi.org/10.24215/2346898Xe087>. Acceso en: 29 sep. 2025.
- BRATICEVIC, S. Desarrollo de la producción vitivinícola en Jujuy, Argentina. Promoción de la “ruta del vino” de extrema altura y viñedos de los valles templados. *Revista GEOFRONTER*, Campo Grande, n. 8, 2022. Disponible en: <https://doi.org/10.61389/geofronter.v8.7260>. Acceso en: 30 sep. 2025.
- BRATICEVIC, S.; RODRÍGUEZ, J. Una primera aproximación a la economía del Municipio de Tilcara. *Estudios Sociales del NOA*, Tilcara, n. 20, p. 7-24, 2019. Disponible en: <http://revistascientificas.filob.uba.ar/index.php/esnoa/article/view/6833>. Acceso en: 2 oct. 2025.
- GOBIERNO DE JUJUY. Ley n° 6099 de Ordenamiento territorial, uso y fraccionamiento del suelo. *Boletín Oficial*, n. 141, 17 dic. 2018. Disponible en: <https://boletinoficial.jujuy.gob.ar/?p=132987>. Acceso en: 3 oct. 2025.
- JARAMILLO, S.; MONCAYO, V.; ALFONSO, O. **Plusvalías urbanas**. Fundamentos económicos y jurídicos. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2011.
- MINISTERIO DE TURISMO DE JUJUY. **Regiones Ambientales de Jujuy**. 2017. Disponible en: <http://www.turismo.jujuy.gov.ar/mapas>. Acceso en: 12 sep. 2025.
- MONTILLA, P.; TORRES, L.; DI GIUSEPPE, A.; EROSTARBE, M. Mercantilización de la naturaleza, invención del patrimonio y renta de monopolio en el turismo. Talampaya del tiempo y del mundo. In: SCHWEITZER, A. (Comp.). **Territorios de acumulación en el siglo XXI**: los Andes Meridionales y la Patagonia en el espacio global. Buenos Aires: Biblos, 2023. p. 141-165.
- VENTURINI, J. P. Las rentas en los bordes: una tipología de rentas del suelo periurbanas en el sur del Área Metropolitana de Buenos Aires. *Revista Desarrollo Estado y Espacio*, v. 2, n. 2, e0028, 2023. Disponible en: <https://doi.org/10.14409/dee.2023.2.e0028>. Acceso en: 5 oct. 2025.

AS REDES MIGRATÓRIAS DE ARGENTINOS EM DIREÇÃO AO TRABALHO SAZONAL NA SERRA GAÚCHA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

LAS REDES MIGRATORIAS QUE CONECTAN LOS TRABAJADORES ARGENTINOS HACIA EL TRABAJO SAZONAL EN LA SERRA GAÚCHA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

DOI 10.55028/geop.v20i38

Bruna Unfer Zuchetto*
Alberto Bracagioli Neto**

Resumo: A circulação de trabalhadores temporários na atividade rural é um fenômeno que ganha força em certas fases do ciclo agrícola, como na colheita. Na Região da Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul, o Ministério do Trabalho e do Emprego verificou em 2024 que 9% dos trabalhadores eram estrangeiros, com destaque para os argentinos. O objetivo deste artigo é analisar as dinâmicas dessa rede migratória, utilizando dados de entrevistas semiestruturadas e saídas de campo. A travessia entre fronteiras é uma estratégia para a manutenção de suas vidas. Contudo, deve-se fiscalizar para não serem incorporados em trabalhos informais e precarizados.

Palavras-chave: trabalhadores temporários; fluxos migratórios; agricultura.

Resumen: La circulación de trabajadores temporales es la actividad rural es un fenómeno que se impulsa en ciertas fases del ciclo agrícola, como en la cosecha. En la región Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul, el Ministerio de Trabajo y Empleo registró que 9% de los trabajadores eran extranjeros, predominando argentinos. El objetivo de este artículo es analizar la dinámica de la red migratoria, utilizando datos de entrevistas semiestructuradas y visitas de campo. El cruce de fronteras es una estrategia para mantener sus vidas. Sin embargo, es necesario monitorearlo

Introdução

Os conceitos migração e trabalho historicamente se relacionam, sobretudo, no contexto do desenvolvimento das sociedades industriais. Sob a luz dos processos de transformação no mercado de trabalho, essa ligação fica mais estreita. Com a globalização, intensificam-se as formas de contratação terceirizada, postos de trabalho flexíveis e em posições precárias. Em escala local, é possível identificar aspectos particulares relativos às estruturas produtivas do mercado de trabalho predominante, além do contexto social e da legislação trabalhista e migratória, que incidem sobre as condições de trabalho (Stefoni, 2017).

As teorias funcionalistas e neoclássicas analisam a migração como uma resposta a fatores de repulsão e atração

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, brunferzuchetto@gmail.com.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, abracagioli@gmail.com.

para evitar que caigamos en la informalidad y la precariedad laboral.

Palabras-clave: trabajadores temporales; flujos migratorios; agricultura.



causados por instabilidades econômicas, onde os indivíduos se deslocam em resposta às demandas e possibilidades do mercado. Nessa abordagem, considera-se o imigrante um ator econômico focado no custo-benefício envolvido no deslocamento, considerando geralmente o movimento como uma decisão individual para maximizar a renda, deixando de observar outros fatores que motivam a migração (Castles; De Haas; Miller, 2014; Massey, 1993).

Em contraposição a esse enfoque mais racionalista e econômico, são propostas abordagens mais sistêmicas e que consideram a agência do indivíduo sobre o movimento migratório. Assim, para compreender o fluxo migratório em perspectiva neste estudo, optou-se pelo uso da abordagem das redes, sintetizada por Truzzi (2008) e aplicada ao conceito de cadeias migratórias, proposto por Tilly (1978). Essa abordagem possibilita captar outros atores e elementos multifacetados envolvidos na organização do indivíduo ou grupo em mobilidade. Atentos justamente a compreender essas dimensões, trazemos para a discussão o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1983), definido como uma estrutura internalizada que influencia nossos comportamentos, a forma como vemos e agimos no mundo.

Outras classificações dos deslocamentos usadas por Tilly (1978) que podem ser mobilizadas pelo uso da abordagem das redes migratórias são divididas em: locais, quando um indi-

víduo se desloca a um mercado geograficamente próximo e familiar; de carreira, relacionado a oportunidades de trabalho por ocupação que já atua; circulares, quando ocorre o deslocamento de um indivíduo ou unidade social a um espaço por um determinado período estipulado, retornando ao lugar de origem; e por fim, em cadeia, que se refere ao deslocamento de um indivíduo ou grupo motivados por informações de conterrâneos já estabelecidos no local de destino.

O termo cadeias foi proposto em 1960, e a sua concepção refere-se ao momento em que chegam até o futuro migrante informações sobre oportunidades de trabalho existentes e informações adicionais que ajudam na estruturação no local de destino (MacDonald; MacDonald, 1964, p. 82, *apud* Truzzi, 2008). Essa classificação mostrou-se pertinente para analisar o presente estudo, assim como uma breve apresentação das relações históricas entre as regiões fronteiriças do Sul do Brasil e nordeste da Argentina, onde se teceu uma cadeia migratória construída por múltiplos atores, institucionais e informais. Essas novas rotas migratórias registradas entre países da América Latina ganharam a terminologia migrações Sul-Sul (ACNRU, 2019).

Nas possibilidades de deslocamento e da sazonalidade característica do campo de pesquisa em questão, manteve-se contato com trabalhadores sazonais argentinos, que estão inseridos em uma rede migratória em direção à colheita da uva na Serra Gaúcha. Dois encontros presenciais permitiram conhecer a história de vida desses trabalhadores, e estabelecer uma relação com quem foi a principal interlocutora desta pesquisa: Marines, uma mulher, mãe e avó, de 50 anos, trabalhadora rural não-assalariada, de origem argentina. Mantivemos contato via rede social ao longo de um ano, processo que possibilitou ter uma maior dimensão das estratégias percorridas por Marines. Os encontros ocorreram durante a safra da uva em fevereiro de 2024, e outro, nesse mesmo período, em 2025. Os relatos trazidos neste trabalho são desta trabalhadora e de alguns colegas que também faziam safra na ocasião, todos argentinos originários da Província de São Pedro, nordeste de Misiones. A partir dos relatos e anotações do caderno de campo, se fez necessário obter informações secundárias complementares que ajudaram a caracterizar os contextos envolvidos na pesquisa e aprofundar a interpretação.

Uma fronteira permeável

Desde a gênese, o Território Nacional de Misiones (1881-1953) foi foco de disputa e ocupação pelos Estados Nacionais fronteiriços Paraguai e Brasil, devendo à posição estratégica e os recursos naturais missioneiros. Essa proximidade territorial vinculou Misiones a esses outros espaços mediante o deslocamento das pessoas que habitam os dois lados do rio Uruguai.

Figura 1. Fronteira entre Misiones, Argentina e Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Produzido pela autora no Software Qgis.

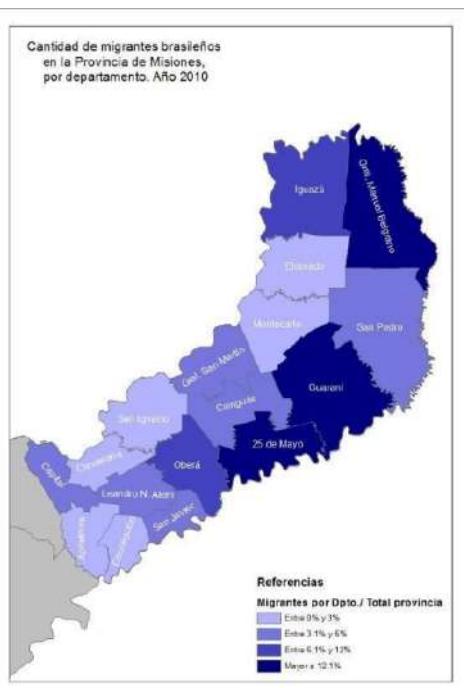
É nesse contexto que as autoras Zang e Oviedo (2024, p.3) situam Misiones como uma Região de Fronteira, um espaço de intercâmbio entre povos e suas culturas:

Una territorialidad transfronteriza caracterizada por redes de relaciones económicas que se mantuvieron y reactualizaron permanentemente a partir del trazado de vínculos de parentesco, amistad, paisanaje, etc. entre los sujetos y grupos involucrados en las prácticas de la vida cotidiana.

A presença de brasileiros habitando a província de Misiones é datada desde o fim do século XIX. A atividade econômica de extração da madeira prevalecia e era incentivada, servindo como fator de atração de famílias rurais do sul do Brasil, que buscavam terra e trabalho, enquanto essas indústrias ofereciam lotes de terra em troca de força de trabalho (Schiavoni, 1995). Já em 1960, o Brasil sofre o avanço do latifúndio e do agronegócio, responsável por uma reorganização do espaço agrário do país, aumentando a ocupação de brasileiros em terras argentinas. Até hoje o território da província conta com essa presença (Vimos que a migração de Misiones se beneficiou da migração espontânea de brasileiros, inserção que permanece até hoje “lá na argentina onde nós moremo ali, hay muito brasileiro” (Marines). Os dados expostos na figura 2 demonstram essa inserção.

A partir de dados obtidos em sua pesquisa de campo, Mariana Wagner (2019) investiga agricultores da Região do Alto Uruguai Missionero, donde “las familias ingresaron y llevaron adelante la ocupación mediante redes domésticas informales, sin un plan de acción organizado”. Esse relato dá pistas sobre a presença de relações sociais entre migrantes que podem ter impulsionado esse fluxo migratório.

Figura 2. Migrantes brasileiros por departamento, em Misiones



Fonte: Mariana Winikor Wagner, 2019, com base de dados INDEC, Censo Nacional de Población 2010.

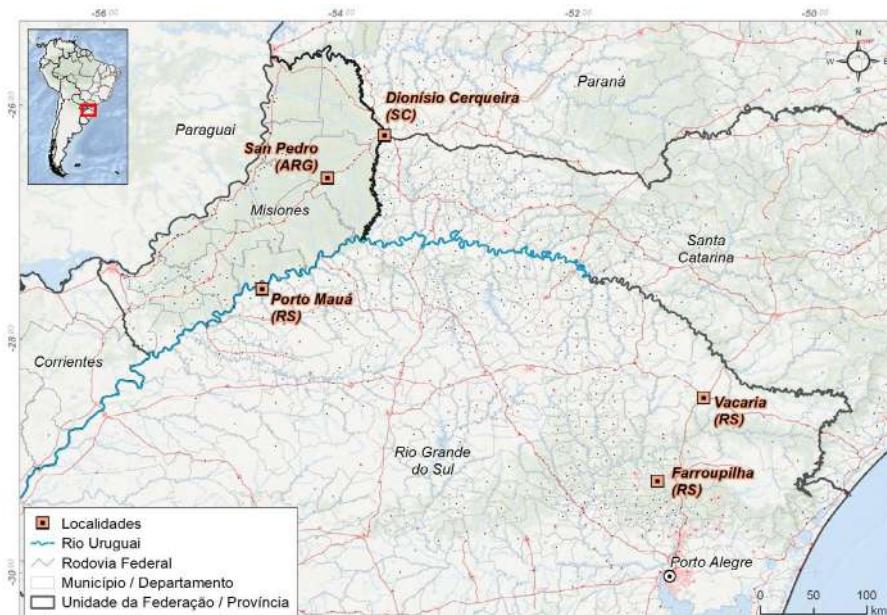
Na sua pesquisa, Wagner (2019) traz o relato de um agricultor sobre uma migração local da época “hacían un rozadito y se metían. Así empezaron a poblar la zona. Después comenzaban a venir parientes, conocidos” (H.W., 66 años, agricultor). Os pais da interlocutora, M., são brasileiros que imigraram para Argentina quando ela era apenas uma criança, por isso também a fluidez com que fala o português, até mesmo nos momentos em que este se confunde com o espanhol “aprende desde criança vai aprendendo o castelhano e o português juntos, o portunhol” (Marines).

Também instiga a pensar a ocorrência de um fenômeno transgeracional de atrever-se a migrar, vida dos seus pais no passado e está presente nas estratégias de vida das filhas no presente. Essa reflexão surge a partir do relato sobre a pri-

meira migração laboral da trabalhadora Marines, num processo característico de migração em cadeia e circular:

Primeiro veio a minha irmã com o marido dela, depois eu vim com ela, a primeira vez tivemos 45 dias trabalhando na colheita do pêssego. Después empecé cosechando manzana, en la Schio, Vacaria, después empecé cosechar uva.

Figura 3. Cidades que fazem parte da rede migratória



Fonte: Produzido pela autora no Software Qgis.

A teoria do *habitus* (1982), apresentada por Bourdieu, permite analisar essas similaridades entre os sujeitos sociológicos inscritos em uma mesma trajetória social ou estrutura de classe, trazendo para a análise as características do comportamento individual e subjetivo, e também estrutural e condicionado socialmente (Bourdieu, 1983). Nesse caso, a história familiar relatada por Marines, carrega junto marcas da migração, ou seja, um sistema de disposição que opera a partir das estratégias e práticas recorridas pelos indivíduos para fazer a manutenção de suas vidas.

A adaptação ao tipo de trabalho realizado também compõe esse *habitus* que se molda a uma condição, de tal maneira:

Eu pensava não vim mais, porque é bastante feio a colheita do pêssego, porque é bastante complicada né, mas depois eu já comecei a gostar mais. Sempre trabalhei né, pero em outras coisas. A colheita da erva é uma coisa muito brava pra gente colher (Marines).

Figura 3. Trabalhador agachado para colher uvas



Fonte: Registro de campo, 2025.

Na ocasião, trabalhavam com Marines seus dois filhos, com idade entre 30 e 35 anos, pela primeira vez na safra da uva “o mais grande já tinha vindo a Caxias, pero faz muitos anos” (Marines). Já na safra da uva do ano seguinte, quando nos encontramos de novo, seus filhos conseguiram um emprego fixo, um deles no Brasil. Naquele ano, apenas uma pessoa que trabalhava na colheita era próxima de M., “com esse ali eu já trabalhei, já trabalhemo desde que vim a primeira vez eu já trabalhei com ele, já é conhecido de muito tempo, daí já cambia as coisas”.

Creio ser possível neste ponto tecer uma aproximação entre o uso do conceito de *habitus* e a abordagem das redes migratórias. A migração incorporada na história de vida de um mesmo tronco familiar, ou o trabalho sazonal temporário posto em prática por um grupo do mesmo contexto social e em determinadas conjunturas. São estratégias que criam e mantêm um fluxo migratório sendo reforçadas a partir de uma experiência individual, mas também compartilhada, e com isso têm a potência de se retroalimentar: “acá se encontra muitas pessoas que tavam no ônibus. [...] Não é só aqui em Farroupilha. Por toda parte tem argentino trabalhando, como tem muitos que tão na cidade trabalhando em restaurantes” (Marines, 2024).

No que diz respeito às informações pertinentes ao processo migratório, como tipo de trabalho e condições de moradia, esta chega por meio de redes com diferentes graus de alcance, ou seja, pode abranger o núcleo familiar como se espalhar por determinada microrregião (Truzzi, 2008). A confiabilidade dessas informações vai depender do grau do laço existente entre o informante e os receptores, se esta

provém de um laço forte ou fraco. No presente estudo, as informações sobre o trabalho sazonal na Serra Gaúcha chegaram até Marines por sua irmã, sendo que esta relação é definida como uma rede social primária, como a mesma relata:

En Argentina tiene muchos que estan trabajando en Brasil, y ahí, de un consegue contacto con otro, y van juntando gente de la y van comunicando até donde chega muitas pessoas, até que chega em muitas pessoas o contato do patrão, e ai é onde vão juntando gente de lá, onde vão se comunicando entre um e outro. Sempre tem um que tem, digamos, o meu contato e vai dá pra ele. E é onde a gente se fala viu, porque a gente lá busca um trabalho no Brasil.

A existência dessa rede social primária com informações pertinentes ao emprego da migração possui um nível de confiabilidade que passam e têm a capacidade de alimentar o fluxo migratório.

A mobilização de mão de obra migrante a partir de aspectos produtivos

A migração Misiones-Serra Gaúcha retrata duas regiões que praticam uma agricultura distinta, com características culturais e sociais locais. Cada modo de produção produz também um mercado de trabalho agrário específico, que resulta numa variação da demanda de mão de obra e na característica dessa força de trabalho, se é especializada ou não.

Na Argentina, a erva-mate é a atividade de produção primária que demanda uma extensa mão de obra, além de possuir uma larga janela de colheita, de março a setembro (Pesquisa de campo, RAU, 2012).

Como na maioria dos mercados de trabalho agrícola, devido às características transitórias e informais comuns no trabalho envolvido, não se encontram dados precisos de quantas pessoas se ocupam na colheita, mas as entidades sindicais estimam que gira entre 15.000 e 30.000 trabalhadores por temporada (RAU, 2012). Esses trabalhadores são chamados de *tareferos*, no português equivale à tarefa, quando o trabalho é realizado em determinado período, em troca de algum tipo de salário. A presença dessa atividade no cotidiano dos trabalhadores é expressa pelo trabalho Andres (2024):

Quem não tem trabalho seguro que trabalha na cosecha da erva. Que é um trabalho pésado também. Mas agora estão peleando lá porque querem pressionar a erva. Querem aumentar o preço na erva. As empresas que compram a erva não querem pagar o preço que pede o produtor. R\$2,50 o kg. 500 pesos.

Procuramos buscar informações sobre a situação econômica relatada pelo trabalhador, e encontrou-se uma notícia em um jornal digital sobre em janeiro de 2024, que divulgava os encaminhamentos de uma assembleia dos produtores

de erva-mate, exigindo por pagamentos mais justos pelo produto por parte da indústria. Como medida, anunciarão que não iriam colher a erva-mate por uma semana, em busca de pressionar um reajuste na tarifa.

O trabalhador consciente de si e das transformações sociais que impactam a demanda por trabalho

Eles não se dão conta que quem perde é quem tem produção e quem quer trabalhar. Não se dão conta que como aqui eles precisam de gente pra trabalhar, mas eles não fazem um monte de papel, eles não conseguem gente pra trabalhar. E dai arruina pra nós, que queremos trabalhar e eles perdem a produção se eles não contratam.

Na Serra Gaúcha, entre as atividades agrícolas predominantes está o plantio de uva em propriedades familiares e cooperadas. Contudo, a mão de obra familiar não é suficiente para alguns períodos críticos do ciclo agrícola, como a colheita, chamado de período da safra, que na região ocorre entre os meses de dezembro até meados de março. Então, torna-se necessário o emprego de mão de obra externa temporária, para vencer a demanda de colheita no momento em que a uva apresenta as características ideais para ser colhida.

Durante as conversas com produtores de uva e outros agentes do setor da vitivinicultura, foi relatado o caráter cultural e histórico dessa demanda ser atendida mediante força de trabalho oriunda de cidades menores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mas também do deslocamento de trabalhadores nordestinos.

O modo produtivo dessas culturas agrícolas está sujeito a utilização da mecanização de algumas etapas, principalmente a colheita. Na produção de uva da Serra Gaúcha, essa tecnologia é mais complexa de ser empregada devido às características topográficas do local, com grandes declives. Por outro lado, parece uma realidade cada vez mais comum as bases da produção agrícola missionária, como a mecanização do té (chá) e da atividade florestal, que vem intensificando a substituição da mão de obra humana por máquinas.

Dinâmica da travessia e o trabalho sazonal da Serra Gaúcha

Ao terem acesso ao corredor migratório e às informações de trabalho e possibilidades oriundas da mobilidade, se começa de fato o movimento em direção ao destino. Em um contexto migratório internacional, algumas normas precisam ser observadas para garantir os direitos dos trabalhadores. Porém devido à demanda sazonal e imediata por mão de obra na área rural, são produzidas relações de trabalho sujeitas a um mercado de trabalho informal, que não garante necessariamente ao trabalhador direitos trabalhistas e condições de trabalho adequadas.

No contexto analisado, as relações de trabalho constituídas podem ser asseguradas pelas convenções entre os países do Mercosul, que permitem que migrantes dos países envolvidos no acordo possam transitar livremente entre as fronteiras e obter trabalho formalizado. No entanto, o que tem se visto nos dados primários e secundários é que os fluxos migratórios atuais estão relacionados com a documentação dos migrantes. Quando questionados sobre a lacuna entre emissões de CPFs para a regularização do trabalho no Brasil, aparece um conflito entre a viabilidade de manter a estrutura social no país de origem quando submetido às normas trabalhistas no país de destino e na relação entre estes, como relata Andres:

[...] se eles fazem esse cpf eles perdem esse salário lá. Esse salário sobretudo é pra gente que não tem pra comer, que não tem trabalho. E se a gente vai pra fora trabalhar em branco, informal, é porque é a necessidade da pessoa. Muita gente se confia nesse salário.

Em 2023, na Serra Gaúcha, uma denúncia feita para a Polícia Federal através de trabalhadores sazonais da colheita da uva resultou na implementação de uma Operação de Fiscalização chamada “*In vino veritas*”. Durante a safra da uva em 2024 e 2025, até o momento, visando verificar as condições de trabalho nos vinhedos e o cumprimento das normas trabalhistas. Os dados dessa Operação divulgam a ocorrência de um fluxo migratório de trabalhadores em direção ao trabalho nos vinhedos, em que 9% do contingente de trabalhadores é imigrante, 53% do estado e 38% de fora do estado.

Embora a origem não esteja discriminada nos gráficos divulgados pelo relatório, os auditores fiscais do trabalho Lucilene Pacini e Rafael Zan (2024), possuindo acesso aos dados, relata que o maior fluxo de estrangeiros verificado foi de argentinos, entrando na maioria por Dionísio Cerqueira/SC. Essa fiscalização teve impacto no fluxo migratório dos argentinos para o Brasil “[os argentinos] não vêm sem o cpf porque os patrões não estão aceitando sem os papéis. No ano passado aceitavam, esse ano não” (Andres).

Ano anterior não tinha nada porque não pediam mesmo. Ai no ano passado quando nós já tava nos últimos dias por viajar, que daí foi quando empeço o problema esse ai sim tinha que ter carteira assinada pra trabalhar.

Os dados mostram que o pacto da uva e a operação de fiscalização provocaram mudanças na forma de contratação e formalização dos vínculos empregatícios dos safristas, saltando de 2.006 Pessoas Físicas registradas em 2023 para 8.396 em 2024. Uma vez que o caso de 2023 esteve relacionado com uma empresa terceirizada e a agenda política firmada na cadeia da viticultura local se esforçou em conscientizar os agricultores em registrarem os trabalhadores, a preferência por Pessoa Física foi expressiva.

Pacini e Zan (2024) observam uma lacuna entre as emissões de CPF - documento necessário para a formalização do vínculo empregatício - e as normas para a regularização de vistos de trabalho. No caso da solicitação de emissão ser feita via Polícia Federal “é mais complicado de fazer [...] dai de mais dias pra fazer e daí tu tem mais gasto também pra fazer esses papeis” (Marines).

Com prazos distintos, a emissão do CPF por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, é relativamente rápida. Marines explica a rotina para emitir o documento:

[se faz] Na fronteira. Esse tem que sacar um dia específico pra fazer. Nós incluso fomos três vezes pra sacar o cpf. Fomos la um dia, ficamos quase uma tarde e não deu. Porque onde fomos tinha cupos (fichas), quatro de manhã e quatro de tarde, oito no dia. Pior para nosotros porque vivimos lejos de la frontera, e ai teníamos que hacer la viaje otra vez otro dia.

Além disso, os custos para a obtenção do documento são arcados pelos trabalhadores.

Em Porto Mauá também fazem. É mais longe, é mais caro a passagem pra ir até lá, pero tu vai en madrugada e de meio dia já tá. É mais ligeiro pra fazer. Foi onde eu consegui contato com uma mulher que também tá trabalhando no brasil, dai ela me disse que ela levou la a gentarada pra fazer. Ai eu avisei eles pra fazerem.

Situações como essas refletem no fluxo migratório Misiones-Rio Grande do Sul, ao exporem certas tendências nas condições de trabalho ofertadas. No entanto, isso parece depender do grau de confiabilidade com o informante, conforme Marines “porque eu até de agora dos companheiros que eu sei que vieram trabalhar pro Brasil, porque eu tenho muito conhecido que veio trabalhar no Brasil, nenhum se queixou disso aí.”

Esses aspectos revelam a existência de um dilema para os trabalhadores, que precisam equilibrar a necessidade de regularização com as estratégias de sobrevivência em seus países de origem.

Considerações finais

O presente estudo debruçou-se sobre a complexa dinâmica das redes migratórias de trabalhadores sazonais argentinos em direção à Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, com foco especial na colheita da uva. A pesquisa desvendou camadas de interações sociais e estratégias individuais e coletivas que moldam a experiência desses migrantes.

O caso da migração sul-sul de trabalhadores argentinos para a colheita no Rio Grande do Sul, nos permite observar o impacto dos aspectos produtivos e das transformações sociais do campo na formação de um fluxo migratório internacional. A investigação das diferenças produtivas entre as regiões (erva-mate vs. uva) ilustra como as complementaridades econômicas e as distintas demandas de mão de obra geram uma rede migratória interdependente, onde as crises e oportunidades de um lado da fronteira impulsionam o fluxo para o outro. Contudo, mesmo estando em contexto socioeconômico desfavorável, apenas isso não produz o trabalhador migrante. A pesquisa demonstrou o papel das redes sociais como canais de informação, suporte e mobilização, que funcionam como motor para a formação de uma rede migratória sazonal.

Destaca-se que a manutenção dessa rede migratória é fortalecida a partir de laços fortes de confiança, aspecto crucial para a resiliência e continuidade desses fluxos, demonstrando que a agência dos migrantes é profundamente socialmente enraizada e relacionam-se nas dinâmicas de mobilidade a partir comportamentos e práticas dotados de uma matriz cultural e de saberes que compõem as estratégias de manutenção de vida.

Por fim, se insiste que as condições de trabalho nas cadeias produtivas sejam fiscalizadas, para que postos de trabalho em que se inserem os migrantes não perpetuem situações de vulnerabilidade e condições precárias que afetam duplamente a figura do migrante trabalhador.

Agradecimentos

Agradeço especialmente a trabalhadora Marines, que me recebeu em duas safras diferentes, me confiando suas histórias. Ao professor Alberto Bracagioli por me incentivar na pesquisa e trilhar cada vez mais longe. Agradeço também ao Seminário de Estudos Fronteiriços e a Association for Borderlands Studies por possibilitar que essa pesquisa chegue além das fronteiras sul-brasileiras.

Referências

- ACNUR. **Tendências Globais**: deslocamentos forçados em 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Organização de Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.
- CASTLES, Stephen; DE HAAS, Hein; MILLER, Mark J. **The age of migration**: international population movements in the modern world. 5. ed. New York: The Guilford Press, 2014.
- MASSEY, Douglas *et al.* Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

PACINI, Luciane; ZAN, Rafael. Operação In Vino Veritas: a atuação da Inspeção do Trabalho no Setor Vitivinicultor na Serra Gaúcha. **Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho**, ano 8, p. 455-491, 2024.

SCHIAVONI, Gabriela O. M. **Colonos y ocupantes**: parentesco, reciprocidad y diferenciación social en la frontera agraria de Misiones. Misiones: Editorial Universitaria, 1995.

STEFONI, Carolina; LEIVA, Sandra; BONHOMME, Macarena. Migración internacional y precariedad laboral. El caso de la industria de la construcción en Chile. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 25, n. 49, p. 95-112, abr. 2017.

TILLY, Charles. Migration in modern European history. In: MCNEILL, William H.; ADAMS, Ruth S. (Orgs.). **Human migration**: patterns and policies. Bloomington: Indiana University Press, 1978. p. 48-72.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

WAGNER, Mariana W. **Sembrar vecinos, cultivar parientes, cosechar hogares**: estrategias domésticas en familias agrícolas del Alto Uruguay a inicios del siglo XXI. 2019. Tese (Doutorado) – Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2019.

ZANG, Laura M.; OVIEDO, Norma. Território, fronteira e imigração. A erva-mate no processo de colonização em Missiones-Argentina. **Geografia em Questão**, Associação de Geógrafos Brasileiros, v. 17, n. 1, p. 1-17, 2024.

MIGRANTES PENDULARES, FEIRANTES BOLIVIANAS EM CORUMBÁ- MS, NO ACESSO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE BRASILEIRO

FEMALE BOLIVIAN MARKET VENDORS IN CORUMBÁ- MS, IN PENDULUM MIGRATION, IN ACCESSING THE BRAZILIAN UNIFIED HEALTH SYSTEM

VENDEDORAS BOLIVIANAS DEL MERCADO LIBRE EN CORUMBÁ- MS, MIGRANTES EN MOVIMIENTO PENDULAR, EN EL ACCESO AL SISTEMA ÚNICO DE SALUD BRASILEÑO

DOI 10.55028/geop.v20i38

Diana Roussoglou*
Marco Aurélio Machado de Oliveira**

Resumo: Apresenta-se o resultado parcial da pesquisa "Protagonismo das bolivianas feirantes de Corumbá/MS no acesso às políticas públicas brasileiras", que investigou estratégias de migrantes pendulares para acessar também a política de saúde, especialmente o Cartão Nacional de Saúde (CNS). A investigação baseada em revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com oito mulheres evidenciou práticas como alugar residência ou pagar para utilizar endereços locais. Apesar disso, a maioria não possui o CNS. Observou-se protagonismo na garantia de direitos aos filhos, expresso também na escolha de realizar o parto em hospital brasileiro. Defende-se a revisão das normativas municipais, considerando as particularidades da realidade fronteiriça.

Introdução

Essa pesquisa é fruto de investigações desenvolvidas no Laboratório do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal, laboratório que tem como objetivo aprofundar o conhecimento teórico, metodológico e empírico acerca das configurações e das especificidades que os processos migratórios internacionais

* Mestre em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Corumbá, lotada no Pronto-Socorro Municipal de Corumbá/MS. Pesquisadora do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON). E-mail: roussoglou2@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9861-2492>.

** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF/UFMS-CPAN). Coordenador e Pesquisador do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON). E-mail: marco.oliveira@ufms.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3749-6030>.

Palavras-chave: migração pendular, feira livre em Corumbá/MS, obtenção do cartão nacional de saúde (CNS).

Abstract: This paper presents partial results of the study "Protagonism of Bolivian Women Vendors in Corumbá/MS in Accessing Brazilian Public Policies", which examined strategies used by pendular migrants to also access health services, especially the National Health Card (CNS). Based on a literature review and semi-structured interviews with eight women, the research identified practices such as renting a residence or paying to use local addresses. Despite these strategies, most do not possess the CNS. The study also observed their protagonism in securing rights for their children, reflected in choosing to give birth in Brazilian hospitals. A review of municipal regulations is recommended, considering the border context.

Keywords: pendulum migration, open-air market in Corumbá/MS, obtaining the Brazilian national health card (CNS).

Resumen: Se presentan resultados parciales de la investigación "Protagonismo de las vendedoras bolivianas de la feria de Corumbá/MS en el acceso a las políticas públicas brasileñas", que analizó estrategias de migrantes pendulares para acceder a la política de salud, especialmente a la Tarjeta Nacional de Salud (CNS). Con base en revisión bibliográfica y entrevistas semiestructuradas con ocho mujeres, se identificaron prácticas como alquilar viviendas o pagar por usar direcciones locales. Sin embargo, la mayoría no posee el CNS. Se evidenció su protagonismo en garantizar derechos a sus hijos, reflejado en dar a luz en hospitales brasileños. Se recomienda revisar normativas municipales considerando la realidad fronteriza.

Palabras-clave: migración pendular, vendedoras bolivianas de las ferias en Corumbá/MS, obtención de la tarjeta nacional de salud (CNS) brasileña.

produzem nos espaços fronteiriços. O tema foi eleito como meio para adentrar em um aspecto ainda pouco explorado relacionado às estratégias que bolivianas feirantes da cidade de Corumbá acionam para acessar direitos fundamentais, nesse momento com foco no acesso à saúde.

Corumbá tem sido profundamente influenciada por costumes e tradições estrangeiras, decorrentes dos processos migratórios que caracterizam sua história. A localização estratégica, associada às funções portuária e fronteiriça, consolidou o município como um espaço de intercâmbio, tanto de bens materiais, mercadorias oriundas de diversos países, quanto de bens simbólicos expressos nas múltiplas manifestações culturais dos grupos que nela se fixaram ou transitaram.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar as barreiras, estratégias e dinâmicas empregadas por bolivianas em movimento pendular internacional de trabalho, no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, com especial atenção ao processo de obtenção do Cartão Nacional de Saúde (CNS). Para isso, o texto foi organizado em quatro seções principais. Inicialmente apresenta-se o contexto histórico e territorial dessa fronteira e sua relação com a migração internacional, em seguida discute-se o marco legal e institucional que regula o acesso de migrantes internacionais ao SUS, posteriormente descrevem-se os procedimentos meto-

dológicos adotados e, por fim, apresentam-se e analisam-se os resultados obtidos, seguidos das considerações finais.

Nacionalidades presentes em Corumbá e as questões de saúde na fronteira

Entre o final da Guerra do Paraguai e o início do século XX, a cidade de Corumbá contava com aproximadamente seis mil habitantes, conforme apontam Oliveira e Junqueira (2016, p. 396). Segundo os mesmos autores, esses moradores eram oriundos de vinte nacionalidades distintas, evidenciando a diversidade étnica e cultural que marcou o desenvolvimento inicial do município. No ano de 2023 o Anuário das Migrações Internacionais de Corumbá, uma publicação do MIGRAFRON, averiguando nacionalidades de migrantes internacionais domiciliados em Corumbá no ano de 2022, apresentou no quadro a seguir a presença de 28 nacionalidades:

Figura 1. Nacionalidades domiciliadas em Corumbá/MS em 2022

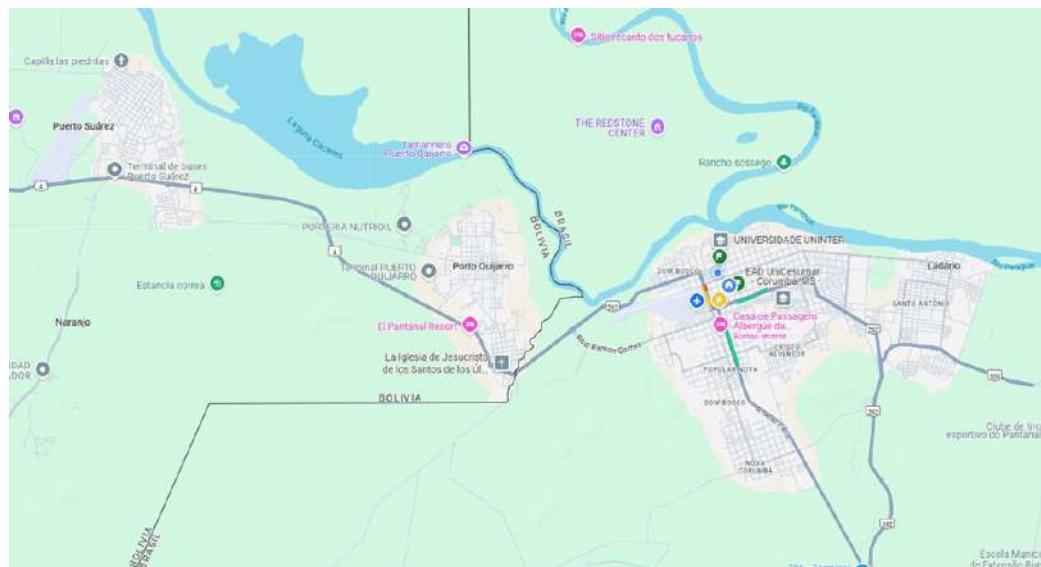


Fonte: MIGRAFRON, 2023.

Dessa forma, é possível observar que a cidade de Corumbá/MS, desde seus primórdios, tem sido um local de convivência de diferentes povos. O contexto histórico da imigração contribuiu para a formação de uma cidade culturalmente diversa e essa pluralidade moldou aspectos sociais, econômicos e culturais da cidade, tornando-a um exemplo significativo de integração entre diferentes identidades e tradições.

Em uma visão mais ampliada, relacionada ao número de sujeitos que nessa região vivem, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Corumbá em 2024 contava com 99.107 pessoas, já a de Ladário, município limítrofe, contava com 22.290 indivíduos. Segundo o Instituto Nacional de Estadística (INE), órgão boliviano responsável pela pesquisa de censo populacional, a população de Puerto Quijarro em 2024 era de 17.826 pessoas e a de Puerto Suárez de 17.378, totalizando 156.601 pessoas vivendo na conurbação urbana formada, representada na figura apresentada a seguir:

Figura 2. Mapa das cidades de Puerto Suárez, Puerto Quijarro, Corumbá e Ladário



Fonte: Mapa do Google Maps adaptado pelos autores, 2024.

Importante trazer para o debate que essas quatro cidades, enquanto próximas umas das outras, encontram-se distantes das cidades mais desenvolvidas de seus países. As cidades brasileiras encontram-se a 427 km, aproximadamente 5 horas e meia de viagem de automóvel em direção a Campo Grande/MS. Já as cidades bolivianas estão a 648 km, cerca de 9 horas de viagem também com automóvel para chegar em Santa Cruz de La Sierra, situação representada a seguir:

Figura 3. Mapa das distâncias entre cidades de referência

Fonte: Mapa do Google Maps adaptado pelos autores, 2024.

No que tange à fronteira, Machado (1998) a interpreta como um fenômeno social que surge nas periferias das regiões habitadas, atuando como um espaço de comunicação e adquirindo relevância política. A fronteira pode simbolizar tanto o conflito quanto a integração, por constituir uma zona de contato entre distintas estruturas sociais, políticas e culturais. Essa perspectiva é corroborada por Raffestin (2005), que a conceitua como um fenômeno geográfico e social dinâmico, no qual coexistem ordem e desordem, refletindo processos históricos e simbólicos ainda presentes na memória coletiva.

Nesse contexto, a cidade fronteiriça de Corumbá/MS se configura não apenas como um marco delimitado por acordos internacionais, mas como um espaço dinâmico, permeado por experiências, trocas e tensões. Grimson (2000) ressalta a importância de compreender a fronteira a partir de sua própria realidade concreta e nesse mesmo sentido, Espírito Santo (2015) reforça que os estudos sobre fronteiras devem abarcar sua complexidade, considerando de forma aprofundada os múltiplos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que nela se entrelaçam.

Conforme argumenta Reitz (2002), o impacto da migração na economia e na sociedade que acolhe os imigrantes, denominada sociedade anfitriã, está fortemente relacionado às características dessa própria sociedade. Esses fatores podem influenciar significativamente o processo de integração dos imigrantes, muitas

vezes com um peso até maior do que as características individuais desses sujeitos, assim como explanada no trecho a seguir:

The impact of immigration on the economy and on society is shaped not only by characteristics of the immigrants themselves but also by basic features of the society that those immigrants have joined. The importance of characteristics of host societies has been getting increased scholarly attention and scrutiny [...] (Reitz, 2002, p. 1005).

Trazendo à tona a realidade local, é importante também observar a cidade de Corumbá como exercendo a centralidade em relação às outras três cidades, visto que oferece as melhores condições de acesso à saúde e oportunidades de trabalho, como explicitam Oliveira, Almeida e Aguilar (2020):

Com esse histórico migratório e com este conjunto de cidades que compõe a fronteira em estudo, Corumbá exerceu e exerce diversas centralidades, podendo ser verificadas no campo laboral ou na saúde, por exemplo. Isso pode ser constatado em levantamento que realizamos no acervo do Fórum da Comarca dessa cidade, onde encontramos diversos registros de processos trabalhistas e obituários envolvendo pessoas que não eram nascidas em território brasileiro, entre os anos 1930 e 1970. Isso também é verificável na atualidade como, por exemplo, no caso dos estudantes brasileiros que vivem na Bolívia, mas diariamente cruzam o limite entre ambos os países para suas atividades estudantis em Corumbá (GOLIN, 2017). Ou, os feirantes que pendulam cotidianamente para vender seus produtos nas feiras livres nesta cidade (Loio, 2018). Há, também, os que fazem uso do sistema de saúde para diversos tipos de demandas (Oliveira; Almeida; Aguilar, 2020, p. 64).

Dentre os tipos de migração citados na literatura, o movimento do nosso objeto de pesquisa é conceituado como migração pendular internacional. Os migrantes pendulares internacionais têm outra nação como destino cotidiano. No caso em tela o deslocamento é relacionado às atividades de trabalho por elas desenvolvidas com seu retorno ao país de origem ocorrendo em sequência (Oliveira; Corrêa; Oliveira, 2017).

Em relação à Migração Pendular (MP) internacional Zaslavsky e Goulart (2017) não a consideram somente com objetivo de trabalho e estudo, como outros pesquisadores, e acrescentam a procura por serviços de saúde, como um dos objetivos principais, que movem esse tipo de migração:

Todos os aspectos relativos à MP se tornam mais complexos quando consideramos a MP internacional para fins de uso dos serviços públicos de saúde. Quando dois países têm fronteiras entre si e possuem disparidade em termos socioeconômicos e de oferta e qualidade de serviços de saúde, é natural que ocorra a MP em busca de atenção à saúde. Ela ocorre com grande frequência em certas regiões da linha de fronteira do Brasil (...) (Zaslavsky; Goulart, 2017, p. 3983).

Das políticas públicas brasileiras, a que mais chama a atenção da população de outros países é o Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS é considerado como política pública de Estado, não sendo apenas um sistema de saúde, mas um conjunto de ações e serviços que visam a promoção, proteção e recuperação da saúde da população de forma gratuita, constituído como direito de todos e dever do Estado. Do lado boliviano da fronteira o acesso à saúde não é gratuito, conforme corrobora o trecho a seguir:

Deste modo, é preciso levar em consideração, dentre outros fatos, o acesso a saúde na Bolívia, que, diferentemente do Brasil, não é gratuito, e em razão da vulnerabilidade social, além de outros fatores como a própria escolha pelo Brasil, de mulheres bolivianas que atravessam a fronteira para que seus filhos nasçam em Corumbá, sem ao menos terem se submetido a qualquer acompanhamento ou mesmo exames no Brasil durante a gravidez (Germendorff; Pires; Oliveira, 2024, p. 46).

Interessante pontuar também que, apesar de nascerem em território brasileiro, uma parte das crianças filhas de bolivianos possuem a duplicidade documental que atesta o nascimento nos dois países. Essa estratégia pode ser vista como forma de garantir mais direitos para a criança, sem renunciar ao sentimento de seus filhos pertencerem ao mesmo país que o seu, conforme corroborado no trecho a seguir:

Evidenciou também, casos de mulheres que optaram pelo nascimento dos filhos no país, para facilitar o acesso a serviços públicos relativos à saúde, educação, benefícios sociais, etc., e outras situações nas quais o parto não ocorreu de forma planejada, especialmente daquelas mulheres grávidas que trabalham ou estudam em uma das cidades do espaço fronteiriço Brasil x Bolívia e que moram na outra, as chamadas migrantes pendulares, em sua maioria, bolivianas, o que explica, em alguns casos, o registro em duplicidade na Bolívia, prezando pela manutenção de suas origens, afastando-se do sentimento de pertencimento, de ser cidadão brasileiro (Germendorff; Pires; Oliveira, 2024, p. 46).

Essa linha de pensamento também é seguida por Farias (2022) em sua tese de mestrado que tratou de estudar o parto de migrantes internacionais em Corumbá, como exposto abaixo:

Chegou-se à conclusão de que para algumas mulheres de outras nacionalidades, parir no Brasil é sim uma estratégia de garantia de direitos. O duplo registro civil de nascimento demonstra isso de forma clara. Aquele nascituro será sujeito de direitos em ambos os países, podendo usufruir e gozar de todas as prerrogativas de um nacional (Farias, 2022, p. 40).

Em semelhante sentido, Costa (2015) analisou que a chamada dupla nacionalidade faz parte das camadas do processo de adaptação de bolivianos em Corumbá/MS:

A manipulação das identidades em áreas de fronteira é muito importante para entendemos, por exemplo, os processos de adaptação dos bolivianos em Corumbá e seu acesso a serviços, como atendimento à saúde e à educação, sobretudo no caso dos indivíduos que possuem dupla nacionalidade. Isto demonstra também que as identidades nunca são rígidas e monolíticas, ainda mais nas fronteiras, entendidas como espaços liminares (Costa, 2015, p. 39).

No que diz respeito ao acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro pela população migrante pendular objeto dessa pesquisa, mulheres bolivianas que moram na Bolívia e cruzam a fronteira quase que diariamente para trabalhar nas feiras livres de Corumbá retornando no mesmo dia para sua residência, temos que considerar alguns pontos. Iniciando pela norma superior no ordenamento jurídico, que define os direitos e deveres dos sujeitos em território brasileiro, a estrutura do Estado e os princípios que regem a sua organização e funcionamento, conhecida como Constituição Federal de 1988 ou ainda mesmo Carta Magna. No artigo sexto desse documento foi definido saúde não apenas como direito, mas também como garantia fundamental aos sujeitos, conforme transcrição abaixo:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

Já na Lei de Migração nº. 13.445/2017, que substituiu o Estatuto do Estrangeiro, foi reafirmado o migrante como sujeito portador de garantias fundamentais e acesso à serviços públicos, assim como descrito no trecho a seguir:

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição desigualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: VIII- acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; [...] (Brasil, 2017, p. 3).

No ano de 2011 foi criado pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria Nº. 940, de 28 de abril de 2011, o Cartão Nacional de Saúde (CNS), também conhecido como Cartão SUS, visando a identificação precisa dos usuários das ações e serviços de saúde. Esse cartão atribui um número único representativo para cada pessoa que é válido em todo o território nacional, de forma a permitir um sistema de registro eletrônico para a identificação dos usuários nos serviços de saúde brasileiros (Brasil, 2011).

Não obstante, a obtenção do CNS segue diretrizes nacionais, que são definidas pelo Ministério da Saúde, mas sua aplicação é feita pelos municípios. Por isso, há variações nas exigências e práticas entre municípios, especialmente em áreas de fronteira.

Para clarificar essas variações de exigências podemos citar o artigo do capítulo III, que trata sobre o cadastro nacional de usuários, da Portaria Nº 940 que indica a não necessidade da comprovação de endereço por parte dos estrangeiros não residentes no Brasil:

Art. 23. Durante o processo de cadastramento, o atendente solicitará o endereço do domicílio permanente do usuário, independentemente do Município em que esteja no momento do cadastramento ou do atendimento. § 1º Não estão incluídos na exigência disposta no caput os ciganos nômades e os moradores de rua. § 2º No caso de brasileiros residentes no exterior e de estrangeiros não residentes no país, será registrado como endereço de domicílio permanente apenas o país e a cidade de residência (Brasil, 2011).

Porém, segundo o site da prefeitura de Corumbá, é necessária a entrega da relação de documentos abaixo listada, com originais e cópias, além de visitas ao endereço fornecido para averiguar se o migrante internacional realmente vive no local. Os documentos solicitados são:

Requisitos para o Cartão SUS para Estrangeiros: RNE / RNM - Registro Nacional de Estrangeiro; CPF (Cadastro de Pessoa Física); comprovante de Residência Atual no nome do paciente (conta de energia elétrica ou similar); contrato de Aluguel ou declaração de residência (registrada em cartório) (Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá/MS, 2023).

Na perspectiva de reconhecimento das demandas e de proporcionar atendimento adequado aos migrantes internacionais, no dia 10 de junho de 2024 foi publicado, na edição nº 2.907 do Diário Oficial que atende Corumbá, o Protocolo de Acolhimento e Atendimento aos Migrantes Internacionais, contemplando as áreas de assistência social, educação e saúde no município. Interessante pontuar que esse protocolo objetivou tanto orientar os servidores que atuam nos equipamentos das políticas citadas quanto nortear os próprios migrantes internacionais. O protocolo considera as realidades vividas nessa fronteira, como podemos observar abaixo:

Temos que levar em consideração que a dinâmica espacial nas fronteiras é tal de forma criativa e surpreendente, que as realidades vivenciadas pelos servidores das Secretarias compromissadas com este protocolo se deparam com a variedade de tipos de migração. Sejam os que residem na Bolívia, incluindo brasileiros, mas que trabalham, estudam ou tratam da saúde no Brasil; sejam os que estão de passagem por Corumbá, não pretendendo se fixar em nossa cidade, ou aqueles que aqui estão domiciliados, todos possuem traços específicos em suas vulnerabilidades, requerendo modos de proceder adequados (Corumbá/MS, 2024, p. 6).

No que concerne ao acesso à política pública de saúde pelos migrantes internacionais, esse protocolo orienta que deve ser indicado aos migrantes que rea-

lizem a inscrição no SUS na unidade básica de saúde, com a apresentação dos documentos considerados válidos, que segundo o artigo 257 da Portaria GM/MS nº 2.236 (02 de setembro de 2021) são:

Considerar como documento válido para a confecção de Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS) e demais registros: Passaporte, Registro Nacional Migratório (RNM), Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), Protocolo de Solicitação de Refúgio, Carteira de Trabalho e Cadastro de Pessoa Física (CPF). (Brasil, 2021 *apud* Corumbá/MS, 2024, p. 33)

Somente será dispensado, segundo o artigo 258 desta mesma portaria, a apresentação de endereço de domicílio na cidade de Corumbá/MS às pessoas acidentadas graves, com transtorno mental, em condição clínica ou neurológica grave, além de pessoas que estão incapacitadas por questão social ou cultural a identificação nos registros de informações à saúde, sendo somente nesses casos que poderão ser utilizados os dados de endereçamento do estabelecimento de saúde em substituição aos da pessoa. Sendo possível nesses casos, como exceção à regra, a emissão do CNS ao migrante internacional sem a comprovação de residência no Brasil.

Logo o migrante internacional não residente que não se encontrar nas situações acima citadas, na ausência dos documentos exigidos para solicitação do cartão SUS, inclusive por não ter como comprovar a residência em Corumbá, será atendido somente na urgência e emergência pelos serviços de atendimento 24 horas, mais precisamente pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Pronto Socorro Municipal e Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Importante pontuar que o atendimento às urgências e emergências em saúde é realizado sempre, mesmo na ausência total de documentos do migrante internacional, em cumprimento ao ordenamento jurídico nacional, mas que esse atendimento muitas vezes visa apenas a estabilização do quadro clínico do indivíduo.

Logo, não é possível realizar atendimentos de média e alta complexidade àqueles que não possuem o CNS, pois o sistema de regulação de vagas (SISREG) que é responsável pelo registro e agendamento dos procedimentos permite apenas agendamento utilizando a numeração desse cartão. Atendimentos como consultas com especialistas e cirurgias eletivas não podem ser realizados pelas migrantes internacionais pendulares bolivianas no âmbito do SUS.

Apesar do trajeto entre a casa e o local de trabalho das bolivianas feirantes ser inferior a uma hora de estrada, ainda assim fazem o movimento de sair de um país e entrar em outro. E ainda, como essa migração é em busca do sustento, ao trabalhar nas feiras em Corumbá, carrega conotações negativas como explica a autora no trecho abaixo:

No entanto, ao transpor essa fronteira, o indivíduo é um migrante, tornando-se pendular ao retornar diariamente ao seu país de origem ou realizar múltiplas travessias dentro do mesmo dia. É importante ressaltar que a migração, quando não associada ao turismo, carrega conotações negativas. Portanto, a abordagem da relação entre fronteira e migração internacional requer uma cuidadosa consideração, já que são categorias frequentemente estigmatizadas, marginalizadas e invisibilizadas (Moraes, 2024, p. 62).

Corroborando com essa ótica, Figueiredo (2013) tece a seguinte trama de pensamento:

É neste espaço fronteiriço que se observa uma integração informal da população, alheia às conjunturas políticas e às formalidades legais dos países limítrofes. Existem limites para essa informalidade? A tensão entre a ordem e a desordem, o formal e o informal em um berço identitário que transcende a nacionalidade lhe confere especial singularidade. Enquanto organismo vivo, e por que não, de certa forma, independente, por quanto distante e esquecida, não é a fronteira protagonista do seu próprio destino? (Figueiredo, 2013, p. 137).

Seguindo a trama de pensamentos até então apresentados, podemos comparar o funcionamento do território fronteiriço a uma membrana primária que possibilita ao mesmo tempo que separa, uma certa porosidade rebelde, assim como apresenta o pensador:

A funcionalização daquele território fronteiriço, na atualidade, é dada por formações sociais que agem como membranas primárias – furtando o termo da biologia - que separam o ambiente, mas, cotidiana entre concomitantemente, permite a presença de poros que apresentam continuidade com a cidade vizinha, permitem, assim, porosidades rebeldes e criativas em todos os ângulos (Oliveira, 2015, p. 139).

Desse modo, a realidade cotidiana de interações no espaço fronteiriço em questão resiste às fronteiras normativas formais. Nesse contexto, as porosidades fronteiriças também se expressam no acesso à saúde.

Metodologia

Este estudo foi conduzido por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, previamente aprovadas pelo comitê de ética. A entrevista foi aplicada com 8 migrantes bolivianas que trabalham como feirantes em Corumbá/MS, mas que não residem no Brasil e sim na Bolívia. A revisão bibliográfica contribuiu como base para compreender o contexto da migração pendular e os desafios enfrentados pelas mulheres. As entrevistas foram realizadas na feira de domingo da cidade de Corumbá nos anos de 2024 e 2025 com o objetivo de coletar dados sobre as experiências dessas migrantes na obtenção do CNS e as estratégias que foram ou não adotadas para

contornar as barreiras burocráticas. Mesmo fazendo uso da técnica do *snowball*, foram necessárias muitas idas à feira e ainda assim, acreditamos que não conseguimos obter todas as informações objetivadas pela pesquisa. Por se tratar de população que caminha entre o legal e o ilegal, não conseguindo por vezes caminhar rente às normativas e legislações brasileiras, tendem a se invisibilizar como estratégia de sobrevivência, dificultando o acesso dos pesquisadores à realidade por elas vivenciada.

Resultados

Os resultados demonstraram que a maioria das mulheres entrevistadas não possuem o CNS, mesmo conhecendo estratégias para obtê-lo. Elas afirmaram que o processo é burocrático e desgastante, e duas delas relataram ter sido maltratadas pela equipe de atendimento da unidade básica de saúde ao tentarem realizar o cadastro. Segundo os relatos, as equipes frequentemente dificultam a obtenção do cartão quando percebem que a pessoa não fala o português.

Uma das entrevistadas considera injusto não ter acesso integral ao Sistema Único de Saúde brasileiro, pois mesmo residindo na fronteira do lado boliviano trabalha há mais de 15 anos nas feiras livres brasileiras. Relata que paga anualmente uma taxa de quase R\$ 1.000 à prefeitura de Corumbá para ter o direito de trabalhar, além de realizar compras e contribuir para a economia local. Ainda assim, por morar na Bolívia, relata que não conseguiu obter o CNS.

As mulheres que possuem o CNS ou acompanham seus filhos em atendimentos relatam demora na marcação de consultas com especialistas, sendo que, em casos de necessidade de uma consulta com menor tempo de espera, recorrem a atendimentos particulares. Apesar disso, reconhecem que em outros aspectos o SUS oferece serviços de qualidade. Uma das entrevistadas contou que acompanhou a filha durante uma internação na Santa Casa de Corumbá e, embora tenha sofrido maus-tratos por parte da equipe de enfermagem, expressa gratidão, pois acredita que a vida de sua filha foi salva graças ao atendimento, atendimento que não teria condições de pagar no âmbito particular.

Entre as estratégias que poderiam ser utilizadas para garantir o acesso à saúde integralmente no SUS, as entrevistadas mencionam o aluguel ou a negociação de endereços em Corumbá. Para assegurar o atendimento em saúde dos filhos, cinco das oito entrevistadas têm ao menos um filho nascido no Brasil. Três das mulheres afirmaram que alguns filhos foram registrados tanto como nascidos no Brasil, com certidão de nascimento e documentos nacionais, como na Bolívia, com toda a documentação correspondente. Uma relatou que sua filha fez o mesmo

com os seus netos, que nunca viveram no Brasil, mas possuem a segurança de que, se precisarem de cuidados em saúde, poderão obtê-los no país, como direito. As cinco mulheres que tiveram seus filhos em território brasileiro o fizeram de maneira consciente e como estratégia para garantia futura de acesso às políticas públicas brasileiras aos seus filhos.

Alguns dados obtidos na pesquisa foram organizados, para melhor visualização, no quadro 1.

Quadro 1. Síntese das entrevistas sobre acesso ao CNS

| Codinome | Quantos anos trabalham na feira? | Possuem CNS? | Filhos brasileiros? | Certidão de local de nascimento dos filhos no Brasil e na Bolívia? |
|----------|----------------------------------|--------------|---------------------|--|
| Barbara | 25 | Não | Não | Não |
| Fabi | 35 | Sim | Sim | Sim |
| Rosana | 20 | Não | Não | Não |
| Maurine | 10 | Não | Sim | Sim |
| Andréia | 15 | Não | Sim | Sim |
| Bruna | 28 | Sim | Sim | Não respondeu |
| Aline | 16 | Não | Não | Não |
| Daiane | 8 | Sim | Sim | Não |

Fonte: os autores.

Considerações finais

Verificamos como é complexo para as migrantes pendulares internacionais, trabalhadoras da feira de domingo na cidade fronteiriça de Corumbá residentes na Bolívia, o acesso à integralidade dos serviços do SUS brasileiro, garantido somente pela obtenção do CNS. Apesar das normas gerais para obtenção desse registro serem nacionais e não colocarem como restrição para sua obtenção a não moradia no país, os municípios podem incrementar suas próprias regras, como no caso de Corumbá, que exige comprovação de residência nessa cidade, complementada por visitas de profissionais da unidade básica de saúde, visando comprovar a residência da pessoa no endereço relatado.

As estratégias pensadas pelas entrevistadas, como alugar ou negociar endereços nessa cidade e a escolha consciente de algumas de darem à luz em território brasileiro, mostram um protagonismo resistente, que busca a sobrevivência de seus filhos com melhores oportunidades de vida, o que pode ser entendido diante das dificuldades enfrentadas pela restrição ao acesso à saúde na Bolívia, principalmente de quem não tem como arcar financeiramente por esses cuidados no âmbito particular.

O movimento de nascimento das crianças em território brasileiro tem objetivos que transcendem a garantia de saúde integral. Visam também a garantia de proteção e acesso a todas as políticas públicas do país que se fizerem necessárias no futuro. Foi percebido que a duplicidade informal em relação à documentação que se refere ao local de nascimento das crianças, apesar de ilegal, visa à segurança, inclusive de saúde integral e gratuita no Brasil, porém apresentando ao mesmo tempo sentimento de nacionalismo, não renunciando às raízes bolivianas.

Os dados também revelaram que mesmo em posse do CNS a acessibilidade em relação a consultas com profissionais especializados encontra barreiras, especialmente pelo grande lapso de tempo da marcação das consultas para o atendimento de fato.

Não obstante, faz-se necessário pensar a política pública de saúde, incluindo o acesso ao CNS, analisando a realidade fronteiriça de Corumbá, que desde seus primórdios até a atualidade apresenta grande presença de migrantes internacionais em seu território, que contribuíram e contribuem para o desenvolvimento da cidade. As migrantes pendulares internacionais entrevistadas nessa pesquisa, apesar de não residirem em território nacional, trabalham e passam a maior parte de seus dias na cidade de Corumbá, participando do desenvolvimento da economia local.

Referências

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 940, de 28 de abril de 2011**. Regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0940_28_04_2011.html. Acesso em: 27 ago. 2025.
- CORUMBÁ. **Protocolo de acolhimento e atendimento aos migrantes internacionais, no âmbito da Assistência Social, Educação e Saúde no Município de Corumbá-MS**. Corumbá: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: <https://migraftron.ufms.br/files/2024/06/Protocolo-Publicado.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.
- CORUMBÁ. Secretaria Municipal de Saúde. **Utilidade pública**: portal de serviços públicos e informações úteis. Corumbá, 2023. Disponível em: <https://sisms.corumba.ms.gov.br/utilidadepublica/>. Acesso em: 21 maio 2025.
- COSTA, Gustavo Villela Lima da. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 35-63, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p035>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- ESPÍRITO SANTO, Anderson Luís; COSTA, Edgar Aparecido da; BENEDETTI, Alejandro Gabriel. **Feiras livres de Corumbá-MS**: territórios de encontros fronteiriços. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível

em: <https://sef-cpan.ufms.br/v-sef/wp-content/uploads/sites/2/2015/09/3-Anderson-Lu%C3%ADs-do-Esp%C3%A1rito-Santo.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

FARIAS, Caroline Mendes Leandro. **Migrações, estratégias e acasos para o parto em Corumbá/MS.** 2022. 47 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/retrieve/b8e23d3e-66f4-4d90-930f-0b9879fcfad8/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Carol%20-%20Revisada%20e%20Formatada%20PDF.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.

FIGUEIREDO, Luiza Vieira Sá de. **Direitos sociais e políticas públicas transfronteiriças: a fronteira Brasil-Paraguai e Brasil-Bolívia.** Curitiba: CRV, 2013.

GERMENDORFF, Joyce Sehaber; PIRES, Silvia de Fátima; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. Documentação e cidadania na fronteira Brasil (Corumbá/MS) x Bolívia. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 19, n. 36, p. 43-59, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/21419>. Acesso em: 15 nov. 2025.

GRIMSON, Alejandro. Pensar fronteiras desde las fronteiras. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 170, 2000. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/2916_1.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

MACHADO, Lia Osório de. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques *et al.* (Orgs.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998.

MIGRAFRON. **Anuário das Migrações Internacionais em Corumbá, MS**. Corumbá: MIGRAFRON/UFMS, 2023.

MORAES, Isadora Sigarini de. Migrantes pendulares. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 19, n. 36, p. 60-73, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/21420>. Acesso em: 15 nov. 2025.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; ALMEIDA, Renata Papa; AGUILAR, Mabel Sahib. Presenças de migrantes internacionais na educação e na assistência social em fronteira. **Para Onde?**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 61-74, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-0003.100086>.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; CORREIA, Jacqueline Maciel; OLIVEIRA, Jéssica Canavarro de. Imigrantes pendulares em região de fronteira: semelhanças conceituais e desafios metodológicos pendular. **Revista Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 12, n. 27, p. 91-108, 2017. Disponível em: <https://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direitosculturais/article/view/2197>. Acesso em: 26 ago. 2025.

OLIVEIRA, Marco Aurelio Machado de; JUNQUEIRA, Nathalia Monseff. Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n. 15, p. 388-403, 2016. Disponível em: <http://revistascientificas.filoz.uba.ar/index.php/rtt/article/view/2867>. Acesso em: 27 ago. 2025.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Uma fronteira nas malhas da rebeldia e da criatividade. **Cadernos de Estudos Culturais**, Pioneiros, v. 7, n. 14, p. 32-55, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/3353>. Acesso em: 27 ago. 2025.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

REITZ, Jeffrey G. Host societies and the reception of immigrants: research themes, emerging theories and methodological issues. **International Migration Review**, New York, v. 36, n. 4, p. 1005-1019, 2002.

ZASLAVSKY, Ricardo; GOULART, Bárbara Niega Garcia de. Migração pendular e atenção à saúde em região de fronteira. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 3981-3986, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.03522016>. Acesso em: 27 ago. 2025.

IDENTIDADE FRATURADA E FRONTEIRAS INVISÍVEIS: A SUBALTERNIADA DO SUJEITO BOLIVIANO EM CORUMBÁ-MS À LUZ DOS ESTUDOS CULTURAIS

FRACTURED IDENTITY AND INVISIBLE BORDERS: THE SUBALTERNITY OF BOLIVIAN SUBJECTS IN CORUMBA -MS FROM THE CULTURAL STUDIES PERSPECTIVE

DOI 10.55028/geop.v20i38

Thiago Silva Fernandes*
Patrícia Zaczuk Bassinello**

Resumo: Este artigo, analisa como a linguagem midiática corumbaense contribui para o silenciamento e a invisibilização do sujeito boliviano na fronteira de Corumbá-MS com Puerto Quijarro. Apoiado nos principais autores dos estudos culturais, identifica-se a permanência de uma lógica marcada pela colonialidade que molda identidades e reforça posições subalternizadas. As reportagens do jornal Capital do Pantanal revelam desigualdades, mas também fissuras de resistência. Entre silêncios e vozes, o sujeito boliviano reafirma sua reexistência por meio de saberes, sabores e gestos que desestabilizam o discurso dominante.

Palavras-chave: sujeito boliviano, identidades, colonialidade, estudos culturais, Corumbá-MS.

Abstract: This article analyzes how the media language of Corumbá contributes to the silencing and invisibilization of the Bolivian subject on the Corumbá-MS and Puerto Quijarro border.

Introdução

A região de fronteira entre Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia) apresenta-se como um território simbólico e materialmente marcado por relações de poder desiguais, onde o sujeito boliviano tem historicamente ocupado um lugar de invisibilidade social, política e cultural (Diniz, 2014). Esse processo não se dá ao acaso, tampouco se restringe às condições econômicas ou jurídicas; ele se articula de maneira mais profunda com os mecanismos de representação e de hegemonia que compõem o tecido da cultura. Ao lançar luz sobre essas

* Thiago Silva Fernandes, Mestrando em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Graduado em história pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Graduado em teologia pela Faculdade Batista de Minas Gerais – FBMG. E-mail: t_silva@ufms.br.

** Patrícia Zaczuk Bassinello. Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar. Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Graduada em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Docente efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professora permanente nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult/CPAQ/UFMS) e Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (PPGECI/INFI/UFMS). E-mail: patricia.zaczuk@ufms.br.

Supported by key authors in Cultural Studies, it identifies the persistence of a logic marked by coloniality that shapes identities and reinforces subalternized positions. The reports published by the newspaper *Capital do Pantanal* reveal inequalities, but also fissures of resistance. Between silences and voices, the Bolivian subject reaffirms their re-existence through knowledges, flavors, and gestures that destabilize the dominant discourse.

Keywords: bolivian subject, identities, coloniality, cultural studies, Corumbá-MS.



camadas, este artigo busca analisar, sob a perspectiva dos Estudos Culturais, os modos pelos quais a subalternidade do sujeito boliviano se constitui como uma prática discursiva sustentada por sistemas históricos de exclusão e por narrativas midiáticas locais que reforçaram esse lugar marginalizado.

A tradição dos Estudos Culturais, especialmente a partir das formulações de Stuart Hall, oferece instrumentos teóricos preciosos para compreender os processos identitários que se constroem no cruzamento entre cultura e poder. Hall nos adverte que “As identidades, são construídas no interior das relações de poder (Foucault, 1986). Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é “um efeito do poder”” (Hall, 2003, p.85). Logo, isso indica que o sujeito se constitui na e pela diferença, no interior de práticas discursivas e hegemônicas em relações históricas que o atravessam. Nessa chave, pensar o sujeito boliviano na fronteira de Corumbá é situá-lo não apenas como um agente deslocado, mas como um signo cultural tensionado, constantemente produzido por práticas de significação excludentes.

Somando-se a esse referencial, as contribuições de Antônio Gramsci sobre hegemonia cultural e subalternidade, permitem compreender como grupos sociais são mantidos à margem não apenas por coerção, mas por consenso ativo, construído e difundido no plano das representações cotidianas. A ideia

de “bloco histórico” nos ajuda a visualizar como certos discursos tornam-se dominantes e naturalizados, ao passo que outros são deslegitimados ou silenciados.

a “hegemonia”, no sentido de Gramsci, requer não a simples ascensão de uma classe ao poder, com sua “filosofia” inteiramente formada, mas o processo pelo qual um bloco histórico de forças sociais é construído e sua ascendência obtida. Portanto, a melhor forma de se conceber a relação entre “ideias dominantes” e “classes dominantes” e em termos dos processos de “dominação hegemonic” (Hall, 2003, p. 290).

A esse respeito, Gayatri Chakravorty Spivak (2010), em sua indagação mais famosa, “Pode o subalterno falar?” - tensiona a possibilidade de agência dos sujeitos que habitam as lacunas do poder, alertando que a produção do sujeito como outro é precisamente o que impossibilita sua fala (Spivak, 2010).

A base empírica deste artigo apoia-se na tese de Waldson Corrêa Diniz (2014), intitulada “Los hermanos bolivianos: Representação nos jornais de Corumbá/MS (1938-1999)” na qual o autor analisa sistematicamente as construções simbólicas da imagem do boliviano na mídia local, demonstrando como essas representações reforçaram estigmas históricos e práticas de exclusão. A pesquisa revela que o discurso jornalístico, muitas vezes, age como aparelho ideológico, performando uma identidade boliviana degradada e secundária. Assim, este artigo propõe uma leitura crítica dessa produção simbólica, articulando os fundamentos teóricos mencionados a partir da experiência histórica fronteiriça.

Identidade e representação cultural na fronteira

No bojo dos Estudos Culturais, a noção de identidade não pode ser pensada como algo fixo ou essencial, mas como um processo contínuo de construção, permeado por relações de poder e por disputas simbólicas. Como nos lembra Hall: “Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão a nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (Hall, 2003, p. 44).

Tal perspectiva é essencial para compreender como o sujeito boliviano é historicamente inscrito em um espaço identitário fragmentado, frequentemente determinado por estereótipos, exotizações e silenciamentos. Essas construções identitárias não emergem apenas das relações interpessoais ou institucionais, mas se sustentam em um campo de representações amplamente mediado pela linguagem e por jornais locais.

O recorte temporal da pesquisa de Diniz é consideravelmente suficiente para mensurar construções de identidade na região fronteiriça de Corumbá e Puerto Quijano no que se refere ao discurso midiático local. Nesse sentido, Diniz (2014)

mostra como os jornais de Corumbá, ao longo do século XX, reiteraram discursos que associam o boliviano à informalidade, à desordem e à ameaça fronteiriça. Essa construção simbólica se articula com o que Cevasco (2003) denomina de “dispositivo cultural da exclusão”, em que certos sujeitos são sistematicamente mantidos fora da narrativa nacional e simbólica dominante. Ela afirma:

Na visão de Williams, não há nenhuma possibilidade de se chegar a uma cultura comum por meio da difusão e extensão dos valores de um grupo específico a todos os outros. Dada a sociedade que temos, esses valores seriam certamente os da classe dominante: A questão é dar condições para que todos sejam produtores de Cultura, não apenas consumidores de uma versão escolhida por uma minoria (Cevasco, 2003, p. 54).

A fronteira, nesse contexto, opera como um espaço ambíguo e contraditório: ao mesmo tempo em que permite intercâmbios econômicos e culturais, também funciona como barreira simbólica, reafirmando distinções hierárquicas entre o “brasileiro” e o “boliviano”. Importa observar que tais distinções são fortemente marcadas por heranças coloniais que ainda modelam as relações sociais e os discursos institucionais. Diniz (2014) chama atenção para a presença de um imaginário luso-brasileiro que sustenta a noção de superioridade cultural do Brasil sobre os países vizinhos, especialmente a Bolívia.

De acordo com Diniz, (2014) ser boliviano ou brasileiro engoda discussões diretas a hierarquias simbólicas, estigmas e dispositivos de exclusão que se reproduzem no imaginário popular e nos discursos das mídias locais. Há de se considerar o histórico regional de influência estrangeira europeia, especificamente lusitana, sendo esta, configurada como necessária e de extrema importância histórica tendo em vista a guerra do Paraguai e o heroísmo de Visconde de Taunay por exemplo. O autor enfatiza:

Há que se lembrar também que a cidade de Corumbá, surgiu no bojo da expansão portuguesa no século XVIII, fato que nos levou a considerar que a construção de sua identidade cultural pela imprensa impregnou-se pela denominada história oficial que associou interesse português de conquista à posse do atual território de Mato Grosso do Sul pelos brasileiros (Diniz, 2014, p. 68).

Nesse aspecto, esse “outro”, o boliviano subalternizado, encontra-se preso em uma teia de representações que o impedem de se constituir como sujeito de enunciação. Como afirma Spivak (2010), o subalterno não pode falar porque não há lugar de escuta para ele. Tal impossibilidade não reside apenas na censura explícita, mas na própria forma como o discurso se estrutura para não reconhecer legitimidade à sua voz.

A maneira que o sujeito boliviano é invisibilizado na região de fronteira especialmente pelo brasileiro corumbaense, evoca a ideia do mito da democracia racial que por uma defesa apologética de longo tempo, impossibilita a percepção do “outro” enquanto sujeito oprimido ou vítima de algum tipo de exclusão (Diniz, 2014). Essa prática reforça a ideia de hegemonia cultural descrita por Gramsci (2002) segundo a qual o grupo dominante impõe seus valores e representações de forma a torná-los universais e “naturais”. Como afirma o autor: “Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem” (Gramsci, 2002, p.135). Dessa maneira, o boliviano em Corumbá não apenas sofre com a exclusão material e institucional, mas também é alvo de um processo contínuo de desumanização simbólica, que o fixa em um lugar de alteridade degradada.

Hegemonia e subalternidade como estratégias de invisibilização

A permanência da imagem do sujeito boliviano como elemento externo, ameaçador ou inferior em Corumbá não se dá apenas por mecanismos pontuais de preconceito, mas por um projeto cultural mais profundo e estruturante, no qual a hegemonia atua como tecnologia de exclusão (Diniz, 2014). Em Gramsci (2002), a hegemonia não é simplesmente a imposição coercitiva do poder de uma classe dominante, mas a construção de um consenso ativo e generalizado, que naturaliza a posição subordinada de determinados grupos sociais, através da cultura, da educação e dos meios de comunicação.

Gramsci afirma que é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática (Alves, 2010, p. 74)

É nesse campo da produção do consentimento que diversos mecanismos, dentre eles jornais locais como demonstra Diniz (2014), atua diretamente na constituição da identidade fronteiriça. O autor mostra que, em momentos de tensão econômica ou política, os jornais reforçam uma retórica nacionalista e de distinção entre os “nossos” e os “deles”, criando um campo simbólico no qual o boliviano ocupa sempre o papel do outro perigoso, do invasor:

A narrativa dos jornais é rica em situações inusitadas que expõem o boliviano em diversos locais cometendo ilícitos. O Diário da Manhã, por exemplo, sugeriu em uma matéria do ano de 1990 que a população da região de Corumbá e do e do vizinho município de Ladário não estava a salvo dos incômodos vizinhos nem mesmo nos ônibus da cidade (Diniz, 2014, p. 244).

Esse imaginário não é espontâneo, mas o resultado de uma hegemonia que opera por meio de uma espécie de formações discursiva. Ao estabelecer quem pode ou não ser reconhecido como parte legítima do corpo social, tais formações constroem um campo de visibilidade altamente seletivo. Como Afirma Cevasco, para o materialismo cultural a linguagem e a comunicação são formadoras, são forças sociais quando há interação com instituições formais e tradições. “É uma teoria da cultura como processo produtivo, material e social de práticas específicas (artes) com uso sociais de meios materiais de produção” (Cevasco, 2003, p. 116).

Assim, o sujeito boliviano é capturado por uma lógica binária que o define sempre em relação ao que falta: falta de cidadania plena, de pertencimento territorial, de legitimidade cultural. Essa operação é silenciosa e eficaz: ela não precisa da violência direta, mas da reprodução constante de um discurso que parece neutro e factual. Stuart Hall pontua esse aspecto com base em Foucault afirmando que o discurso constrói o assunto e define o que conhecemos e ainda determina como este é debatido e consequentemente, como as ideias são postas em prática regulando a conduta do outro, dirigindo a forma que se aceita ou não, e concomitantemente, limita e restringe outras maneiras de pensar e ver a realidade (Hall, 2016). Hall usa Foucault para mostrar como discursos se utilizam da verdade para dominar e impor uma verdade sobre o outro.

Dessa maneira, o autor enfatiza que existem procedimentos de controle para os discursos além da dominação do poder, que é determinar as formas de funcionamento dos discursos impondo regras aos sujeitos que os manifestam delimitando o acesso a eles. Foucault afirma que dessa maneira ninguém entra na ordem do discurso “se não satisfizer as exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo (Foucault, 1970, p. 18)¹.

Dessa maneira, não há voz para o boliviano, pois não há nele, qualificação para fazê-lo. O Histórico da influência portuguesa alinhado com discursos jornalísticos locais em determinados períodos históricos, cumpre justamente esse papel de direção moral, silenciando alguns e enaltecedo outros. Por essa premissa, o discurso sobre o sujeito boliviano na região de Corumbá/MS estabelece uma visão sobre o outro (boliviano) carregado de estereótipos e “pré-conceitos”. No contexto de Corumbá, isso significa o indivíduo boliviano foi posicionado em um lugar de marginalização pelos aparelhos ideológicos locais. Como lembra Diniz:

Dessa forma, cidadão boliviano também foi assinalado de maneira negativa, portador de uma cultura inferior ou até mesmo sem cultura, de acordo com a interpretação do senso comum de muitos habitantes do local. Essa afirmação colocou o Brasil em uma posição superior nessa porção do continente, capaz de disseminar sua cultura de matriz europeia entre as nações de menor porte econômico como a Bolívia, exercendo uma espécie de imperialismo cultural ao propagar a língua portuguesa e aos valores

¹ Citação de Foucault (1970, p.18) feita por Fernandez, 2024, p. 90.

nacionais. Nesse contexto desfavorável o boliviano parece um não-cidadão, ou um cidadão de segunda classe, por não possuir uma cultura digna de admiração pela imprensa (Diniz, 2014, p. 145).

Diniz afirma esse histórico consolidou um discurso de superioridade brasileira sobre os “hermanos bolivianos”, retratando-os como invasores, exóticos, suspeitos ou dependentes do Brasil. Esse discurso é herdeiro da ideia de que a Bolívia seria um país “menos desenvolvido”, não apenas economicamente, mas também cultural e racialmente inferior, ideia alimentada por uma matriz de pensamento eurocentrada reproduzida pela elite luso-brasileira (Diniz, 2014).

A impossibilidade de fala e o silenciamento estrutural

Ao abordar o conceito de subalternidade, Spivak (2010) retoma a teoria pós-colonial para questionar as formas pelas quais a colonialidade do poder se perpetua. A produção da subalternidade está enraizada em dispositivos históricos que excluem determinadas populações do campo da escuta. Assim, a pergunta “Pode o subalterno falar?” não demanda uma resposta objetiva, mas revela a estrutura da impossibilidade: o sistema discursivo não permite que ele seja ouvido como sujeito, apenas como objeto de fala alheia (Spivak, 2010).

Essa constatação é visível na forma como a presença boliviana em Corumbá é tratada. Em vez de vozes autênticas e autônomas, o que se encontra são representações moldadas por narrativas exógenas. A mídia local, como mostra Diniz (2014), raramente oferece espaço para que bolivianos relatem suas próprias experiências. Mesmo matérias que se pretendem “neutras” ou “informativas” reproduzem uma lógica de silenciamento, ao não problematizar as estruturas que condicionam a desigualdade.

Detectados pela sua importância econômica regional e pela posse de bens, os bolivianos de condição mediana que constituem que hoje se convencionou denominar de classe média foram pouco frequentes nos jornais, sendo descritos muito mais pelo seu envolvimento em crimes e acidentes do colunas relacionadas que nas empreendimentos econômicos (Diniz, 2014, p. 375).

Esse fato não é coincidência. Ele expressa a manutenção de uma hierarquia simbólica, onde apenas certos corpos, línguas e saberes são autorizados a ocupar o espaço público. Spivak (2010) alerta para esse ponto ao afirmar que o silêncio do subalterno não é voluntário, mas imposto por uma estrutura discursiva que já pré-determina os modos legítimos de fala. Como ela enfatiza: “o subalterno não pode falar” (Spivak, 2010, p. 126). Isso faz da fronteira não apenas uma linha geográfica, mas uma fronteira epistemológica, na qual certos saberes e existências

são sistematicamente interditados. No caso da fronteira Corumbá–Puerto Quijano, essa interdição é agravada pela herança colonial luso-brasileira, que define o boliviano como o “outro andino”, associado à pobreza, ao atraso e à desorganização. Como aponta Diniz:

A interpretação do mundo pelos olhos dos portugueses decorreu muitas vezes, conforme demonstrou a autora, da proximidade com intelectuais daquele país que haviam vivido no antigo Mato Grosso e produzido obras como, *Viagem ao centro do Brasil* de Oscar Leal, que devem ter marcado a forma de pensar o jovem estado republicano no final do XIX. A relação com a produção cultural portuguesa foi tão marcante segundo a pesquisadora, que ainda em 1880 havia um jornal em Corumbá, *O Iniciador*, que possuía uma seção dedicada a poesia denominada *Seção Camonianiana*. Percebeu-se que mesmo após a independência em 1822, o imaginário regional encontrava-se fortemente ancorado na cultura portuguesa, embora fosse pretendida uma reelaboração identitária a partir de uma literatura genuinamente nacional e houvesse circulação de obras de outros autores pelo Mato Grosso. [...] De posse dessas primeiras conclusões se estabeleceram marcos para pensarmos representações do boliviano na imprensa local, pois os textos comentados são reveladores de mentalidades e ideologias ancoradas em posições de classe e formações culturais específicas (Diniz, 2014, p. 56).

Assim, o sujeito boliviano torna-se um símbolo do que deve ser controlado, observado, mas nunca plenamente integrado. Ele é necessário enquanto mão de obra, mas indesejável enquanto sujeito político e cultural (Diniz, 2014). Essa tensão reflete o que descreve como uma dialética da diferença que ao mesmo tempo em que o outro é essencial para a construção da identidade, ele deve ser mantido à distância para que essa identidade não colapse.

Naturalmente, a luta cultural assume diversas formas: incorporação, distorção, resistência, negociação, recuperação. Raymond Williams prestou-nos um grande serviço ao delinear alguns desses processos, através de sua distinção entre os momentos emergentes, residuais e incorporados. Precisamos expandir e desenvolver esse esquema rudimentar. O importante é observá-lo dinamicamente: como um processo histórico. As forças emergentes ressurgem sob velhos disfarces históricos; as forças emergentes, apontando para o futuro, perdem sua força de antecipação e se voltam somente para o passado; as rupturas culturais de hoje podem ser recuperadas como suporte para o sistema de valores e os significados dominantes de amanhã (Hall, 2003, p. 259).

Hall afirma que a cultura é concebida não como forma de vida, mas forma de luta que se atravessa e se intensifica em lugares de cruzamentos culturais antagônicos. Ele afirma: “a luta cultural surge mais intensamente naquele ponto onde tradições distintas e antagônicas se encontram ou se cruzam” (Hall, 2003, p. 260). O autor ainda enfatiza o problema da tradição afirmando que ela não é estática, não é pura e sim o resultado de escolhas ideológicas, posicionamentos hegemônicos no decorrer do tempo. Isto é, a tradição carrega intensões políticas e normativas (Hall, 2003).

Nesse aspecto, quaisquer abordagens da cultura que valoriza a tradição sem contexto histórico, sem uma análise detalhada, corre o risco de corroborar para uma permanência ou ampliação do silenciamento do subalterno por um discurso hegemônico. Esse problema é aprofundado em Spivak que explica o significado de *Darstellen* - uma re-presentação do subalterno, mas que não implica ouvi-lo em suas vivências e visões de mundo (Spivak, 2010). Isso pode ocorrer em discursos e representações artísticas ou até mesmo, epistêmicas.

Dado esses fatos, as tensões entre bolivianos e brasileiros na região de Corumbá/MS se esclarecem e permite a compreensão sobre a subalternidade do sujeito boliviano em relação ao indivíduo brasileiro-corumbaense, construída com aspectos de uma tradição que “folcloriza” a vivência e a identidade do indivíduo boliviano por uma posição imperialista herdada dos Europeus e disseminada pelas mídias locais (Diniz, 2014).

Hall (2003) denomina de pontos de intersecção essa diversidade de conflitos em espaços de culturas antagônicas; são diversas as problemáticas que atravessam uma região de fronteira. Uma Mulher boliviana imigrante em Corumbá por exemplo, pode enfrentar preconceito não só por ser mulher, mas também por ser indígena, estrangeira (boliviana) e pobre. Todos esses fatores se cruzam; são pontos de intersecção que moldam sua experiência social.

Discursos midiáticos e heranças coloniais em Corumbá

A condição de subalternidade que recai sobre o sujeito boliviano na fronteira de Corumbá não é apenas um resultado contemporâneo de práticas excludentes. Ao contrário, ela é forjada historicamente a partir da sobreposição de camadas coloniais, especialmente do legado luso-brasileiro que instituiu um padrão civilizatório eurocêntrico como medida de pertencimento e legitimidade (Diniz, 2014). Uma espécie de “gramática cultural” que engessa ferramentas de dominação sob um conceito de tradição que se configura um aparato hegemônico (Cevasco, 2003). Ou seja, Cevasco usando o conceito de hegemonia em Raymond Willians afirma que essa questão se desenvolve como uma cultura de vivência de dominação. Segundo Cevasco:

Para Williams, a noção de hegemonia como recuperada de Gramsci, é central para produzir uma descrição acurada do processo de produção e reprodução da cultura. Essa descrição possibilita ver como se dá a determinação em uma sociedade de classes combinando os aspectos de uma totalidade de práticas sociais e a noção de intenção (Cevasco, 2003, p. 114).

Isso significa que a cultura está enraizada nas condições materiais da sociedade, na vida quotidiana, nas relações de trabalho, nas instituições sociais e na luta de classes. Willians denomina esse conceito de Materialismo cultural. “Uma cultura tem dois aspectos: os significados e direções conhecidos, em que seus integrantes são treinados; e as novas observações e os significados que são apresentados testados” (Willians 2014, p. 5). Ou seja, a cultura é uma zona de embates recíprocos, onde quotidianamente se reforçam hegemonias ou se abrem possibilidades inclusivas e democráticas.

Em Corumbá, os jornais desempenharam um papel central nesse processo. Diniz (2014) mostra como, desde as primeiras décadas do século XX, a imprensa local reafirma a centralidade da identidade brasileira como modelo de ordem, progresso e civilidade, ao mesmo tempo que associa o boliviano ao atraso. “[...] o conceito de civilização nos jornais está vinculado ao patrimônio cultural europeu colonizador...” (Diniz, 2014, p. 64). Ainda que, segundo Diniz, o contexto de civilidade associada diretamente a uma lusofonia (como vimos analisando Hall, Cevasco e Willians), a cultura hegemônica se constrói e se perpetua diante de posicionamentos que se impõe socialmente por discursos hegemônicos como vimos em Gramsci.

A naturalização dessas representações contribui para uma economia do silenciamento onde os bolivianos, mesmo presentes, não têm autorização simbólica para pertencer plenamente. São vistos, mas não reconhecidos; são necessários, mas descartáveis. Tal paradoxo está inscrito na forma como o espaço fronteiriço é organizado simbolicamente: a fronteira se apresenta como uma zona de contato, mas se opera como zona de contenção.

Aqui, o conceito aprofundado por Spivak (2010) sobre a subalternidade se evidencia; o indivíduo boliviano é invisibilizado porque não é ouvido, percebido. Mesmo quando fala, sua voz não circula com legitimidade social. Esse silenciamento é funcional ao controle das fronteiras e à manutenção da desigualdade racial e econômica. Diniz (2014) sublinha esse paradoxo ao apontar que, embora a fronteira favoreça intensas trocas comerciais, culturais e afetivas, os jornais como “porta-voz” dos cidadãos corumbaenses levavam às autoridades denúncias sobre questões sanitárias sempre associando aos bolivianos a falta de higiene e os riscos à saúde pública.

Em um pronunciamento à câmara municipal de Corumbá o secretário de obras públicas responde questionamentos sobre “problemas” causados pelo aglomerado de residências de bolivianos em área urbana. Sua resposta não contesta as afirmações estigmatizantes sobre os bolivianos, antes reafirma:

Dr. José Sebastião Candia justificou que aquele amontoado de casebres e barracões ali continua, porque os proprietários de terrenos, homens de recursos financeiros, fazem negócios com aluguel das áreas não beneficiadas e nem muradas e se negam a cumprir as posturas municipais. Entendemos que o problema não é tão difícil assim de se resolver. Por que a Prefeitura não obriga tais proprietários, pessoas que desfrutam de excelente situação financeira a cumprir as leis municipais inclusive os regulamentos da Saúde Pública, condenando as habitações que não tem instalações sanitárias, ameaçando a cidade com a irrupção de epidemias e outros males decorrentes? Já é tempo de se acabar com semelhante situação (Tribuna, 1963)².

O uso de expressões como “*amontoado de casebres e barracões*” revela uma construção imagética da “Feira Boliviana” como espaço de desordem, sujeira e risco. O problema é deslocado do campo social para o campo técnico-sanitário, e os moradores, presumivelmente migrantes bolivianos ou seus descendentes, são silenciados em sua condição de sujeitos. Como propõe Spivak (2010), o subalterno “não pode falar” porque não há lugar para sua voz nas estruturas que o nomeiam. A população é objeto de discursos de controle e vigilância, mas jamais interlocutora nos debates que definem seu destino.

A fala do secretário de obras atribui a permanência da favela aos “homens de recursos financeiros” que alugam terrenos sem infraestrutura. Embora a crítica pareça recair sobre os proprietários, ela também reforça uma lógica hegemônica que, como diria Gramsci (2002), atua por meio do consenso: mantém a estrutura social como está, naturalizando a precariedade habitacional das classes populares e justificando a exclusão por meio de normas urbanísticas.

Nas menções de bolivianos em jornais de Corumbá não como sujeito de direitos ou parte integrante da cidade, mas como problema urbano, risco sanitário, trabalhador informal ou agente de ilegalidades, como analisa Diniz (2014), há um padrão discursivo recorrente que associa a presença boliviana à desordem, à informalidade e à ameaça à ordem pública. Mesmo quando a intenção declarada é “denunciar desigualdades” ou “reivindicar melhorias”, o sujeito boliviano permanece encapsulado numa posição subalterna, falado por outros e raramente autorizado a expressar sua própria narrativa e quase sempre estigmatizado como o outro – problema. Em um dos jornais analisados por Diniz (2014), ao citar uma apreensão de usuários de entorpecentes, aparece a seguinte notícia:

Agentes da Polícia Federal encontraram dois menores cheirando cocaína na Esplanada da NOB efetuaram a detenção deles, quando então eles entregaram a conhecida Boca do Carlos como fornecedora da droga. Os policiais para lá se dirigiram e o dona da boca, Carlos Flores, conhecido como Carlos Boliviano”, que já tem passagem. pela polícia, tentou fugir com uma criança nos braços (Diário da manhã, 1984)³.

² Citação do Jornal Tribuna (31/05/1963) feita por Diniz, 2014, p. 322.

³ Citação do Jornal Diário da Manhã (22/05/1990) feita por Diniz, 2014, p. 290.

Como afirma Diniz, o problema agravante é a reincidência criminal do cidadão e não sua nacionalidade que segundo o autor, a manchete naturaliza a família boliviana ao tráfico de drogas. Nesse aspecto, a mídia local opera como aparelho ideológico nos termos de Antônio Gramsci, ao naturalizar uma estrutura de dominação simbólica. A repetição de imagens da “Feira Boliviana” como lugar de sujeira, aglomeração e descaso, e a associação constante a criminalidade de indivíduos bolivianos contribui para formar consensos sociais que culpabilizam os migrantes por problemas estruturais da cidade. O que poderia ser lido como negligência estatal é deslocado para a conta da presença boliviana, criando uma narrativa conveniente à manutenção da ordem hegemônica.

A pesquisa de Diniz (2014) abriga informações contundentes sobre questões históricas de influências de identidade local – o que de acordo com Hall (2003) é um dos fatores cruciais para uma imposição hegemônica e de subalternidade – Nesse bojo, o recorte temporal de Diniz revela a maneira que a mídia local fortaleceu o silenciamento e a marginalização do boliviano em Corumbá/MS.

Reportagens que noticiam ações da polícia frequentemente destacam a nacionalidade dos envolvidos em apreensões de drogas, enfatizando o termo “boliviano” no título ou subtítulo, mesmo quando o sujeito atua em funções menores das redes ilícitas. Essa insistência na nacionalidade não apenas essencializa o sujeito como criminoso, mas contribui para uma construção simbólica da bolivianidade como sinônimo de ilegalidade, criando um vínculo entre identidade nacional e desvio. Trata-se de um discurso que, como nos alerta Stuart Hall, opera por repetição: ao reforçar estereótipos, ele estabiliza categorias identitárias que servem para justificar exclusão e vigilância. Perceba algumas manchetes de jornais de Corumbá entre 2021 e 2025:

“Dois bolivianos são presos com 6,5 kg de cocaína na fronteira.”

“Bolivianos são presos com 13,7 kg de cocaína na fronteira.”

“Seis bolivianos são presos traficando cápsulas de cocaína no corpo.”

“Boliviano é preso com pasta base em ônibus clandestino que seguia para SP.”

“Boliviano é preso com três tabletes de pasta base na fronteira” (Souza, Capital do Pantanal, 2021-2025).

Não obstante, a manchete é diferente quando se trata brasileiros ainda que o crime seja de maior agravante: “Foragido condenado por estupro de vulnerável é

preso em Corumbá” (Souza, Capital do Pantanal, 2024). Não há ênfase na nacionalidade ou naturalidade. O leitor não é conduzido a um imagético criminalizado de ordem nacional. Diniz é enfático em sua conclusão sobre as consequências do posicionamento da mídia local:

Ao associar o boliviano à balbúrdia do espaço do comércio da primeira feira formada por muitos desses imigrantes, os jornais promoveram uma insistente interpretação negativa do cidadão do país vizinho que se consolidou na memória local. A construção de uma representação ameaçadora do boliviano decorreu da negação e sua condição de participante essencial da dinamização da economia regional. Dessa maneira, como indivíduo pobre, morador de periferias, ele foi apresentado de forma parcial a partir de estereótipos que ocultaram os aspectos positivos de sua oferta de mão de obra no município ou papel dos alimentos bolivianos trazidos pelos feirantes para a dieta local (Diniz, 2014, p. 376-377, grifo nosso).

Essa construção discursiva colabora para a manutenção da hegemonia simbólica brasileira, perpetuando o boliviano como o subalterno em uma alteridade fronteiriça fragmentada, onde múltiplas questões, embates, formam identidades que perpetuam comportamentos excludentes do outro como legítimo produtor de cultura. Nesse contexto, a fronteira não apenas delimita territórios, mas classifica sujeitos e define quais vozes podem circular com autoridade.

A imprensa local segundo Diniz (2014), escreveu um contexto marcado pelo viés liberal, imprimindo na identidade local, um caráter excludente que enxerga o boliviano, ainda que legalizado, como “subcidadania”. Diniz ainda afirma que muitos descendentes de bolivianos se perdem entre as duas nacionalidades; seja por não dominar o espanhol ou pela falta de acolhimento do brasileiro corumbaense, muitas vezes acompanhado de *bullying* em ambientes públicos ou escolares. Para Diniz (2014) “o discurso regionalista impregnado nas concepções de História, não privilegiou as imigrações fronteiriças nem celebrou seu papel na formação da história da cidade” (Diniz, 2014, p.379).

À revelia de todo esse imagético de negatividade e silenciamentos institucionais, os bolivianos permanecem atuando no comércio, nas festividades e no tecido urbano da cidade. Para Diniz, (2014) essa presença contínua é uma forma de resistência simbólica e prática: os sujeitos bolivianos reconfiguram o espaço fronteiriço ao desafiar narrativas que buscam marginalizá-los. Ao ocupar e ressignificar territórios sociais, criam uma contra esfera pública que questiona as representações cristalizadas e constroem formas próprias de agência.

Ainda que as múltiplas tentativas de aproximação cultural como o Festival América do Sul e outros eventos locais não tenham obtido sucesso - talvez pela maneira equivocada de não ouvir o sujeito boliviano, apenas representá-lo - o

boliviano fez à sua maneira, seu ato de resistência. Diniz (2014) afirma não ter encontrado registros da imprensa local sobre a importância das manifestações culturais dos bolivianos da região de Corumbá/MS. Não obstante, o boliviano resiste com toda a sua subversividade, suas cores, sabores, alegrias e sua fé.

Essa análise converge com a crítica de Spivak (2010) e com o materialismo cultural de Williams apontado por Cevasco (2003): há produção de sentido nas margens, há reapropriação simbólica mesmo sob dominação. Trata-se de uma alteridade fragmentada e em disputa, que insiste em existir apesar de uma economia do silenciamento.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a condição do sujeito boliviano em Corumbá-MS está intimamente ligada a um conjunto de discursos que atravessam a história da fronteira e se atualizam na linguagem midiática local. Longe de serem neutras, as narrativas jornalísticas examinadas contribuem para consolidar imagens que associam o boliviano à desordem, à suspeita e à precariedade, reforçando a permanência de fronteiras simbólicas mesmo em um espaço marcado pela circulação cotidiana de pessoas, mercadorias e saberes entre Brasil e Bolívia. Ao iluminar essas representações, foi possível evidenciar como a mídia participa da manutenção de hierarquias identitárias e da produção de silenciamentos que atingem diretamente quem vive essa fronteira na condição de “outro”.

Nesse percurso, o estudo permitiu compreender que a invisibilização do sujeito boliviano não se reduz a carências materiais ou a ausências formais de direitos. Ela se constrói e se reproduz no plano das significações, na maneira como a imprensa seleciona temas, enquadra acontecimentos e escolhe quais vozes podem ou não aparecer. As reportagens analisadas revelam um padrão de abordagem que tende a transformar o boliviano em personagem recorrente de situações problemáticas, ao mesmo tempo em que pouco registra suas experiências, perspectivas e contribuições para a dinâmica social, econômica e cultural da cidade. Essa assimetria ajuda a entender por que a presença boliviana, embora fundamental para a vida corumbaense, continua atravessada por marcas de desconfiança, inferiorização e distância social.

Ao mesmo tempo, o artigo indicou que esse quadro não se esgota em termos de pura dominação. A permanência de práticas comerciais, culturais e afetivas protagonizadas por bolivianos demonstra que há formas de resistência que tensionam o lugar de subalternidade que lhes é atribuído. Mesmo quando não

reconhecidas pela mídia, essas presenças produzem fissuras no discurso dominante e afirmam modos próprios de ocupar a fronteira, de produzir vínculos e de inscrever memórias no espaço urbano. A fronteira aparece, assim, como um território de conflito, mas também de invenção, onde se confrontam projetos de identidade excludentes e experiências concretas de convivência e pertencimento.

Ao articular referenciais dos Estudos Culturais com o exame de narrativas jornalísticas, esta pesquisa oferece uma contribuição para o entendimento da fronteira como campo de disputa simbólica e não apenas como limite territorial. O recorte adotado evidencia a importância de interrogar quem fala sobre quem, em quais condições e com quais efeitos, chamando atenção para o papel dos meios de comunicação na naturalização de desigualdades e na definição de quem pode ser reconhecido como sujeito. Ao mesmo tempo, a concentração da análise em materiais midiáticos constitui um limite do estudo, na medida em que não incorpora de forma direta as vozes dos próprios bolivianos e suas leituras sobre a cidade e sobre as formas de representação que os afetam.

Esse limite abre possibilidades claras para pesquisas futuras que possam combinar o exame de discursos institucionais com entrevistas, etnografias e outras metodologias qualitativas voltadas à escuta de quem vive a fronteira a partir de posições subalternizadas. Investigações comparativas com outras regiões fronteiriças, bem como estudos que focalizem políticas públicas, práticas educacionais ou iniciativas culturais construídas em diálogo com comunidades bolivianas, podem ampliar e aprofundar as questões aqui trabalhadas. Ao apontar esses caminhos, este artigo reafirma que enfrentar a invisibilidade do sujeito boliviano implica não apenas descrever desigualdades, mas desestabilizar narrativas que as justificam e criar condições para que outras formas de presença e de fala se tornem visíveis e legítimas.

Referências

- ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 80, p. 71–96, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/mQtGPDfjR85HxSSLmgCzbM/?lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2025.
- CEVASCO, M. E. *Dez lições sobre os estudos culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- DINIZ, W. L. C. *Los hermanos bolivianos: representações nos jornais de Corumbá/MS (1938-1999)*. 2014. 535 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-15052015-101045/>. Acesso em: 1 nov. 2025.
- FERNANDEZ, L. S. *Relações de gênero nos livros didáticos de Língua Inglesa e perspectiva de docentes da rede pública: reprodução ou superação de estereótipos?* 2024. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá-MS, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/8635>. Acesso em: 22 maio 2025.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: volume 2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALL, S. **Cultura e representação**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização de Liv Sovik; tradução de Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

SOUZA, G. Dois bolivianos são presos com 6,5 kg de cocaína na fronteira. **Capital do Pantanal**, Corumbá, MS, 2023. Disponível em: <https://www.capitaldopantanal.com.br/noticias/dois-bolivianos-sao-presos-com-6-5-kg-de-cocaina-na-fronteira/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SOUZA, G. Bolivianos são presos com 13,7 kg de cocaína na fronteira. **Capital do Pantanal**, Corumbá, MS, 2024. Disponível em: <https://www.capitaldopantanal.com.br/noticias/bolivianos-sao-presos-com-13-7-kg-de-cocaina-na-fronteira/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SOUZA, G. Seis bolivianos são presos traficando cápsulas de cocaína no corpo. **Capital do Pantanal**, Corumbá, MS, 2025. Disponível em: <https://www.capitaldopantanal.com.br/noticias/seis-bolivianos-sao-presos-traficando-capsulas-de-cocaina-no-corpo/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SOUZA, G. Boliviano é preso com pasta base em ônibus clandestino que seguia para SP. **Capital do Pantanal**, Corumbá, MS, 2024. Disponível em: <https://www.capitaldopantanal.com.br/noticias/boliviano-e-preso-com-pasta-base-em-onibus-clandestino-que-seguia-para-sp/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SOUZA, G. Foragido condenado por estupro de vulnerável é preso em Corumbá. **Capital do Pantanal**, Corumbá, MS, 2024. Disponível em: <https://www.capitaldopantanal.com.br/noticias/foragido-condenado-por-estupro-de-vulneravel-e-preso-em-corumba/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WILLIAMS, R. A cultura é algo comum. In: WILLIAMS, R. **Recursos da esperança**: cultura, democracia, socialismo. Tradução de Ana Maria Bahiana. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

O ACOLHIMENTO DELEGADO: A TERCEIRIZAÇÃO DA POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA À SOCIEDADE CIVIL

DELEGATED RECEPTION: THE OUTSOURCING OF BRAZILIAN MIGRATION POLICY TO CIVIL SOCIETY

EL ACOGIMIENTO DELEGADO: LA TERCERIZACIÓN DE LA POLÍTICA MIGRATORIA BRASILEÑA A LA SOCIEDAD CIVIL

DOI 10.55028/geop.v20i38

Sophia de Azevedo Nogueira*
Willian Carrapateira Gomes Alecrim**
Nicole Moraes Nogueira***
Luiz Davi Rodrigues dos Santos***

Resumo: Examina-se como o Estado brasileiro terceiriza, de forma informal, a política de acolhimento a migrantes internacionais, transferindo à sociedade civil responsabilidades que lhe são constitucionais. A partir de uma análise histórica, jurídica e social, utilizando método dedutivo, observa-se que essa delegação encobre a omissão estatal sob um discurso humanitário, mantendo práticas assistencialistas e respostas apenas emergenciais. Nesse cenário, ONGs, instituições religiosas e movimentos sociais assumem protagonismo diante da falta de políticas públicas estruturadas, revelando um padrão de desresponsabilização em que iniciativas da sociedade civil buscam suprir a lógica fragmentada e excludente do acolhimento no Brasil.

Palavras-chave: voluntariado, responsabilidade, terceirização.

Abstract: This study examines how the Brazilian State informally outsources its responsibility

Introdução

A política migratória brasileira tem se configurado historicamente entre momentos de terceirização estatal e rejeição histórica à parcela populacional migrante no país, que reflete em interesses econômicos e estratégicos, bem como em práticas marcadas por preconceitos e por falsas promessas de acolhimento. Desde o utilitarismo racial do início do século XX, até a rigidez do “Estatuto do Estrangeiro” promulgado durante a Ditadura Militar, o país enfrentou uma trajetória complexa no reconhecimento e na proteção dos direitos de migrantes internacionais e refugiados.

* Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), <http://lattes.cnpq.br/2320644632913274>, sophia_nogueira@ufms.br.

** Graduando em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), <http://lattes.cnpq.br/5196586592464716>, willian_gomes@ufms.br.

*** Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), <http://lattes.cnpq.br/5641990339322385>, nicole.moraes@ufms.br.

**** Graduando em Direito pela UNIGRAN CAPITAL, luiздavi2.08.04@gmail.com.

for welcoming international migrants to civil society, delegating a constitutional duty. Through a historical, legal, and social analysis using the deductive method, it becomes clear that this transfer masks state omission under a humanitarian discourse, sustaining assistentialist and emergency-based practices. In this context, NGOs, religious institutions, and social movements take the lead amid the absence of structured public policies, revealing a pattern of institutional disengagement in which civil society initiatives attempt to overcome the fragmented and exclusionary logic that shapes migrant reception in Brazil.

Keywords: volunteering, responsibility, outsourcing.

Resumen: Se analiza cómo el Estado brasileño terceriza informalmente la política de acogida a migrantes internacionales, transfiriendo a la sociedad civil una responsabilidad que es constitucional. A través de un análisis histórico, jurídico y social basado en el método deductivo, se evidencia que esta delegación encubre la omisión estatal bajo un discurso humanitario, manteniendo prácticas asistencialistas y respuestas meramente emergenciales. En este escenario, ONG, instituciones religiosas y movimientos sociales asumen el protagonismo ante la falta de políticas públicas estructuradas, revelando un patrón de desresponsabilización institucional en el que la sociedad civil intenta superar la lógica fragmentada y excluyente de la acogida en Brasil.

Palabras-clave: voluntariado, responsabilidad, externalización.

Apesar dos avanços legislativos, especialmente com a promulgação da nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), que buscou alinhar o ordenamento jurídico nacional aos princípios internacionais de direitos humanos, persistem desafios estruturais significativos e de difícil superação. O preconceito, as oscilações políticas e a desarticulação governamental têm contribuído para que o acolhimento e a integração de migrantes internacionais e refugiados sejam pautados por ações emergenciais, precárias, desarticuladas e insuficientes.

Nesse cenário, destaca-se a crescente delegação da responsabilidade do Estado brasileiro pelo acolhimento à sociedade civil organizada, sobretudo às organizações não governamentais e instituições religiosas, que, apesar do relevante papel social, assumem funções que deveriam ser prioritariamente do Estado, que tem como dever constitucional primordial a promoção dos direitos humanos e sociais. Essa terceirização da política migratória, denominada de acolhimento delegado, evidencia a omissão estatal e o esvaziamento da função política do poder público, configurando um modelo de inclusão perversa que, em vez de promover a integração plena, perpetua a vulnerabilidade e a exclusão dessas populações.

À luz do presente trabalho, quanto à abordagem a ser utilizada, ela será qualitativa, e adotar-se-á o método dedutivo, conforme sistematizado por

René Descartes em sua obra *Discurso do Método* (2001), partindo-se de princípios e normas jurídicas gerais com o intuito de produzir uma tese interpretativa específica sobre os motivos que levam o Estado a se eximir de sua responsabilidade e a transferi-la à sociedade civil. Nesse sentido, esta pesquisa parte de fundamentos jurídicos gerais, como os direitos humanos, os deveres constitucionais do Estado e os tratados internacionais ratificados pelo Brasil, a fim de interpretar criticamente as razões e os efeitos da delegação da política de acolhimento à sociedade civil.

Os objetivos da pesquisa possuem caráter descritivo e exploratório, com a finalidade de esclarecer e caracterizar as dinâmicas estruturais e institucionais que sustentam a delegação da política de acolhimento no Brasil, além de desenvolver uma tese a partir das fontes bibliográficas e dados coletados, além da análise documental. A pesquisa visa, ainda, explorar as boas práticas existentes e sugerir melhorias nas políticas públicas de acolhimento e integração.

Destarte, constata-se que, ao se examinar essa dinâmica, refletem-se as implicações da transferência de responsabilidades para o Terceiro Setor, bem como os desafios para a construção de políticas públicas articuladas, eficazes e pautadas na corresponsabilidade entre Estado e sociedade civil, no que tange a política de acolhimento migratório.

A institucionalização inicial do acolhimento delegado no contexto migratório brasileiro

Não há como abordar a questão legal da imigração no Brasil, assim como a crescente delegação de funções estatais à sociedade civil no processo de acolhimento, sem mencionar a sua correlação com a formação do território nacional. Nesse sentido, o tratamento dado aos imigrantes foi quase sempre pendular: ora eram atraídos para a ocupação de rincões no Sul do Brasil, segundo a lógica do princípio *uti possidetis* em territórios que pertenciam à Espanha; ora eram rejeitados com a edição de decretos que impediam sua organização na vida civil durante a vigência da Lei n.º 6.815/1980, conhecida também como “Estatuto do Estrangeiro” (Carneiro, 2018).

Partindo de uma ideia utilitarista, é possível traçar uma correlação clara entre os diplomas legais sobre imigração. Para o filósofo inglês Jeremy Bentham, o princípio de maximizar a utilidade, que neste contexto se refere à felicidade do *status quo* vigente, não se aplica apenas ao cidadão comum, mas também aos legisladores (Sandel, 2015). Nesse sentido, o discurso da época, por mais reprovável que seja aos olhos contemporâneos, conectava a felicidade da sociedade dominante ao racismo científico e à tentativa de embranquecimento da população. Essa visão

é exemplificada por João Batista de Lacerda, então Diretor do Museu Nacional, que em seu ensaio *Sur les métis au Brésil*, apresentado no I Congresso Universal das Raças em 1911:

as correntes de imigração europeia, que aumentam a cada dia e em maior grau o elemento branco desta população, terminarão, ao fim de certo tempo, por sufocar os elementos dentro dos quais poderiam persistir ainda alguns traços do negro (Lacerda *apud* Schwarcz, 2011, p. 239).

Nesse contexto, o ciclo de atração de imigrantes, oriundos em sua maioria de Portugal, Itália, Alemanha e Japão, chega ao fim com a Segunda Guerra Mundial. Em tal período, o tema da Segurança Nacional ganhou corpo no debate público, e a figura do imigrante passou a ser associada à do inimigo a ser combatido, enquanto se buscava a assimilação daqueles que já residiam no país (Wermuth, 2020). Contudo, foi somente em 1980, com a Lei nº 6.815, que a imigração foi regida por um diploma específico. Promulgada durante o governo do General João Baptista Figueiredo, a lei já nasceu marcada pelo viés autoritário da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985).

Há de se pontuar que a postura do Estado brasileiro em relação aos seus compromissos internacionais é paradoxal no que tange a imigração e o tratamento ao migrante. Adiante, com a queda das ditaduras militares no Cone Sul e o otimismo gerado pelo fim da Guerra Fria, uma onda de redemocratização avançou pelo mundo. Inserido nesse contexto, o Brasil promulgou a Constituição de 1988, que promoveu a representatividade de grupos sociais historicamente marginalizados. Todavia, o ultrapassado Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980) só foi revogado em 2017 após pressão de grupos nacionais e internacionais.

Todavia, mesmo que o novo dispositivo legal tenha se adequado aos Direitos Fundamentais previstos na Constituição de 1988, o preconceito e a visão dicotônica sobre os imigrantes permaneceram em alguns setores da sociedade, sobretudo nos ditos conservadores. A título de exemplo, em 6 de dezembro de 2016, durante a discussão do então Projeto de Lei, o Deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) justificou seu voto contrário com a seguinte fala: “é um crime o que estão fazendo aqui com este projeto de lei, escancarando as portas do Brasil para todo o mundo. Tudo quanto é tipo de escória virá para cá agora!” (Bolsonaro, 2016 *apud* Wermuth, 2020, p. 18).

Como já mencionado, a política migratória brasileira demonstra um comportamento pendular, sem foco real no acolhimento dessas pessoas e sua integração plena à sociedade. Em 2019, durante o governo do já citado Jair Bolsonaro, agora Presidente da República, o Brasil se retirou do Pacto Global para Migração

Segura, Ordenada e Regular da ONU. Segundo o então chanceler Ernesto Araújo, a decisão se baseou no argumento de que “a imigração deve estar a serviço dos interesses nacionais e da coesão de cada sociedade” (Araújo, 2019). Com essa justificativa, o discurso do “interesse nacional” ressurgiu na pauta política brasileira, contudo de maneira marginalizada.

Mesmo com a mudança no espectro político após a eleição de 2022, a questão imigratória continua às margens do debate público, em que os governos brasileiros, independentemente do período histórico, não inserem tal pauta no centro de debates políticos importantes. Frente à ausência de uma política migratória unificada, as ações assistenciais devem ser analisadas individualmente. A falta de coordenação permite que, enquanto um estado da federação oferece suporte aos imigrantes, outro pode negligenciar a questão, gerando descoordenação na administração pública. Um exemplo notório dessa falha ocorreu em 2014, quando o governo do Acre enviou imigrantes haitianos para São Paulo sem qualquer articulação prévia, causando descontentamento na Secretaria de Justiça paulista (Silva, 2015 *apud* Silva, 2017, p. 10).

Verifica-se que, mesmo que os grandes centros desenvolvam estruturas para atender às ondas migratórias, a principal responsabilidade e dificuldade recaem sobre as instituições religiosas, ONGs e ao voluntariado. Essa transferência de responsabilidade leva tais organizações a mediarem a relação entre o capital e a força de trabalho imigrante.

Em suma, para que as ações governamentais deixem de ser definidas por crises emergenciais, é essencial um fortalecimento estrutural das políticas e dos marcos legais. Isso exige uma ação coordenada entre os diversos órgãos da federação, em vez de respostas pontuais (Lussi, 2015; Perin, 2013; Silva, 2013).

O protagonismo das organizações da sociedade civil: redes, fé e voluntariado como sustentáculos do acolhimento

Há séculos, nas mais diversas partes do globo, o voluntariado fez-se uma ocupação presente na vida de muitos, desde povos antigos, como gregos e egípcios, que se atentavam em seguir certo código moral acerca da justiça social, até a burguesia inglesa, que, com o aumento gradativo das notórias disparidades de classe Revoluções Industriais, passou a se preocupar cada vez mais com os crescentes níveis de pobreza que assolavam a sociedade da época (Benedetti, 2017).

Nesse sentido, é possível observar que, atentando-se, ou não, a uma ideologia específica, o ato de voluntariar-se para auxiliar o próximo correlaciona-se a um viés humanista e social. Assim, faz-se notória a relação existente entre a crença

religiosa e/ou humanitária e a ajuda ao próximo, uma vez que, em distintos credos, a moral e o altruísmo são virtudes lecionadas e admiradas advindas das Revoluções Industriais, passou a se preocupar cada vez mais com os crescentes níveis de pobreza que assolavam a sociedade da época (Benedetti, 2017).

Sob esse viés, torna-se válido dissertar sobre a partilha da responsabilidade acerca do acolhimento daqueles que o necessitam, em especial os refugiados e migrantes internacionais.

Refúgio pode ser definido como um lugar que alguém busca, a fim de fugir ou livrar-se de determinado perigo, como um abrigo (Ribeiro, 2025). Assim, para que determinado alguém possa abrigar-se, faz-se necessário alguém que possa abrigá-lo. Desse modo, tratando territórios como espaços de exercícios de soberania de Estados-nação, faz-se incontroversa a compreensão de que a incumbência de proteger, acolher e incluir aqueles que necessitam de refúgio, assim como a proteção de seus direitos então violados, sob sua jurisdição é, primordialmente, da nação que os receber (Moreira, 2014).

Não obstante trate de um fenômeno internacional, ao abranger pessoas em situação de vulnerabilidade migrando, forçosamente, de seu país de origem para outro distinto, é imprescindível que cada nação responsabilize-se por sua respectiva quota- parte neste cenário e acolha aqueles que necessitam sem, sobretudo, violar sua dignidade humana.

Contudo, tal ônus, seja pela subordinação a determinados Tratados Internacionais, ou pelo entendimento do próprio país em proteger o povo que o habita, não vem sendo atendido com êxito nas últimas décadas, já que, consoante o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), não são incomuns incidentes que explicitem a negligência de determinados países com a integridade física e os direitos humanos daqueles que nestes buscam refúgio (Menezes, 2012).

Não são excepcionais os casos em que migrantes forçados submetem-se a condições ultrajantes, a fim de permanecerem nos Estados que escolheram abrigar-se seja por negligência estatal, ou não, conjunturas racistas, xenofóbicas e intolerantes estão presentes na vida de inúmeros refugiados e são determinantes para que estes não se sintam acolhidos e, por vezes, percebam-se obrigados a partirem, novamente, em busca de um novo lar (Menezes, 2012).

Consoante o exposto, faz-se notório o entendimento de que, não obstante, em via de regra, a responsabilidade pelo acolhimento daqueles necessitados de refúgio seja do Estado escolhido por estes, mesmo que de forma temporária, a omissão destes entes faz-se inegável. Assim, conforme supramencionado, é de

extrema relevância dissertar sobre a incontroversa relevância que a sociedade civil assume no tocante ao acolhimento dos migrantes forçados.

Como explicitado anteriormente, era costumeiro entre povos de diversos locais e épocas o hábito de voluntariar-se para ajudar o próximo, sendo ou não por motivos religiosos. Sob esse viés, além da sociedade como um todo, há distintos grupos individualizados, como associações e comunidades que, motivadas por razões diversas, empenham-se em realizar tal atividade, com a finalidade de tornar a experiência do refúgio menos difícil e traumática.

A instituição *CVS - Bulgaria (Cooperation for voluntary service – Bulgaria)* é uma ONG (Organização Não Governamental) universal cuja missão primordial é promover o desenvolvimento de valores sociais e encorajar condutas responsáveis, a fim de alcançar paz, justiça social e uma cultura de proteção à natureza, tudo isso por meio de iniciativas de voluntariado e programas educacionais internacionais (CVS Bulgaria, 2025). Já no cenário brasileiro, o Instituto Migrações e Direitos Humanos, sediado em Brasília e vinculado à Fundação Scalabriniana em Roma, atua, ativamente, na promoção do acolhimento, proteção e integração de migrantes, refugiados e apátridas (IMDS, 2025).

Ademais, é de extrema validade mencionar a atuação de determinadas instituições religiosas. A Cáritas Brasileira, por exemplo, trata de uma instituição atrelada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e, consequentemente, à religião católica e, utilizando desta como um guia, afigue-se em demasia com a prática de ações sociais e com a defesa dos direitos humanos como intrínsecos a todos (Cáritas Brasileira, 2025).

Assim sendo, consoante o exposto, faz-se notória a compreensão de que, sendo a problemática do refúgio persistente na hodiernidade, é imprescindível a atuação de entes, sejam estes quem forem, a fim de auxiliar e, primordialmente, acolher os indivíduos que necessitam de refúgio. Não obstante a responsabilidade majoritária de tal acolhimento seja do Estado-nação ao qual determinado indivíduo destinou-se, é possível constatar certa omissão por parte destes, assim como por parte de sua população.

Por conseguinte, faz-se imprescindível o reconhecimento da existência de organizações não governamentais como sustentáculos do acolhimento de refugiados. Religiosas ou não, o apreço humanitário pelo próximo demonstrado por tais organizações é o que torna o processo de refúgio algo pouco menos difícil, por meio do acolhimento e do reconhecimento de seus direitos.

A perversidade da inclusão: acolhimento emergencial como mecanismo de exclusão estrutural

A inclusão dos refugiados no Brasil, tem se concretizado por meio de mecanismos que operam a lógica da exclusão estrutural. Esse fenômeno, identificado como “inclusão perversa”, expressa a contradição entre o acolher e o integrar. Acolhe-se o refugiado no plano emergencial, mas não se assegura o acesso efetivo a direitos sociais estruturantes e fundamentais.

Dessa forma, é necessário compreender que, no caso de pessoas refugiadas, o acolhimento enquanto política pública não deve se restringir ao provimento de itens básicos de sobrevivência, mas precisa ser orientado por uma abordagem integral da pessoa humana, considerando suas múltiplas dimensões e necessidades (Souza, 2021, p. 132).

A lógica da perversidade da inclusão migratória reflete em todo o país e ancora- se na delegação de políticas de acolhimento à sociedade civil, ONGs, igrejas e associações filantrópicas, muitas vezes sem suporte estatal. Tal lógica, realizada na maioria das vezes em âmbito emergencial, é reduzir o acolhimento dessas pessoas a respostas imediatas e isoladas.

Tal lógica mascara a omissão do Estado e transforma o acolhimento em uma prática assistencialista, pontual e desarticulada. Verifica-se, ainda, que diante da ausência de ações efetivas por parte do poder público, o acolhimento de refugiados e migrantes internacionais no Brasil tem sido assumido, em boa parte pelo chamado Terceiro Setor, mesmo sem uma responsabilidade formal do Estado, o que têm garantido o atendimento das demandas mais urgentes de migrantes e refugiados (Souza, 2021, p. 152).

Contextualiza-se, que o Terceiro Setor, é composto pelas ONGs (Organizações Não Governamentais), que atuam sem auxílio financeiro estatal que prestam serviços para o desenvolvimento e bem-estar social da sociedade. Nesse viés, as instituições da sociedade civil além de assumirem demandas concretas e emergenciais propostas, também têm assumido um papel protagonista na criação e na efetivação de políticas de acolhimento, sendo muitas vezes, os principais agentes a evidenciar as omissões estruturais do Estado no tocante ao acolhimento e à integração de refugiados.

A tese da inclusão perversa ganha contornos dramáticos quando observa-se a carência brasileira na formulação de políticas públicas voltadas à inserção plena de migrantes internacionais e refugiados, dado que a migração ainda é tratada como uma questão periférica e secundária na agenda política nacional.

Francisca Souza (2021), aponta que a delegação do acolhimento para entidades da sociedade civil é insuficiente diante do elevado número de refugiados em território brasileiro, gerando um cenário de sobrecarga e caos devido à escassez de recursos financeiros e humanos por parte dessas organizações comunitárias. Tais iniciativas possuem caráter emergencial e assistencialista, sem configurarem uma política de Estado capaz de garantir, de forma ampla e efetiva, a integração dos refugiados à sociedade de acolhida.

Piovezan (2016, p. 277), destaca que “A proteção internacional dos refugiados se opera mediante uma estrutura de direitos individuais e responsabilidade estatal, que deriva da mesma base filosófica que a proteção internacional dos direitos humanos”. Essa passagem, evidencia que a proteção concedida aos refugiados fundamenta-se em princípios jurídicos universais, nos quais os Estados têm o dever de garantir sua concretização, o que inclui a efetivação de políticas públicas para inserção plena dessas pessoas à sociedade. Nesse sentido, o reconhecimento dos refugiados como sujeitos de direitos impõe ao Estado uma obrigação jurídica intransferível, cuja concretização não pode ser terceirizada à sociedade civil sem comprometer a própria legitimidade e eficácia do regime internacional de proteção.

A própria noção de acolhimento, se reduzida a uma resposta de caráter imediato e insuficiente, esvazia-se de sentido político contrariando os princípios que fundamentam a defesa dos direitos humanos. O esvaziamento da pauta migratória e de refúgio no país opera na contramão da proteção internacional conferida aos refugiados, cuja base normativa consubstancia-se na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.

A ausência de uma política pública integrada voltada à inclusão social dos refugiados, somada à delegação da responsabilidade estatal à sociedade civil, configura um acolhimento perverso. Nesse contexto, o Estado, ao se omitir e negligenciar a centralidade da temática migratória, contribui para uma dinâmica de inclusão que, na prática, resulta em exclusão, evidenciando uma desresponsabilização institucional frente à proteção dessas populações (Souza, 2021, p. 229).

À luz de um caso específico, que reflete em todo país, o estado do Mato Grosso do Sul aponta-se como exemplo de política migratória de acolhimento excludente e desarticulada. Nesse viés, ainda que exista a articulação entre sociedade civil e poder público por meio de comitês, como especialmente por meio do Comitê Estadual para Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/MS), instância composta por representantes governamentais e entidades da sociedade civil que atua na proposição de ações emergenciais e na formulação de estratégias de acolhimento conforme as demandas apresentadas, observa-se que essa atuação

não configura uma rede efetivamente estruturada entre as diferentes esferas do poder público, permanecendo como uma resposta emergencial e limitada diante da complexidade da situação apresentada.

A perversidade da inclusão, portanto, reside na promessa de integração que não é planejada, executada e financiada, o que culmina na perpetuação de um ciclo marcado pela exclusão mascarado de solidariedade. Dessa forma, o desconhecimento do poder público acerca da realidade das pessoas que chegam ao seu território sendo elas migrantes internacionais ou refugiadas reflete uma lógica cruel que se abstém de assumir e implementar políticas públicas eficazes, planejadas e duradouras acerca no plano do acolhimento. Para Souza (2021, p. 219), como resultado, as iniciativas destinadas a receber os refugiados acabam sendo marcadas por ações imediatistas e de caráter assistencialista, pautadas na caridez, em vez de integrarem uma estratégia política governamental consolidada.

Essa dinâmica reforça o entendimento de que o Estado brasileiro, ao invés de assumir diretamente o papel que lhe cabe na proteção e integração dos refugiados, delega essas funções à sociedade civil e, em especial, ao terceiro setor. O papel das ONGs, associações comunitárias e instituições religiosas revela-se com recursos limitados e esforços voluntários, a responsabilidade de suprir as lacunas deixadas pelo poder público.

Essa delegação de atribuições na política de acolhimento migratório brasileira evidencia para além das fragilidades do próprio Estado, como também uma estratégia de desresponsabilização que compromete a construção de políticas públicas efetivas e estruturantes voltadas para essa parcela da população que encontra-se em território brasileiro.

Segundo Carlos Montaño (2006), a delegação do acolhimento de migrantes e refugiados à sociedade civil, especialmente ao Terceiro Setor, se revela como uma estratégia política de desresponsabilização constitucional do Estado frente a proteção e promoção dos direitos humanos. Contudo, como forma de mascarar o processo de integração e se desvincilar progressivamente de sua responsabilidade constitucional, emprega-se uma lógica de retração estatal, usualmente justificada por narrativas de crises fiscais. O Estado, ao adotar esse modelo de gestão, preserva sua legitimidade simbólica enquanto transfere seus encargos ao Terceiro Setor.

No que tange a delegação à sociedade civil, conceitua-se a denominada “tese da passagem” como uma alegada compensação pela diminuição da atividade estatal nas políticas públicas sociais, em paralelo ao aumento da atuação do Terceiro Setor. Essa análise evidencia uma estratégia estatal de terceirização das garantias

sociais, na qual o crescimento das organizações e entidades serve para mascarar a retirada do poder público de suas obrigações constitucionais, impondo ao Terceiro Setor o ônus de suprir lacunas estruturais (Montaño, 2006, p. 223).

No contexto específico da política migratória, essa delegação se materializa no acolhimento delegado à sociedade civil, onde o Estado terceiriza a provisão de serviços essenciais a organizações da sociedade civil, e promove o esvaziamento de sua função constitucional. Constatase que, embora a intenção declarada seja o fortalecimento da sociedade civil, tal prática configura, na realidade, um mecanismo de desresponsabilização estatal perante suas obrigações constitucionais de garantia e proteção dos direitos fundamentais dos migrantes e refugiados.

Tal padrão produzido pela Estado mantém os sujeitos em uma condição de dependência e vulnerabilidade crônica, reproduzindo desigualdades estruturais sob a fachada de acolhimento humanitário. Esse modelo de acolhimento cumpre mais uma função simbólica e paliativa, voltada à manutenção da ordem e da imagem pública do Estado, do que uma transformação real das condições de vida dessas populações, tal padrão estatal revela, de maneira profunda, a existência de problemas estruturais, como a desigualdade social persistente, a injustiça sistêmica e a exploração humana.

Nesse sentido, analisar as formas sutis de exploração humana que operam por trás da aparência da integração social, revela que a exclusão e inclusão são, na verdade, faces indissociáveis dos problemas estruturais do Estado brasileiro.

Essa compreensão permite apreender o impacto psíquico e social da exclusão, destacando como processos institucionais e sociais perpetuam a vulnerabilidade e a invisibilização dos refugiados (Sawaia, 2001, p. 106). Paralelamente, trazendo essa análise para a questão migratória e dos refugiados, observa-se que essas pessoas permanecem à margem da sociedade, experimentando uma exclusão que não apenas inviabiliza seu acesso a direitos básicos, mas também produz um sofrimento ético-político profundo, refletindo a violência cotidiana das questões sociais.

Considerações finais

O acolhimento de refugiados no Brasil tem se caracterizado por uma intensa atuação da sociedade civil diante da omissão do Estado, que encara tal responsabilidade como um favor, e não como um dever constitucional. Nesse contexto, verifica-se que atuação da sociedade civil, embora relevante, tende a ocorrer de maneira fragmentada e com baixa articulação intersetorial, o que limita a efetividade das ações e compromete a integração plena de migrantes e refugiados. Essa negligência resulta na violação de direitos fundamentais, como saúde, moradia,

educação e trabalho. A metáfora se impõe: o Estado “convida para o jantar, mas não põe a mesa”, revelando a precariedade das estruturas públicas e a ausência de servidores capacitados para lidar com demandas complexas.

Para superar esse cenário, é necessário romper com a lógica da substituição e adotar a corresponsabilidade como princípio estruturante das políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 13.445/2017 asseguram direitos iguais a migrantes, refugiados e apátridas, cabendo ao poder público a tarefa de efetivar essas garantias mediante planejamento orçamentário, articulação intersetorial e escuta ativa da sociedade civil.

A experiência do CERMA/MS, caso específico do estado de Mato Grosso do Sul, demonstra-se que, embora relevantes, iniciativas locais não substituem a necessidade de uma política nacional integrada, com metas claras e estrutura adequada. Nesse sentido, a corresponsabilidade deve ser compreendida não como divisão de culpa, mas como partilha de compromissos que envolvem planejamento, cooperação e pactos federativos.

A integração plena não se limita à oferta de abrigo, exigindo políticas que promovam autonomia e pertencimento. Essas ações, que são promovidas e delegadas à sociedade civil materializam a justiça social.

No contexto brasileiro, a Operação Acolhida revelou que é possível estruturar ações coordenadas e eficazes quando há investimento e vontade política. Contudo, estratégias preventivas e voltada à emancipação dos sujeitos.

Superar o assistencialismo exige promover campanhas educativas nas escolas, fomentar a convivência intercultural e formar agentes públicos sensíveis às questões migratórias. Acolher, portanto, não é apenas abrir a porta, mas garantir que quem entra se sinta parte da casa.

Referências

ARAÚJO, Ernesto. Para facilitar a leitura, reproduzo aqui, em conjunto, o texto dos meus três tweets desta noite sobre o tema das migrações [...]. **Twitter**, 8 jan. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1082839428988567552>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS REFUGIADOS – ADUS. Refugiado e psicologia: a vivência da fuga e da reintegração. 2017.

BENEDETTI, Pedro Tomas do Canto. **Elaboração conceitual e desenvolvimento do voluntariado como uma prática da humanidade ao longo da história**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

BOLSONARO, Jair. Discurso proferido na Câmara dos Deputados em 6 de dezembro de 2016. **Câmara dos Deputados**, 6 dez. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/>

[prop_discursos?idProposicao=1594910&nm=JAIR+BOLSONARO&p=PSC&uf=RJ](#). Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 ago. 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Lei n.º 13.684, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13684.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

CARNEIRO, C. S. Políticas migratórias no Brasil e a instituição dos “indesejados”: a construção histórica de um estado de exceção para estrangeiros. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 16, n. 22, p. 56–85, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12662/2447-6641oj.v16i22.p56-85.2018>.

CÁRITAS BRASILEIRA. Página inicial. Disponível em: <https://caritas.org.br/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

CVS BULGARIA. Página inicial. Disponível em: <https://cvs-bg.org/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FONSECA, L. C.; NASCIMENTO, G. Lei 13.445/2017: uma análise sobre a expulsão do migrante no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 10., 2021. **Anais** [...]. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/x22021/432396-LEI-134452017--UMA-ANALISE-SOBRE-A-EXPULSAO-DO-MIGRANTE-NO-BRASIL>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FRANÇA, R. A.; RAMOS, W. M.; MONTAGNER, M. I. Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 89–106, mar. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2025.

GAUDEMAR, J.-P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOVERNO DO CANADÁ. Private Sponsorship of Refugees Program. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

LUCENA, Rodolfo. Paulo Illes: Nem esquerda e nem direita levam a sério questões migratórias no Brasil. **MigraMundo**, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://migramundo.com/paulo-illes-nem-esquerda-e-nem-direita-levam-a-serio-questoes-migratorias-no-brasil/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

LUCENA, Rodolfo. Saída do Brasil do Pacto Global para Migração pode afetar brasileiros no exterior. **MigraMundo**, 9 jan. 2019. Disponível em: <https://www.migramundo.com/saida-do-brasil-do-brasil-do-pacto-global-para-migracao-pode-afetar-brasileiros-no-exterior/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

LUSSI, C. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 136–144, 2015. DOI: 10.1590/0103-6564D20140014.

MENEZES, Thais Silva. **Direitos humanos e refúgio:** a violação de direitos antes e após a determinação do status de refugiado. 2012. 60 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 22, n. 43, p. 85–98, jul. 2014.

NUNES, Aloysio. A questão é sim uma questão global. Todas as regiões do mundo são afetadas pelos fluxos migratórios [...]. **Twitter**, 9 jan. 2019. Disponível em: https://twitter.com/aloyacio_nunes/status/1083091998495469568. Acesso em: 15 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção de Genebra de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados**. Genebra: ONU, 1951.

PERIN, V. P. “**Um campo de refugiados sem cercas**”: etnografia de um aparato de governo de populações refugiadas. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3295>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

RIBEIRO, Débora. Refúgio. In: **DICIO: Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/refugio/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SANDEL, Michael J. **Justiça**: o que é fazer a coisa certa. Tradução de Heloisa Matias e Maria Alice Máximo. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SARMENTO, G. G. da S. Das missões humanitárias ao governo: as Forças Armadas e suas conexões políticas. **Teoria & Pesquisa – Revista de Ciência Política**, v. 32, n. esp. 2, e023016, 2023. DOI: 10.14244/tp.v32iesp.2.1005.

SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 225–242, jan./mar. 2011.

SILVA, C. A. S. **A política brasileira para refugiados (1998–2012)**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/88351>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SILVA, S. A. da. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 99–117, 2017. DOI: 10.20947/s0102-3098a0009.

SOARES, B. R. **A ideologia securitária do migrante como pessoa perigosa**: uma análise crítica da portaria n. 666/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/22915>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SOUZA, Francisca Bezerra de. **Refugiados em Mato Grosso do Sul**: o mito do acolhimento. Campo Grande: Pimenta Cultural, 2021.

WERMUTH, M. Â. D. As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 4, p. 2330–2358, 2020. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/45137.

AS BACIAS HIDROGRÁFICAS CÊNICAS DOS RIOS DA PRATA, FORMOSO E PEIXE: DINÂMICAS TERRITORIAIS, CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA FAIXA DE FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL

THE SCENIC WATERSHEDS OF THE PRATA, FORMOSO, AND PEIXE RIVERS: TERRITORIAL DYNAMICS, CONSERVATION, AND SUSTAINABILITY IN THE MATO GROSSO DO SUL BORDER REGION

LAS CUENCAS HIDROGRÁFICAS ESCÉNICAS DE LOS RÍOS DE LA PRATA, FORMOSO Y PEIXE: DINÁMICAS TERRITORIALES, CONSERVACIÓN Y SOSTENIBILIDAD EN LA FRANJA FRONTERIZA DE MATO GROSSO DO SUL

DOI 10.55028/geop.v20i38

Rafael Brugnoli Medeiros*
Charlei Aparecido da Silva**

Resumo: Este trabalho analisa o processo de uso e ocupação das bacias cênicas dos rios da Prata, Formoso e Peixe (MS), inseridas em ambiente cárstico de elevada fragilidade ambiental e na faixa de fronteira. A metodologia baseou-se no estudo do binômio território-paisagem, fez uso de técnicas de cartografia, análise multitemporal e sensoriamento remoto. Os resultados demonstram uma substituição da vegetação nativa por monoculturas e pastagens, turvamento dos rios e expansão da mineração, afetando a estrutura e função dos sistemas cársticos. Tais elementos apontam para a urgência de estratégias em um cenário atual de mudanças climáticas e crises hídricas.

Palavras-chave: Paisagem cárstica, uso e cobertura das terras, planejamento ambiental, geoprocessamento.

Introdução

A sustentabilidade, entendida como a capacidade de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras (ONU, 1987), tem se consolidado como um conceito central nos debates contemporâneos, sobretudo em um cenário de mudanças climáticas, perda de biodiversidade e escassez hídrica. Complementarmente, Leff (2010) argumenta que a crise ambiental atual está profundamente enraizada na racionalidade moderna, que dissociou natureza, sociedade e cultura. Superar

* Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados.

** Atualmente compõe o quadro de docentes e pesquisadores do Curso de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados.

Abstract: This study analyzes the process of use and occupation of the scenic basins of the Prata, Formoso, and Peixe rivers (MS), located in a karst environment of high environmental fragility and in the border region. The methodology was based on the study of the territory-landscape binomial, using cartography techniques, multitemporal analysis, and remote sensing. The results show a replacement of native vegetation by monocultures and pastures, river turbidity, and mining expansion, affecting the structure and function of karst systems. These elements point to the urgency of strategies in the current scenario of climate change and water crises.

Keywords: Karst landscape, land use and cover, environmental planning, geoprocessing.

Resumen: Este trabajo analiza el proceso de uso y ocupación de las cuencas escénicas de los ríos Prata, Formoso y Peixe (MS), insertadas en un entorno kárstico de alta fragilidad ambiental y en la franja fronteriza. La metodología se basó en el estudio del binomio territorio-paisaje, utilizando técnicas de cartografía, análisis multitemporal y teledetección. Los resultados muestran una sustitución de la vegetación nativa por monocultivos y pastizales, la turbidez de los ríos y la expansión de la minería, lo que afecta a la estructura y la función de los sistemas kársticos. Estos elementos apuntan a la urgencia de estrategias en un escenario actual de cambio climático y crisis hídricas.

Palabras-clave: Paisaje kárstico, uso y cobertura del suelo, planificación ambiental, geoprocесamiento.

essa cisão implica articular saberes diversos, reconhecer os territórios como espaços vivos e construir alternativas de desenvolvimento baseadas na pluralidade de visões de mundo. Os próprios Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2015) refletem esse paradigma ampliado, ao integrar metas sociais, culturais, ambientais e econômicas, desafios postos para o século XXI sob diversas escalas e sentidos.

No contexto latino-americano, e particularmente nas regiões de fronteira, como o território ocupado pelo Mato Grosso do Sul, em especial nos municípios de Jardim e Bonito, a sustentabilidade assume contornos específicos, havendo espectros que envolvem o desenvolvimento econômicos e o binômio conservação e sustentabilidade. Nesta porção do território sul-mato-grossense observam-se contradições marcantes: de um lado, a valorização turística e ambiental da região, reconhecidamente em âmbito mundial; de outro, a pressão do agronegócio voltado à produção de *commodities* (soja, milho, eucalipto), que promove monoculturas, desmatamento, contaminação e diminuição de recursos hídricos e exclusão de comunidades tradicionais. Porto-Gonçalves (2020) nos lembra que os territórios devem ser compreendidos como espaços de vida e resistência, e não apenas como unidades econômicas que expressam modelos econômicos hegemônicos. É reconhecido que a expansão agrícola e o modelo de desenvolvimento orien-

tado ao mercado de *commodities* marginalizam territórios tradicionais e áreas de conservação, intensificando desigualdades e conflitos. Esse é um cenário evidenciado na área abarcada pelas bacias cênicas dos rios da Prata, Formoso e Peixe.

No Mato Grosso do Sul o avanço das monoculturas tem exercido intensas pressões sobre as áreas de proteção ambiental e comunidades indígenas como os Guarani, Kaiowá, Terena e Kadiwéu, muitos dos quais residem nas regiões de fronteira, cujos territórios estão cada vez mais cercados por lavouras mecanizadas, frequentemente submetidas à pulverização aérea de agrotóxicos, à contaminação dos recursos hídricos e à perda significativa da biodiversidade (Ferreira; Silva 2025).

Paralelamente, áreas de proteção ambiental, assentamentos da reforma agrária e terras indígenas em processo de demarcação tendem a ser marginalizadas por políticas públicas que favorecem interesses econômicos hegemônicos. No contexto desta pesquisa, embora as bacias hidrográficas analisadas (Peixe, Formoso e Prata), não incluam diretamente terras indígenas em seus limites, essas estão situadas em uma região estratégica, funcionando como zona de amortecimento frente às pressões antrópicas, como é o caso da Terra Indígena Kadiwéu, a maior do estado de Mato Grosso do Sul. O mesmo quadro é observado quando analisamos o papel de manutenção do equilíbrio ambiental do Parque Nacional da Serra da Bodoquena sobre as bacias cênicas ora analisadas.

As bacias hidrográficas cênicas dos rios Peixe, Formoso e Prata representam unidades territoriais de alta complexidade ecológica, funcional e estética. Muito além do apelo turístico visual, essas bacias em questão são formadas por interações entre elementos físicos, biológicos e socioculturais singulares, expressando a relação sociedade-natureza de forma intensa e dialética. Sua gestão territorial requer um olhar integrado, que considere valores ambientais, estéticos, patrimoniais e ecossistêmicos como fundamentais para o desenvolvimento sustentável, a conservação e a preservação dos ambientes que coexistem, o que não descarta a sociedade.

A paisagem neste contexto, deve ser compreendida como uma categoria de análise geográfica que incorpora não apenas a beleza visual, mas também a funcionalidade ecológica e suas dinâmicas ambientais e culturais (Silva; Brugnoli, 2025). Especialmente em áreas cársticas, como as da Serra da Bodoquena (MS), a paisagem se estrutura a partir de um substrato geológico altamente solúvel, marcado por feições típicas como dolinas, cavernas, sumidouros e rios de águas cristalinas. A fragilidade natural dessas formações exige políticas públicas e instrumentos de planejamento capazes de reconhecer sua vulnerabilidade e limitar usos inadequados (Kohler; Castro, 2009), essa condição se aplica as bacias cênicas do Prata, Formoso e Peixe cujas áreas apresentam ambientes marcados pelo cárstico.

A de se lembrar que o carste está presente em apenas 15% da superfície terrestre quando consideradas apenas rochas carbonatadas, é um sistema geológico complexo e demasiadamente frágil (Brugnoli; Silva, 2025). Sua formação decorre da dissolução química de rochas como calcário e dolomita, em presença de água enriquecida com dióxido de carbono, o que dá origem a feições tanto subterrâneas (cavernas, galerias, aquíferos) quanto superficiais (vales fechados, dolinas, poljes). A definição do que é rocha solúvel é fundamental para a compreensão do que é o “verdadeiro carste”. Minerais solúveis, todas as rochas possuem, as próprias rochas apresentam certa solubilidade, contudo, segundo Travassos (2019) se as rochas exibirem mais de 20% de componentes insolúveis, raramente se desenvolvem feições cársticas típicas.

No Brasil, o reconhecimento e a valorização desses sistemas foram tardios, com avanços mais significativos a partir da década de 1970, e ainda concentrados em regiões específicas como Minas Gerais, Goiás, Bahia e, mais recentemente, Mato Grosso do Sul. É, justamente nessa região do estado que se destacam as bacias hidrográficas dos rios Formoso, Prata e Peixe, localizadas em ambientes cársticos da Serra da Bodoquena. Essas bacias reúnem uma combinação singular de atributos naturais: vegetação nativa exuberante, rios de águas cristalinas, rica biodiversidade e grande valor recreativo e paisagístico. No entanto, enfrentam pressões crescentes de uso do solo, como a expansão da pecuária extensiva, a intensificação da agricultura (especialmente da monocultura da soja), a mineração de calcário e o crescimento urbano e turístico sem o devido monitoramento e gestão.

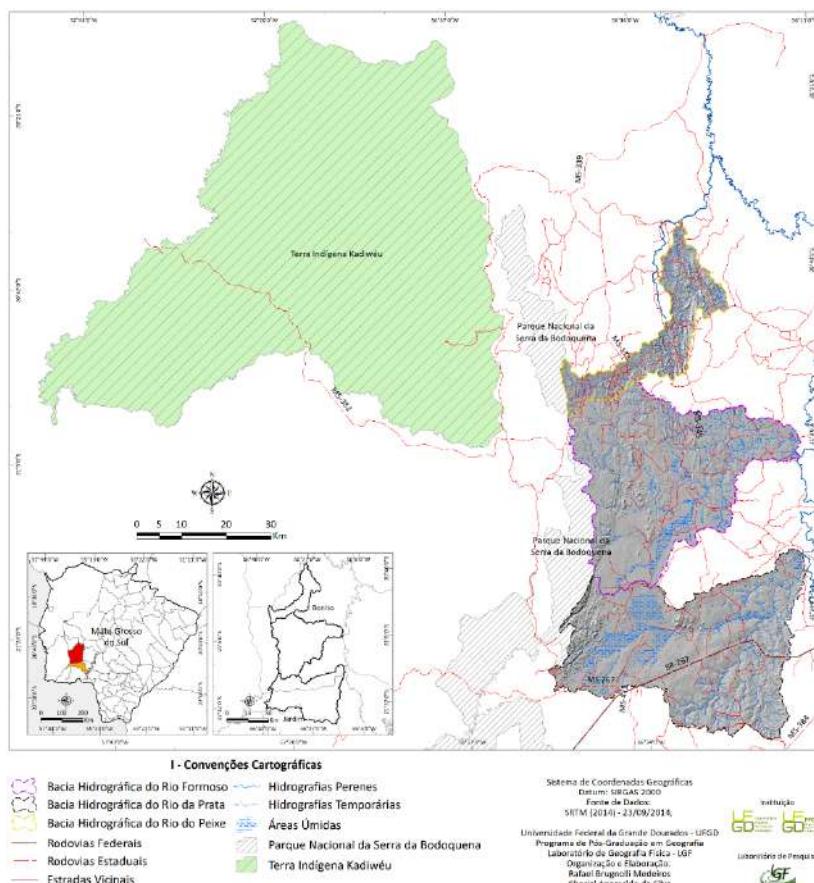
As bacias não podem ser tratadas apenas por seus atributos visuais ou turísticos, isso representa um equívoco que a médio prazo trará o esgotamento do modelo econômico vigente e o comprometimento da qualidade ambiental. A valorização do carste e das paisagens que ele sustenta exige uma abordagem geossistêmica integrada, capaz de orientar ações de conservação, uso sustentável e desenvolvimento compatível com a capacidade de suporte do território.

O cárstico deve ser compreendido como uma unidade ambiental cuja dinâmica é determinada pela interação entre feições superficiais e subterrâneas sensíveis (Zhang *et al.*, 2023; Li *et al.*, 2023). Trata-se de um sistema aberto, vulnerável e imprevisível diante da intensificação das intervenções humanas. Devemos lembrar que a legislação vigente estabelece que o planejamento territorial das bacias hidrográficas deve, necessariamente, considerar suas especificidades físicas, culturais, sociais e econômicas, a fim de garantir uma gestão eficaz e coerente. Contudo, essa diretriz tem sido frequentemente negligenciada em documentos oficiais e instrumentos de gestão, como os planos de recursos hídricos, de orde-

namento territorial e mesmo no Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (Mato Grosso do Sul, 2009; 2015). Notadamente, a região sudoeste do estado — que abrange os municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena — costuma ser tratada sob uma ótica econômica com ênfase em seu potencial agrícola, ao passo que suas fragilidades ecológicas e geológicas são colocadas em segundo plano. Tal distorção revela um padrão recorrente na formulação de políticas públicas, tanto por órgãos governamentais quanto por entidades privadas: a sistemática subvalorização do ambiente cárstico e seu potencial geoecológico e econômico-social de longo prazo.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo compreender as dinâmicas territoriais dessas bacias cênicas (Figura 1), analisando as mudanças no uso e cobertura da terra em dois anos específicos, a fim de identificar problemas ambientais recorrentes em um contexto de mudanças climáticas e crises hídricas.

Figura 1. As bacias cênicas dos rios Formoso, Prata e Peixe e seu entorno, a Terra Indígena Kadiwéu e o Parque Nacional da Serra da Bodoquena



Os procedimentos técnicos e metodológicos

A análise do uso das terras fundamenta-se em técnicas de sensoriamento remoto, com ênfase no processamento digital de imagens. Para esse fim, realizou-se a integração de dados orbitais e bases cartográficas por meio de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), com destaque para a aplicação dos softwares ArcGIS 10® e Spring 5.5.6. O primeiro objetivo discorreu sobre o uso de dados de cobertura das terras do MapBiomass, do ano de 1985. Foi utilizado tal informações diante de sua qualidade para fins de análise temporais e comparativas entre usos das terras.

O segundo objetivo consistiu no mapeamento do uso e cobertura das terras referentes ao ano de 2023, visando compreender o estágio atual do processo de ocupação territorial e avaliar em que medida tal dinâmica tem imposto pressões sobre os sistemas naturais, unidades de conservação, fragmentos de vegetação nativa e corpos hídricos. Para tanto, optou-se, nesse ano, pelo processamento de imagens, visto que os dados atuais do MapBiomass utilizam pixels de 30 metros (LandSat) e, recentemente, tem-se imagens com resoluções menores, o que possibilitam classificações mais precisas.

A seleção das imagens de satélite seguiu critérios como a ausência de cobertura de nuvens, a fim de evitar interferências nas assinaturas espectrais e nas reflectâncias dos alvos presentes na superfície terrestre; outro critério envolveu a escolha de imagens obtidas entre as estações seca e chuvosa (verão e inverno), uma vez que os contrastes sazonais podem alterar significativamente a resposta espectral dos elementos analisados, o que comprometeria a acurácia da classificação temática; o terceiro critério referiu-se à qualidade das imagens selecionadas, priorizando-se dados provenientes do satélite da série China-Brazil Earth Resources Satellite (CBERS 4A), especificamente imagens da órbita 215 e 216, ponto 139 e 140, captadas pelo sensor WPM no ano de 2023. Este satélite oferece imagens com elevada resolução espectral (8 metros), além de dispor de sensor pancromático (2 metros), o que permite aprimorar a resolução espacial e, consequentemente, aumentar a precisão do processo de classificação.

As etapas metodológicas empregadas na classificação do uso e cobertura das terras fundamentaram-se na integração de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento, utilizando os softwares ArcGIS 10® e Spring 5.5.6. Inicialmente, estruturou-se um Banco de Dados Geográficos (BDG) no ArcGIS, onde foram organizadas as bases cartográficas e imagens de satélite georreferenciadas. As imagens, obtidas do Catálogo do INPE, passaram por reprojeção do sistema WGS1984 para SIRGAS2000, conforme exigência para mapeamentos no território nacional. Em seguida, foram recortadas e submetidas à composição colorida com

as bandas do espectro visível (RGB), o que aprimorou a definição visual e facilitou as etapas subsequentes.

Após o processamento no ArcGIS, os dados foram exportados para o SIG Spring, escolhido por sua maior eficácia nas etapas de segmentação e classificação. No ambiente do Spring, foi criado um novo BDG com projeções compatíveis, e as imagens passaram por técnicas de realce de contraste, sendo adotado o histograma como o método mais eficaz para destacar os alvos de interesse. A segmentação foi realizada com base na metodologia de crescimento de regiões, que considera a similaridade espectral entre grupos de pixels, resultando em uma representação mais coerente das feições geográficas.

A classificação temática foi conduzida por meio de um algoritmo não supervisionado baseado em histograma, que agrupou regiões espectralmente homogêneas. Foram definidas cinquenta classes iniciais (assinaturas espetrais – cores, texturas e diferenciação entre os *pixels*), proporcionando maior nível de detalhamento. Após a classificação, os dados matriciais foram convertidos para o formato vetorial e exportados novamente ao ArcGIS, onde ocorreu a reclassificação final de cada uma dessas cinquenta assinaturas espetrais, complementada por observações de campo e conhecimento técnico. As classes finais identificadas incluíram: Água; Edificações; Mineração; Pastagem; Pastagem em Área Úmida; Culturas de Soja; Solo Exposto; Vegetação Campestre em Área Úmida; Vegetação Florestal; Vegetação Florestal em Área Úmida; Silvicultura.

O processo de uso e ocupação: os cenários pretérito e presente

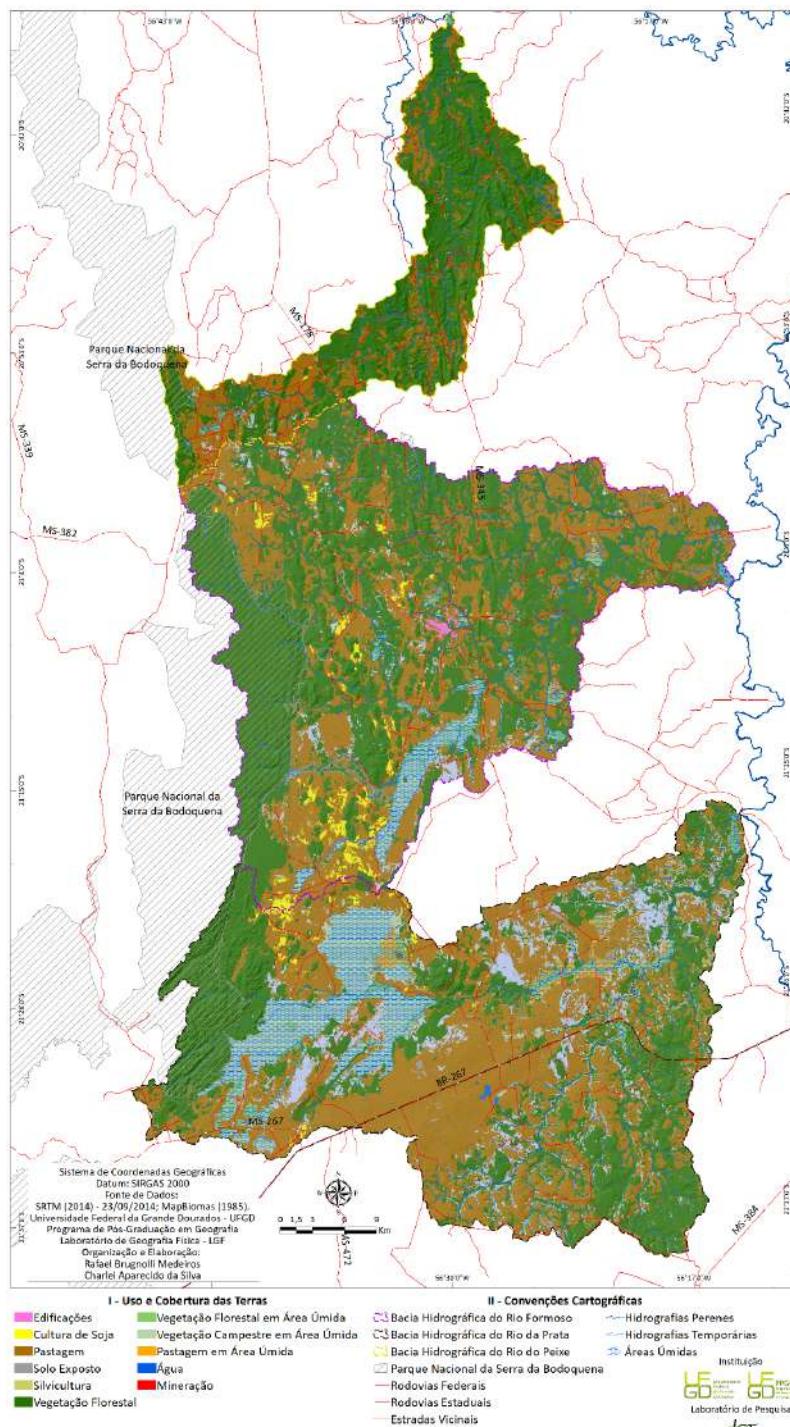
As paisagens refletem intensamente a ação humana, sendo raras as áreas que mantêm suas condições naturais intactas neste século XXI. Mesmo os remanescentes nativos e extremamente isolados sofrem influência de fatores como clima, relevo e alterações no regime de chuvas. Compreender o uso e cobertura das terras torna-se fundamental, uma vez que esse tipo de mapeamento estabelece uma ponte entre os elementos físico-naturais e as dinâmicas socioeconômicas postas sobre o território.

Os termos “uso”, “ocupação” e “cobertura” possuem nuances distintas: “uso” refere-se à aplicação consolidada do território; “ocupação”, às áreas em transformação estrutural; e “cobertura” diz respeito à vegetação presente, especialmente em regiões ecotonais como o Mato Grosso do Sul, onde se entrelaçam os biomas Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica. Assim, adota-se a expressão “uso e cobertura das terras” por contemplar tanto o grau de utilização quanto a presença de remanescentes vegetais desses biomas.

O processo de ocupação no Mato Grosso do Sul esteve historicamente vinculado à pecuária extensiva e à extração da erva-mate, intensificando-se com a expansão das monoculturas, especialmente a soja, a partir da década de 1970. A política de colonização iniciada pelo governo Vargas com a “Marcha para o Oeste” incentivou a migração de colonos do Sul para o então sul de Mato Grosso, provocando conflitos com a Companhia Mate Laranjeira, que detinha o controle sobre os ervais da região (Ferreira; Silva, 2020). Com a criação do estado do Mato Grosso do Sul em 1979, as dinâmicas territoriais passaram a responder diretamente aos interesses do mercado interno e externo. Como destaca Lamoso (2011, p. 34), o estado foi inserido na divisão territorial do trabalho como uma extensão da economia paulista, transformando o binômio trigo/gado em soja/gado e fortalecendo sua vinculação ao mercado internacional, especialmente pelas commodities como soja e carne bovina.

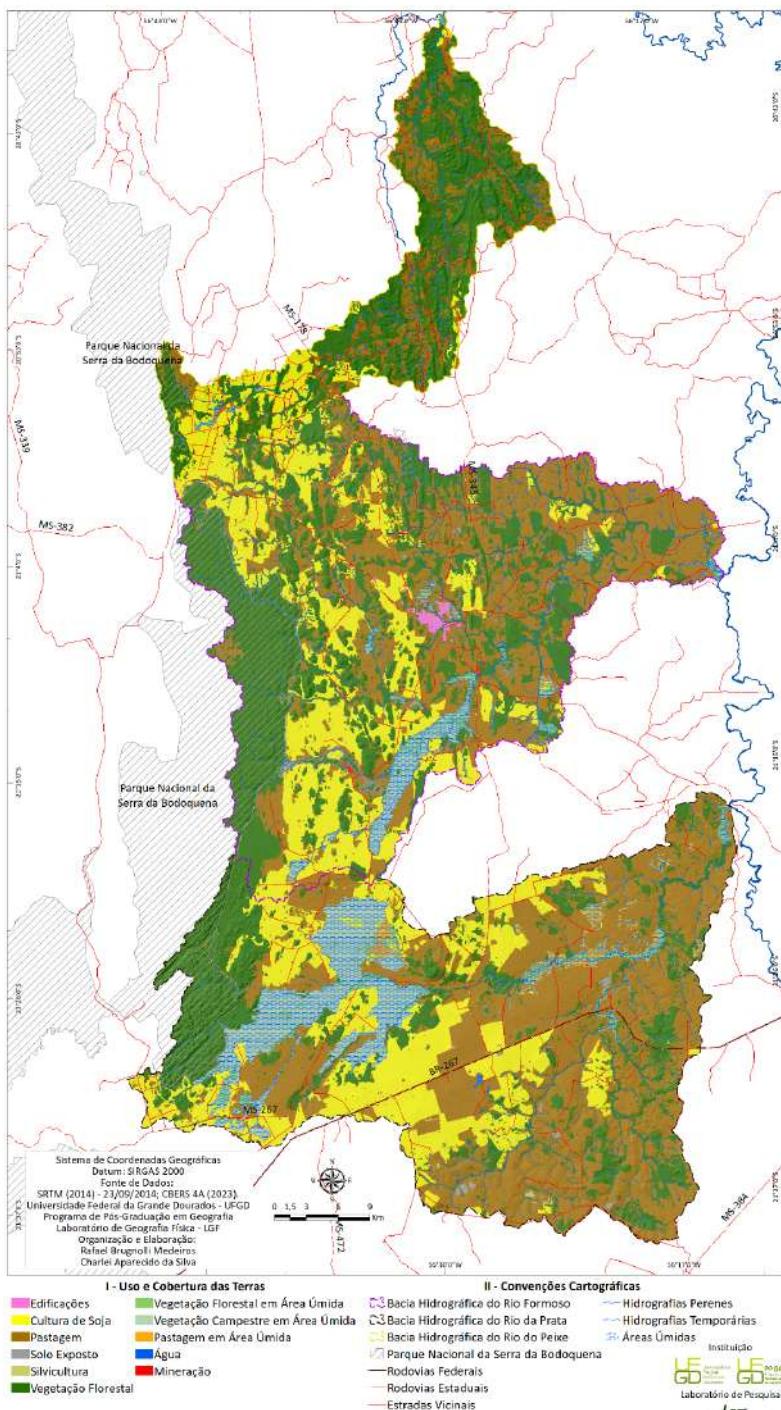
No século XXI, o avanço das monoculturas consolidou-se, amparado por incentivos fiscais, desenvolvimento de cultivares adaptadas aos solos ácidos do Centro-Oeste e pela posição estratégica em relação à região Sudeste. Segundo Faccin (2019) e Lima *et al.* (2020), a política estatal de incentivo ao modelo agroexportador tem mantido e ampliado essa lógica, o que, embora fortaleça economicamente o setor, limita outras formas de produção mais integradas ao território e à mão de obra local. As características pedogeomorfológicas do estado, marcadas por relevos aplaniados e solos profundos, como latossolos e argissolos; favorecem a expansão das monoculturas. Mesmo com solos naturalmente ácidos, as tecnologias agrícolas atuais possibilitaram seu uso intensivo, promovendo o aumento da produtividade e da área cultivada no estado, como é o caso das bacias cênicas dos rios da Prata, Formoso e Peixe (Figuras 2, 3 e 4 e Tabela 1).

Figura 2. Uso e Cobertura das Terras nas bacias cênicas dos rios da Prata, Formoso e Peixe em 1985



Elaboração: Os autores (2025).

Figura 3. Uso e Cobertura das Terras nas bacias cênicas dos rios da Prata, Formoso e Peixe em 2023



Elaboração: Os autores (2025).

Figura 4. Representações Iconográficas do Uso e Cobertura das Terras nas bacias cênicas dos rios Prata, Formoso e Peixe no presente

| I – Uso e Cobertura das Terras | Representações Iconográficas | | |
|-----------------------------------|------------------------------|-------------------|--------------------|
| | BH do rio da Prata | BH do rio Formoso | BH do rio do Peixe |
| Edificações | | | |
| Cultura de Soja | | | |
| Mineração | | | |
| Pastagem | | | |
| Solo Exposto | | | |
| Silvicultura | | | |
| Vegetação Florestal | | | |
| Vegetação Florestal em Área Úmida | | | |
| Vegetação Campestre em Área Úmida | | | |
| Pastagem em Área Úmida | | | |
| Água | | | |

Elaboração: Os autores (2025).

Tabela 1. Análise multitemporal do uso e cobertura das terras nas bacias cênicas, nos anos de 1985 e 2023

| Classes de Uso e Cobertura das Terras | 1985 | | 2023 | | | |
|---------------------------------------|-------------------------|----------|-------------------------|---------------------------|----------|------------|
| | Área (km ²) | Área (%) | Área (km ²) | Desvio (km ²) | Área (%) | Desvio (%) |
| Água | 2,66 | 0,08 | 3,88 | 1,22 | 0,12 | 0,04 |
| Edificações | 3,26 | 0,10 | 8,50 | 5,24 | 0,27 | 0,17 |
| Mineração | 0,12 | 0,00 | 0,95 | 0,83 | 0,03 | 0,03 |
| Pastagem | 1295,75 | 41,37 | 1141,32 | -154,43 | 36,44 | -4,93 |
| Pastagem em Área Úmida | 201,32 | 6,43 | 28,78 | -172,54 | 0,92 | -5,51 |
| Culturas de Soja | 28,15 | 0,90 | 621,85 | 593,70 | 19,86 | 18,96 |
| Solo Exposto | 9,26 | 0,30 | 10,49 | 1,23 | 0,33 | 0,04 |
| Vegetação Campestre em Área Úmida | 124,07 | 3,96 | 124,67 | 0,60 | 3,98 | 0,02 |
| Vegetação Florestal | 1404,21 | 44,84 | 1128,51 | -275,70 | 36,03 | -8,80 |
| Vegetação Florestal em Área Úmida | 62,93 | 2,01 | 61,14 | -1,79 | 1,95 | -0,06 |
| Silvicultura | 0,00 | 0,00 | 1,64 | 1,64 | 0,05 | 0,05 |
| | 3131,73 | 100,00 | 3131,73 | -- | 100,00 | -- |

Elaboração: Os autores (2025).

A análise da Tabela 1, que apresenta dados multitemporais do uso e cobertura das terras nas bacias cênicas nos anos de 1985 e 2023, evidencia dinâmicas territoriais que se relacionam ao atual processo ocupacional do estado de Mato Grosso do Sul, as *commodities* de soja. Trazendo para o contexto da Serra da Bodoquena e seu planalto, o processo de uso das terras é predominantemente agropecuária, contudo, é bem definido três processos que ocorrem nessas áreas: o primeiro é a preservação dos remanescentes nativos da Serra da Bodoquena; o segundo é a borda da serra essencialmente cárstica (calcários), fértil e frágil, porém, que exibe solos e relevo que propiciam o avanço antrópico, ou seja, as lavouras avançam no sentido sul-norte e seguindo para o Pantanal; o terceiro é que nas áreas terrígenas (arenitos) do planalto da Serra da Bodoquena, as pastagens são massivas, não tendenciando a curto prazo a mudança para soja.

Diante dos inúmeros processos atuantes e que fragmentam a paisagem, Van Beynen e Van Beynen (2011) destacam a agricultura, turismo e mineração entre os usos mais atuantes e que inferem sobre o carste e alteram sua estrutura. São vários os exemplos dessa alteração: extração do calcário, extração da água subterrânea, poluição da água, edificações e agricultura são os principais culpados por perturbar o carste, tanto na superfície como na subsuperfície, entre outros fatores que tornam essas áreas ainda mais frágeis. Liu *et al.* (2014) resgatam ainda a ideia de

que a mudança massiva no uso das terras são mudanças globais, sentidas de forma mais clara no carste, sobretudo pela fragilidade das rochas e da paisagem cárstica.

Uma das principais mudanças do ser humano nos sistemas cársticos é a retirada da vegetação natural para a instauração das atividades agrícolas, o que provoca mudanças no ciclo hidrológico, além de trazer ao sistema uma grande quantidade de agroquímicos. Tal alteração no ciclo, Gillieson e Thurgate (1999) afirmam estar associada à remoção da cobertura vegetal, uma vez que evidências se desenvolvem para afirmar que os atuais sistemas cársticos são cada vez mais afetados pela agricultura. Inclusive, é sobre a agricultura o dado que mais chama atenção, de 28,15 km² (0,90%) em 1985 para 621,85 km² (19,86%) em 2023, um acréscimo de quase 600 km². Esse crescimento comprova o avanço da monocultura sobre áreas anteriormente ocupadas por vegetação nativa e pastagens. Essa substituição evidencia um padrão de ocupação territorial em que as pastagens são implantadas inicialmente, seguidas pela entrada das lavouras de soja (Brugnolli *et al.*, 2022), motivadas por interesses de mercado e incentivos ligados ao agronegócio exportador de *commodities*.

Nessas culturas, inclusive, é importante destacar que grande parte delas estão em áreas cársticas, diante da fertilidade natural advinda do calcário e pela influência do carbonato de cálcio no processo de gênese do solo, produzindo solos férteis e estruturados, como já demonstrado em estudos recentes (Brugnolli; Silva, 2023). Os nitossolos apresentam horizontes e material de origem ligado a rochas básicas, como o basalto e, nesse caso, os calcários, por outro lado, temos os chernossolos que tem sua gênese ligado ao carbonato de cálcio presente nessas rochas. Esses são dois solos extremamente férteis que favorecem a implantação e produtividade das culturas de soja.

Somado a isso, ainda se tem o relevo plano derivado da dissolução química das rochas, que formam superfícies extremamente aplinadas com pouco ou nenhum recurso hídrico superficial (drenagem vertical ou criptorreica), o que favorece as culturas. O que deve ser levado em conta que essas áreas são instáveis do ponto de vista geológico, geomorfológico e pedológico, necessitando que sua ocupação obedeça a capacidade de uso expressa pelos componentes ambientais, e devem estar de acordo com a legislação vigente do Mato Grosso do Sul (2019). Entretanto, o Decreto nº 15.197, de 21 de março de 2019, representa um avanço, mas ainda se mostra insuficiente diante da escala e da especificidade dos impactos verificados nessas áreas.

Essas práticas e legislações visam reduzir a propensão aos turvamentos recorrentes, e, principalmente, reduzir a energia imbuída na morfologia cárstica. É consenso na comunidade científica que são dois fatores que se sobressaem ao

impactar no carste, as lavouras e a mineração. Algo interessante e notável nessa região da Serra da Bodoquena, é que as lavouras não avançam sobre o sistema terrígeno, este tem a pastagem como resistente, as lavouras, portanto, avançam no sentido sul-norte margeando a Serra e sempre em terrenos cársticos pela potencialidade existente, produtiva e de recursos ambientais.

A redução significativa das pastagens, que somavam 1.497,07 km² (47,80%) em 1985 e passaram a 1.170,10 km² (37,36%) em 2023, demonstra essa transição de uso da terra. Destaca-se, ainda, a acentuada diminuição das pastagens em áreas úmidas, com retração de mais de 170 km². Outro dado que corrobora o conteúdo do texto é a perda de vegetação florestal, que foi reduzida em aproximadamente 276 km², representando uma queda de 8,8% na cobertura natural. Essa redução compromete a resiliência dos sistemas ambientais, causando a substituição por espécies exóticas que alteram o fornecimento de alimentos e podem causar mudanças nos regimes hidrológicos, que incluem os regimes de cheias, mudanças nos níveis freáticos e na qualidade da água, com o aumento da turbidez.

A fragmentação da paisagem é algo dos mais importantes quando tratamos a fragilidade do carste, a falta de vegetação nativa impossibilita maior proteção ao solo, sedimentos são facilmente carreados e os recursos hídricos de notável beleza cênica passam a ser atingidos pelos sedimentos, turvando-os e desestabilizando o sistema aquático e as tufas calcárias existentes. O destaque na vegetação florestal fica por conta das Unidades de Conservação, é a partir delas que as bacias cênicas ainda resistem aos avanços antrópicos, o restante das bacias cênicas padece da fragmentação da paisagem, do avanço das culturas e pastagens na região.

Todo esse avanço antrópico influencia as áreas de banhado, representando uma ameaça significativa aos processos ecológicos fundamentais que regulam o equilíbrio hidrológico das bacias cênicas. A ocupação dessas zonas úmidas reduz a recarga dos aquíferos e compromete a capacidade de saturação do solo, acarretando consequências diretas sobre a qualidade da água e a estabilidade dos ecossistemas aquáticos. Sem a proteção natural proporcionada pelos banhados, intensifica-se a turbidez dos rios e agravam-se os impactos socioambientais nos municípios inseridos nessas bacias.

O banhado desempenha um papel fundamental na regulação hídrica, atuando como área de retenção, infiltração e recarga dos aquíferos. No entanto, à medida que a ocupação antrópica avança sobre suas margens, observa-se uma redução significativa na capacidade de infiltração do solo, comprometendo a recarga hídrica e afetando diretamente o regime dos cursos d'água, especialmente em períodos de estiagem. A intensificação da crise hídrica, agravada pelo contexto

das mudanças climáticas, tem produzido impactos perceptíveis sobre os sistemas naturais, e este cenário é observado no contexto das bacias cênicas em questão.

Um episódio emblemático dessa crise ocorreu entre julho e agosto de 2024, quando o rio da Prata apresentou um trecho seco de aproximadamente seis quilômetros. Nesse período, foram registrados episódios de mortandade de peixes e a interrupção temporária das funções ecológicas do rio. As únicas porções com presença de água eram cacimbas esparsas ao longo do leito seco. A retomada do fluxo hídrico só se verificou após o trecho à jusante de uma extensa área de mata nativa e vegetação ciliar, que abriga diversas nascentes. Foi esse conjunto de fontes hídricas que, ao alimentar o rio da Prata, restabeleceu progressivamente seu fluxo natural.

Esse episódio (Figura 5) foi amplamente noticiado e investigado por órgãos ambientais, os quais apontaram a confluência de fatores naturais, como estiagens prolongadas; e antrópicos, destacando-se entre estes a instalação irregular de drenos em áreas de banhado, e o avanço das lavouras em áreas de nascentes; práticas estas que comprometem a recarga hídrica das nascentes. Embora extremo, o fenômeno não é um caso isolado. A seca do Rio da Prata, portanto, deve ser compreendida como um alerta sobre os limites da capacidade de suporte dos sistemas cársticos frente à intensificação do uso antrópico e às mudanças climáticas.

Figura 5. Rio da Prata em Dezembro/2023 e Agosto/2024, mostrando a redução das águas superficiais e a fragilidade do ambiente cárstico



Elaboração: Os autores (2025).

Conforme demonstrado, esses processos evidenciam a urgência de políticas públicas integradas de planejamento e gestão territorial que levem em conta as particularidades ambientais e a elevada fragilidade dos sistemas hidrográficos e cársticos do Mato Grosso do Sul. A falta de uma legislação específica sobre carste

superficial, abordando-o diante de suas fragilidades e não somente as potencialidades é fundamental para adotar medidas compatíveis com a capacidade de suporte sistemas singulares em razão do avanço do modelo econômico que visa a exportação de commodities materializada pela monocultura da soja.

Considerações finais

As bacias cênicas do Mato Grosso do Sul, notadamente as de Bonito e Jardim, representada pelos rios da Prata, Formoso e Peixe, reúnem atributos ambientais que as tornam não apenas espaços de rara beleza, mas também territórios estratégicos para a conservação da biodiversidade, da qualidade hídrica e do equilíbrio ecológico de toda a região. No entanto, tais áreas vêm sendo crescentemente pressionadas por processos antrópicos intensivos, como a substituição da vegetação nativa por monoculturas, o avanço da mineração, a fragmentação da paisagem e o manejo inadequado do solo.

Neste cenário há a urgência de políticas de planejamento e gestão territorial com viés estritamente preservacionista e conservacionista, um atendimento e respeito imediato a legislação ambiental vigente. Ao mesmo tempo, é fundamental que as bacias hidrográficas sejam em questão sejam reconhecidas como unidades territoriais prioritárias, orientando ações que transcendam o viés econômico e turístico e promovam uma abordagem sistêmica de governança socioambiental. A utilização da bacia hidrográfica como unidade de análise em paisagens cársticas deve ser objeto de debate imediato, sobretudo devido à dificuldade de delimitar com precisão os fluxos hídricos subterrâneos. Ainda assim, este estudo justifica essa escolha ao enfatizar a capacidade integradora da bacia em relação às variáveis ambientais, além de a bacia hidrográfica ser uma unidade de análise prática e funcional, em consonância com a legislação ambiental brasileira.

Logo, a complexidade das paisagens cársticas exige abordagens metodológicas integradas e adaptadas às suas especificidades, fragilidades e vulnerabilidades. A aplicação de cartografia na análise das dinâmicas territoriais e as características da paisagem, associada ao uso de drones, validação em campo e à experiência acumulada de uma década de pesquisas, mostrou-se eficaz para compreender as interações entre os componentes físico-naturais e as dinâmicas que operam sobre essas áreas. Essa perspectiva fortalece o entendimento das fragilidades ecológicas locais e subsidia a formulação de políticas públicas mais adequadas.

Por fim, reafirma-se que a resiliência das bacias cênicas dependerá de ações articuladas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que tange à ação contra a mudança global do clima (ODS 13) e à vida

terrestre (ODS 15). A preservação da vegetação nativa e a manutenção da qualidade da água são, portanto, fundamentais para a sustentabilidade do potencial ambiental, científico, geológico e hidrológico da Serra da Bodoquena e todo o seu entorno.

Agradecimentos

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect), a qual financiou o projeto “Diagnóstico geoecológico das paisagens das bacias hidrográficas cênicas de Bonito e Jardim - Mato Grosso do Sul: subsídios para a construção de um atlas ambiental”, vinculado à chamada Especial Fundect/UFGD 33/2022. O segundo autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a concessão da Bolsa Produtividade em Pesquisa, interstício 2023-2025 - Chamada CNPq nº 09/2022 - Processo: 305530/2022-4. A Universidade Federal da Grande Dourados e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Referências

- ANDREYCHOUK, V.; DUBLYANSKY, Y.; EZHOV, Y.; LYSENIN, G. **Karst in the Earth's crust: Its distribution and principal types.** Simferopol: Institute of Speleology and Karstology, 2009.
- BRUGNOLLI, R. B.; BEREZUK, A. G.; PINTO, A. L.; SILVA, C. A. da. Calidad de las aguas superficiales en sistemas kársticos: un estudio de la cuenca hidrográfica del río Formoso, Bonito, Mato Grosso do Sul – Brasil. **Investigaciones Geográficas**, n. 78, p. 107–129, 2022.
- BRUGNOLLI, R. M.; SILVA, C. A. O carste ibero-americano: pressupostos teóricos, metodológicos e de aplicação. In: MEDEIROS, R. B.; SILVA, C. A. (Orgs.). **Paisagens cársticas: experiências ibero-americanas.** Porto Alegre: TotalBooks, 2025. v. 1, p. 22–45. Disponível em: <https://totalbooks.com.br/paisagens-carsticas-experiencias-ibero-americanas/>. Acesso em: 5 mar. 2025.
- BRUGNOLLI, R. M.; SILVA, C. A. **Atlas geoambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, Bonito – Mato Grosso do Sul/Brasil.** 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 138 p. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/atlas-geoambiental-da-bacia-hidrografica-do-rio-formoso-bonito-mato-grosso-do-sul-brasil-livro-eletronico-bonito-e-jardim-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 5 mar. 2025.
- ESRI. **ArcGIS Desktop:** Release 10. Redlands: Environmental Systems Research Institute, 2011.
- FERREIRA, P. S.; SILVA, C. A. da. Soybean, a commodity without borders: socio-environmental impacts in protected areas and indigenous communities in Mato Grosso do Sul/Brazil. **Sociedade & Natureza**, v. 37, n. 1, 2025. DOI: 10.14393/SN-v37-2025-76624. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/76624>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- KOHLER, H. C.; CASTRO, J. F. M. Geomorfologia cárstica. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Orgs.). **Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 339–350.
- LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIU, Y.; HUANG, J.; LIN, W. Zoning strategies for ecological restoration in the karst region of Guangdong Province, China: a perspective from the “social-ecological system”. *Frontiers in Environmental Science*, v. 12, 1369635, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fenvs.2024.1369635>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto n.º 15.197, de 21 de março de 2019. Disciplina o procedimento de apresentação de Projeto Técnico de Manejo e de Conservação de Solo e Água [...]. *Diário Oficial do Estado*, Campo Grande, 21 mar. 2019.

MATO GROSSO DO SUL. **Zoneamento ecológico-econômico – Mato Grosso do Sul**: primeira aproximação. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2009. Disponível em: <http://www.semagro.ms.gov.br/zoneamento-ecologico-economico-de-ms-zee-ms/>. Acesso em: jan. 2018.

MATO GROSSO DO SUL. **Zoneamento ecológico-econômico – Mato Grosso do Sul**: segunda aproximação. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <http://www.semagro.ms.gov.br/zoneamento-ecologico-economico-de-ms-zee-ms/>. Acesso em: jan. 2018.

NEVES, C. E.; SALINAS, E.; PASSOS, M. M.; ROSS, J. L. S.; CUNHA, L. The scientific work on landscape analysis in Brazil: perspectives for an integrating debate. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 1–28, 2021.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Nosso futuro comum** (Relatório Brundtland). 1987. Disponível em: <https://www.are.admin.ch/en/1987-brundtland-report>. Acesso em: 1 abr. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PORTE-GONÇALVES, C. W. De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais em curso. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, v. 22, n. 2, p. 103–132, 2020. DOI: 10.35701/rcgs.v22n2.687.

SILVA, C. A.; BRUGNOLI, R. M. Sobrevoos de drone e geotecnologias: técnicas de representação e análise da paisagem. In: NUNES, J. O. R.; BALDASSARINI, J. S.; SANTANA, A. D. (Orgs.). **A relação sociedade e natureza em debate**: teoria e práxis na recuperação de áreas degradadas. Curitiba: Appris, 2025. v. 1, p. 216–241.

SOLODYANKINA, S. V.; ZNAMENSKAYA, T. I.; VANTEEVA, Y. V.; OPEKUNOVA, M. Y. Geosystem approach for assessment of soil erosion in Priol'khonie steppe (Siberia). *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, v. 201, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1755-1315/201/1/012023>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SPRING. Integrating remote sensing and GIS by object-oriented data modelling. *Computers & Graphics*, v. 20, n. 3, p. 395–403, 1996.

TRAVASSOS, L. E. P. **Princípios de carstologia e geomorfologia cársica**. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, 2019.

VAN BEYNEN, P. E.; BRINKMANN, R.; VAN BEYNEN, K. M. A sustainability index for karst environments. *Journal of Cave and Karst Studies*, v. 74, n. 2, p. 221–234, 2012.

ZHANG, Z.; XIONG, K.; HUANG, D.; ZHANG, W.; CHANG, H. Spatial zoning of the value realization models for ecological products in Shibing Karst Natural World Heritage Site. *Forests*, v. 14, n. 7, p. 1449, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/f14071449>. Acesso em: 25 jun. 2025.

VANTAGENS DO USO ADEQUADO DAS CARTAS NÁUTICAS NA REGIÃO DO CANAL TAMENGO FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

ADVANTAGES OF THE PROPER USE OF NAUTICAL CHARTS IN THE TAMENGO CHANNEL REGION ON THE BRAZIL–BOLIVIA BORDER

VENTAJAS DEL USO ADECUADO DE LAS CARTAS NÁUTICAS EN LA REGIÓN DEL CANAL TAMENGO EN LA FRONTERA ENTRE BRASIL Y BOLIVIA

DOI 10.55028/geop.v20i38

Welton Jackson Lobo Freitas*
Beatriz Lima de Paula Silva**

Resumo: O artigo objetiva analisar as vantagens das cartas náuticas no Canal Tamengo (fronteira Brasil–Bolívia) para facilitar e organizar a navegação, destacando sua contribuição para segurança, eficiência e planejamento. A metodologia baseia-se na análise da hidrografia local, geografia, tráfego e necessidade de dados precisos. Como resultados, as cartas otimizam rotas, evitam acidentes e promovem o desenvolvimento sustentável. As cartas são ferramentas fundamentais para o controle e organização da navegação, impulsionando a integração regional.

Palavras-chave: Fronteira, Hidrografia, Corumbá.

Abstract: This article aims to analyze the advantages of nautical maps in the Tamengo Channel (Brazil–Bolivia border) in facilitating and organizing navigation, highlighting their contribution to safety, efficiency, and planning. The methodology is based on the analysis of local hydrography, geography, traffic, and the need for accurate data. As results, the charts optimize routes, prevent accidents, and promote sustainable development. It is concluded that they are fundamental tools for navigation control and organization, fostering regional integration.

Introdução

O Canal Tamengo, é um corpo hídrico de significativa importância estratégica, situa-se na complexa região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, e desempenha um papel crucial como via de ligação e integração entre os dois países. Sua localização privilegiada o insere diretamente na dinâmica da Bacia do Alto Paraguai, uma das mais extensas e relevantes bacias hidrográficas da América do Sul, caracterizada por uma rica biodiversidade e por um histórico de ocupação e exploração que remonta há séculos. A navegação fluvial nesta região constitui uma prática essencial para as comunidades locais e, mais recentemente, um vetor fundamental para o desenvolvimento econô-

* Mestre em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0004-8379-5378>, weltonfreitasadm@live.com.

** Doutora em Geociências e Meio Ambiente, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8541-6165>, beatriz.paula@ufms.br.

Keywords: Border, Hydrography, Corumbá.

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar las ventajas de las cartas náuticas en el Canal Tamengo (frontera Brasil–Bolivia) para facilitar y organizar la navegación, destacando su contribución a la seguridad, eficiencia y planificación. La metodología se basa en el análisis de la hidrografía local, la geografía, el tráfico y la necesidad de datos precisos. Como resultados, las cartas optimizan rutas, evitan accidentes y promueven el desarrollo sostenible. Se concluye que son herramientas fundamentales para el control y la organización de la navegación, impulsando la integración regional.

Palabras clave: Frontera, Hidrografía, Corumbá.

mico e social, impulsionando o comércio, o transporte de mercadorias e a mobilidade de pessoas em uma área onde outras infraestruturas de transporte podem ser limitadas ou de difícil implementação devido às características geográficas e ambientais do Pantanal.

Botelho (2011) apresenta uma conexão com o estudo e análises dos dados existentes nas Cartas Náuticas e sua relevância:

A bacia hidrográfica é uma célula natural que pode, a partir da definição do seu outlet ou ponto de saída, ser delimitada sobre uma base cartográfica. A delimitação de bacias hidrográficas a partir de imagens de satélites também é possível, contudo, sua maior ou menor precisão fica a cargo, não só do tamanho da bacia a ser mapeada, como, principalmente, da qualidade e riqueza de informações da imagem considerada. Além disso, os limites ou divisores de água da bacia são observáveis em campo (Botelho, 2011).

O vínculo das Cartas Náuticas como meio de apoio e monitoramento são fontes de ação nas questões socioambientais; pois, fazem dessas regiões mencionadas um manancial promissor de vida abundantes nas quais se manifestam os nativos, animais, flora, matas ciliares e demais formas de vida natural que envolve a região. A compreensão e o gerenciamento eficazes das hidrovias, como o Canal Tamengo, dependem intrinsecamente do conhecimento detalhado de suas características físicas e dinâmicas, tarefa que recai sobre a hidrografia e a cartografia náutica.

Segundo Costa (1997), qualquer fluxo de água cujo trajeto ou percurso dê acesso à navegação é denominado de hidrovia, Aqua via ou via navegável. O rio Paraguai possui enorme importância no meio local e regional e possibilita um amplo interesse de mercado desde a construção naval, escoamento de grãos e transporte de ferro dentre outras formas e itens de interesse. É um curso de água da América do Sul que percorre Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina. Principal afluente do rio Paraná e um dos mais importantes da bacia do Prata, o rio Paraguai nasce no município de Alto Paraguai, no estado brasileiro de Mato Grosso, atravessa brevemente a Bolívia, o Paraguai e, em seu trecho final, serve de divisa entre este último e a Argentina, até desaguar no rio Paraná na cidade argentina Isla dele Cerrito.

Ainda segundo Costa (1997), observa-se que a principal artéria fluvial da região, o rio Paraguai — que banha a capital Assunção — integra a sub-bacia do Rio Paraguai, pertencente à bacia hidrográfica do Rio da Prata. Essa sub-bacia possui uma área de aproximadamente 1.170.000 km², figurando entre as 20 maiores do planeta. O rio apresenta extensão total de 2.695 km, o que o coloca também entre os 40 maiores rios do mundo.

Situado dentro de uma dinâmica social e de mobilidade humana a forma de conservadorismo e de preservação são pautas de grande importância que devemos manter e um comportamento vigilante com o fim de fazer a permanência desse bem natural.

Nesse sentido, compreender as dinâmicas da natureza suas transformações e sua permanência fazem desse estudo uma proposta para melhor compreender o espaço geográfico, hídrico/náutico e criar estratégias que venham a contribuir, fortalecer e fazer medidas diante de leis, conscientização e educação para preservar e manter esses espaços. São marcos importantes não só para o momento, bem como para as próximas gerações de sul-mato-grossenses, bem como de todo o Brasil e países vizinhos. Uma herança que contribui e revela a manutenção e ao mesmo tempo revela seu povo e sua região. É objeto de preocupação da geografia de hoje conhecer cada dia mais o ambiente natural de sobrevivência do homem, bem como entender o comportamento das ações humanas, suas relações com a natureza e suas relações socioeconômicas e culturais (Costa, 1997).

Por meio deste artigo, evidenciou-se a importância estratégica da navegabilidade na fronteira entre Brasil e Bolívia, uma região de grande relevância para ambos os países. Trata-se de uma área amplamente valorizada devido às suas múltiplas possibilidades de acesso, tanto pelos diversos ramais e afluentes quanto pela faixa terrestre.

Constatou-se, ainda, o papel fundamental do rio Paraguai na vida das populações fronteiriças e ribeirinhas, que dele dependem para sua subsistência e dinâmica socioeconômica. Destacam-se também o apoio e as ações de ajuda humanitária realizadas por instituições militares, organizações não governamentais e órgãos federativos, que asseguram suporte essencial às comunidades locais.

É navegável, para os efeitos de classificação, o curso d'água no qual o 'pleníssimo flumine', isto é, coberto todo áveo, seja possível a navegação por embarcações de qualquer natureza, inclusive jangada, num trecho inferior à sua largura, para os mesmos efeitos, é navegável o lago ou lagoa que, em águas médias, permita a navegação, em iguais condições, num trecho qualquer de sua superfície. (Costa, 1997).

O artigo vem apontar seu viés para o relacionamento do homem com a natureza, pela preservação e mobilidade entre a região de ambiente úmido do Pantanal, entre as fronteiras do Brasil e da Bolívia, o canal Tamengo. Este corpo de água, tão significativo quanto misterioso, delimita a linha divisória entre Corumbá e Puerto Quijarro, marcando o ponto do Tamarindeiro e o ponto de confluência entre o Arroio Conceição e o Puerto Gravetal. A descoberta do canal Tamengo lança luz sobre a complexa interação entre as comunidades humanas e o ambiente natural, revela a riqueza e a diversidade desse ecossistema singular. As águas tranquilas do canal testemunham séculos de história e atividade humana, enquanto as margens exuberantes ecoam os segredos do passado e as promessas do futuro.

O trabalho analisou as vantagens inerentes à utilização de cartas náuticas devidamente elaboradas e atualizadas para a hidrografia específica do Canal Tamengo. Esta análise se desdobrou na exploração de múltiplos aspectos interconectados que definem a importância do canal. Foi investigada a viabilidade da navegação sob diferentes condições hidrológicas, considerando os desafios impostos pela dinâmica natural do curso d'água. Foi abordado o movimento de pessoas, tanto no que se refere ao transporte cotidiano das comunidades ribeirinhas, que dependem do canal para seu sustento e acesso a serviços, quanto ao potencial turístico da região, que pode ser alavancado por uma navegação segura e bem planejada. O comércio de pequena escala realizado por lanchas de ribeirinhos, que fomenta a economia local, também foi considerado. Um foco particular foi dado ao transporte de minério de ferro, uma atividade econômica de grande relevância para a região, extraído das jazidas do Maciço do Urucum, em Corumbá, Mato Grosso do Sul, e escoado em grande parte através do Canal Tamengo por meio de chatas e rebocadores. A segurança e a eficiência dessa complexa operação logística são diretamente influenciadas pela qualidade da informação cartográfica disponível.

Fundamentação teórica

O Canal Tamengo, localizado na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, integra uma rede hidrográfica de importância estratégica para o transporte fluvial e a integração regional. Sua relevância se dá não apenas por sua posição geopolítica, mas também por seu papel como rota de escoamento de produtos e conexão entre a cidade de Corumbá (MS) e o rio Paraguai. No entanto, a navegação nesse canal está condicionada a um conjunto de variáveis ambientais, geográficas e hidrológicas que exigem uma abordagem técnica e integrada para sua gestão e uso sustentável.

A dinâmica do Canal Tamengo é profundamente influenciada pelo sistema hidrológico do Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai, regiões caracterizadas por regimes sazonais de cheias e vazantes que alteram continuamente a morfologia fluvial. De acordo com Silva. (2017), a planície pantaneira apresenta uma das maiores variabilidades hidrológicas do planeta, com ciclos anuais que modificam significativamente a profundidade, o curso e a navegabilidade de seus rios e canais. Nesse contexto, o conhecimento técnico sobre hidrografia torna-se essencial para a segurança da navegação e para a preservação ambiental da região.

As cartas náuticas, enquanto instrumentos de representação detalhada do meio aquático, têm papel central nesse processo. Essas cartas oferecem dados precisos sobre profundidades, correntes, áreas de risco e obstáculos naturais, permitindo o planejamento adequado de rotas e a mitigação de riscos. Em áreas como o Canal Tamengo, onde as variações sazonais impactam diretamente as condições de navegabilidade, a atualização constante desses documentos é fundamental.

Ademais, estudos como os de Ferreira e Souza (2020) destacam que a gestão de rotas fluviais em ambientes dinâmicos requer não apenas dados cartográficos e hidrológicos confiáveis, mas também a integração de saberes locais, sobretudo os conhecimentos tradicionais de comunidades ribeirinhas que vivenciam cotidianamente as transformações do ambiente. Essa perspectiva ampliada permite uma compreensão mais holística da região, fortalecendo estratégias de desenvolvimento sustentável e uso racional dos recursos hídricos.

Portanto, a compreensão do Canal Tamengo como parte de um sistema hidrográfico complexo reforça a importância de ferramentas como as cartas náuticas e de abordagens integradas na gestão territorial e ambiental. A fundamentação teórica aqui apresentada sustenta a proposta de análise das vantagens da utilização adequada dessas cartas para promover uma navegação segura, eficiente e ambientalmente responsável na região.

Metodologia

O estudo de caso configura-se como uma abordagem metodológica que permite uma análise aprofundada de um fenômeno específico dentro de seu contexto real (Yin, 2001). Trata-se de uma estratégia de investigação qualitativa e empírica voltada para a compreensão de fenômenos complexos, especialmente quando os limites entre o objeto de estudo e o contexto não estão claramente definidos. Conforme Stake (1995), essa abordagem possibilita a exploração detalhada de um programa, processo, atividade ou instituição, por meio da coleta de informações múltiplas e variadas ao longo de um período de tempo determinado.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise de documentos técnicos, publicações institucionais, regulamentos da Marinha, bem como outras fontes, como artigos científicos e relatórios ambientais. O tratamento analítico dos dados se deu a partir da triangulação das informações obtidas, garantindo maior confiabilidade e robustez aos resultados. A análise considerou também os aspectos geográficos, ambientais e sociais que envolvem o uso das cartas náuticas na região do Canal Tamengo, com o intuito de fornecer uma visão integrada e contextualizada do objeto de estudo.

Resultados e discussão

A análise dos dados obtidos sobre a utilização das cartas náuticas na região do Canal Tamengo revelou resultados significativos quanto à contribuição desses documentos para a segurança da navegação, o planejamento estratégico das rotas fluviais e a preservação ambiental da área fronteiriça entre Brasil e Bolívia.

Os levantamentos hidrográficos realizados pela Marinha do Brasil e traduzidos em cartas náuticas oficiais possibilitam uma navegação mais precisa e segura ao longo do canal. A representação de elementos como profundidades, bancos de areia, curvas de nível, correntes e obstáculos submersos permite que os navegadores ajustem suas rotas com base em dados confiáveis e atualizados, minimizando riscos de encalhes, colisões e acidentes. Observou-se que o uso adequado dessas cartas tem impacto direto na redução de ocorrências náuticas na região, especialmente em períodos de cheias ou estiagens, quando a morfologia do canal sofre alterações.

Outro aspecto discutido é a “eficiência operacional” promovida pelo uso das cartas náuticas. Transportadores e operadores logísticos locais relataram maior previsibilidade nas rotas, economia de combustível e redução no tempo de travessia entre Corumbá e a saída para o rio Paraguai. Essa otimização tem implicações

positivas para o escoamento de produtos agrícolas e minerais, fortalecendo a economia local e regional.

Do ponto de vista ambiental, os dados analisados reforçam que a navegação baseada em informações cartográficas atualizadas contribui para a “redução de impactos ambientais”. O desvio de embarcações de áreas ecologicamente sensíveis, como margens frágeis e habitats de espécies aquáticas, evita a degradação de ecossistemas e favorece a conservação da biodiversidade do Pantanal.

Além disso, a incorporação de saberes tradicionais de comunidades ribeirinhas no reconhecimento de pontos críticos e variações locais das águas complementa os dados técnicos das cartas, promovendo uma abordagem participativa e integrada à gestão hidrográfica. Essa articulação fortalece a “integração regional”, promovendo o uso sustentável do canal como via de transporte binacional.

Portanto, os resultados indicam que a utilização sistemática e tecnicamente embasada das cartas náuticas na região do Canal Tamengo se configura como uma ferramenta essencial para a “gestão eficiente e sustentável da navegação”, contribuindo tanto para o desenvolvimento econômico quanto para a preservação dos recursos naturais e a soberania sobre áreas estratégicas da fronteira.

Considerações Finais

A partir da análise hidrográfica e do levantamento de registros históricos, foi possível identificar padrões de mudança nos cursos d’água, evidenciando transformações que impactam diretamente a sustentabilidade desse bioma.

Essas observações reforçam a necessidade de integrar ações de preservação ambiental com o uso de ferramentas técnicas, como as cartas náuticas, que monitoram o estado dos recursos hídricos fornecendo subsídios para decisões voltadas à conservação. O estudo aponta que a cooperação entre Brasil e Bolívia é essencial, dado o caráter transfronteiriço da região e a urgência de práticas de manejo ambiental que extrapolam os limites políticos.

Como recomendação, propõe-se o uso contínuo de tecnologias de monitoramento hidrológico e a implementação de políticas de manejo sustentável que promovam a resiliência ambiental e a conservação dos ecossistemas locais. Esta pesquisa contribui para a construção de uma base de conhecimento técnico-científica que, além de subsidiar ações de preservação, constitui um legado informativo para futuras iniciativas de pesquisa e formulação de políticas públicas na região.

A compreensão da dinâmica fluvial do Rio Paraguai, especialmente por meio da análise de cartas náuticas, permite revelar importantes relações hidrológicas

no Canal Tamengo. Esse trecho, localizado na fronteira entre Brasil e Bolívia, é caracterizado por complexas interações hidrológicas que afetam a navegação e equilíbrios ecológicos do Pantanal.

A análise dessas cartas possibilitou a identificação de flutuações sazonais, áreas de assoreamento, variações de profundidade e oscilações naturais no curso do rio, elementos cruciais para o planejamento de estratégias de conservação e uso sustentável dos recursos hídricos. As informações detalhadas fornecidas pelas cartas náuticas contribuem para a visualização das mudanças no leito e nas margens do rio, aspectos fundamentais para compreender os impactos ambientais e climáticos sobre o ecossistema local.

O estudo hidrológico baseado em cartas náuticas do Canal Tamengo revela-se particularmente relevante para a identificação de pontos críticos de conservação, como trechos com mata ciliar vulnerável ou com alto risco de assoreamento, viabilizando ações preventivas e planos de manejo ambiental mais eficazes.

A utilização das cartas náuticas como ferramenta analítica promove, assim, uma integração valiosa entre o monitoramento hidrográfico e a conservação ambiental. Essa abordagem favorece a formulação de políticas que considerem, de forma simultânea, as exigências ecológicas do Pantanal e a importância socioeconômica da navegação regional. Além disso, reforça a necessidade de estudos contínuos sobre a dinâmica do rio Paraguai, frente às pressões naturais e antrópicas cada vez mais intensas.

Essas análises também destacam a complexidade da interação entre forças fluviais e sedimentares, e como cada tributário contribui para o regime de fluxo e os processos de sedimentação, fatores centrais para a sustentabilidade do ecossistema pantaneiro. Este estudo, portanto, aprofunda a compreensão da dinâmica hidrossedimentológica do Rio Paraguai, oferecendo subsídios valiosos para o gerenciamento sustentável dos recursos hídricos do Pantanal. Enfatiza-se, por fim, a importância de conhecer os principais tributários e suas interações no sistema fluvial, condição indispensável para uma gestão integrada e eficaz da bacia pantaneira.

Referências

- BOTELHO, R. G. M. Bacia hidrográfica e qualidade ambiental. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Orgs.). **Geomorfologia**: exercícios, técnicas e aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 157–187.
- COSTA, H. A. **Hidrovias**: conceitos e classificações. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 1997.

COSTA, L. S. S. **As hidrovias interiores no Brasil.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997.

COSTA, M. F. **História de um país inexistente:** o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1997.

FERREIRA, K. R.; SOUZA, M. L. Saberes tradicionais e gestão participativa dos recursos hídricos na Amazônia. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 25, n. 3, p. 1-12, 2020.

MARINHA DO BRASIL. Diretoria de Hidrografia e Navegação. **Normas da Autoridade Marítima para Navegação e Cartas Náuticas:** NORMAM-28/DHN. 1. ed. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2011.

SILVA, A. **Padrões de canal do Rio Paraguai na região de Cáceres-MT.** 2006. 81 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

STAKE, R. E. **The art of case study research.** Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: GEOSSÍMBOLOS E REGIÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

FRONTERA BRASIL-BOLIVIA: GEOSÍMBOLOS E REGIONES TRANSFRONTERIZAS

DOI 10.55028/geop.v20i38

Matheus Valadares da Silva*
Gloria Maria Vargas López de Mesa**

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar os significados e as manifestações simbólicas de geossímbolos na fronteira entre Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia), relacionando-os aos contextos transfronteiriços. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise documental, trabalhos de campo e revisão bibliográfica, focalizando no rio Paraguai e Pantanal. Os resultados indicam que os geossímbolos ultrapassam sua dimensão natural, sendo apropriados social e culturalmente pelas populações fronteiriças como referências de identidade, pertencimento e interação. Os geossímbolos constituem ferramentas analíticas fundamentais para compreender a produção de sentidos no espaço transfronteiriço e os modos como a fronteira é vivida, negociada e representada pelas populações.

Palavras-chave: Geossímbolos, Corumbá, Pantanal, Rio Paraguai, Regiões transfronteiriça.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar los significados y las manifestaciones simbólicas de los geosímbolos en la frontera entre Corumbá (Brasil) y Puerto Quijarro (Bolivia), relacionándolos con los contextos transfronterizos. La

Introdução

Entre os limites que o Brasil mantém com países da América do Sul, a fronteira com a Bolívia é a mais extensa, totalizando 3.423 quilômetros. Esse trecho fronteiriço abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, enquanto do lado boliviano se estende pelos departamentos de Beni, Pando e Santa Cruz.

Nessa faixa de fronteira (Figura 1), destacam-se cinco pares de cidades gêmeas, sendo a aglomeração composta por Corumbá e Puerto Quijarro, acrescida de Ladário (Brasil) e Puerto Suárez (Bolívia), a mais expressiva, tanto demograficamente quanto sob os aspectos socioeconômicos e cultu-

* Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1717-6163>. Email: matheusvaladares1@gmail.com.

** Professora associada da Universidade de Brasília (UnB); Graduada em Biología pela Universidad de Los Andes; Doutora em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). Email: yoya@unb.br.

investigación adopta un enfoque cualitativo, con análisis documental, trabajo de campo y revisión bibliográfica, centrándose en el río Paraguay y el Pantanal. Los resultados indican que los geosímbolos trascienden su dimensión natural, siendo apropiados social y culturalmente por las poblaciones fronterizas como referencias de identidad, pertenencia e interacción. Los geosímbolos constituyen herramientas analíticas fundamentales para comprender la producción de significados en el espacio transfronterizo y las formas en que la frontera es vivida, negociada y representada por las poblaciones.

Palabras-clave: Geosímbolos, Corumbá, Pantanal, Río Paraguay, Regiones transfronterizas.

rais. Tais cidades formam territórios de contato direto entre distintas normativas legais, idiomas, tradições e identidades nacionais, configurando-se como áreas estratégicas para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à faixa de fronteira (Machado, 2005). A conectividade entre Corumbá e Puerto Quijarro se dá por meio da Rodovia Ramon Gomes (BR-262) e da Ruta Nacional 4, sendo o limite físico representado por um pequeno curso d'água, o Arroio Conceição, transposto por uma ponte de aproximadamente 26 metros de extensão.

A fronteira, para além das relações institucionais, é lugar de moradia, diferenças e pertencimento. Revela relações e intercâmbios sociais, culturais, políticos e econômicos (Raffestin, 1993). A convivência proporciona o que chamamos de socialização espacial que, de acordo com Paasi (1996), é o processo no qual os indivíduos e coletividades são socializados espacialmente em um território, e se internalizam identidades coletivas adotando-se comportamentos, hábitos, memórias, lendas, geossímbolos e outros elementos compartilhados. A socialização espacial nos ajuda a compreender os processos de regionalização na faixa de fronteira, materiais e simbólicos.

Figura 1. Fronteira Brasil-Bolívia

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A socialização espacial ocorre por meio de relações institucionais, políticas, econômicas e culturais, que, quando consolidadas, podem dar origem a espaços transfronteiriços. Dependendo do grau e intensidade, da profundidade das interações e da sua relevância para os atores envolvidos, essas conexões podem se aprofundar e configurar processos de transfronteirização. Quando essas relações são contínuas, cotidianas e institucionalizadas entre os países em uma zona de fronteira, configura-se então uma região transfronteiriça propriamente dita (Vicente; Rückert, 2020).

A conurbação formada por Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia) pode ser caracterizada como uma região transfronteiriça, na medida em que apresenta relações sociais, econômicas e culturais contínuas e institucionalizadas entre os dois lados da fronteira. A intensidade das interações cotidianas, a integração territorial e a circulação de pessoas e mercadorias entre as cidades configuram um espaço transfronteiriço dinâmico, sustentado por espaços contíguos e redes formais e informais que ultrapassam o limite político internacional.

Os geossímbolos pertencentes ao universo simbólico da região fronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro remetem aos aspectos culturais das duas cidades. Representam um espaço-território, segundo o termo conceituado pelo geógrafo Joel Bonnemaison (2002) e faz referência ao espaço geográfico, que na apropriação de aspectos culturais, se transforma em território. Para o autor, os símbolos são

definidos como lugares e itinerários que representam a visão de mundo de uma cultura e que demarcam os territórios materiais, e simbólicos (Souza, 2023).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar e interpretar os significados e as manifestações simbólicas de geossímbolos binacionais das cidades de Corumbá e Puerto Quijarro, no contexto das dinâmicas transfronteiriças.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, pautada em análise bibliográfica e documental, sob a ótica da Geografia Regional e Cultural, enriquecida com exercício de observação participante, além de trabalhos de campo realizados nos anos de 2023, 2024 e 2025.

Metodologia

Para a elaboração deste trabalho, adentramos de forma exploratória no campo das representações simbólicas que se constituem a partir de objetos geográficos materiais. A partir da observação desses objetos nas cidades gêmeas, procuramos compreender os seus sentidos nos contextos materiais da sua localização e história. Alinhamos a experiência de vida dos habitantes das duas cidades com a caracterização material do território e a historicidade da formação da região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro para compreender as representações construídas a partir da materialidade da região transfronteiriça.

Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental a partir de artigos, teses, dissertações, e dados oficiais foram coletados em órgãos oficiais das duas cidades. A realização de trabalhos de campo em 2024 e 2025 na região, com o exercício de observação simples (Gil, 1999), e registro e análise fotográficos, foi fundamental na obtenção de informações e na identificação dos geossímbolos, além da compreensão dos seus significados em Corumbá e Puerto Quijarro.

Buscamos, portanto, na metodologia escolhida uma abordagem que contemplasse tanto a caracterização material da região, através da investigação histórica e da observação do ambiente geográfico, quanto a compreensão dos espaços binacionais compartilhados para a escolha dos objetos considerados como geossímbolos, suas representações e seus significados nas duas cidades.

A intenção foi compreender como a presença consensual de geossímbolos em Corumbá e Puerto Quijarro, as duas cidades gêmeas, contribuem no desenvolvimento e consolidação da região transfronteiriça. O compartilhamento de geossímbolos, que parte de uma materialidade espacial também compartilhada, nos comunica aspectos das visões de mundo, das crenças e valores que fazem parte do universo cultural desta região transfronteiriça. Para tal, se fez uma abordagem exploratória inicial para ter um universo de possíveis geossímbolos, após o qual

se realizaram indagações qualitativas mais precisas que nos levaram a identificar e escolher dois geossímbolos como marcadores de compartilhamento, com alto conteúdo simbólico, no contexto transfronteiriço. O objetivo foi aprofundar a compreensão dos geossímbolos como objetos de pesquisa e adensar seu conteúdo conceitual como recurso heurístico em contextos regionais transfronteiriços e, neste caso, culturalmente binacionais.

Geossímbolos transfronteiriços em Corumbá e Puerto Quijarro

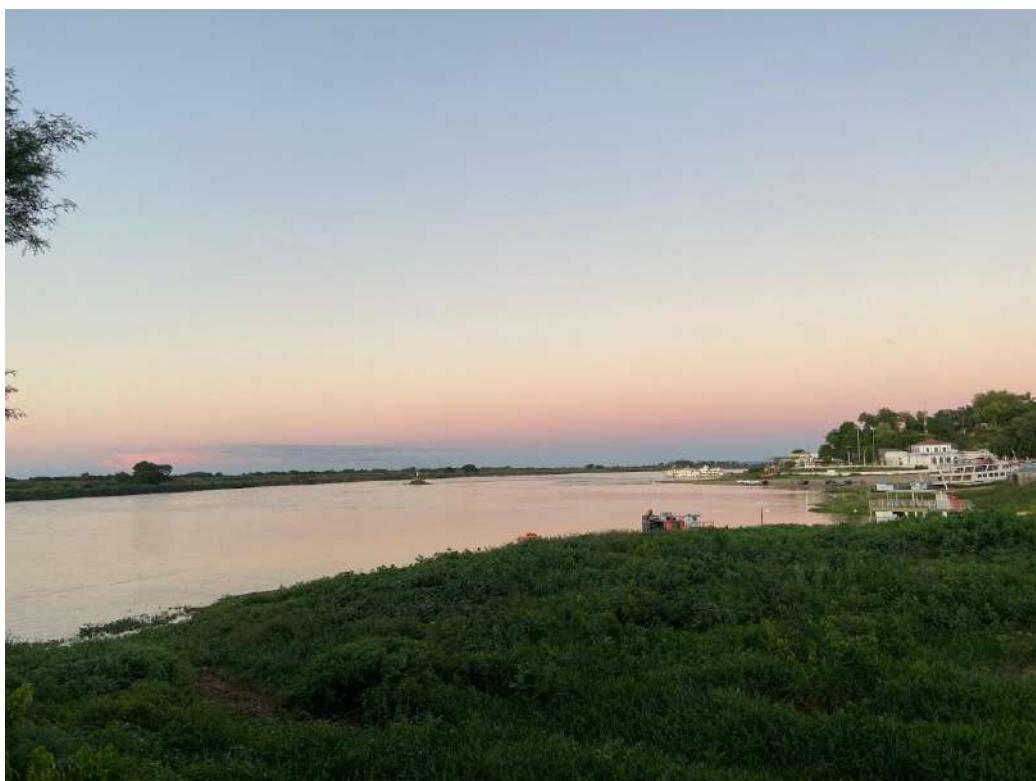
Para a discussão deste artigo, nos apoiamos no conceito de geossímbolos elaborado por Bonnemaison (2002), e escolhemos o rio Paraguai, e o Pantanal, como representativos de geossímbolos compartilhados nas duas cidades. Isto nos indica que esses geossímbolos criam elementos culturais comuns que contribuem na formação, desenvolvimento e consolidação da região transfronteiriça. Eles se relacionam com a formação das duas cidades, assim como a sua espacialidade regional e estão no cerne das representações geográficas que fazem parte construção das identidades e da sensação de pertencimento na região transfronteiriça.

A região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro possui um universo simbólico amplo em representações culturais binacionais que remetem à visão de mundo dos moradores e a sua relação com a natureza.

J. Bonnemaison (2002) considera que o território está constituído, não apenas pela sua materialidade, mas também pelas representações que se constroem a partir dessa materialidade. Dessa forma, ele também tem uma dimensão simbólica que dá sentido aos grupos sociais que ali convivem. Destarte, os geossímbolos são elementos que sintetizam a relação entre as dimensões material e simbólica na região transfronteiriça. A seguir, descrevemos os dois geossímbolos escolhidos apontando seus aspectos materiais e históricos, assim como os conteúdos simbólicos a eles dados na região transfronteiriça.

Rio Paraguai

O rio Paraguai, carrega significados importantes da história e geografia do lugar. Corumbá e Puerto Quijarro são cidades que cresceram à margem direita do rio Paraguai (Figura 2), um patrimônio ambiental expressivo na caracterização de suas identidades. A história dessas cidades e seu desenvolvimento estão diretamente conectados a esse elemento.

Figura 2. Rio Paraguai

Fonte: Trabalho de campo (2024).

A boa navegabilidade dos rios da Bacia do Alto Paraguai desempenhou papel central na entrada dos colonizadores europeus no interior do atual estado de Mato Grosso. Já no século XVI, espanhóis e portugueses utilizaram essas vias fluviais para adentrar a região em busca de riquezas minerais, sobretudo ouro, entrando em confronto com os diversos povos indígenas que habitavam essas terras (Souza, 2006; Monteiro, 2012). Os rios, portanto, funcionaram como corredores naturais de circulação, facilitando a ocupação inicial da área e marcando as primeiras disputas pelo território entre europeus e populações originárias.

As características naturais da Bacia do Alto Paraguai incluem rios de planície, de grande volume e vazão, o que possibilita a navegação em quase toda a extensão de seus cursos ao longo do ano. O rio Paraguai, em especial, tem potencial de navegação inclusive para embarcações de grande porte (IBGE, 2020). No passado, esses atributos foram determinantes para a ocupação humana e para a estruturação das redes urbanas e comerciais da região. Atualmente, continuam a exercer forte influência na organização do território e na configuração geopolítica do espaço fronteiriço (Almeida, 2017).

No século XIX, no entanto, a mesma característica que havia facilitado a ocupação do território – a navegabilidade fluvial – passou a representar uma fragilidade estratégica para o Brasil. A vulnerabilidade da fronteira oeste, exposta pelas vias fluviais, intensificou tensões geopolíticas no contexto da região platina, marcada por disputas de limites e interesses entre os países do Cone Sul. Esse cenário culminou na Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870), quando o exército paraguaio invadiu o território de Mato Grosso pelo rio Paraguai, revelando o quanto a geografia hidrográfica influenciava a dinâmica política e militar na região (Doratioto, 2002; Lessa, 2016).

Na região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro, o rio Paraguai se configura como muito mais que um curso d’água: ele também é um elemento simbólico estruturante da paisagem, história e da vida cotidiana. Para os habitantes dessas cidades gêmeas, o rio não apenas separa territórios nacionais, mas proporcionou a chegada de diferentes nacionalidades e etnias da América do Sul pela Bacia do Prata o que permitiu a construção de relações históricas e culturais. A paisagem fluvial do rio Paraguai é incorporada com a sua historicidade, sua materialidade e de narrativas territoriais compartilhadas, preenchidas de representações da natureza.

Essas representações se traduzem em práticas culturais locais, tais como festas, histórias e tradições orais, bem como expressões artísticas compartilhadas. Há também as marcas na paisagem urbana, como portos, cais e embarcações que, além de serem marcadores simbólicos, organizam atividades materiais no território e permitem confirmar o rio como geossímbolo da região transfronteiriça.

Pantanal

O Pantanal (Figura 3) é um importante elemento na construção de representações culturais na região transfronteiriça. O Pantanal não deve ser entendido apenas como um espaço, mas como uma paisagem material preenchido de representações simbólicas tanto de práticas sociais, como de sua história territorial. É uma paisagem de mediação entre a natureza e a cultura (Oliveira, 2021).

Figura 3. Bioma Pantanal

Fonte: Trabalho de campo (2024).

Enquanto bioma, o Pantanal é considerado um patrimônio nacional (Brasil, 1998), um patrimônio ambiental e um patrimônio cultural. É um território banhado por rios que desaguam no Rio Paraguai, um habitat úmido que lhe dá uma fisionomia particular.

Além de possuir uma fauna e flora riquíssima, este território ecológico aloja donos de terras, vaqueiros, empreiteiros, bagualeiros, garimpeiros, balseiros, pescadores etc. O homem pantaneiro, no convívio diário com o ambiente, aprendeu a fazer a leitura da natureza, a fim de captar suas mais sutis transformações. Incapaz de realizar ações que venham a prejudicar o bioma, há dois séculos mantém um relacionamento harmonioso que contribui para o fortalecimento das propostas de preservação dos seus diversos ecossistemas, ou seja, de seus diferentes conjuntos de elementos, que se inter-relacionam para garantir a manutenção do equilíbrio ecológico (Banducci, 2012).

Com aproximadamente 140.000 km² de extensão, só em território brasileiro ocupa área de dois estados da região Centro-Oeste, Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS), exatamente a Sudoeste dos mesmos. Sua extensão passa pelo Paraguai e a Bolívia, em regime de fronteira viva. Nesses países, a planície pantaneira forma a região dos Chacos (Nogueira, 1990).

Historicamente marcado pelo isolamento em relação aos grandes centros urbanos brasileiros e pela proximidade com os vizinhos, o Pantanal desenvolveu uma dinâmica cultural própria, resultado do convívio intenso com populações fronteiriças e de um cotidiano moldado pelas águas e pela terra. Nessa paisagem, o “homem pantaneiro”, conhecido como aquele que vive há décadas nesse território, assume papel central na reprodução das práticas e dos saberes locais, revelando um modo de vida profundamente conectado com a natureza.

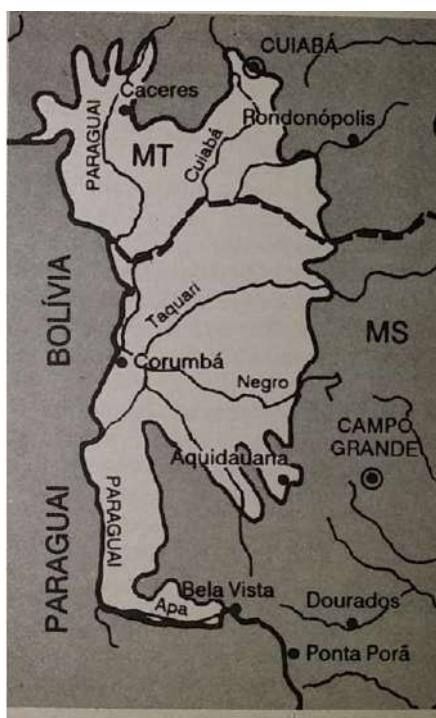
A diversidade natural do Pantanal é um dos principais traços de sua singularidade. Não se trata de um espaço homogêneo, mas sim de uma matriz ecológica heterogênea. A distinção entre o Alto e o Baixo Pantanal, o primeiro, menos afetado pelas cheias, e o segundo, marcado pelas inundações, demonstra a complexidade física do bioma. Além disso, a rede hidrográfica que estrutura a região condiciona diretamente os tipos de vegetação, a fauna, o uso da terra e a vida dos habitantes, que permite afirmar que o Pantanal, na verdade, é formado por “vários pantanais” (Nogueira, 1990).

Essa multiplicidade também se expressa nas relações sociais e culturais do território. O fluxo migratório contínuo de populações bolivianas, especialmente nas últimas décadas, promoveu a incorporação de elementos culturais guaranis ao cotidiano local. A convivência se consolidou em laços de solidariedade e numa convivência relativamente pacífica, forjando uma identidade pantaneira que vai além das fronteiras nacionais. Nesse contexto, o Pantanal revela-se como um espaço transfronteiriço, permeado por influências culturais diversas e por um intenso jogo de construção de representações e identidades.

Outro aspecto que marca fortemente o Pantanal é o contraste. Esses contrastes são visíveis tanto na natureza, tanto secas prolongadas e cheias violentas, quanto no tecido social entre o poder do grande proprietário de terras e a condição de vida de quem trabalha na terra. A coexistência entre o espírito preservacionista do pantaneiro tradicional e a exploração desmedida por agentes externos evidencia disputas pelo território e por suas representações. Essas tensões tornam o Pantanal um território de conflitos, mas também de resistência e resiliência cultural e ambiental.

Diante dessa complexidade, o Pantanal deve ser compreendido como um espaço com uma materialidade muito singular dada sua vasta natureza, mas também pelo seu desenvolvimento histórico com suas contradições. Esses elementos fazem do bioma um geossímbolo extraordinário no contexto da região transfronteiriça. Seu valor ultrapassa as fronteiras físicas e assume dimensões simbólicas, culturais, ecológicas e políticas. Representa, para a região e para o Brasil, uma síntese de múltiplas territorialidades: a do homem que resiste, a da natureza que impõe seus ciclos, a da fronteira que mistura culturas e a da disputa pelos seus recursos. O Pantanal não é apenas uma paisagem natural, mas um espaço carregado de sentidos e representações que ajudam a compreender a identidade da região fronteiriça do centro da América do Sul.

Figura 4. Mapa do Pantanal brasileiro



Fonte: Nogueira (1990).

O Pantanal também tem uma dimensão religiosa compartilhada. Trata-se da religião católica que se pratica nas duas cidades e que se reflete em festividades como o Banho de São João e na figura de Nossa Senhora do Pantanal, que conformam um elo entre o natural do bioma e o sagrado do território pantaneiro. A espiritualização do ambiente natural acaba contribuindo para a construção de uma estética da fé, em que o Pantanal é visto como espaço de contemplação e devoção.

Dessa maneira, a paisagem pantaneira é um espaço de uma natureza única onde se articulam histórias, cultura e religião e se compõe um geossímbolo que contribui na formação e desenvolvimento da região transfronteiriça.

Considerações finais

A análise dos geossímbolos do rio Paraguai e do Pantanal na região transfronteiriça de Corumbá e Puerto Quijarro evidenciou que tais elementos não apenas estruturam a paisagem física, mas desempenham papel central na construção simbólica dos territórios. Esses geossímbolos materializam representações, práticas culturais, e valores compartilhados, que funcionam como marcadores de pertencimento e identidades coletivas em um espaço atravessado por fronteiras políticas, mas unido por relações culturais cotidianas.

O rio Paraguai e o bioma pantaneiro, além de suas funções ecológicas e econômicas, tornam-se referências culturais que conectam populações binacionais, e revelam processos de regionalização impulsionados pela vivência transfronteiriça.

Dessa forma, ao interpretarmos os significados atribuídos ao rio Paraguai e ao Pantanal como geossímbolos, foi possível evidenciar como esses elementos naturais ultrapassam sua materialidade e se tornam representações simbólicas compartilhadas e fundamentais na constituição de sentidos de pertencimento em Corumbá e Puerto Quijarro. Essas manifestações simbólicas revelam os modos como populações fronteiriças ressignificam o espaço vivido e reafirmam vínculos culturais e sociais, mesmo diante de limites internacionais. Assim, a leitura geossimbólica desses elementos em contextos transfronteiriços contribui para compreender a fronteira como espaço relacional, dinâmico e profundamente marcado por construções sociais de significado.

REFERÊNCIAS

- BANDUCCI JUNIOR, A. O Pantanal e sua gente: diversidade étnica e cultural. In: MORETTI, E. C.; BANDUCCI JUNIOR, A. (Orgs.). **Pantanal**: territorialidades, culturas e diversidade. 1. ed. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2012. p. 9–25.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHOL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural**: um século. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.
- DORATIOTO, F. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 617 p. ISBN 85-359-0224-4.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MACHADO, L. O. et al. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T. C. M. de (Org.). **Território sem limites**: estudo sobre as fronteiras. Campo Grande, MS: UFMS, 2005. p. 87–112.
- NOGUEIRA, A. X. **O que é Pantanal**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- OLIVEIRA, E. dos S. Religiosidade em território fronteiriço: Nossa Senhora do Pantanal e suas simbologias. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, 2025.
- PAASI, A. Inclusion, exclusion and the construction of territorial identities: boundaries in the globalizing geopolitical landscape. **Nordisk Samhällsgeografisk Tidskrift**, p. 6–23, 1996.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- ROSA, A. M. da. “**Meu santo vai descer na hora que ele quiser**”: as transformações no banho de São João de Corumbá após o processo de institucionalização da festa (1980–2019). 2023. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023.
- SCUR, M. C.; CABRAL, W. **Hidrovia Paraguai–Paraná**: retratos e reflexões. Campo Grande, MS: Wetlands International – Latin America & Caribbean, 2019.
- SOUZA, C. G. S. de; LOPEZ DE MESA, G. M. V. Os geossímbolos como marcadores de territórios culturais na Festa da Caretada realizada na comunidade quilombola São Domingos localizada em Paracatu-MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA – ENANPEGE, 15., 2023, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2023.
- VICENTE, F. J.; RÜCKERT, A. A. A região transfronteiriça do Iguaçu e as ações da IIRSA. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 71–89, 24 nov. 2020.

ETNOTURISMO KADIWÉU - ETNOMAPA COMO FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO DE VISITAÇÃO

ETNOTURISMO KADIWÉU - EL ETNOMAPA COMO HERRAMIENTA DE PLANIFICACIÓN DE VISITAS

DOI 10.55028/geop.v20i38

Lílian Ribeiro Pereira*
Milton Augusto Pasquotto Mariani**

Resumo: Este artigo analisa como o povo Kadiwéu pretende integrar geração de renda e sustentabilidade por meio do etnoturismo. O objetivo foi, a partir dos desejos comunitários, identificar e fortalecer ferramentas que possam orientar projetos de visitação coerentes aos modos de vida local. A metodologia utilizada foi a confecção de etnomapas, orientador de um plano de etnoturismo, tudo isso articulado ao Plano de Vida, documento de governança Kadiwéu. Os resultados revelam uma comunidade com diretrizes internas para um projeto de visitação fundamentado na cultura local, indicando prioridades, limites e expectativas para um desenvolvimento territorial alinhado à autonomia indígena.

Palavras-chave: Povos Indígenas, gestão, etnomapas, etnoturismo.

Resumen: Este artículo analiza cómo el pueblo Kadiwéu busca integrar generación de ingresos y sostenibilidad por medio del etnoturismo. El objetivo fue, a partir de los deseos comunitarios, identificar y fortalecer herramientas que orienten proyectos de visita coherentes con los modos de vida locales. La metodología utilizada fue la

Introdução

O Território Indígena Kadiwéu, além de apresentar um potencial turístico imensurável, destaca-se também pela expressiva necessidade manifestada pela comunidade em melhorar suas condições econômicas e fortalecer sua cultura, com ênfase em seus modos de vida.

Território Kadiwéu está localizado no Município de Porto Murtinho, região fronteiriça do Estado de Mato Grosso do Sul, compreende os biomas Cerrado e Pantanal. Está muito próximo ao Parque Nacional da Serra de Bodoquena onde é possível encontrar resquícios de Mata Atlântica, logo, considerada área prioritária de conservação e com riquíssima fauna e flora.

* Bacharela em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Mestra em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. ORCID <https://orcid.org/0009-0003-7266-6119>. E-mail lilianribeiro.geo@gmail.com.

** Pós-doutor em Administração pela Universidade de São Paulo, Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, Professor titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, credenciado nos Programas de Pós-Graduação em Administração e em Estudos Fronteiriços. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9485-0150>. E-mail milton.mariani@ufms.br.

elaboración de etnomapas, orientadores de un plan de etnoturismo, todo articulado al Plan de Vida, documento de gobernanza Kadiwéu. Los resultados revelan una comunidad con directrices internas para un proyecto de visita fundamentado en la cultura local, señalando prioridades, límites y expectativas para un desarrollo territorial alineado con la autonomía indígena.

Palabras claves: Pueblos indígenas, gestión, etnomapas, etnoturismo.



A constituição desse território se deu por volta de 1899, após a Guerra, onde os Kadiwéu lutaram ao lado do Brasil, homens e mulheres guerreiros, concederam ao nosso país a vitória e como prêmio pela participação, tiveram o direito de escolha entre dinheiro ou terras, escolhendo assim o território em troca do trabalho prestado. Assim, o então presidente do Estado de Mato Grosso Pedro Alves de Barros determinou a realização de medição do Território, sendo destinado a 373.024 hectares a eles (Silva, 2014, p. 82).

Posteriormente, entre os anos de 1957 e 1958 essa extensão de terra foi questionada pelo Estado, reduzindo-a a 100 mil hectares o que mudou após a Justiça Federal dar causa ganha aos indígenas o que levou o exército realizar uma nova demarcação das terras em 1981, sendo finalmente homologado os 538.536 hectares em 1984 por meio do decreto nº 89.578, assinado pelo presidente João Figueiredo.

Durante os anos de 2018 e 2019, com a facilitação institucional da Wetlands International Brasil e a Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal, dentro de uma parceria a convite de lideranças, a comunidade Kadiwéu debruçou-se sobre seu território a fim de entender e dialogar sobre suas dinâmicas, seus usos e sobretudo seu futuro. Institui-se então o Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu, um instrumento de gestão pautado no desejo comunitário e acordos internos de usos locais.

Segundo Corrêa 1992, entende-se por gestão do território “o conjunto de práticas que visa no plano imediato, a criação e o controle da organização espacial. Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos como concentração e dispersão espacial, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica”.

O Plano de Vida, segundo Apio (2009), é uma forma que as comunidades indígenas utilizam para descreverem seus territórios, pensar o que se quer para o futuro, organizar seus objetivos e descrever como espera que eles sejam alcançados. Logo, esse é um documento que faz parte e é reconhecido pela PNGATI - Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena - e subsidia as comunidades no planejamento e gestão dos seus territórios (Favilla et al 2019, Pereira et al 2022).

Assim, com base no instrumento de gestão do Povo Kadiwéu, inicia-se uma série de diálogos relacionados a projetos de implementação, estes que respondam aos desejos já planificados dessas comunidades.

Conforme observamos na planificação da comunidade presente no “Plano de Vida”, há uma dificuldade recorrente na geração de renda, o que tem causado um êxodo principalmente da juventude desse território. Emerge então, junto à comunidade o interesse em estruturar um projeto de etnoturismo que responda a diversas questões levantadas no Plano de Vida, que gere resposta financeira a comunidade, porém com a preocupação que este seja de acordo com os costumes e modos de vida da comunidade.

Sendo assim, a análise baseou-se em como o povo Kadiwéu busca integrar geração de renda e sustentabilidade por meio do etnoturismo, utilizando a metodologia de etnomapas para que a própria comunidade “desenhe” seu plano de visitação a partir de seus desejos e modos de vida. O Plano de Vida, documento central de gestão e governança, orienta qualquer iniciativa no território, pois reflete os anseios e prioridades locais. A partir dele, e do etnomapa construído comunitariamente, torna-se possível estruturar um documento orientador de visitação coerente com a realidade Kadiwéu, facilitando a articulação com projetos, parceiros e futuros processos de implementação.

Fundamentação Teórica

Considerando práticas que aliem sustentabilidade, baixo impacto ambiental e geração de renda, observa-se o crescimento na busca por projetos que envolvem formas alternativas de turismo, especialmente aqueles voltados ao turismo ambiental, ecológico ou comunitário, em áreas de comunidades tradicionais, indígenas e/ou unidades de conservação.

Para Oliveira (2020), os apoios prestados no que tange aos trabalhos com turismo em comunidades indígenas são de suma importância para que estas consigam se organizar e estruturar tais iniciativas. Tais apoios contribuem significativamente para os processos de implementação, tendo em vista que, ainda hoje, muitas comunidades enfrentam dificuldades para colocar em prática ações em seus territórios, além de sofrerem pressões externas que interferem nesses processos.

A partir de 2023, observa-se um fortalecimento das políticas de apoio ao desenvolvimento social em terras indígenas e de comunidades tradicionais, o que tem contribuído para mudar a dinâmica na construção de projetos de etnoturismo, permitindo que as comunidades expressem com maior clareza aos órgãos públicos a forma como desejam conduzir o turismo em seus territórios. Além disso, a atuação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e do Ministério dos Povos Indígenas tem sido fundamental no apoio ao desenvolvimento dessas iniciativas, garantindo espaço para o fortalecimento da autonomia e da autogestão indígena.

No caso do Território Indígena Kadiwéu, que manifesta interesse em iniciar processos de planejamento para o etnoturismo em algumas de suas comunidades, o grande foco das lideranças tem sido pensar como se organizar para atrair visitantes, aproveitando a proximidade com cidades de expressiva vocação turística, como Bonito, além do próprio Pantanal, que tem se consolidado, nos últimos anos, como um importante polo de turismo de natureza e aventura.

Segundo Mello Neto e Toppino (2019), o etnoturismo visa proporcionar que as comunidades que desejam atuar nessa área utilizem seus modos de vida, tradições e costumes como base para o desenvolvimento territorial, sempre sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, com foco na conservação ambiental e no respeito às populações locais. Os autores ressaltam, ainda, que nem todos os membros de uma comunidade terão interesse em participar desses projetos, o que exige uma gestão sensível e respeitosa à pluralidade interna.

Assim como ocorre em diversas comunidades no Brasil, os projetos de etnoturismo frequentemente têm início a partir de demandas externas, seja pelo interesse de visitantes em conhecer melhor os modos de vida de determinados povos, seja pelo movimento das próprias comunidades em busca de estratégias de desenvolvimento local. Em alguns casos, como no exemplo observado na Amazônia, o turismo comunitário emerge como alternativa para romper com dinâmicas excluientes, em que o turismo é conduzido por organizações externas voltadas ao investimento comercial, sem o envolvimento efetivo das comunidades no planejamento e na gestão.

Um exemplo mais antigo de turismo étnico é o desenvolvido pelo povo Pataxó, que desde 1972, após um período marcado pela desapropriação de terras e processo de novo aldeamento, passou a observar o crescimento do turismo na região de Porto Seguro (Bahia). A partir disso, iniciaram a comercialização de seus produtos e, progressivamente, ampliaram o contato com os turistas, diversificando as atividades para além da venda de artesanato, incorporando vivências culturais e imersivas na comunidade. Segundo Grunewald (2015), os Pataxó desenvolveram uma metodologia denominada “resgate da cultura”, voltada não apenas para aprimorar o acolhimento aos visitantes, mas também para atender aos interesses internos da comunidade, como a preservação da língua ancestral, a valorização das danças tradicionais e a produção artesanal, sobretudo voltada às crianças e aos jovens.

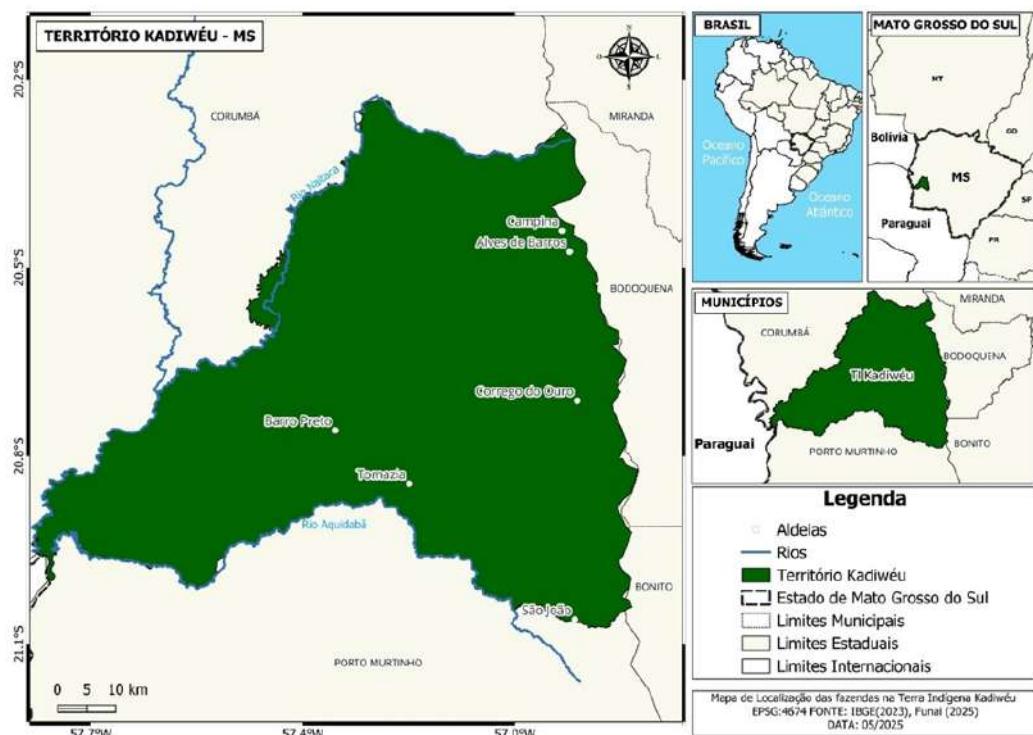
Uma das maiores preocupações ao tratar do turismo, de modo geral, reside na necessidade de garantir que sua implementação seja feita de forma controlada, participativa e realmente benéfica para a comunidade. Reconhece-se que nem todos os moradores estarão dispostos a se engajar diretamente nas atividades turísticas, seja por desinteresse ou por incompatibilidade com suas rotinas. Contudo, é fundamental que o projeto preveja formas de benefício indireto, como a aquisição de alimentos produzidos localmente, a contratação de serviços ou a valorização de ofícios tradicionais.

É imprescindível, portanto, que as decisões sobre a estruturação, o formato e os limites do projeto estejam nas mãos da comunidade, especialmente de suas lideranças legítimas, por meio de processos de consulta interna. Somente assim será possível assegurar que o que está sendo desenvolvido corresponde efetivamente às vontades e expectativas da comunidade, e que o projeto de etnoturismo seja resultado de uma construção coletiva e autodeterminada.

A estruturação cuidadosa desse modelo pode, inclusive, contribuir para o uso mais eficiente e o monitoramento do território, a ser também uma oportunidade de venda direta de produtos locais, por exemplo cerâmica, reduzindo os custos com transporte e diminuindo a dependência de atravessadores, o que pode fortalecer a autonomia econômica local.

Procedimentos Metodológicos

O Território Indígena Kadiwéu está localizado no município de Porto Murtinho, no estado de Mato Grosso do Sul. Compreende cerca de 538 mil hectares e está sob influência dos biomas Cerrado e Pantanal. Com seis aldeias distribuídas pelo território, sua população é de aproximadamente 1.400 moradores (Figura 1).

Mapa 1. Localização TI Kadiwéu

Fonte: Pedro Cristófori, 2025.

Dividido nas aldeias Campina, Alves de Barros, Tomázia, São João, Barro Preto e Córrego do Ouro, a maior parte da população permanece nas aldeias. No entanto, organização fundiária também inclui fazendas dispersas por toda a área.

Para a confecção do “Plano de Vida”, são elaborados os etnomapas, por meio dos quais a comunidade consegue apontar, de maneira mais livre, os usos do território e aquilo que cada pessoa conhece sobre ele.

Nessa fase permite compreender a dinâmica territorial e, mais ainda, entender como cada comunidade percebe e se relaciona com essa área a partir de sua própria perspectiva. É nesse momento que é possível identificar, inclusive, as ligações afetivas e funcionais, ou seja, o pertencimento que cada indivíduo tem com o território, a partir do que comprehende e vivência nele.

Ao analisar os etnomapas apresentados no “Plano de Vida”, é possível perceber quais comunidades detêm maior domínio sobre a gestão do território ou circulam por mais áreas, uma vez que seus mapas apresentam representações mais amplas e complexas.

Dessa forma, os moradores sabem que o território lhes pertence e conhecem o que existe nele, mas o sentimento de pertencimento se concentra nas áreas de uso cotidiano, aquelas que fazem parte direta de suas vivências. Esse tipo de leitura territorial é extremamente valioso, pois permite pensar a gestão do território de forma integrada, considerando as dinâmicas e particularidades de cada comunidade.

Em cada dinâmica, cada pessoa revela o que o território representa para si, conforme seu entendimento de gestão. A junção desses saberes e particularidades permite construir uma visão ampliada de gestão territorial, uma gestão que respeita o “todo”, mas que emerge da diversidade: de cada uso, de cada vínculo, de cada forma de pertencer.

Outra característica recorrente no processo é a formação de grupos temáticos, nos quais o saber e a experiência de cada um são mobilizados para refletir sobre a gestão territorial. Ao longo das oficinas, esses saberes são compartilhados continuamente, pois pensar o futuro do território é uma responsabilidade coletiva.

Aliás, não se pode pensar o futuro sem considerar o passado. A importância dos anciãos é amplamente reconhecida nesse processo, pois são eles que transmitem a história e as vivências de cada área, revestindo de sentido o planejamento construído pelas comunidades.

Para pensar projetos de etnoturismo seguiu-se essa metodologia, uma vez que a comunidade já o conhecia, fato que facilita as oficinas e a dinâmica local.

A fase inicial consistiu em dialogar com as lideranças, com o objetivo de desenvolver um plano de trabalho e definir as datas para as oficinas. Desse processo, é pactuado com a comunidade a ação por meio do Consentimento Livre, Prévio e Informado, que, segundo a Convenção 169 da OIT, representa a concordância formal da comunidade frente a qualquer projeto ou ação a ser desenvolvido.

Após a assinatura da carta de Consentimento Livre, Prévio e Informado, é iniciado a fase de mobilização e sensibilização da comunidade. Nesta etapa, todos são convidados a participar de uma reunião com o objetivo de refletir sobre um tema específico, neste caso, o etnoturismo.

Os diálogos são contínuos com o apoio das lideranças e das associações locais, que busca o envolvimento do maior número de pessoas possível, incluindo jovens, adultos, idosos, crianças e representantes das lideranças e organizações comunitárias.

Para a etapa de etnomapeamento, é necessário desenvolver oficinas junto à comunidade, a fim de compreender a forma como ela se percebe em relação ao

território e ao tema a ser aplicado: o etnoturismo. A metodologia utilizada teve como base o “Plano de Vida” Kadiwéu (2019), que, por sua vez, segue as diretrizes da PNGATI – Política Nacional de gestão Ambiental e Territorial Indígena, e o PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental.

Essa etapa consistiu no entendimento da situação do Território Indígena Kadiwéu, tendo como base o tema do etnoturismo. Para isso, levantou-se informações como as áreas que a comunidade considera importantes para receber visitantes, os tipos de atividades a serem realizadas e até possíveis construções. Utilizou-se o etnomapeamento para identificar essas áreas e pensar, de forma mais prática, aspectos como a logística, os trajetos e as apresentações.

Análise dos Dados

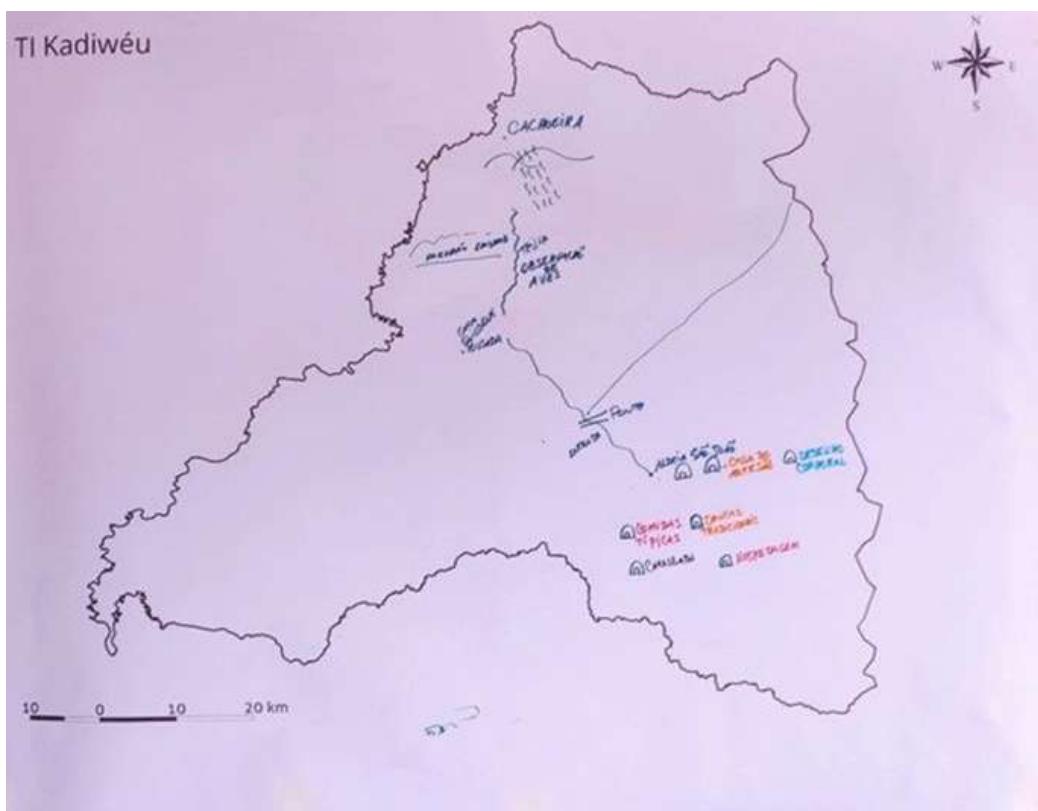
A oficina ocorreu na comunidade da aldeia São João, onde participaram lideranças locais, representantes das associações e pessoas interessadas no tema conforme figura 1. Essa é a comunidade que, durante o Plano de Vida demonstrou interesse em atuar com o tema e se mobilizou para iniciar as oficinas.

Figura 1. Oficina Aldeia São João – TI Kadiwéu



Fonte: Ana Paula Lopes.

Foi confeccionado um etnomapa conforme figura 2, com os limites do território, plotado em um A0 e levado a comunidade, para que eles pudessem assim, desenhar de forma muito objetiva o que eles pensavam para a atuação com o etnoturismo em sua comunidade.

Figura 2. Etnomap produzido pela comunidade

Fonte: Povo Kadiwéu, Aldeia São João.

O etnomapa pauta o seguinte desenho estratégico elaborado pela comunidade:

- A entrada do turista na comunidade se dará a partir da ponte do rio Aquidabá, na aldeia São João. Nesse ponto, pretende-se que uma pessoa da comunidade receba o visitante e o encaminhe para a atividade escolhida;
- À direita, os turistas serão direcionados para um ponto estratégico: um barracão construído especialmente para a recepção, localizado a cerca de 30 minutos da ponte. Esse espaço contará com banheiros, para que os visitantes possam se preparar para os passeios, um redário para descanso após os trajetos e a venda de produtos alimentícios. Esse será o segundo ponto de parada antes do acesso à cachoeira e ao paredão de cristais;
- A trilha que liga o barracão até a primeira queda d'água tem duração aproximada de 20 minutos, em uma superfície íngreme, de dificuldade média. Este ponto também foi identificado como apropriado para observação de aves e pequenos mamíferos, a depender do horário do dia;

- São aproximadamente cinco quedas d'água disponíveis para visitação, além do paredão de cristais;
- À esquerda, segundo o etnomapa, está o acesso à comunidade. A recepção ocorrerá no centro da aldeia, na Casa da Mulher Artesã. Nesse ponto, as atividades serão conduzidas por um guia local, com programação definida previamente;
- As atividades destacadas incluem: confecção de cerâmicas, pintura corporal e visita à área onde ocorre o manejo tradicional dos cavalos, voltada aos visitantes que desejarem conhecer a doma dos cavalos Kadiwéu, suas pinturas e até realizar um passeio montado pela comunidade;
- Neste local, também será oferecida alimentação, e, ao final do dia, os visitantes poderão assistir à dança típica local, além de ouvir histórias contadas pelos anciãos e conhecer as simbologias presentes nos grafismos das vestimentas e das pinturas corporais.

Considerações Finais

É fato que para entender a gestão ambiental e territorial e atuar no desenvolvimento local é necessário conhecer as dinâmicas do território, ter em vista seu passado e para onde caminha, com toda suas particularidades, mas além disso pensar em fatores que são necessárias aplicação de mudança o empenho da comunidade para transformar situações e o entendimento de onde e como buscar essas melhorias.

Para o início do desenho de um plano de etnoturismo, uma das maiores forças consiste em compreender profundamente as dinâmicas e fortalezas de cada comunidade. É necessário agir com atenção, escuta e responsabilidade, de modo a entender como cada comunidade funciona e garantir que a atividade aconteça em benefício coletivo, gerando renda e fortalecendo a cultura local, sem se deixar conduzir por influências externas à comunidade.

Durante as oficinas, ficou evidente o envolvimento da comunidade na construção de um projeto de etnoturismo próprio e contextualizado. A todo momento, lideranças e membros da comunidade participaramativamente das discussões, fazendo questão de apresentar suas percepções sobre como o etnoturismo pode contribuir com a geração de renda, respeitando a cultura local e reforçando sua autonomia territorial.

Chamo a atenção para a dinâmica construída coletivamente, em que a própria comunidade idealizou as atividades a serem desenvolvidas, mas, sobretudo, refletiu sobre como cada família poderia ser beneficiada — seja com os passeios, com

as apresentações de danças, com a venda de cerâmicas ou ainda com o preparo de refeições destinadas aos turistas.

Essa participação e facilidade em se expressar por meio de uma ferramenta de gestão, que é o etnomapeamento, norteia não só a comunidade, mas também a organizações governamentais e não governamentais no trabalho com povos indígenas e com temas sensíveis, como é a implementação do etnoturismo.

Ferramentas podem ser importantes aliadas na implementação de projetos, mas sobretudo na escuta a esses povos que por vezes são pouco compreendidos ao expor suas necessidades. Fortalecer técnicas que facilitem essa comunicação é imprescindível para que políticas públicas cheguem e se dinamizem onde necessário, e compatíveis com os desejos e modos de vida dessas comunidades.

Agradecimentos

Wetlands International Brasil.

Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal.

Ao Povo Kadiwéu, em especial a Aldeia São João.

Referências

APIO – Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque. **Plano de vida dos povos e organizações indígenas do Oiapoque**: eixos temáticos, diretrizes e ações estratégicas. Oiapoque: APIO, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Instituto Ecobrasil. **Manual indígena de ecoturismo**: Projeto GTC Amazônia, Grupo de Coordenação de Ecoturismo para Amazônia Legal. Brasília, DF: MMA; Instituto Ecobrasil, 1997.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (org.). **Plano de gestão territorial e ambiental de terras indígenas**: orientações para elaboração. Brasília, DF: Funai, 2013.

GRÜNEWALD, Rodrigo de A. Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: imperialismo e pós-colonialidade na região do Descobrimento do Brasil. **Revista Pasos**, El Sauzal, v. 13, n. 2, p. 411–424, 2015.

LEDHESMA, Miguel. **Tipos de turismo**: nueva clasificación. Buenos Aires: OMPT, 2018.

MELLO NETO, Ridivan C. D. S.; TOPPINO, Marcela A. Enoturismo como meio de promoção do desenvolvimento sustentável e valorização da cultura dos povos tradicionais da Amazônia brasileira. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 72–86, jan./jun. 2019.

OLIVEIRA, Carlos A. F. A. Trajetória da normatização do turismo em terras indígenas: práticas do Estado e dos povos indígenas. **Revista Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 1–19, 2022.

PEREIRA, Lílian Ribeiro; CRISTÓFORI, Pedro Paulo. **Plano de vida do Território Indígena Kadiwéu**. Campo Grande, MS: Mupan, 2022.

SILVA, Giovani J. **A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899–1984)**: memória, identidade e história. Dourados: UFGD, 2014.

TRATAMENTO RENAL NA FRONTEIRA BRASIL–BOLÍVIA: PERSPECTIVAS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PACIENTES

KIDNEY TREATMENT ON THE BRAZIL - BOLIVIA BORDER: PERSPECTIVES OF HEALTH PROFESSIONALS AND PATIENTS

TRATAMIENTO RENAL EN LA FRONTERA ENTRE BRASIL Y BOLIVIA: PERSPECTIVAS DE LOS PROFESIONALES DE LA SALUD Y LOS PACIENTES

DOI 10.55028/geop.v20i38

Isabelly Santos Silveira*
Alex Bontempi Alencar Campos**
Giselaine Novaes Vilas da Silva***
Patrick Aparecido Ferreira de Souza****

Resumo: As desigualdades entre os sistemas de saúde do Brasil e da Bolívia intensificam o fluxo de pacientes para Corumbá-MS, impondo desafios à gestão pública local. Como objetivo, este estudo analisou o atendimento a brasileiros e bolivianos em tratamento de hemodiálise em uma clínica conveniada ao SUS, identificando barreiras e facilitadores sob a perspectiva de pacientes e profissionais. O estudo de caso, com abordagem qualitativa e foco exploratório-descritivo, foi realizado por meio de entrevistas em Corumbá. A investigação apontou como barreiras a diversidade linguística, regularização documental, estigma social, mobilidade territorial e custos financeiros, e como facilitador, a avaliação dos serviços públicos.

Palavras-chave: Hemodiálise, Saúde, Migrantes, Fronteira, Bolívia.

Introdução

Os processos migratórios estão diretamente ligados às condições econômicas, políticas e sociais, resultado este, das realidades díspares (Barakat, 2021). Um exemplo a ser citado é a oferta de saúde gratuita em um país, enquanto no outro esse serviço não é disponibilizado, sucedendo a busca de tratamentos médicos por aqueles que não têm condições financeiras de arcar com despesas hospitalares, vivem em

* Graduada em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAN). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF/UFMS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7149-5838>. E-mail: isabellysilveira40@gmail.com.

** Graduado em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAN). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF/UFMS). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1135-7502>. E-mail: alex.campos@ufms.br.

*** Graduada em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAN). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF/UFMS). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1142-561X>. E-mail: giselainenovaes@hotmail.com.

**** Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAN). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF/UFMS). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4971-9160>. E-mail: patrick_stan@hotmail.com.

Abstract: The inequalities between the healthcare systems in Brazil and Bolivia intensify the flow of patients to Corumbá-MS, which represents a challenge for local public administration. The objective of this study was to analyze the care provided to Brazilians and Bolivians undergoing hemodialysis treatment at a clinic affiliated with the Unified Health System (SUS), identifying barriers and facilitators from the perspective of patients and professionals. The case study, with a qualitative and exploratory-descriptive approach, was conducted through interviews in Corumbá. The research identified linguistic diversity, document regularization, social stigma, territorial mobility, and financial costs as barriers, and the evaluation of public services as a facilitator.

Keywords: Hemodialysis, Health, Migrants, Border, Bolivia.

Resumen: Las desigualdades entre los sistemas de salud de Brasil y Bolivia intensifican el flujo de pacientes hacia Corumbá-MS, lo que plantea retos a la administración pública local. El objetivo de este estudio fue analizar la atención prestada a brasileños y bolivianos en tratamiento de hemodiálisis en una clínica afiliada al Sistema Único de Salud (SUS), identificando barreras y facilitadores desde la perspectiva de los pacientes y los profesionales. El estudio de caso, con un enfoque cualitativo y exploratorio-descriptivo, se llevó a cabo mediante entrevistas en Corumbá. La investigación señaló como barreras la diversidad lingüística, la regularización documental, el estigma social, la movilidad territorial y los costos financieros, y como facilitador, la evaluación de los servicios públicos.

Palabras clave: Hemodiálisis, Salud, Migrantes, Frontera, Bolivia.

vulnerabilidade social ou não dispõem de um serviço de qualidade onde residem.

É essencial salientar que a fronteira não se resume a um limite físico onde há apenas pessoas que passam por um espaço através de uma ordem que delimitam um espaço físico, visto que, segundo Tavano *et al.* (2024), o conceito de fronteira, mesmo que esteja historicamente associado à soberania, segurança nacional e aos mecanismos de controle, tem sido ampliado para incluir dimensões sociais e humanas, reconhecendo esses espaços não apenas como limites geográficos, mas como territórios onde as pessoas vivem e constroem relações cotidianas.

Outro ponto importante, é que temos um fluxo de pessoas entre esses países por motivos específicos como a realização de tratamento médico, e são chamados de migrantes pendulares por Oliveira, Correia e Oliveira (2017) que os define como aqueles que se deslocam regularmente entre países vizinhos para atividades específicas, retornando ao país de origem com frequência.

Para Barakat (2021), a saúde é para todos, e para garantir os direitos dos migrantes, deve haver políticas que viabilizem a inclusão social, sem deixar de lado a sua individualidade, possibilitando a igualdade, por mais que se tenha uma dificuldade de adaptação em algum espaço. Dessa forma, analisaremos também um espaço de trocas culturais, pois temos uma variedade de

moradores tanto no Brasil quanto na Bolívia sendo tratados num mesmo lugar, o que permite compreender como percebem e vivenciam esse ambiente.

Este trabalho apresenta um estudo de caso focado no setor de hemodiálise de uma clínica localizada em Corumbá, cidade brasileira situada na fronteira entre Brasil e Bolívia. A proposta apresentada tem como objetivo geral analisar o atendimento a pacientes brasileiros e bolivianos que realizam hemodiálise em Corumbá, e como objetivo específico identificar as barreiras e facilitadores do serviço prestado, sob as perspectivas de pacientes e profissionais da saúde. Considerando a rotina típica da região de fronteira, busca-se investigar como ocorrem os fluxos de atendimento, as rotinas do serviço e de que forma a proximidade entre os países se reflete na organização do setor.

A assimetria entre os sistemas de saúde dos dois países força o deslocamento de pessoas que buscam atendimento mais eficazes e gratuitos. A imprevisibilidade da demanda impõe desafios à gestão pública local da cidade de Corumbá. Além disso, há escassos estudos que abordem as perspectivas de pacientes das duas nacionalidades e profissionais de saúde nessa esfera.

Torna-se fundamental compreender como o contexto fronteiriço impacta o atendimento a pacientes em hemodiálise, considerando além do enfoque clínico, os aspectos sociais, culturais e administrativos. A análise desse cenário buscará identificar entraves e mecanismos de apoio ao acesso e propor estratégias que considerem a realidade local desses pacientes que dependem dos serviços de saúde.

O estudo dessa temática se faz necessário para contribuir com a elaboração e implementação de políticas públicas nas zonas de fronteira, atendendo especificamente às necessidades dos migrantes. A compreensão do fluxo migratório poderá ajudar gestores e profissionais na fomentação de práticas mais equitativas e em acordos internacionais.

O acesso à saúde em regiões de fronteira

O conceito de acesso à saúde vem sendo desenvolvido gradualmente pelos estudiosos da área. Discute-se, inclusive, o que é saúde, ao se argumentar que ela não se limita à ausência de enfermidades. A compreensão do conceito de saúde, conforme assinalam Costa e Lima (2023), deve transcender a noção restrita de ausência de enfermidades.

Segundo os autores, a saúde é um fenômeno multifacetado, que abrange determinantes sociais, culturais, hábitos de vida e até a comunicação. Essa abordagem ampliada contribui significativamente para o enfrentamento das desigual-

dades entre os povos, conferindo à saúde um papel central na promoção da justiça social e do bem-estar coletivo.

Infere-se da Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8.080/1990) que o acesso das pessoas ao sistema de saúde brasileiro é universal, conforme disposto nos artigos 2º, §1º, e 7º, I (Brasil, 1990). Essa legislação federal estabelece, de forma literal e expressa, que a saúde constitui um direito fundamental do ser humano, incumbindo ao Estado o dever de garantí-la por meio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. Essa lei instituiu o SUS (Sistema Único de Saúde).

Ressalta-se que o reconhecimento da saúde como direito fundamental de todos os seres humanos ocorreu em 1948, com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No contexto brasileiro, contudo, o reconhecimento formal da saúde como direito fundamental somente ocorreu em 1988, com a Constituição Federal do Brasil, que consagrou o acesso universal à saúde como princípio estruturante do sistema de proteção social (Cogo; Mascarenha, 2020).

A saúde é reconhecida como um pilar essencial para a dignidade da pessoa humana e, portanto, um compromisso do Estado de fornecê-la (Brasil, 1988). Além disso, o Brasil é signatário do Pacto de San José da Costa Rica que tem como um de seus objetivos proteger a dignidade de toda e qualquer pessoa (Brasil, 1992).

Diante dessa breve análise do conjunto normativo que fundamenta a proteção do direito à saúde no Brasil, conclui-se que a legislação pátria não estabelece distinções entre nacionais e estrangeiros. Conforme apontam Costa e Campos (2021), ainda persiste debate acerca do acesso de estrangeiros não residentes aos serviços públicos de saúde. Isso se deve ao fato de que, no ordenamento jurídico brasileiro, o direito à saúde é reconhecido como fundamental e de caráter universal, o que implicaria, em tese, a garantia de acesso irrestrito ao SUS, tendo como único critério legitimador a condição humana.

No presente estudo de caso, observou-se que os estrangeiros contemplados com o tratamento de hemodiálise, no município de Corumbá, são, em sua maioria, residentes com autorização provisória e/ou fronteiriços que habitam na região limítrofe entre Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia). Para o acesso a esse tipo de tratamento, é exigida a documentação comprobatória da condição jurídica, conforme os critérios legais. Contudo, o acesso ao transplante permanece restrito, sendo reservado apenas àqueles que possuem residência permanente no território brasileiro.

A realidade observada no município de Corumbá, situado na fronteira com a Bolívia, evidencia a complexidade dessa questão, especialmente no que se refere à efetividade do direito à saúde para migrantes em situação de residência provisória

ou fronteiriça. Esse cenário convida à reflexão sobre os avanços normativos trazidos pela nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) e suas repercussões práticas na garantia dos direitos fundamentais dos estrangeiros em território nacional.

Embora não tenha uma definição mais ampla sobre o migrante, o que ainda pode ter gerado incertezas quanto ao alcance pleno de certos direitos sociais a não residentes, ela garante aos residentes fronteiriços o acesso aos serviços públicos mediante autorização municipal. Com isso, reforça-se a diretriz de inclusão e de proteção social mínima aos migrantes, alinhando o Brasil a compromissos internacionais de direitos humanos e ampliando o acesso à saúde (Costa; Campos, 2021).

Considerando esse aparato jurídico brasileiro, especialmente no contexto das regiões de fronteira, torna-se relevante observar como essas garantias se manifestam na prática. A seguir, serão apresentados dados recentes sobre a oferta e a demanda por tratamentos como a hemodiálise, com destaque para o estado de Mato Grosso do Sul que faz fronteira com a Bolívia, a fim de compreender a realidade concreta do acesso à saúde e a efetividade das políticas públicas voltadas a esse serviço de saúde complexo e contínuo.

De acordo com os dados do Censo Brasileiro de Diálise (CBD) de 2023, promovido pela Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN), estimam-se que haja 157.357 pacientes em diálise no Brasil, um aumento de 2,3% se comparado a julho de 2022 (Nerbass *et al.*, 2025). Esses números indicam o crescimento contínuo de pacientes em diálise.

Dessa estimativa de pacientes, 88,2% fazem o tratamento de hemodiálise no Brasil, ou seja, 138.788 pacientes. No âmbito mais restrito, poucos dados oficiais e de pacientes em tratamento no Mato Grosso do Sul foram localizados. Conforme publicação do *Campo Grande News*, de março de 2025, a promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Saúde do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, Daniela Cristina Guiotti, esclareceu que o estado tem mais de 2 mil pessoas dependentes de hemodiálise e cerca de 200 aptas para transplante de rim (Modena, 2025).

As informações atualizadas, tanto do Brasil quanto da Bolívia, são necessárias para mensurar quantos pacientes dependentes desse tipo de tratamento e para estabelecer melhorias no atendimento, principalmente em regiões de fronteira. O Ministerio de Salud y Deportes de Bolivia divulgou, na semana passada, em sua página que o Sistema Único de Salud (SUS) atende 4.496 pessoas em diálise no país. A maior parte dos pacientes reside em Santa Cruz (1.615 pessoas), Cochabamba (1.100) e La Paz (950). O valor do financiamento custou aos cofres públicos 500 milhões de bolivianos em 2024 (Bolivia, 2025).

Quanto ao financiamento dos tratamentos de diálise realizados no Brasil, os dados de 2023 do CBD informam que 75,6% são financiados pelo sistema público de saúde e 24,4% por planos de saúde privados. Das regiões do Brasil, o Centro-Oeste tem a menor porcentagem de financiamento público com 64%, seguido do Sudeste (70%), Norte (76%), Sul (81%) e Nordeste (84%) (Nerbass *et al.*, 2025).

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, com delineamento exploratório e descritivo. Segundo Creswell (2010, p. 129), propõe que a “pesquisa qualitativa é exploratória, e que os pesquisadores a utilizam para explorar um tópico quando as variáveis e a base teórica são desconhecidas”. Assim realizamos uma abordagem qualitativa, direcionada à escuta dos sujeitos envolvidos e na observação da realidade local. Quanto à descrição do campo de pesquisa, foi realizada em uma clínica de diálise do setor privado, subsidiada pelo SUS, localizada na cidade de Corumbá-MS. Por se tratar de uma região de fronteira com a Bolívia, a clínica de tratamento renal atende pacientes das cidades brasileiras Corumbá e Ladário, e das cidades bolivianas Puerto Quijarro e Puerto Suárez.

A clínica de diálise delimitada no estudo de caso iniciou suas atividades no ano de 1992, prestando, desde então, serviços de hemodiálise para pacientes do sistema público de saúde e particulares. Segundo o autor Yin (2001, p. 32), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. A escolha desse método qualitativo permite uma interpretação sob a ótica das percepções da equipe de saúde e usuários em hemodiálise.

Atualmente, no sistema público são 160 pacientes brasileiros e bolivianos que usufruem de tratamento renal, entre homens e mulheres, com faixa etária entre 17 e 88 anos, residentes nas cidades, sendo aproximadamente 20 indivíduos da Bolívia, 12 de Ladário e 128 de Corumbá. Todos os pacientes realizam três sessões de hemodiálise na semana com duração de quatro horas por sessão. As sessões são predefinidas conforme os dias da semana, alguns pacientes realizam suas sessões às segundas, quartas e sextas; e outros, nas terças, quintas e sábados. O período de maior procura do tratamento pelos migrantes bolivianos ocorre em determinadas temporadas: início, meio e final do ano.

A respeito do ambiente digital, a clínica não possui site próprio e foram encontrados poucos informativos sobre o tratamento e instituição nas redes sociais, como Instagram e Facebook. No portal da prefeitura de Corumbá, há poucas

notícias sobre o serviço prestado, cerca de duas reportagens, a mais recente sobre a capacitação de profissionais para fortalecer a prevenção da Doença Renal Crônica (DRC) (Corumbá, 2025). A falta de informações atualizadas e acessíveis pode dificultar o acesso daqueles que precisam da assistência, principalmente por parte dos migrantes.

Com relação ao ambiente físico, até o ano de 2023, o tratamento era realizado no Centro de Hemodiálise da Santa Casa de Corumbá, para pacientes internados ou não. Atualmente, a Santa Casa realiza as sessões de hemodiálise apenas aos pacientes internados, ou seja, de emergência. Em setembro de 2023, os pacientes renais crônicos começaram a ser atendidos em um novo espaço. O novo prédio é moderno e sua estrutura é de grande porte, com fachada envidraçada; externamente também possui uma escada com corrimão e plataforma inclinada para cadeirantes; e há uma rampa de acesso lateral para veículos. O ambiente interno é climatizado, espaçoso, com iluminação adequada e com cadeiras confortáveis na sala de espera.

A sala de tratamento possui em torno de 40 poltronas reclináveis para os pacientes, as máquinas de hemodiálise aparecem estar em excelentes condições e há televisores distribuídos nos corredores. Esse mesmo cômodo tem uma divisória ao meio que permite a circulação dos profissionais para atender todos os pacientes, todos os colaboradores estavam uniformizados e atentos ao monitoramento dos pacientes, como se encontra retratado na Figura 01.

Figura 01. Pacientes em hemodiálise na fronteira Brasil-Bolívia



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A fim de atender às necessidades de todos os pacientes, são realizados quatro turnos com 40 pacientes ao longo da semana, um pela manhã até as 12h e outro até as 18h. O horário de funcionamento da clínica é de segunda a sexta-feira das 06h às 18h. No quesito infraestrutura, o estabelecimento trabalha com uma margem para atender 46 pacientes por turno. A equipe de trabalho é formada por 22 técnicos, 3 enfermeiros, 3 médicos, 1 psicólogo, 1 assistente social e 1 nutricionista.

As entrevistas foram aplicadas em dois dias a dois grupos de participantes: pacientes em tratamento renal e profissionais da área da saúde. Para a execução desta pesquisa foram selecionados quatro pacientes, dois brasileiros e dois migrantes bolivianos, seguindo os seguintes critérios: pacientes que estavam presentes no mesmo turno de hemodiálise, e que foram escolhidos pela responsável técnica por serem pessoas mais abertas ao diálogo durante a sessão.

Além dos pacientes, foram escolhidos quatro profissionais da saúde com áreas de atuação distintas: enfermeira, psicólogo, assistente social e nutricionista. Para preservar a identidade dos entrevistados, foram utilizados códigos identificadores numéricos para profissionais da saúde (E1, E2, E3 e E4) e pacientes (P1, P2, P3 e P4) conforme os Quadros 01 e 02 abaixo.

Quadro 01. Caracterização dos profissionais de saúde entrevistados

| IDENTIFICADOR | PROFISSÃO | IDADE | GÊNERO | TEMPO DE ATUAÇÃO NA HEMODIÁLISE |
|---------------|-------------------|---------|-----------|---------------------------------|
| E1 | Enfermeira | 43 anos | Feminino | 15 anos |
| E2 | Psicóloga | 37 anos | Feminino | 8 meses |
| E3 | Assistente Social | 38 anos | Masculino | 10 anos |
| E4 | Nutricionista | 40 anos | Feminino | 3 anos |

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quadro 02. Caracterização dos pacientes entrevistados

| IDENTIFICADOR | IDADE | GÊNERO | NACIONALIDADE | LOCAL DE RESIDÊNCIA | TEMPO DE TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE |
|---------------|---------|-----------|---------------|---------------------|------------------------------------|
| P1 | 68 anos | Masculino | Brasileiro | Corumbá | 5 anos |
| P2 | 77 anos | Feminino | Brasileira | Ladário | 3 anos |
| P3 | 55 anos | Feminino | Boliviana | Puerto Quijarro | 24 anos |
| P4 | 29 anos | Feminino | Boliviana | Puerto Suárez | 1 ano |

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A coleta de dados ocorreu durante os meses de maio e junho de 2025, fundamentada em fontes de pesquisa bibliográfica e documental, seguida de entrevistas individuais com roteiro semiestruturado, observação direta e registro em diário

de campo. Ao utilizar a entrevista como método, foi possível obter percepções singulares de cada participante. Todos os entrevistados aceitaram participar da pesquisa, e as entrevistas foram gravadas mediante consentimento prévio. Concluída a etapa de entrevistas, os registros foram transcritos integralmente e os resultados são discutidos a seguir.

Resultados

Este capítulo da pesquisa apresenta os resultados das entrevistas sob as perspectivas de cada profissional de saúde e pacientes, o que nos permitiu identificar facilitadores e barreiras no setor de hemodiálise e estabelecer algumas categorias de análise. Foram consideradas as seguintes barreiras: diversidade linguística, regularização documental, estigma social no acesso à saúde, mobilidade territorial e custos financeiros em saúde. Como facilitador na avaliação dos serviços públicos, uma categoria merece destaque: o atendimento no setor de hemodiálise.

Diversidade linguística

No âmbito desta discussão, considera-se que a diversidade linguística é uma barreira limitante na comunicação de pacientes migrantes e profissionais da saúde. Os diferentes dialetos bolivianos refletem a pluralidade cultural e a vivência na região fronteiriça. Havendo a necessidade de maior compreensão do diálogo, eles contam com o suporte de um paciente que comprehende melhor o português e de uma profissional que fala espanhol por ter aprendido durante a sua vivência de 12 anos na Bolívia. Essa dificuldade pode ser constatada nas falas dos profissionais E1 e E2, transcritas a seguir.

Tem dois pacientes que a gente tem a dificuldade de comunicação. A gente não entende e às vezes a gente também não entende o que eles falam, entendeu? Como eu falei, para passar alguma informação, eles querem comunicar e a gente não entende, a gente acaba pedindo para algum paciente que entende bem (E1, 2025).

Como há muitos dialetos na Bolívia, às vezes a língua se torna um impasse para a gente, porque é um espanhol muito truncado, quando é um espanhol mais próximo, que parece com um da fronteira, a gente consegue entender mais fácil, mas quando envolve dialetos às vezes isso acaba sendo empecilho no nosso atendimento. Então sempre que a gente tem dúvida, a gente pede auxílio dela (E2, 2025).

Essa dificuldade também aparece na fala do profissional E3 (2025): “tenho, porque a gente sempre chamou uma pessoa que trabalha aqui, que sempre tá, né? Mas, em muitos deles, eu entendo; a gente entende o que eles falam e eles entendem do que eu falo”.

Uma solução encontrada pela paciente P4 é recorrer a aplicativos de tradução. Recurso útil não apenas para as consultas presenciais, mas também para traduzir as informações compartilhadas no grupo de WhatsApp dos pacientes. Ela relata que “algumas coisas são difíceis de entender. Eu uso, principalmente quando não entendo, o tradutor do meu celular. Sim, às vezes meus amigos aqui da Bolívia, os que estão realizando, me ajudam um pouco” (P4, 2025).

A dificuldade para entender outra língua que não seja a sua língua materna é difícil, algo relatado no início do tratamento pela paciente P3. Em meio aos cuidados de sua saúde, ela percebeu outra necessidade: ser entendida. A procura por melhores condições de vida nos setores da saúde, educação e trabalho faz com que migrantes da região busquem aprender a língua portuguesa, conforme a fala subsequente.

Quando eu comecei, poxa chorava, porque eu não sabia. Não entendia que me falava. Eu fui aprendendo né, conforme foi passando o tempo fui aprendendo. É, porque tinha um enfermeiro que não me entendia, como eu falava. E ele não entendia também como eu falava. Então eu tive interesse de aprender português (P3, 2025).

Assim, torna-se imprescindível a disseminação do castelhano na fronteira Corumbá-Bolívia como facilitador no diálogo entre bolivianos e brasileiros. Portanto, algumas ações podem contribuir para contornar a barreira linguística no setor estudado: informativos físicos e digitais em português e espanhol sobre o tratamento, termos e documentos necessários; e a oferta de curso de espanhol para os profissionais de saúde e administrativos. Essas medidas podem colaborar para maior interação social e acolhimento dos migrantes.

Regularização documental

A próxima categoria identificada, regularização documental, define os serviços de saúde que podem ou não ser prestados aos migrantes temporários e permanentes. Independentemente da classificação migratória – seja o migrante temporário, permanente ou indocumentado –, todos recebem atendimento pelo SUS. O serviço de hemodiálise é prestado aos três status migratórios, mas somente os migrantes permanentes podem entrar na fila de transplante renal no Brasil pelo SUS. Essas informações foram confirmadas durante a entrevista com a profissional E2 logo abaixo.

A única questão é que, se ele não for um residente permanente, ele não tem direito a fazer o transplante renal. Quando eles chegam, alguns chegam sem a carteirinha que dá direito deles transitarem livremente de um país para o outro. Então, na verdade, transplante, eles só podem se eles forem residentes permanentes, só recebem essa carteirinha, quando a Polícia Federal faz visita e identifica que eles estão morando aqui, mas isso,

depois deles renovarem a temporária, por mais de cinco anos. Então, eles só vão conseguir esse visto permanente após cinco anos, não quer dizer que seja imediatamente após cinco anos, tá? Tem paciente nosso que está a 12 e ainda não recebeu essa carteira (E2, 2025).

Até onde eles poderiam ser atendidos e até onde eles não poderiam ser contemplados, porque por exemplo, cirurgias de grande porte eles não são contemplados. Tem uma história recente de uma migrante que foi encaminhada pro transplante renal e de maneira errônea porque ela não tinha o visto permanente dela. E aí foi que eu me atentei para a lei. Não fui eu que enviei, ... e a gente está reorientando o porquê que eles podem ou não estar nesta fila, então só os que tenham o permanente que conseguem adentrar (E2, 2025).

A espera por um transplante renal é longa, a demanda é maior se comparada à quantidade de órgãos disponíveis no banco. Para o migrante, esse tempo pode se tornar ainda mais extenso, visto que ele terá de aguardar a emissão do documento permanente. Essa situação se evidencia na espera de 12 anos conforme o discurso da paciente P4 (2025): “disseram-me que a médica veio há duas semanas e me disse que, para entrar na lista de transplantes, eu preciso ligar para a residência e apresentar um documento. Eu só tenho o documento de residente (temporário)”. Essa situação é confirmada adiante neste texto pelo profissional E3.

Então eles são temporários, tá? Existe os temporários, porque assim ó agente da polícia federal falou que tem 3 tipos de registro, tem o que é pra comerciante, quem é pra morar aqui e que tem pra saúde. A maioria deles é que é pra saúde. Então pra saúde, eles não um prazo X. Aí tem que tá renovando sempre, depois de 5 anos é emitido definitivo (E3, 2025).

A carência de um serviço de saúde público e de qualidade faz com que alguns pacientes migrantes apresentem declaração de endereço falso, e Cartões Nacionais de Saúde (CNS), comumente conhecido como Cartão SUS, realizados em outros estados do Brasil, como mencionado pelos colaboradores E2 e E3 a seguir.

Nós temos pacientes aqui que inicialmente eles alegam que eles estão morando no Brasil para ter direito ao visto temporário e para poder fazer tratamento de saúde, mas a gente sabe que se a gente for fazer uma visita lá, pode ser que a gente identifique que eles não estão morando aqui, mas obviamente que essa não é a responsabilidade nossa, então a gente não faz (E2, 2025).

E aí a gente vê muito cartão SUS feito em Miranda, São Paulo. Entendeu? Aí, eu falo pra ele: como vocês fizeram ah, minha prima fez em São Paulo? Aí você mora lá? Não, então aí eu já calma aí. Então você vai ter que dar entrada na polícia federal pra ficar uma coisa legal, porque isso aqui é crime, aí eles ficam cientes e vão lá e procura a polícia (E3, 2025).

Realizar tais práticas é crime e o paciente pode ter seu tratamento interrompido. Uma situação mais grave ocorreu com uma paciente boliviana que apresentou documentos de identificação de uma mulher brasileira para poder iniciar seu tratamento em Corumbá. Esses acontecimentos ocorriam com mais frequência há alguns anos, mas hoje em dia não são práticas comuns, como relata o assistente social E3.

Ela era uma boliviana que tinha um nome brasileiro, ela chamava ..., só que o nome dela era... E aí eu peguei os documentos dela e olhava pra ela, olhava o documento, e falei, mano, não é a mesma pessoa, aí eu fui, conversei com ela, aí ela falou: então, eu tava quase morrendo, e aí uma pessoa me falou que essa pessoa alugava os documentos dela. Aqui tinha muito isso no passado, hoje em dia graças a Deus não tem mais, e o que que acontece ela alugava esses documentos tanto o RG, o CPF, cartão SUS e comprovante de residência dessa pessoa e ela começou a fazer o tratamento aqui... Aí fui conversei com ela, falei: Olha, automaticamente mexer com isso aí agora, porque senão você vai ser presa, utilizando documento dos outros. E aí a gente correu atrás, tudo, e um mês depois a verdadeira..., faleceu (E3, 2025).

O Brasil é um país que concede direito universal à saúde pública, e existem maneiras legais para iniciar o tratamento. A incongruência não está no acesso a saúde, mas, sim, no enfrentamento de obstáculos burocráticos e territoriais. Em razão disso, é essencial encontrar soluções flexíveis e baseadas em direitos humanos para atender às necessidades dos usuários fronteiriços.

Estigma social no acesso à saúde

Outra temática emergente, aprofundada na fundamentação teórica é o acesso à saúde para todos. Durante as conversas com alguns profissionais e pacientes que vivenciam a realidade da fronteira Brasil-Bolívia, foi possível perceber uma mistura de sentimentos, experiências e visões sobre o atendimento em saúde oferecido aos migrantes em Corumbá.

A profissional E1 relata já ter presenciado diferenças no tratamento ao migrante, mas reforça que essa distinção não condiz com a sua conduta profissional. Conforme suas palavras, “a minha percepção, eu já vi a experiência, não aqui, mas essa diferença até me deixa triste, porque eu não costumo trabalhar com esse tipo de situação. Pra mim todo mundo se independente eles têm que ir vir, tem que eles precisam disso” (E1, 2025).

Nem todas as pessoas e profissionais veem o migrante da mesma forma. Esse tipo de pensamento pode estar relacionado a alguma experiência vivenciada ou até mesmo à construção social de opinião. Algo comum retratado nas zonas de fronteira é ver o “outro” como intruso e beneficiário de serviços públicos sem a devida contribuição financeira, ou seja, sem o pagamento de impostos. Essa

visão reforça uma ideia equivocada, de que a saúde não é um direito a todos, e se restringe à nacionalidade, desconsiderando o caráter universal. Essa situação é retratada nas falas seguintes.

O que eu não sou a favor muito assim, entre aspas, é que o brasileiro, quando a gente mora lá na Bolívia, eles são muito cruéis pra gente, sabe? Aí eu não sei que mudança que eles fazem que aí o assistente social já deve ter falado. Porque eles vêm já orientados, sabendo tudo pra pegar bolsa família, pra pegar não sei o quê. Então, assim, culturalmente eu não vejo benefícios pra nós brasileiros daqui a um tempo como que vai ser. Porque a gente paga imposto e eles vêm só pra se beneficiar do que a gente trabalha para deixar o país melhor (E4, 2025).

Eu não concordo, né? Porque eu vivi a parte do brasileiro na Bolívia. Eu vivi na pele, tudo isso. Então, ninguém me conta de falar, ah, mas é porque é bom. E eles vêm com uma cara de coitadinho e disso e aquilo. E não é assim. Às vezes os coitadinhos têm casa, carro e tudo lá. Mais rico que todo mundo. Lá, eu não sou muito fã dessa imigração deles aqui, né? (E4, 2025).

Contornar o estigma social no acesso à saúde para migrantes exige, a execução de ações educacionais e de sensibilização, tanto da população quanto aos profissionais da saúde. A construção de práticas acolhedoras e equitativas combate atitudes discriminatórias na sociedade. É fundamental que as prefeituras, os meios de comunicação locais e a sociedade civil organizada promovam campanhas de combate à xenofobia e à desinformação.

Mobilidade territorial

Outra categoria que requer atenção é o transporte dos pacientes que vêm das cidades próximas, incluindo migrantes e pendulares. Os pacientes em hemodiálise estão mais propensos à fadiga, fraqueza e desnutrição; e a locomoção até a clínica exige a garantia de cuidado e bem-estar. Conforme relatos dos entrevistados, eles precisam se deslocar por conta própria e muitas vezes por ônibus, táxi, ou veículos de aplicativo, como demonstrado abaixo.

No começo, quando eu comecei o tratamento, era difícil para mim, porque eu não tinha como vir. Eu tinha que pagar ônibus e, aí nesse tempo ainda estava querendo me recuperar. Porque eu fiquei magrinha, magrinha. Foi de um momento a outro né que eu fiquei assim (P3, 2025).

É transporte sim, é muitos aí fazem cota e alugam um táxi na Bolívia pra poder vir pra cá, né? E muitos vivem uma situação bem vulnerável lá na Bolívia, isso aí eles passam pra mim e eu até fico assim pensando: então acesso aqui a gente não pode tá passando, porque até então eles não têm esse direito. Quando não pode, né? E aí, eu falo pra eles enquanto não tem como. Agora, se você tiver o RNE definitivo, você tem todos os direitos aqui do nosso Brasil (E3, 2025).

Segundo a entrevistada P4 (2025): “lá da fronteira há um ônibus que vem para cá”. A fala da paciente confirma a existência do transporte público que realiza o trajeto do centro da cidade de Corumbá até o limite com Puerto Quijarro. No site da Prefeitura de Corumbá, foi localizada uma matéria de 2023 comunicando a entrega de um micro-ônibus para transportar pacientes da hemodiálise (Corumbá, 2023). Não foi mencionado por nenhum profissional ou entrevistado o transporte oferecido pelo poder público e não fica explícito na entrevista se esse veículo ainda está uso pelos pacientes e quais pacientes são beneficiados, o que se percebe, contudo, é que não inclui os pacientes migrantes pendulares.

Para chegar à clínica, os pacientes entrevistados utilizam meios próprios de transporte, contando com o apoio de familiares ou terceiros para levá-los e buscá-los. A necessidade pelo tratamento de qualidade gera despesas adicionais para pacientes, principalmente migrantes, seja com combustível, uso de transporte por aplicativos ou ônibus. Isso representa um obstáculo significativo, especialmente para aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Com já mencionado, o deslocamento de migrantes ocorre sobretudo por três motivos: saúde, educação e trabalho. No caso dos pacientes bolivianos, advém da saúde. Um fato relevante é que as pacientes P3 e P4, residentes, respectivamente, em Puerto Quijarro e Puerto Suárez, eram de outras localidades da Bolívia. A paciente P3 é de Aguas Calientes, uma comunidade do município de Roboré. Já a paciente P4 é natural de Cochabamba, mas se mudou há oito anos para Puerto Suárez por razão de trabalho. Assim como elas, há alguns pacientes bolivianos que se mudam, principalmente, de Santa Cruz e estabelecem moradia nas cidades bolivianas mais próximas de Corumbá para realizar o tratamento.

Em relação à mobilidade e ao trânsito, os pacientes P1 e P2 mencionaram sentir tensão ao chegar à clínica que está localizada em uma área de intenso fluxo de carros e pessoas, por estar próxima a uma escola. Apesar de ter uma faixa de pedestre e semáforo, é recomendável a presença de agentes de trânsito no local. Além disso, melhorias de infraestrutura externa e interna da clínica para garantir segurança e melhor acessibilidade.

É, aqui na saída, né? As vezes a pessoa tem que atravessar a rua, aí vem aqueles carros. A gente tem que parar, porque eles não param, né? Nós que tem que parar. Se tivesse pelo menos um quebra mola ali na frente era bom. Para eles parar um pouquinho (P1, 2025).

O único acesso em termos físicos, eu não gosto muito é da rampa, porque não tem retorno, então há muita dificuldade, às vezes está um descendo e o outro já está apressado para subir, só a parte física mesmo, mas é a estrutura do prédio (P2, 2025).

Custos financeiros em saúde

O atendimento de saúde no Brasil, conforme preconiza a Constituição Federal, é gratuito, oferecido aos residentes e não residentes no país. A cobertura é realizada pelo SUS, devendo para tanto o paciente cumprir os requisitos, como estar com o registro nacional de estrangeiro e/ou possuir a documentação de residência, seja permanente ou temporária.

O repasse financeiro do SUS no Brasil limita os serviços prestados a migrantes. Se o paciente migrante for atendido diretamente no hospital, exclusivamente para situações emergenciais, seu tratamento é coberto pelo sistema público de saúde brasileiro. Contudo, se não se tratar de urgência, o atendimento para hemodiálise será direto na clínica, após regularização documental, e os gastos não serão custeados pelo SUS. Esse recorte analítico é observado adiante na entrevista com a profissional E1.

Enquanto ele ficando no hospital internado, as diályses dele são cobertas pelo SUS, mas se vem para cá, não. Então, por isso que eles ficam até analisar tudo, se não legaliza, eles têm que voltar para Bolívia... A não ser os bolivianos que estão vindo tudo de lá. Não sei que parece que lá o tratamento deles são tudo cobrados lá na Bolívia. Aí tem muitos. A gente está recebendo muitos porque eles vêm embora para cá, porque aqui eles não pagam nada (E1, 2025).

O SUS na Bolívia não é 100% gratuito como no Brasil e sua implementação ainda é recente. Os problemas econômicos enfrentados pelo país refletem-se na escassez de profissionais, hospitais e medicamentos para atender o povo boliviano. A urgência pelo tratamento e a falta de recursos financeiros contribuem para o deslocamento desses migrantes, como relatado a seguir.

Lá, em Santa Cruz, o tratamento é todo pago, por isso que eles falam que eles não têm condições de arcar com o tratamento, né? Desde uma seringa, até um tratamento de capilar (dialisador), de todo aquele processo de insumos que faz a hemodiálise, eles não tem, por isso que eles recorrem pra gente aqui na fronteira (E3, 2025).

E eu vejo que eles estão tentando entrar aqui por causa do SUS. Eles vêm com esse benefício do SUS, porque eles não têm lá na Bolívia o benefício igual é o SUS aqui no Brasil. Não é igual na Bolívia. Lá, se você não tem dinheiro, você não dialisa. Tem uma parte que eles dialisam pelo governo, mas é tudo igual que eu tô te falando. Uma sessão de hemodiálise. Que eu acho que é 1.200 bolivianos. Agora, como se fosse R\$ 500,00. Então, eles não têm, né? E já chegam aqui pra não pagar mesmo. E com a qualidade do tratamento que é aqui (E4, 2025).

Como também confirmou a paciente P4 (2025): “porque lá, na Bolívia, os medicamentos são escassos. Não há medicamentos, há pessoas que têm que pagar

para poderem realizar o tratamento". Um relato comovente compartilhado durante a entrevista da enfermeira E1 confirma como o status migratório é decisivo no acesso à saúde. Além da regularização documental, — barreira já comentada anteriormente, o discurso da profissional contém uma crítica implícita à política pública. Crítica ao Estado e ao sistema por não contemplarem com maior humanaidade situações como a mencionada posteriormente.

Eles não tinham isso, eles não cobriam, porque não tinham documentação... Uma documentação que tem que legalizar eles aqui para o SUS pagar. Aí ele veio, ficou precisando fazer a cirurgia, ela teve que pagar. Foi uma história triste, porque ela correu, fez um empréstimo para conseguir o dinheiro para o filho fazer a cirurgia. Chegou de fazer a cirurgia e não resistiu também. E hoje, a gente fica assim, porque ela faz promoção, essas coisas para tentar agora reverter o dinheiro do empréstimo que ela fez. É uma situação que é triste para a gente, né? Só que... Não é a gente, que decide. Essa aí é uma questão do SUS (E1, 2025).

Avaliação dos serviços públicos

A última dimensão analisada refere-se à avaliação dos serviços de saúde. Como discorrido na descrição do campo de pesquisa, a clínica é uma instalação nova, com manutenção e limpeza realizados de maneira notável quando comparada com outras instalações de saúde do município.

Um dos questionamentos elementares dessa pesquisa é analisar o atendimento aos pacientes, e averiguar se há alguma distinção de tratamento relacionada à nacionalidade. Todos os pacientes, brasileiros e bolivianos, foram unâimes em afirmar que a clínica possui uma excelente estrutura, os profissionais são solícitos, e todos se sentem respeitados e acolhidos.

Esse tratamento é evidenciado na declaração do paciente P1 (2025): "sobre aqui, aqui é uma clínica muito boa, né? Muito boa mesmo, parece pra tratar de nós, somos bem tratados, bem cuidado. E eu gosto dessa clínica". Também transscrito no depoimento da paciente P2 (2025): "o atendimento é único, é tranquilo, a gente se sente em casa, porque o acolhimento que a gente recebe, deixa a gente à vontade". E na fala da paciente P4 (2025): "não, aqui está tudo bem, atendem bem, as enfermeiras são muito simpáticas, os médicos também são muito atenciosos".

Uma das entrevistadas de nacionalidade boliviana (P3) revelou ter percebido diferenciação no atendimento recebido na Bolívia em comparação ao Brasil, referindo-se ao mau atendimento naquele país e ressaltando que, aqui, se sente bem amparada.

Sim, poxa. Bem, graças a Deus, como falei, meu médico é uma maravilha. As meninas também. Todos eles são... Eles nunca me trataram mal. É a atenção, a atenção das me-

ninas, elas são boas, nunca se veem assim zangadas ou que tratem mal as pessoas. Eu não sei porque lá na Bolívia a gente vai lá una consulta e eles tratam mal a gente. Eu fui uma vez lá, porque não faço lá consulta. Eu fui uma vez e me trataram mal, porque não sei o que, não sabem eles, né? Que que ser hemodiálise. E eu tinha que explicar... Tinha que explicar como que era, que não podia medir pressão aí (se referindo a fistula), não sabem (P3, 2025).

No discurso da paciente P3, além do tratamento oferecido de forma excelente no Brasil, há o relato de uma experiência negativa no atendimento na Bolívia, onde percebeu despreparo técnico e falta de empatia por parte dos profissionais. Isso reflete a discordância em relação ao que se espera da rede pública de saúde: tratamento humanizado, com profissionais capacitados, instalações limpas e seguras.

Assim como a paciente P4 que procurou ajuda e por indicação de amigos veio até Corumbá, onde foi bem atendida e percebeu que a estrutura e os serviços de saúde aqui são melhores do que os da Bolívia. De acordo com suas declarações, “aqui em Corumbá tem tudo, ou seja, saúde, tem tudo, e lá na Bolívia não tem. Aqui é muito melhor do que na Bolívia. De repente eu fiquei inchado, ... fui até lá e eles me disseram para ir para Corumbá, que o atendimento era melhor” (P4, 2025).

Considerações finais

Esta pesquisa buscou observar e analisar o atendimento ao público em geral, bem como aos migrantes no tratamento de hemodiálise na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, fronteira com as cidades de Puerto Suárez e Puerto Quijarro, Bolívia, sobretudo como é oferecido o serviço de saúde, sua capacidade técnica e as dificuldades encontradas, tanto pelos profissionais de saúde quanto para os pacientes. A pesquisa foi realizada no mês de maio e junho de 2025, em uma clínica de hemodiálise localizada na região central de Corumbá. Foram ouvidos quatro pacientes e quatro profissionais de saúde de diversas áreas.

O Brasil é signatário de convenções de direitos humanos sobre atendimento de saúde, e mais especificamente na sua Carta Magna expressa que a saúde é direito de todos e dever do Estado, não distinguindo raça, classe ou nacionalidade. Observou-se que grande parte da procura por atendimento de migrantes se refere à insuficiência na prestação do serviço público na Bolívia e ao elevado custo do tratamento para a população mais carente, que demanda constância nos cuidados.

Destaca-se como principal obstáculo a questão linguística, pois na Bolívia se tem muitos dialetos, além do castelhano. A falta de uma comunicação mais fluida em consequência das divergências linguísticas entre paciente e profissional da saúde, com isso os profissionais buscam outros meios de fazer essa comunicação, seja por outros pacientes, como a profissional que atende como intérprete.

Além da diversidade linguística, outras barreiras emergiram, como: a regularização documental, o estigma social no acesso à saúde, a mobilidade territorial e os custos financeiros. Outras dificuldades também puderam ser percebidas, entre elas, a ausência de estrutura adequada e a falta de atendimento gratuito e de qualidade na Bolívia, que resulta no deslocamento de pacientes bolivianos para o Brasil. No tocante à operacionalização do atendimento, a principal barreira é a exigência de documentação ou a regularidade destes. De acordo com a pesquisa realizada, o atendimento dos profissionais de saúde despontou como facilitador na categoria de avaliação dos serviços públicos.

Uma das limitações desse estudo, foi a impossibilidade de obter a perspectiva do setor administrativo da clínica, a qual restringiu a compreensão de aspectos relacionados à gestão, financiamento e histórico da organização. Sugere-se a realização de pesquisas futuras sobre os custos e o financiamento da hemodiálise, quanto é desembolsado pelo SUS por cada paciente migrante, se há transferência de recursos financeiros dos governos brasileiros e bolivianos para atender o migrante, dados aos quais não se teve acesso. Bem como se os hábitos alimentares têm impacto sobre a doença renal, tanto em migrantes quanto em brasileiros.

A temática, direito à saúde e o enfrentamento aos seus obstáculos, principalmente em relação ao migrante, deve ser debatida e analisada para que a atenção à saúde seja uma pauta prioritária. Diante da complexidade da realidade fronteiriça e suas particularidades, são necessários esforços das leis brasileiras e da política pública em oferecer atendimento gratuito e de qualidade, para enfrentar as questões de saúde, respeitando um direito fundamental humano, independentemente da nacionalidade.

Referências

- BARAKAT, N. J. D. **A feminização da migração no contexto da proteção do direito à saúde**. 2021. 142 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.
- BOLÍVIA. Ministerio de Salud. **En Bolivia 4.496 personas reciben diálisis gratuito gracias al SUS que cubre los costos de Bs. 500 millones por año**. 2025. Disponível em: <https://www.minsalud.gob.bo/8664-en-bolivia-4-496-personas-reciben-dialisis-gratuito-gracias-al-sus-que-cubre-los-costos-de-bs-500-millones-por-año>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 24 jun. 2025.

COGO, G. A. M.; MASCARENHA, T. R. S. Direitos de primeira e segunda geração: direito à saúde x responsabilidade do Estado. **Revista Interdisciplinar em Saúde**, Cajazeiras, v. 7, p. 965–977, 2020.

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal. **Corumbá capacita profissionais e fortalece prevenção à Doença Renal Crônica**. 2025. Disponível em: <https://corumba.ms.gov.br/noticias/corumba-capacita-profissionais-e-fortalece-prevencao-a-doenca-renal-cronica>. Acesso em: 15 maio 2025.

CORUMBÁ. **Prefeitura entrega micro-ônibus para transporte de pacientes da hemodiálise**. 2023. Disponível em: <https://corumba.ms.gov.br/noticias/prefeitura-entrega-micro-onibus-para-transporte-de-pacientes-da-hemodialise>. Acesso em: 25 jun. 2025.

COSTA, L. B.; CAMPOS, N. F. F. O acesso à saúde pública brasileira por estrangeiros não residentes como forma de observância ao princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista do CEPEJ**, n. 23, 2021.

COSTA, P. P. S.; LIMA, C. A. Direitos humanos e acesso à saúde em regiões de fronteira. **Revista em Foco**, v. 16, n. 9, p. e3199, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n9-185.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MODENA, C. MS tem cerca de 2 mil dependentes da hemodiálise e 200 à espera de transplante. **Campo Grande News**, 2025. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/saude-e-bem-estar/ms-tem-cerca-de-2-mil-dependentes-da-homodialise-e-200-a-espera-de-transplante>. Acesso em: 15 maio 2025.

NERBASS, F. B. *et al.* Censo Brasileiro de Diálise 2023. **Brazilian Journal of Nephrology**, v. 47, n. 1, e20240081, jan. 2025.

OLIVEIRA, M. A. M.; CORREIA, J. M.; OLIVEIRA, J. C. Imigrantes pendulares em região de fronteira: semelhanças conceituais e desafios metodológicos. **Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 12, n. 27, p. 91–108, maio/ago. 2017.

TAVANO, P. T. *et al.* Educar em fronteiras internacionais: demandas e encaminhamentos do sistema público municipal de Corumbá/Mato Grosso do Sul. **Revista Tempo do Mundo**, n. 35, p. 119–145, ago. 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SOU BRASILEIRO, PERO A MI ME GUSTA JUGAR

SOY BRASILEÑO, PERO A MÍ ME GUSTA JUGAR

DOI 10.55028/geop.v20i38

Eliane Silva da Costa Amarilio*
Rogério Zaim-de-Melo**

Resumo: Com o objetivo de abordar a cultura lúdica de crianças fronteiriças, que estudam em uma escola localizada no Brasil, bem próxima à fronteira. Realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso com 35 crianças que estudam em uma escola da zona rural de Corumbá. Tendo como instrumentos de pesquisa a observação, desenhos de brincadeiras realizados pelas crianças e um formulário de pesquisa. Os dados analisados indicam a cultura lúdica da criança fronteiriça é diversificada composta por jogos e brincadeiras tradicionais e jogos e brincadeiras oriundas da cultura boliviana, e que língua utilizada durante as brincadeiras não representa um obstáculo para a diversão.

Palavras-chave: Jogo; Criança; Fronteira.

Resumen: Con el objetivo de abordar la cultura lúdica de los niños fronterizos que estudian en una escuela situada en Brasil, muy cerca de la frontera, se llevó a cabo una investigación cualitativa del tipo estudio de caso con 35 niños que estudian en una escuela de la zona rural de Corumbá. Los instrumentos de investigación fueron la observación, los dibujos de los juegos realizados por los niños y un formulario de investigación. Los datos analizados indican que la cultura lúdica de los niños fronterizos es diversa y está compuesta por juegos tradicionales y juegos procedentes de la cultura boliviana, y que el idioma utilizado

Introdução

O município de Corumbá-MS, situado no coração do Pantanal brasileiro, destaca-se como um dos maiores do país em extensão territorial. No entanto, sua área de ocupação urbana é bastante reduzida, limitada a apenas 21 km². Essa porção urbanizada é composta por diversos bairros, cujas configurações são marcadas pela proximidade com o Rio Paraguai — onde se encontra a parte histórica da cidade — e pela presença da linha férrea. Além disso, a cidade faz limite com a área urbana do município vizinho de Ladário e com a fronteira internacional com a Bolívia, na região de Puerto Quijarro.

Ser corumbaense é viver nesse emaranhado cultural, onde a cultura pantaneira se mistura com a cultura urbana e com a cultura boliviana. A linha que separa cidade, campo e fronteira é

* Licenciada em Educação Física, Mestranda em Estudos Fronteiriços, Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1961-6024> e-mail: eliane.amarilio@ufms.br.

** Doutor em Educação brasileira, Professor Associado da UFMS, docente dos cursos de Educação Física, do Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços do CPAN/UFMS; e do Mestrado em Estudos Culturais do CPAQ/UFMS, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0365-6000>, e-mail: rogeriozmelo@gmail.com.

durante los juegos no supone un obstáculo para la diversión.

Palabras-clave: Juego; Niño; Frontera.



tênuem e frequentemente difusa, tornando difícil estabelecer distinções precisas entre essas instâncias. Contudo, para fins analíticos, adotaremos a estratégia de traçar limites entre elas, de modo a facilitar a compreensão e permitir a síntese das principais manifestações lúdicas da infância pantaneira. Importa destacar que os jogos, brincadeiras e expressões lúdicas aqui abordados situam-se justamente nessa zona de intersecção entre cidade, campo e fronteira, sendo simultaneamente moldados por essas três dinâmicas culturais e também contribuindo para a sua conformação. Desse entrelaçamento surge uma cultura lúdica híbrida, marcada por uma riqueza simbólica singular.

As investigações sobre a cultura lúdica na região pantaneira passaram a se consolidar a partir de 2017, com a publicação da tese *Jogar e brincar de crianças pantaneiras: um estudo em uma “Escola das Águas”*, de Rogério Zaim-de-Melo (Zaim-de-Melo, 2017). Entre os objetivos centrais do estudo, destacam-se: identificar e descrever as brincadeiras e formas de brincar das crianças nas Escolas das Águas; bem como reconhecer marcas e influências da cultura pantaneira nos jogos e brincadeiras por elas praticados.

A partir dessa pesquisa inicial, novas inquietações sobre a cultura lúdica pantaneira emergiram, dando origem a investigações subsequentes divulgadas em diferentes publicações. Entre os temas abordados, destacam-se: a vivência

do processo de socialização por meio de uma forma tradicional de brincar – o “solar-pipas” (Alves; Zaim-de-Melo; Rizzo, 2019); a relação entre tradição e inovação tecnológica nos jogos infantis (Zaim-de-Melo; Golin, 2019); os processos de transmissão da cultura lúdica (Zaim-de-Melo; Scaglia, 2022; Zaim-de-Melo *et al.*, 2023); além da análise de duas manifestações representativas da ludicidade pantaneira: o *Banho de São João* (Zaim-de-Melo, 2019) e o *Corre Cosme* (Zaim-de-Melo *et al.*, 2024).

Diante dessas pesquisas observamos uma lacuna, a ausência de estudos que tratem especificamente da cultura lúdica das crianças pantaneiras que possuem registro civil do Brasil, mas moram na Bolívia e a sua língua materna é o espanhol. A proximidade com a Bolívia estabelece entre corumbaenses e quijarrenses uma relação simbiótica, marcada por intensas trocas cotidianas. Dessa interação emerge uma identidade fronteiriça compartilhada por brasileiros que residem em Corumbá e estudam e/ou trabalham em território boliviano, assim como por bolivianos que atravessam a fronteira para fins semelhantes.

No presente artigo abordaremos a cultura lúdica dessa criança fronteiriça, mais precisamente de um grupo que estuda em uma escola localizada no Brasil, bem próxima à fronteira.

Cultura lúdica: alguns conceitos

A cultura lúdica integra o que se convencionou chamar de culturas da infância (Sarmento, 2002), sendo compreendida como a parte das produções culturais originadas pelas próprias crianças nas interações que estabelecem com seus pares.

No contexto brasileiro, a temática da cultura lúdica passou a ganhar maior destaque especialmente a partir das contribuições de Gilles Brougère, cujas reflexões influenciaram significativamente os estudos de Kishimoto no final da década de 1980 e início da década de 1990. Ressalta-se, contudo, que embora o conceito de cultura lúdica não se restrinja exclusivamente à infância ou ao universo infantil, sua utilização tem sido amplamente associada a esse público, despertando crescente interesse e fomentando diversas pesquisas centradas nas experiências lúdicas das crianças (Zaim-de-Melo; Santos Rodrigues; Grillo, 2021).

A cultura lúdica pode ser compreendida como um conjunto de práticas, comportamentos, normas e linguagens que constituem a identidade de um determinado grupo de crianças em sua relação com múltiplas expressões do lúdico — como enigmas, cantigas, danças, trotes, piadas, brinquedos, entre outros. Essa cultura está intrinsecamente associada às brincadeiras e jogos que se configuram como possíveis e significativos nas distintas experiências de infância (Grillo; Navarro, Santos Rodrigues, 2019).

A cultura lúdica apoia-se em três dimensões fundamentais da prática humana: a não subordinação dessas práticas à idade, ao gênero ou à condição social; a possibilidade de sua realização independentemente do contexto espaço-temporal em que ocorrem; e o reconhecimento de que todas essas atividades compartilham estatutos semelhantes em termos de significado e função (Lavado, 1999).

É por meio da cultura lúdica que o ser humano desenvolve a capacidade de compreender certas atividades como jogos, mesmo quando não são reconhecidas imediatamente como tal. As crianças, por exemplo, distinguem com facilidade uma briga real de uma brincadeira de lutinha — algo que nem sempre é evidente para os adultos, especialmente aqueles distanciados, em sua rotina cotidiana, do universo infantil (Brougère, 1998).

Kishimoto (2014) argumenta que a cultura lúdica corresponde à cultura do brincar, sendo atravessada por aspectos relacionados a gênero, classe social e etnia. Segundo a autora, meninos e meninas desenvolvem modos distintos de brincar, em diferentes espaços e com tradições próprias, construídas a partir das culturas locais. A promoção da equidade de gênero é, portanto, fundamental para que todas as crianças possam acessar, de maneira plena e sem discriminação, as diversas formas de brincadeira.

Procedimentos metodológicos

Para atender aos objetivos propostos neste artigo, adotou-se uma abordagem qualitativa, com delineamento metodológico pautado no estudo de caso. Conforme argumentam Lüdke e André (1998), essa tipologia é especialmente indicada para investigações que se debruçam sobre fenômenos singulares, dotados de valor próprio e que demandam uma análise contextualizada e aprofundada. No presente estudo, a singularidade recai sobre as infâncias que se constituem na região de fronteira.

A realização da pesquisa que fundamenta este artigo contou com a autorização prévia da direção da instituição de ensino participante. O estudo integra um projeto de pesquisa mais amplo, voltado à investigação da cultura lúdica de crianças do Pantanal Sul, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme parecer consubstanciado sob o CAAE 77305524.4.0000.0021.

O lócus da pesquisa foi a Escola Municipal de Educação Integral Eutrópia Gomes Pedroso situada na zona rural de Corumbá, no Assentamento Tamarineiro I. Esse assentamento acompanha a linha de fronteira e constitui-se como a única região do município que faz divisa direta com a Bolívia (SABATEL, 2013). Loca-

liza-se a aproximadamente 2 km do posto aduaneiro Esdras, que marca o limite entre Corumbá (Brasil) e Porto Quijarro (Bolívia).

Participaram da pesquisa 35 estudantes matriculados nos 4º, 5º e 7º anos da escola, sendo 23 residentes na Bolívia e 12 oriundos de Assentamentos Rurais da região. A participação foi condicionada à autorização dos responsáveis, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como ao consentimento das próprias crianças, registrado por meio do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

Para a produção dos dados empíricos, recorreu-se à utilização de múltiplos instrumentos de pesquisa. Assim como defendem Graue e Walsh (2003), o uso de diferentes procedimentos metodológicos amplia as possibilidades de análise, permitindo que o fenômeno seja compreendido sob diversas perspectivas. Neste estudo, foram empregados os seguintes instrumentos: a) observação sistemática das crianças durante atividades lúdicas realizadas fora do ambiente de sala de aula e nas aulas de Educação Física; b) desenhos produzidos pelas próprias crianças, nos quais representaram suas brincadeiras e jogos preferidos; e c) aplicação de formulários de pesquisa com as crianças sobre o brincar. A análise e discussão dos dados da pesquisa foram feitas de forma descritiva com o objetivo de uma melhor visualização.

Os dados foram coletados, durante o 1º semestre de 2025, pela primeira autora dessa pesquisa que atua como docente de Educação Física na escola lócus da pesquisa. As observações foram realizadas durante as aulas de Educação Física, nos momentos em que as crianças não estavam realizando atividades dirigidas; os desenhos das brincadeiras preferidas foram realizados como tarefa em um dos dias de plano de estudos tutorados (PET)¹; e os formulários foram aplicados no início do 2º bimestre de 2025.

Os dados obtidos foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (1991), com o intuito de buscar aproximações e distanciamentos no levantamento realizado, conteúdos manifestos e latentes, bem como significados explícitos ou subjacentes.

¹ O Plano de Estudo Tutorado (PET) foi implementado durante a pandemia de Covid-19 e, atualmente, é adotado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Corumbá em dias letivos destinados à formação continuada dos professores. Trata-se de um roteiro de atividades com conteúdos e orientações de estudo, organizado por ano de escolaridade, e destinado ao regime de ensino não presencial, sob a tutoria de pais ou responsáveis.

Evidências de uma cultura lúdica da criança fronteiriça

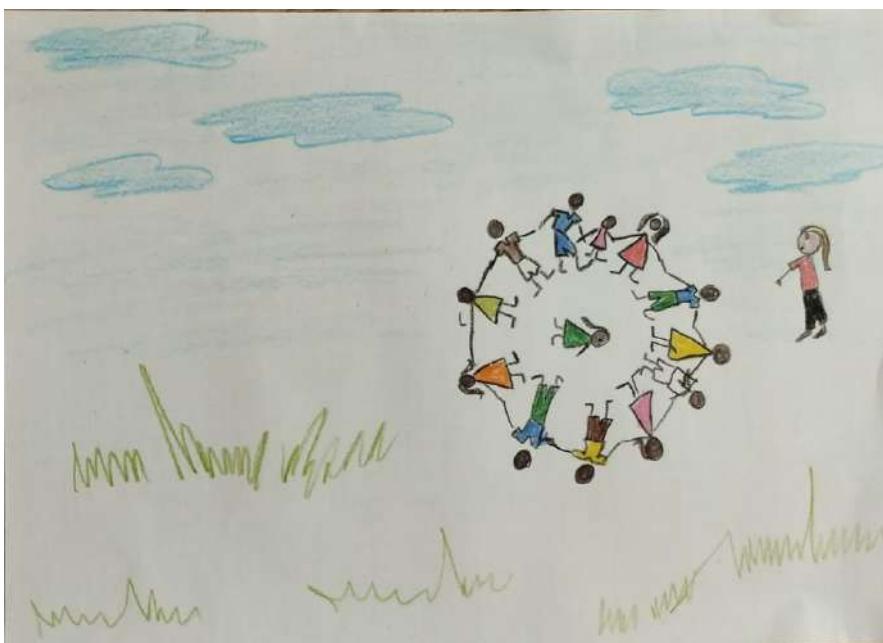
A cultura lúdica da criança fronteiriça que participou desse estudo é composta por jogos e brincadeiras cujos comandos são ditos em espanhol (“Lobo Lobito”, “Tacho pateado” e “Las frutas”) e por alguns jogos tradicionais (Soltar Pipa e Polícia e Ladrão).

Nas observações realizadas na escola foram encontrados os seguintes jogos e brincadeiras: Subidas em árvores e nas grades; Jogos de bolita e queimada com bolas improvisadas de papel; Brincadeiras de pega-pega; Jogos Simbólicos com bonecas e objetos do cotidiano, onde surgem narrativas e dramatizações espontâneas; Rolamentos na grama; Brincadeiras turbulentas, como puxões de cabelo e/ou pegar objetos do colega com a intenção de iniciar uma corrida ou brincadeira; e Brincadeiras de origem boliviana – “Lobo Lobito”, “Vendedor de Cores”, “Tacho pateado” e “Las frutas”.

Os jogos de bolita, queimada e as brincadeiras de pega-pega são considerados jogos tradicionais, pois são praticados por crianças em diversas partes do mundo, com variações sutis nas regras. A bolita, por exemplo, recebe diferentes nomes conforme o país: no Brasil é conhecida como bolinha de gude; nos Estados Unidos, como *marble*; em Portugal, como *berlinde*, entre outros. O jogo da queimada também apresenta semelhanças globais em sua estrutura: na Alemanha é chamado de *Völkerball*; na França, *Balle aux prisonniers*; e na Itália, *Palla prigioniera*. Nessas versões europeias, há uma área destinada aos “prisioneiros”, equivalente ao “cemitério” da queimada praticada no Brasil.

As subidas em árvores e nas grades, a brincadeira com bonecas e objetos do cotidiano, os rolamentos na grama, as brincadeiras turbulentas são brincadeiras espontâneas (Zaim-de-Melo, 2017) que são passíveis de acontecer com qualquer criança, independente da origem familiar, pais brasileiros ou bolivianos.

Já o “Lobo Lobito” (Figura 1), o “Vendedor de Cores”, o “Tacho pateado” (Universidad Privada Domingo Savio, 2025) e o “Las frutas”, são brincadeiras que fazem parte da cultura lúdica da criança boliviana, que os alunos e alunas da Escola Eutrópia trazem para o cotidiano escolar.

Figura 1. “Lobo, Lobito”

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

O “Lobo Lobito” é uma brincadeira de roda praticada pelas crianças menores. Nela, os participantes formam uma roda ao redor de uma criança que ocupa o centro, e representa o papel do lobo. As demais cantam e provocam o lobo, perturbando seu sono com perguntas sobre o que ele está fazendo.

Crianças na roda (CR): Ay que lindo passar por aqui cuando el lobo está durmiendo! / ¿Lobo,Lobito que estas asiendo? **Criança no centro da roda (CNR):** Me estoy despertando. / Ay que lindo passar por aqui cuando el lobo está durmiendo! / ¿Lobo,Lobito que estas asiendo? **(CNR):** Estoy dessayunando, **Crianças na roda (CR):** Ay que lindo passar por aqui cuando el lobo está durmiendo! / ¿Lobo,Lobito que estas asiendo? **(CNR):** Me estoy banando. **Crianças na roda (CR):** Ay que lindo passar por aqui cuando el lobo está durmiendo! / ¿Lobo,Lobito que estas asiendo? **(CNR):** Me estoy cambiando, **Crianças na roda (CR):** Ay que lindo passar por aqui cuando el lobo está durmiendo! / ¿Lobo,Lobito que estas asiendo?¿Lobo, Lobito que estas acendo? **(CNR):** Agarrando mi cuchillo para matarlos. (Diário de Campo).

As crianças desfazem a roda e correm para que o lobo não venha pegá-las. A criança que for pega se torna o Lobo ou é excluída da brincadeira.

A brincadeira “vendedor de cores” é realizada dessa maneira: um grupo de crianças brinca de “comprador de cores”, onde cada uma escolhe uma cor secreta com o “vendedor”, sem repetições. Um “comprador” fica distante para não ouvir as escolhas e depois retorna, bate na “porta” (representada por outra

criança) e pede para comprar uma cor. Se ele acertar uma cor escolhida, a criança correspondente deve dizer sua idade e correr, enquanto o comprador conta até esse número e tenta pegá-la. Se for pega, vai para a “lixeira” e só sai quando outra criança for capturada.

O “Tacho pateado” ou pateau (Figura 2) é uma brincadeira que se assemelha ao esconde-esconde e para que ela se inicie um grupo de crianças escolhe quem será a responsável por chutar a bola — ou uma criança se voluntaria para essa função — enquanto as demais correm para se esconder. A criança que vai chutar deve estar de costas, aguardando os colegas avisarem o momento certo para o chute. A bola é então chutada para bem longe, e a criança que chutou corre para buscá-la. Assim que retornar ao ponto de origem com a bola, começa a procurar os colegas escondidos. Ao encontrar alguém, corre de volta para tocar a bola e indicar que capturou o colega. No entanto, se uma das crianças escondidas conseguir tocar a bola antes do pegador, todo o grupo é salvo.

Figura 2. Tacho pateado



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

A brincadeira “Las Frutas” é uma variação da brincadeira “vendedor de cores”, com a criança escolhendo frutas no lugar das cores.

As atividades desenvolvidas por meio do PET dialogam com as observações realizadas, ampliando o repertório de jogos e brincadeiras — agora a partir da perspectiva da própria criança. Nos desenhos foram apresentados os seguintes jo-

gos e brincadeiras: Lobo Lobito; Jogar Bolita; Pique Bandeira; Tacho Pateado; Jogar Bola/Futebol (Jugar Pelota); Polícia e Ladrão; Soltar pipa; Cabo de guerra; Pega pega; Queimada; Esconde esconde; Pular Corda; Jogar vôlei e Pular Amarelinha.

Os jogos com bola (futebol e queimada) foram os que tiveram o maior número de incidências, 06 e 05 respectivamente. Entre os jogos e brincadeiras observados pela pesquisadora, as brincadeiras espontâneas não foram representadas iconograficamente. Supõe-se que, por se tratar de uma atividade vinculada ao componente curricular de Educação Física, os alunos e alunas tenham optado por desenhar aquelas que mais apreciam realizar durante as aulas dessa disciplina, incluindo as brincadeiras tradicionais bolivianas que por pedido dos alunos passaram a compor os conteúdos das aulas de Educação Física.

Se nos desenhos ficou evidenciado apenas atividades feitas nas aulas de Educação Física ou nos arredores da escola, como soltar pipa, os formulários permitiram compreender os jogos e brincadeiras que as crianças gostam de fazer no recreio e/ou quando possuem horários livres. Entretanto, a queimada foi o jogo mais citado pelas crianças, seguidos do esconde-esconde e o pega-pega.

Os formulários também abordaram questões relativas as atividades que as crianças fazem durante o transporte escolar. Algumas afirmaram apenas ficar em silêncio, mas a maioria disse que gosta de conversar com algum colega e/ou jogar (jogo da velha, telefone sem fio e joquempô – pedra, papel e tesoura).

Outro aspecto relevante para compreender a cultura lúdica das crianças que vivem em região de fronteira refere-se a com quem elas aprenderam – ou aprendem – a brincar. As respostas apontam que as crianças aprenderam jogos e brincadeiras tanto com professores e na escola (11 menções cada), quanto com amigos e familiares. Esses dados estão em consonância com as observações de Zaim-de-Melo (2017), que identificou a transmissão da cultura lúdica entre crianças pantaneiras ocorrendo de três formas: verticalmente (de familiares de ao menos uma geração mais velha), paralelamente (entre pares, com laços familiares ou sociais duradouros) e obliquamente (de alguém mais velho, sem vínculo familiar, para alguém mais novo).

Considerações finais

A cultura lúdica da criança fronteiriça que estuda no Brasil e mora na Bolívia, mais precisamente daquelas que estudam na Escola Eutrópia Gomes Pedroso é diversificada composta por jogos e brincadeiras tradicionais e jogos e brincadeiras oriundas da cultura boliviana.

A transmissão da cultura lúdica ocorre em diversos espaços sociais — como a família, a escola e a comunidade —, sendo que, para muitas crianças, os familiares desempenham um papel fundamental na construção e ampliação de seu repertório cultural. Contudo, os espaços disponíveis para o brincar têm se tornado cada vez mais escassos, fenômeno semelhante ao observado em grandes centros urbanos. Diante disso, a escola assume um papel ainda mais relevante como ambiente seguro para o brincar e para o contato com as diversas expressões das culturas infantis.

Outro aspecto relevante identificado no brincar da criança fronteiriça é que a língua utilizada durante as brincadeiras não representa um obstáculo para a diversão. No contexto da escola onde foi realizada a pesquisa, o espanhol e o português se entrelaçam, formando um universo singular em que o mais importante é o prazer de brincar.

Referências

- ALVES, Julian Marcio dos Santos; ZAIM-DE-MELO, Rogério; RIZZO, Deyvid Tenner de Souza. Uma pipa no céu, uma criança correndo, a brincadeira mais popular de Corumbá-MS. **Lúdica Pedagógica**, n. 30, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 2, jul./dez. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200007. Acesso em: 17 jul. 2025.
- GRILLO, Rogério de Melo; SANTOS RODRIGUES, Gilson; NAVARRO, Eloisa Rosotti. Cultura Lúdica: uma revisão conceitual à luz das ideias dos intelectuais dos estudos de jogo, cultura de jogo e cultura do lúdico. **Arquivos em Movimento**, v. 15, n. 2, p. 174–193, 2019.
- GUARACHI RAMOS, Rodolfo. Arqueología Cultural. **Revista de Investigación Scientia**, v. 4, p. 57, 2015. Disponível em: <https://investigacion.uab.edu.bo/pdf/5.4.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- KISHIMOTO, Tizuko Morshida. Jogos, brinquedos e brincadeiras do Brasil. **Espacios en blanco. Serie indagaciones**, Tandil, v. 24, n. 1, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-94852014000100007. Acesso em: 17 jul. 2025.
- LAVADO, Ana Felisbelo Piedade. Mundos Paralelos: Lúdico e Representação do Real. **Arquivos da Memória**, v. 6, p. 35–46, 1999.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1998.
- SABATEL, Vania de Oliveira. **Relações entre comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2013.
- UNIVERSIDAD PRIVADA DOMINGO SAVIO (Bolívia). **Juegos tradicionales**: tacho pateado. 2025. Disponível em: <https://cispds.wordpress.com/2022/10/10/juegos-tradicionales-tacho-pateado/>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- ZAIM-DE-MELO, Rogério. **Jogar e brincar de crianças pantaneiras**: um estudo em uma “Escola das Águas”. 2017. 141 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ZAIM-DE-MELO, Rogério. A cultura lúdica no Banho de São João. **Athlos: Revista Internacional de Ciencias Sociales de la Actividad Física, el Juego y el Deporte**, v. 16, p. 110–118, 2019.

ZAIM-DE-MELO, Rogério; GOLIN, Carlo Henrique. Entre o tradicional e o eletrônico: os jogos e brincadeiras de estudantes em Corumbá-MS. In: LINHARES, W. (Org.). **Ciências do esporte e educação física: uma nova agenda para a emancipação**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2019.

ZAIM-DE-MELO, Rogério; DUARTE, Rosália Maria; SAMBUGARI, Márcia Regina do Nascimento. Jogar e brincar de crianças pantaneiras: um estudo em uma “Escola das Águas”. **Pro-Posições**, v. 31, 2020.

ZAIM-DE-MELO, Rogério; SANTOS RODRIGUES, Gilson; GRILLO, Rogério de Mello. A cultura lúdica dos alunos de uma “Escola das Águas” no Pantanal. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Rev. Pemo**, v. 3, n. 2, p. e324799, 2021.

ZAIM-DE-MELO, Rogério; SCAGLIA, Alcides José. Memórias crianceras: a infância pantaneira em meados do século XX. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 31, n. 1, p. 41–60, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/62408>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ZAIM-DE-MELO, Rogério; ALVES, Elielson Felipe Rodrigues; FABIANI, Débora Jaqueline Farias; SANDOVAL, Gabriel Orenga; SILVA, Luis Felipe Nogueira da; GODOY, Luis Bruno de; SCAGLIA, Alcides Jose. “Aprendi jogar bolita com meu irmão!”: saberes e vivências de crianças do ensino fundamental acerca de brincadeiras tradicionais brasileiras. **Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación**, n. 49, p. 775–781, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/371755548_Aprendi_jogar_bolita_com_meu_irmao_Saberes_e_vivencias_de_criancas_do_ensino_fundamental_acerca_de_brincadeiras_tradicionais_brasileiras. Acesso em: 15 jul. 2025.

ZAIM-DE-MELO, Rogério; SANDOVAL, Gabriel Orenga; GODOY, Luís Bruno de; SILVA, Bruna Cristina Correia da; FABIANI, Débora Jaqueline Farias; SCAGLIA, Alcides José. Manifestações lúdicas no Correr Cosme. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 26, p. e024062, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8674635>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DINÂMICAS DA ATIVIDADE FÍSICA E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO EM ADOLESCENTES ESCOLARES DE FRONTEIRA: O CONTEXTO BRASIL-BOLÍVIA

DYNAMICS OF PHYSICAL ACTIVITY AND SOCIODEMOGRAPHIC PROFILE OF BORDERLAND SCHOOL ADOLESCENTS: THE BRAZIL-BOLIVIA CONTEXT

DINÁMICAS DE LA ACTIVIDAD FÍSICA Y PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE ADOLESCENTES ESCOLARES FRONTERIZOS: EL CONTEXTO BRASIL-BOLIVIA

DOI 10.55028/geop.v20i38

Tiago Martins de Melo*
Carlo Henrique Golin**
Edineia Aparecida Gomes Ribeiro***

Resumo: Este estudo analisou as dinâmicas da atividade física e o perfil sociodemográfico de adolescentes que vivem e estudam na região de fronteira Brasil-Bolívia, incluindo estudantes brasileiros, bolivianos e grupos pendulares. A amostra foi composta por 366 escolares de Corumbá-MS e Puerto Quijarro, avaliados por meio do Ipaq e de um questionário sociodemográfico. Os resultados revelaram que entre 67% e 76% dos adolescentes foram classificados como suficientemente ativos, apesar das diferenças culturais, estruturais e da mobilidade transfronteiriça. Conclui-se que o contexto de fronteira apresenta características específicas que influenciam positivamente o Nível de Atividade Física (NAF) dos grupos investigados.

Palavras-chave: adolescência, pendularidade, saúde escolar.

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que adolescentes realizem, em média, 60 minutos diárias de atividade física de intensidade moderada a vigorosa, como forma de promover saúde e prevenir doenças crônicas não transmissíveis (WHO, 2020a). A prática regular de atividades físicas na adolescência contribui para o desenvolvimento motor, o bem-estar emocional, o desempenho escolar e a socialização, além de ser um impor-

* Mestre em Estudos Fronteiriços (UFMS – Câmpus do Pantanal). Docente de Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Corumbá/MS ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2241-7717>. E-mail: melotiamartins@gmail.com.

** Doutor em Educação Física (UCB). Docente no curso de graduação em Educação Física e no Programa em Estudos Fronteiriços (UFMS – Câmpus do Pantanal). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1858-6068>. E-mail: carlo.golin@ufms.br.

*** Doutora em Educação Física (UEL). Docente no curso de Educação Física – Faculdade de Educação UFMS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1196-2910>. E-mail: edineia.ag.ribeiro@ufms.br.

Abstract: This study examined the dynamics of physical activity and the sociodemographic profile of adolescents living and studying in the Brazil-Bolivia border region, including Brazilian, Boliviana, and cross-border commuter students. The sample consisted of 366 schoolchildren from Corumbá-MS and Puerto Quijarro, assessed using the IPAQ and a sociodemographic questionnaire. Results showed that 67% to 76% of adolescents were classified as sufficiently active, despite cultural differences, structural conditions, and daily cross-border mobility. The findings indicate that the border context presents specific characteristics that positively influence the Physical Activity Level (NAF) of the groups investigated.

Keywords: adolescents, cross-border Mobility, School health.

Resumen: Este estudio analizó las dinámicas de la actividad física y el perfil sociodemográfico de adolescentes que viven y estudian en la región fronteriza entre Brasil y Bolivia, incluyendo estudiantes brasileños, bolivianos y grupos pendulares. La muestra estuvo compuesta por 366 escolares de Corumbá-MS y Puerto Quijarro, evaluados mediante el IPAQ y un cuestionario sociodemográfico. Los resultados mostraron que entre el 67% y el 76% de los adolescentes fueron clasificados como suficientemente activos, a pesar de diferencias culturales, condiciones estructurales y movilidad transfronteriza. Se concluye que el contexto fronterizo presenta particularidades que influyen positivamente en el Nivel de Actividad Física (NAF).

Palabras clave: adolescencia, movilidad pendular, salud escolar.

tante marcador de qualidade de vida. No entanto, estudos demonstram que os níveis de atividade física entre adolescentes têm se mostrado insuficientes em diversas regiões do mundo, especialmente em contextos urbanos e economicamente vulneráveis (Guthold *et al.*, 2020; Barbosa Filho *et al.*, 2018).

De acordo com Nahas (2017), nos últimos anos, transformações significativas ocorreram em diversos aspectos do cotidiano, afetando o modo como nos relacionamos com familiares e amigos, a forma de condução das atividades escolares e os cuidados com a saúde, essas alterações trouxeram impactos diretos no estilo de vida das pessoas, especialmente no que se refere à prática de atividades físicas e ao aumento do comportamento sedentário.

Em uma revisão sistemática, Bauman *et al.* (2012) analisaram mais de uma centena de estudos com o objetivo de identificar fatores associados ou determinantes que influenciam os níveis de atividade física habitual da população. A partir dessa análise, os autores destacaram variáveis como aspectos comportamentais, características demográficas, apoio e incentivo familiar à prática de atividade física, além das condições do ambiente em que os indivíduos estão inseridos.

Sob essa perspectiva, torna-se essencial compreender quais fatores estão relacionados à prática de atividade física entre adolescentes, considerando que os hábitos adquiridos nessa fase

da vida tendem a se consolidar e influenciar o comportamento na vida adulta (Sousa *et al.*, 2019).

Estudos apontam que 81% dos jovens não cumprem as recomendações de atividade física estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (Guthold *et al.*, 2020; OMS, 2020). No ano de 2020, a Organização Mundial da Saúde atualizou suas diretrizes sobre atividade física com o objetivo de promover a saúde em todas as faixas etárias. Para crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, as recomendações indicam a prática de, em média, 60 minutos diários de atividade física predominantemente aeróbica, realizada com intensidade moderada a vigorosa, distribuída em pelo menos três dias da semana (OMS, 2020).

Já Caspersen, Powell e Christenson (1985) definem atividade física como qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que resulte em gasto de energia. Ainda segundo os autores, o exercício físico é definido como atividade física planejada, estruturada e repetitiva que busca melhorar e manter um ou mais componentes da aptidão física.

A literatura destaca que a motivação para a prática regular de atividade física resulta de uma interação entre múltiplos fatores, incluindo aspectos psicológicos, sociais, ambientais e genéticos. Embora haja variável menos suscetível às mudanças, por exemplo a herança genética, outras variáveis podem ser influenciadas, como o acesso à informação, vivências positivas relacionadas à atividade física e o desenvolvimento de habilidades que favoreçam esse comportamento, o que contribui para a superação de barreiras que dificultam a adoção de um estilo de vida mais ativo (Nahas, 2017).

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), um em cada quatro adultos e três em cada quatro adolescentes, com idades entre 11 e 17 anos, não atingem os níveis mínimos de atividade física recomendados globalmente. Observa-se, ainda, que à medida que os países avançam economicamente, os índices de inatividade física tendem a crescer. Essa tendência está relacionada a transformações nos modos de transporte, ao uso crescente de tecnologias e ao processo de urbanização (WHO, 2018). Em outro trabalho, a OMS cita que o estilo de vida pode ser compreendido como “[...] o conjunto de hábitos e costumes que são influenciados, modificados, encorajados ou inibidos pelo prolongado processo de socialização ao longo da vida” (WHO, 2004, p. 37).

Em uma revisão sistemática, Hallal *et al.* (2006) apontam evidências de que adolescentes fisicamente ativos têm maior probabilidade de manter esse comportamento na vida adulta. De forma complementar, o estudo desenvolvido por Azevedo *et al.* (2007) reforça a relevância da prática regular de atividade física

durante a adolescência, destacando seu papel protetivo contra a inatividade física na fase adulta.

As diretrizes da Organização Mundial da Saúde orientam que adolescentes realizem pelo menos 60 minutos diários de atividade física com intensidade moderada a vigorosa, sendo que a maior parte dessas atividades deve ter caráter aeróbico. Além disso, recomenda-se que, pelo menos três vezes por semana, sejam incluídas práticas de intensidade moderada a vigorosa voltadas ao fortalecimento muscular e ósseo. Nesse sentido, é essencial que o envolvimento dos adolescentes com a atividade física comece de forma gradual, aumentando progressivamente a frequência, a intensidade e a duração, sempre priorizando práticas seguras, prazerosas, diversificadas e adequadas à faixa etária e ao nível de desenvolvimento físico de cada indivíduo. Ainda assim, é importante reforçar que qualquer quantidade de movimento já traz benefícios — fazer algo é sempre melhor do que permanecer inativo, e, sempre que possível, mais movimento é sinônimo de mais saúde (WHO, 2020b).

Assim, recomenda-se que o volume e a intensidade das práticas sejam aumentados gradualmente (Nahas, 2017). Para estimular um estilo de vida ativo, é essencial que os adolescentes tenham acesso a uma variedade de experiências corporais, como jogos, brincadeiras, danças e esportes, favorecendo a identificação com aquelas atividades que mais despertam seu interesse (WHO, 2018).

Estudos indicam que a proporção de adolescentes brasileiros que atingem o mínimo recomendado de 300 minutos de atividade física por semana permanece abaixo de 50%, independentemente da região do País (Silva *et al.*, 2009; Farias Júnior *et al.*, 2012). Esse cenário revela que, mesmo com o avanço do conhecimento científico e a ampla divulgação dessas informações nos meios de comunicação, uma parcela significativa da população jovem continua apresentando baixos níveis de atividade física (Nahas, 2017).

Em um contexto de área escolar, a Educação Física é um componente curricular obrigatório na Educação Básica brasileira (Brasil, 1996). Sob essa ótica, Silva *et al.* (2021) defendem que é fundamental garantir a oferta de, no mínimo, três aulas semanais de Educação Física, com duração de 50 minutos cada. Para os autores, essa frequência é essencial para assegurar que as aulas promovam efetivamente o desenvolvimento corporal, social e motor dos estudantes.

Além da frequência adequada, é essencial que as aulas de Educação Física escolar ofereçam conteúdos que proporcionem vivências significativas, favorecendo experiências positivas e o uso de abordagens inovadoras; tais práticas devem estimular o pensamento crítico e a formação da cidadania por meio da linguagem

corporal, o que constitui uma das funções centrais da Educação Física no ambiente escolar (Darido *et al.*, 2001).

Nesse contexto, Silva *et al.* (2018) destacam o papel central da escola como agente protagonista no processo de transformação dos hábitos dos estudantes. Para os autores, a instituição escolar possui um papel estratégico na promoção da atividade física, tanto ao ampliar o número de alunos que já são fisicamente ativos, quanto ao incentivar aqueles que ainda são inativos a adotarem um estilo de vida mais ativo.

As evidências apontam que tanto a família quanto a escola exercem influência decisiva na adesão dos adolescentes à prática regular de atividade física; e oferecer oportunidades nesses contextos, especialmente em momentos voltados ao lazer, pode favorecer a participação dos jovens em práticas corporais, promovendo a interação social e contribuindo para o bem-estar dessa população (Inchley *et al.*, 2020; WHO, 2020a; Silva *et al.*, 2018).

Sendo assim, tanto no Brasil quanto na Bolívia, não há consenso quanto a essa oferta mínima semanal da disciplina de Educação Física nas instituições de ensino. Outro ponto é a obrigatoriedade de oferta dela, demonstrando em que série/ano/nível a Educação Física regular deve começar a ser ofertada, ocorrendo disparidades mesmo entre cidades próximas brasileiras em Mato Grosso do Sul, como é o caso de Corumbá e Ladário, ou as consideradas cidades gêmeas de fronteira, como Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia). No município de Corumbá, a disciplina de Educação Física é ofertada desde o nível I nos Centros Municipais de Educação Infantil (Cemeis), sendo iniciada para crianças a partir de 6 meses de idade, indo até o fim do Fundamental II e do EJA. No município de Ladário, a disciplina de Educação Física é ofertada a partir da pré-escola, com crianças de 4 anos em diante, até o Fundamental II. Já no município boliviano de Puerto Quijarro, a oferta da disciplina de Educação Física ocorre apenas no 1.^º ano Primário, a partir dos 6 anos.

Diante do exposto, torna-se evidente a relevância da Educação Física para a promoção da saúde e do bem-estar dos adolescentes. Nesse sentido, a escola se consolida como um espaço fundamental tanto para a disseminação de informações quanto para a vivência prática da atividade física, devendo garantir sua oferta por meio das aulas regulares e por meio de atividades extracurriculares.

Inclusive, observa-se, nos últimos anos, um aumento significativo no número de estudos voltados à investigação dos fatores associados à prática de atividade física entre adolescentes brasileiros. As pesquisas apontam diversas variáveis relacionadas a esse comportamento, incluindo o sexo (Ferrari *et al.*, 2017; Pinto *et al.*,

2017), a faixa etária (Camargo *et al.*, 2020), o nível de escolaridade da mãe (Ferreira *et al.*, 2018) e as especificidades regionais do País (Ferrari *et al.*, 2017).

Hallal (2011) destaca que, no contexto brasileiro, existem desigualdades significativas nas práticas de atividade física, sendo uma delas relacionada ao sexo. Em estudo transversal realizado com dados de todas as capitais e do Distrito Federal, constatou-se que apenas 31% das meninas alcançavam os níveis recomendados de atividade física, enquanto entre os meninos esse percentual era de 56%. Complementando esse cenário, dados da pesquisa nacional com estudantes (PeNSE, 2019) também evidenciaram marcantes disparidades regionais nas taxas de adolescentes fisicamente ativos, especialmente quando comparados os gêneros.

Outro ponto relevante é a diversidade cultural presente nas regiões de fronteira que torna esses territórios especialmente férteis para investigações acadêmicas e reflexões teóricas em múltiplas áreas do conhecimento. Compreender as dinâmicas sociodemográficas que se configuram nesses contextos exige um olhar atento e sensível às especificidades locais, o que representa um desafio constante para os pesquisadores. Inclusive, no campo da Educação Física, tais particularidades podem influenciar diretamente as práticas, hábitos e comportamentos dos escolares.

É importante também considerar que o termo fronteira ou fronteiriço para determinar a região do estudo carrega uma distinção conceitual. Para tal, Machado (1998, p. 42) explica que “[...] a fronteira diferencia-se dos limites internacionais, principalmente no sentido de que a primeira é palco de vivências, experiências, conflitos e trocas, enquanto o segundo é a linha que divide, fruto de acordos internacionais”.

Assim, no contexto específico da fronteira entre Brasil e Bolívia, um estudo realizado por Ribeiro *et al.* (2020), no estado de Mato Grosso do Sul, teve como objetivo analisar indicadores de comportamentos de risco à saúde entre adolescentes residentes nessa região. Os resultados revelaram um dado preocupante: 68,3% dos participantes afirmaram não realizar, diariamente, os 60 minutos recomendados de atividade física com intensidade moderada a vigorosa.

Dados provenientes da pesquisa *Global School-Based Student Health Survey* (GSHS), aplicada na Bolívia nos anos de 2012 e 2018, apontam elevados índices de inatividade física em adolescentes com idades entre 13 e 15 anos. Observou-se que 86,4% dos meninos e 88,4% das meninas declararam não realizar, diariamente, os 60 minutos recomendados de atividade física com intensidade moderada a vigorosa.

Nota-se que os estudo realizado por Ribeiro *et al.* (2020) e dados do GSBS (2018) oferecem indicadores relevantes sobre comportamentos de risco à saúde em adolescentes. Araújo e Blank (2008) ressaltam que muitos desses comportamen-

tos, inerentes ao estilo de vida, são adquiridos durante a adolescência e tendem a se manter na vida adulta, reforçando a importância de intervenções precoces voltadas à promoção da saúde.

Diante da escassez de pesquisas relacionadas ao Nível de Atividade Física – NAF – em territórios fronteiriços, este estudo busca preencher essa lacuna, analisando e comparando o NAF entre adolescentes de quatro grupos distintos: brasileiros que moram e estudam no Brasil (AEBR), bolivianos que moram e estudam na Bolívia (AEBO), pendulares que moram na Bolívia e estudam no Brasil (AEPBR) e pendulares que moram no Brasil e estudam na Bolívia (AEPBO). De acordo com Golin e Assumpção (2017), o termo “pendular” é utilizado para designar, neste caso, os sujeitos que moram de um lado da fronteira (Bolívia) e atravessam para o outro lado (Brasil), algo que ocorre também ao contrário, porém depende da forma como a região fronteiriça tem proximidade populacional e interação internacional. Assim, essas pessoas acabam fazendo um movimento diário de transição pendular devido a diferentes necessidades da vida cotidiana e sociais: trabalho, lazer, educação, saúde etc. No presente estudo, além do público que mora no lado fronteiriço boliviano e vem estudar no Brasil, também foram incluídos os estudantes que moram em Corumbá-MS, no Brasil, e estudam do outro lado, em Puerto Quijarro, na Bolívia. Desta forma, é extremamente relevante identificar a relação fronteiriça, sobretudo para que possa contribuir com dados sobre NAF, fornecendo subsídios para implantar e promover programas de melhoria da qualidade de vida dos Adolescentes Escolares (AE) na região, neste caso, nos municípios de Corumbá/Brasil e de Puerto Quijarro/Bolívia.

Ao considerar os aspectos da fluidez e porosidade que são características da fronteira em análise – elementos que intensificam o movimento de pessoas na região – acredita-se que esta pesquisa possa contribuir significativamente para uma compreensão mais aprofundada sobre o NAF em Adolescentes Escolares (AE). A proposta ganha relevância por evidenciar tanto a complexidade do tema quanto as especificidades do contexto local. Ademais, observa-se uma lacuna importante na literatura científica atual, sobretudo no que se refere a estudos voltados ao NAF de escolares na região fronteiriça, no âmbito da promoção da saúde. Tal cenário reforça a necessidade de ampliar as investigações nessa área, estimulando novas produções acadêmicas que possam subsidiar ações de intervenções relacionadas à saúde mais eficazes.

Diante do exposto, o objetivo do estudo foi analisar o NAF e o perfil sociodemográfico em escolares brasileiros, que estudam e moram no Brasil; AE bolivianos, que estudam e moram na Bolívia; AE em situação de pendularidade, em particular os alunos que moram na Bolívia e estudam no Brasil; e também

os alunos que moram no Brasil e estudam na Bolívia. O que resultou em quatro grupos focais distintos. Portanto, de forma específica, a pesquisa buscou tratar de três pontos: a) identificar o perfil sociodemográfico dos AE na fronteira Brasil/Bolívia, considerando estudantes do Ensino Fundamental no município de Corumbá/Brasil e da Educação Secundária na cidade de Puerto Quijarro/Bolívia; b) comparar o NAF entre os diferentes grupos; c) verificar a correlação do perfil sociodemográfico e o NAF entre os grupos. Os resultados e as considerações do presente estudo possibilitam ações específicas referentes aos níveis de atividade física de cada um dos quatro grupos estudados.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem mista, com delineamento transversal e de natureza descritivo-analítica. A amostra foi composta por 366 AE, com idades de 11 a 17 anos, matriculados nas redes públicas de ensino das cidades de Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia). Os participantes foram organizados em quatro grupos: AEBR, AEBO, AEPBR e AEPBO.

As escolas que participaram do estudo foram selecionadas por conveniência, utilizando as unidades mais próximas da fronteira e aquelas com o maior número de escolares, buscando atender ao objetivo da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de maio e junho de 2023. Para mensurar o Nível de Atividade Física (NAF) dos adolescentes, foi aplicado o Questionário Internacional de Atividade Física (Ipaq), versão curta, validado para a população brasileira e utilizado em diversos contextos internacionais. O instrumento avalia a prática de atividades físicas nos domínios de lazer, deslocamento e atividades vigorosas e moderadas realizadas nos últimos sete dias.

Além do Ipaq, utilizou-se um questionário sociodemográfico semiestruturado, elaborado pelos pesquisadores com base na literatura científica e adaptado ao contexto local, que abarcava informações sobre idade, sexo, escolaridade dos pais, composição familiar, hábitos de vida, tempo de tela e forma de deslocamento até a escola. Ambos os instrumentos foram aplicados em português e espanhol, conforme a nacionalidade do participante, garantindo a compreensão dos questionários.

Informa-se que o presente estudo adotou todos os possíveis cuidados éticos, sendo que este artigo apresenta os principais resultados da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado de Melo (2023), não possibilitando qualquer identificação pessoal, nem mesmo prejuízo aos participantes, sendo autorizado por cada unidade escolar e pelas secretarias educacionais competentes de cada país.

Os dados foram tabulados e analisados com o apoio do software Microsoft Excel. As análises contemplaram estatística descritiva (frequências, médias e desvios padrão) e categorização dos adolescentes como suficientemente ativos ou inativos, conforme os critérios do próprio Ipaq. Para fins de comparação entre os grupos, utilizou-se análise comparativa de proporções.

Resultados e discussão

Os participantes do estudo tiveram média de idade de $12,89 \pm 1,14$ anos, sendo 52,7% do sexo masculino. Os participantes foram distribuídos em quatro grupos de acordo com sua residência e local de estudo: AEBR ($n = 143$), AEBO ($n = 223$), AEPBR ($n = 12$) e AEPBO ($n = 19$).

Após a aplicação do Ipaq, que possui perguntas sobre atividades físicas – leves, moderadas e vigorosas –, compreendemos que a atividade física acumulada é um indicador obtido pela soma cumulativa da duração da atividade física referida pelos AE durante os sete dias anteriores à data da coleta de dados. Para tal, isso inclui que a base das respostas deve abranger os três domínios, a saber: deslocamento entre residências e escolas, aulas de Educação Física escolares e atividades físicas extracurriculares. Os dados foram categorizados, classificados e são apresentados na Tabela abaixo. Os NAF foram categorizados em adolescentes, considerando três possibilidades: fisicamente inativos – não praticavam atividade física regular semanal –, insuficientemente ativos – praticavam menos de 60 minutos diários de prática de atividade física regular – e suficientemente ativos – praticavam no mínimo 60 minutos diários de atividade física regular (Tabela 1).

Tabela 1. NAF em Adolescentes Escolares na Região Fronteiriça Brasil-Bolívia

| AE | AEBR | | AEBO | | AEPBR | | AEPBO | |
|----------------------------------|------|------|------|------|-------|------|-------|------|
| Variáveis Dependentes | N | % | N | % | N | % | N | % |
| NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA | | | | | | | | |
| Suficientemente ativo | 110 | 76% | 152 | 68% | 14 | 67% | 8 | 67% |
| Insuficientemente ativo | 19 | 13% | 31 | 14% | 2 | 10% | 3 | 25% |
| Inativo | 14 | 10% | 40 | 18% | 3 | 14% | 1 | 8% |
| Excluído | 0 | 0% | 0 | 0% | 2 | 10% | 0 | 0% |
| Total | 143 | 100% | 211 | 100% | 21 | 100% | 12 | 100% |

Fonte: organizado pelos autores.

Quanto ao NAF, observou-se que 76% dos AEBR foram classificados como suficientemente ativos. Entre os AEBO, 68% apresentaram nível satisfatório de atividade física. Já os grupos pendulares, AEPBR e AEPBO, apresentaram ambos 67% de adolescentes suficientemente ativos.

A análise por sexo demonstrou tendência de maior NAF entre os meninos em todos os grupos, embora as diferenças não tenham sido estatisticamente significativas para todas as comparações. Em relação ao deslocamento ativo (ir e voltar da escola caminhando ou de bicicleta), identificou-se prevalência elevada em todos os grupos, com destaque para as meninas, que apresentaram maior adesão a essa prática, especialmente nos grupos pendulares.

Esses dados sugerem que, apesar das diferenças geográficas e contextuais entre os grupos, o padrão geral de atividade física é satisfatório entre os adolescentes estudados, sendo a pendularidade um fator que não implica, necessariamente, um menor engajamento em práticas corporais regulares. A maioria dos AEBO foi classificada como suficientemente ativa (68%); ou seja, significa que eles também atendem às recomendações preconizadas pela OMS. A maioria dos AEPBO, assim como os AEPBR, foi classificada como suficientemente ativa (67%); ou seja, significa que os AE pendulares também atendem às recomendações preconizadas pela OMS. Com relação a essa mesma variável na GSHS realizada na Bolívia em 2012 e 2018, apenas 23,2% e 11,6% foram respectivamente classificados como suficientemente ativos. Outros estudos constataram que os alunos que participam de atividades físicas extracurriculares apresentam maiores níveis e atendem melhor às recomendações para a prática de atividade física (Barbosa, 2018; Rosa *et al.*, 2018). Em contrapartida, aspectos encontrados nos estudos de Pacola (2021) demonstram a carência de políticas públicas que busquem melhorar a participação de alunos pendulares que moram no país vizinho, a Bolívia, em projetos esportivos no contraturno da Rede Municipal de Ensino (Reme) de Corumbá. Apesar de haver um consenso na literatura que Adolescentes Escolar – AE – do sexo masculino apresenta maior tendência a realizar atividades físicas que os do sexo feminino, no presente estudo observamos que as meninas apresentaram uma tendência de serem mais ativas, com maiores níveis de atividade física – suficientemente ativas – em três dos quatro grupos estudados, a saber: AEPBO (50%–83%), AEPBR (58%–78%), AEGR (75%–78%) e AEBO (71%–65%).

Observou-se que a maioria dos AE da região de fronteira Brasil-Bolívia apresenta níveis satisfatórios de atividade física, com destaque para os AEGR (76%) e menor proporção de inatividade entre os AEPBO (8%). Tais dados contrastam com os índices globais reportados pela Organização Mundial da Saúde (Guthold *et al.*, 2020), que apontam uma prevalência de mais de 80% de adolescentes ina-

tivos em diversos países, sugerindo que o contexto local fronteiriço pode exercer influências específicas sobre os padrões de atividade física.

O nível elevado de deslocamento ativo, especialmente entre os grupos pendulares, merece destaque. Estudos como os de Silva *et al.* (2018) e Barbosa Filho *et al.* (2018) apontam o deslocamento ativo como uma estratégia eficaz de acumular atividade física diária, especialmente em regiões com dificuldades de acesso ao transporte motorizado, como é o caso de áreas periféricas ou menos urbanizadas. A adesão das meninas ao deslocamento ativo também reforça a importância de considerar os hábitos cotidianos como oportunidades de promoção da saúde.

A diferença observada entre os grupos AEBR e AEBO pode estar relacionada à estrutura das políticas educacionais e de saúde pública em cada país. No Brasil, programas como o Programa Saúde na Escola (PSE) e a obrigatoriedade da disciplina de Educação Física em todos os anos escolares contribuem para a valorização das práticas corporais no ambiente escolar (Brasil, 2021). Já na Bolívia, embora haja esforços semelhantes, a literatura aponta para dificuldades estruturais e menor investimento em políticas voltadas à atividade física no contexto escolar (Torrez, 2013).

Outro aspecto relevante diz respeito à pendularidade. Embora à primeira vista essa condição pudesse ser associada à menor prática de atividade física, os dados indicam que os adolescentes pendulares mantêm níveis similares aos demais grupos. Isso pode ser atribuído ao fato de que o trajeto diário entre países implica, em muitos casos, caminhadas consideráveis, além de uma rotina que exige maior autonomia e esforço físico, elementos que favorecem a movimentação corporal.

A literatura recente, como o estudo de Sousa *et al.* (2019), aponta que hábitos adquiridos na adolescência tendem a se perpetuar na vida adulta. Portanto, os resultados positivos encontrados neste estudo representam uma oportunidade concreta de investimento em políticas públicas que consolidem e ampliem tais comportamentos saudáveis.

Adicionalmente, a elevada taxa de atividade física identificada entre os adolescentes brasileiros (AEBR) pode também estar relacionada à cultura esportiva local, incentivada por práticas escolares, eventos esportivos municipais e disponibilidade de espaços públicos de lazer. Em Corumbá, por exemplo, iniciativas como os Jogos da Reme e projetos de contraturno escolar fomentam a cultura da atividade física desde a infância.

Em síntese, os dados evidenciam que, apesar das diferenças contextuais e culturais, os adolescentes da região de fronteira Brasil-Bolívia mantêm bons níveis de atividade física. Tais resultados reforçam a importância de considerar os

territórios fronteiriços como espaços estratégicos para a promoção da saúde, em que políticas binacionais e ações intersetoriais podem encontrar terreno fértil para fortalecer a prática regular de atividades físicas entre adolescentes.

Considerações finais

A atividade física, além de seu caráter inclusivo, revela-se importante aliada na promoção da saúde, podendo ser incorporada desde a infância e se estender ao longo das diferentes fases da vida. Nesse contexto, a região fronteiriça assume um papel estratégico na formação de futuros adultos mais ativos fisicamente, contribuindo para a prevenção de doenças, o aumento da longevidade e a adoção de hábitos de vida mais saudáveis.

Inicialmente, a expectativa era obter dados que respondessem às inquietações relacionadas ao tema, especialmente por meio da comparação entre os AE que moram e estudam no Brasil (AEBR), aqueles que moram e estudam na Bolívia (AEBO) e os que vivem na Bolívia, mas estudam no Brasil (AEPBR). No entanto, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, surgiu de forma inesperada um quarto grupo: os AE que residem no Brasil e estudam na Bolívia (AEPBO), ampliando as possibilidades de análise e enriquecendo os achados do estudo.

Embora os resultados do estudo tenham revelado níveis satisfatórios de atividade física entre os AE, é importante reforçar o papel fundamental da prática regular de atividade física na promoção e manutenção da saúde. Tal prática é reconhecida como uma estratégia eficaz na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão arterial e obesidade.

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Por se tratar de uma pesquisa transversal, não é possível estabelecer relações de causa e efeito entre as variáveis analisadas. Além disso, a utilização de uma amostra intencional, que não representa estatisticamente a totalidade dos AE nos municípios fronteiriços estudados, restringe a possibilidade de generalização dos achados.

A utilização de questionários como instrumento para mensurar o NAF também deve ser considerada uma limitação deste estudo. Isso porque os adolescentes, ao responderem sobre suas práticas, podem não se lembrar com precisão de todas as atividades realizadas. Consequentemente, há o risco de superestimarem ou subestimarem tanto o tempo gasto em comportamentos sedentários, como permanecer sentado, quanto em atividades que envolvam caminhada ou esforços físicos de intensidade moderada a vigorosa.

Apesar das limitações apontadas, considera-se que este estudo apresenta relevância significativa, especialmente em função do público investigado. Há uma notável escassez de evidências científicas sobre o NAF e sobre o perfil sociodemográfico de adolescentes em regiões de fronteira, particularmente no que se refere aos estudantes em situação de pendularidade. Nesse sentido, os dados aqui apresentados contribuem para preencher uma lacuna na literatura e podem servir de base para futuras investigações e ações voltadas à promoção da saúde nessa população.

Torna-se igualmente pertinente a implementação de intervenções voltadas à promoção da atividade física regular entre os AE. Programas com esse foco são fundamentais, sobretudo no enfrentamento do sedentarismo e na prevenção da obesidade, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos jovens, tanto no presente quanto ao longo de sua trajetória futura.

Observa-se, ainda, que os estudantes em situação de pendularidade representam um grupo específico, que realiza deslocamentos diários entre os territórios do Brasil e da Bolívia. Nesse contexto, as escolas situadas em regiões fronteiriças — especialmente aquelas que acolhem alunos provenientes de outro país — desempenham um papel fundamental na superação de paradigmas. Esses espaços educativos oferecem oportunidades para a aprendizagem e o diálogo intercultural, além de possibilitarem a vivência de práticas corporais que promovem valores como participação, cooperação, respeito às diferenças, tolerância e inclusão.

Constata-se a necessidade de políticas públicas abrangentes voltadas à promoção da saúde de AE, com foco no monitoramento contínuo desse público a fim de reduzir comportamentos sedentários e os baixos níveis de atividade física. Tais ações podem ser especialmente benéficas para adolescentes com diagnóstico de obesidade, contribuindo para a redução do excesso de peso corporal e, sobretudo, para a prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) na vida adulta. Nesse sentido, torna-se pertinente o incentivo a iniciativas intersetoriais, baseadas na articulação de recursos, esforços e ações integradas entre diferentes instâncias do poder público. Essas intervenções são de grande importância e devem estar alinhadas às demandas contemporâneas de comunicação e educação em saúde, considerando, em especial, a necessidade de estabelecer conexões com os interesses e possibilidades específicas dos adolescentes em fase escolar.

Assim como os dados produzidos pelas pesquisas PeNSE e GSHS, os achados desta investigação também podem contribuir significativamente para o planejamento de políticas públicas voltadas à região de fronteira analisada. Nesse caso, servem como ponto de partida para a elaboração de estratégias capazes de

atenuar as profundas desigualdades e vulnerabilidades que atingem os adolescentes nesse contexto. Por fim, espera-se que este estudo possa subsidiar futuras pesquisas voltadas à saúde do público escolar, tendo como base o NAF e o perfil sociodemográfico dos adolescentes que vivem e transitam na fronteira Brasil-Bolívia — incluindo, ainda, a possibilidade de fomentar comparações com outras regiões e realidades.

Referências

- ARAÚJO, Eliane Denise da Silveira; BLANK, Nelson. Associação de comportamentos de risco de adolescentes de três escolas públicas de Florianópolis-SC. *Revista de Educação Física*, Maringá, v. 19, n. 2, p. 215-223, 2008.
- AZEVEDO, Mario Renato; ARAÚJO, Cora Luiza; SILVA, Marcelo Cozzensa da; HALLAL, Pedro Curi. Acompanhamento da atividade física da adolescência à idade adulta: um estudo de base populacional. *Revista de Saúde Pública*, v. 41, n. 1, p. 69-75, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000100010>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- BARBOSA, Jéssica dos Santos. *Os projetos extracurriculares para a promoção de estilos de vida ativos e saudáveis*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário) – Instituto Piaget – Câmpus Universitário de Almada ISEIT – Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares, Almada, 2018. Disponível em: <https://assets.lsdsoftware.com/read-aloud/page-scripts/pdf-upload.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- BARBOSA FILHO, Valter Cordeiro; COSTA, Rafael Martins da; KNEBEL, Margarethe Thaisi Garro; OLIVEIRA, Bruno Nunes de; SILVA, Camila Brasileiro de Araújo; SILVA, Kelly Samara da. The prevalence of global physical activity among young people: a systematic review for the Report Card Brazil. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*, v. 20, n. 4, p. 367-387, jul./ago. 2018.
- BAUMAN, Adrian Ernest; REIS, Rodrigo; SALLIS, James Fleming; WELLS, Jonathan; LOOS, Ruth; MARTIN, Brian; LANCET PHYSICAL ACTIVITY SERIES WORKING GROUP. Correlates of physical activity: why are some people physically active and others not? *Lancet*, v. 380, n. 9.838, p. 258-271, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22818938/>. Acesso em: 6 out. 2020.
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 jul. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n.º 1.320, de 22 de junho de 2021. Define os municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2021/2022 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 jun. 2021.
- CAMARGO, Edina Maria de; SILVA, Michael Pereira da; MOTA, Jorge; CAMPOS, Wagner de. Prevalência e fatores associados ao transporte ativo para a escola em adolescentes. *Revista de Saúde Pública*, v. 54, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/CsV9HJPmkxxYfvDRxRywvrb/?lang=en>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- CASPERSEN, Carl James; POWELL, Kenneth Frank; CHRISTENSON, Gregory Michael. Atividade física, exercício e aptidão física: definições e distinções para pesquisas relacionadas à saúde. *Relatórios de Saúde Pública*, v. 100, n. 2, p. 126-131, 1985.
- DARIDO, Suraya Cristina et al. Educação Física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais. *Revista Paulista de Educação Física*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 17-32, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/139482/134810>. Acesso em: 12 set. 2022.

FARIAS JÚNIOR, José Cazuza de; LOPES, Adair da Silva; MOTA, Jorge; HALLAL, Pedro Curi. Prática de atividade física e fatores associados em adolescentes no Nordeste do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 46, n. 3, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/CKdNdFN9BmZjc45pNp65QgJ/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FERRARI, Tatiane Kosimenko et al. Estilo de vida saudável em São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 1, e00188015, 2017.

FERREIRA, Rodrigo Wiltgen et al. Desigualdades sociodemográficas na prática de atividade física de lazer e no deslocamento ativo para a escola em adolescentes: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2009, 2012 e 2015. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 4, e00037917, 2018.

GOLIN, Carlo Henrique; ASSUMPÇÃO, Luis Otávio Teles. Educação intercultural em escolas fronteiriças: diálogos sobre fricções culturais na Fronteira Brasil-Bolívia. *Revista GeoPantanal*, Corumbá-MS, n. esp., p. 27-38, 2017.

GUTHOLD, Regina; STEVENS, Gretchen; RILEY, Leanne; BULL, Fiona. Global trends in insufficient physical activity among adolescents: a pooled analysis of 298 population-based surveys with 1.6 million participants. *Lancet Child & Adolescent Health*, v. 4, n. 1, p. 23-35, 2020.

HALLAL, Pedro Curi. Promoção da atividade física no Brasil: uma questão que vai além da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 27, p. 620-620, 2011.

HALLAL, Pedro Curi; VICTORA, Cesar; AZEVEDO, Mario Renato; WELLS, Jonathan. Adolescent physical activity and health. *Sports Medicine*, v. 36, n. 12, p. 1.019-1.030, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.2165/00007256-200636120-00003>. Acesso em: 20 jan. 2021.

INCHLEY, Jo et al. (Eds.). *Spotlight on adolescent health and well-being: findings from the 2017/2018 Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) survey in Europe and Canada: international report*. Copenhagen: World Health Organization – Regional Office for Europe, v. 1, 2020. Disponível em: <https://www.euro.who.int/en/publications/abstracts/spotlight-on-adolescent-health-and-well-being--findings-from-the-2017-2018-health-behaviour-in-school-aged-children-hbsc-survey-in-europe-and-canada--international-report--volume-1--key-findings>. Acesso em: 5 set. 2023.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques; DAMIAN, Amélia Luisa; SCHAFER, Neiva Otero (Orgs.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

MELO, Tiago Martins de. *Nível de atividade física e perfil sociodemográfico de adolescentes escolares na fronteira Brasil-Bolívia*. 2023. 164 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus do Pantanal, Corumbá-MS, 2023.

NAHAS, Markus Vinicius. *Atividade física, saúde e qualidade de vida*: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 7. ed. Florianópolis: Edição do Autor, 2017.

OMS – Organização Mundial de Saúde. *Atividade física*. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/physical-activity>. Acesso em: 23 nov. 2021.

PACOLA, Gilson. *Esporte escolar como fator de integração na fronteira Brasil-Bolívia*: uma análise nas escolas municipais de Corumbá-MS. 2021. 171 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2021.

PINTO, André de Araújo et al. Active commuting to school and associated factors among adolescents: a systematic review. *Journal of Physical Education*, v. 28, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jpe/a/gVcX7FYLrqdfKsXXJJm4Pmm/?lang=en>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PENSE – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

RIBEIRO, Edineia Aparecida Gomes *et al.* Comportamentos de risco relacionados à saúde em adolescentes da área de fronteira Brasil-Bolívia. **Revista Saúde e Meio Ambiente – Resma**, Três Lagoas, v. 11, n. 2, p. 75-86, ago./dez. 2020.

SILVA, Diego Augusto Santos *et al.* **Boletim Brasil 2018**: está na hora de cuidar das crianças e dos adolescentes. Ottawa: Active Healthy Kids Global Alliance, 2018. Disponível em: <https://www.activehealthykids.org/wp-content/uploads/2018/11/brazil-report-card-long-form-pt.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SILVA, Kelly Samara da; NAHAS, Markus Vinícius; PERES, Karen Glazer; LOPES, Adair da Silva. Fatores associados à atividade física, comportamento sedentário e participação na Educação Física em estudantes do Ensino Médio em Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 10, p. 2.187-2.200, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001000010>. Acesso em: 2 ago. 2022.

SILVA, Kelly Samara da *et al.* Educação Física escolar: guia de atividade física para a população brasileira. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 26, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14556>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SOUZA, Janekeyla Gomes de; LIMA, Laurineide Rocha; FERNANDES, Catiane Raquel Sousa; SANTOS, Gleyson Moura dos. Atividade física e hábitos alimentares de adolescentes escolares: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 13, p. 87, 2019. Disponível em: <http://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/1259>. Acesso em: 10 ago. 2023.

TORREZ, Ricardo. **Encuesta Global de Salud Escolar Bolivia 2012**. Murillo: Organización Panamericana de la Salud, 2013.

WHO – World Health Organization. **A glossary of terms for community health care and services for older persons**. Kobe: Centre for Health Development, 2004. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/68896>. Acesso em: 21 nov. 2022.

WHO – World Health Organization. **Plano de ação global para atividade física 2018-2030**: mais pessoas ativas para um mundo mais saudável. 2018. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2646569&forceview=1>. Acesso em: 21 ago. 2022.

WHO – World Health Organization. **Overweight and obesity**. Geneva: WHO, 2020a. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>. Acesso em: 16 ago. 2023.

WHO – World Health Organization. **Guidelines on physical activity and sedentary behavior**. Geneva: World Health Organization, 2020b. Disponível em: <https://www.who.int/publications/item/9789240015128>. Acesso em: 7 ago. 2022.

SAÚDE DA MULHER NA FRONTEIRA: REFLEXÕES A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER (PNAISM)

SALUD DE LAS MUJERES EN LA FRONTERA: REFLEXIONES DESDE LA POLÍTICA NACIONAL DE ATENCIÓN INTEGRAL DE LA SALUD DE LAS MUJERES (PNAISM)

DOI 10.55028/geop.v20i38

Fabricia Santina de Oliveira Carissimi*
Luciane Pinho de Almeida**
Luiza Mansur Costa***
Edymila Lima Morais****

Resumo: A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) estabelece as diretrizes técnico-políticas para a atenção à saúde das mulheres no Brasil, voltados para a integralidade do cuidado, especialmente direcionados a grupos historicamente excluídos das políticas públicas. A partir de uma revisão de literatura sobre o tema “saúde da mulher na fronteira,” este estudo reflete sobre a interface entre a PNAISM, a saúde da mulher e as dinâmicas fronteiriças. Observa-se que há desafios consideráveis na implementação de um sistema de saúde universal, integral, equitativo e inclusivo voltado às mulheres migrantes, refugiadas, apátridas e transfronteiriças.

Palavras-chave: Mulheres; cuidado; integralidade.

Introdução

De acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), as mulheres correspondem a 50,77% da população brasileira e são as principais usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), tanto para a realização de cuidados de saúde individuais quanto na função de acompanhantes. Essa política estabelece diretrizes, no âmbito do SUS, que transcendem a

* Assistente Social do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Humap-UFMS/Ebserh). Doutoranda em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (PPGPSI-UCDB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7832-3414>. E-mail: fabriciasoc@yahoo.com.br.

** Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (PPGPSI-UCDB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7003-9264>. E-mail: lpinhao@hotmail.com.

*** Acadêmica de Psicologia vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Tecnológica e Inovação da Universidade Católica Dom Bosco (PIBIC-UCDB). Bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT). Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9800-8170>. E-mail: luizamansurcosta10@gmail.com.

**** Acadêmica de Psicologia vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Tecnológica e Inovação da Universidade Católica Dom Bosco (PIBIC-UCDB). Bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT). Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7776-1006>. E-mail: edymilla@hotmail.com.

Resumen: La Política Nacional de Atención Integral a la Salud de la Mujer (PNAISM) establece las directrices técnico-políticas para la atención a la salud de las mujeres en Brasil, orientadas hacia la integralidad del cuidado, especialmente dirigidas a grupos históricamente excluidos de las políticas públicas. A partir de una revisión de literatura sobre el tema "salud de la mujer en la frontera", este estudio reflexiona sobre la interfaz entre la PNAISM, la salud de la mujer y las dinámicas fronterizas. Se observa que existen desafíos considerables en la implementación de un sistema de salud universal, integral, equitativo e inclusivo dirigido a las mujeres migrantes, refugiadas, apátridas y transfronterizas.

Palabras claves: Mujeres; cuidado; integralidad.

mera ausência de doenças, uma vez que também incluem, de forma abrangente, as necessidades de saúde da população feminina, o controle das patologias mais prevalentes nesse grupo e a garantia do direito à saúde (Brasil, 2004).

A PNAISM contempla mulheres em todas as fases do ciclo de vida, respeitando as especificidades das diferentes faixas etárias e grupos populacionais (Brasil, 2004). Nesse contexto, torna-se relevante discutir a saúde da mulher na fronteira, considerando as particularidades desses territórios e as dimensões que, no Brasil, são reconhecidas como as terceiras maiores do mundo. Essas regiões abrangem uma área total de aproximadamente 1,4 milhão de km², têm mais de 15 mil km de extensão e uma faixa de aproximadamente 150 km de largura (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020).

Para tecer essas reflexões, procedeu-se a uma revisão de literatura sobre o tema "saúde da mulher na fronteira", em duas fases. A primeira fase consistiu na consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e à Biblioteca Virtual de Periódicos Eletrônicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Portal de Periódicos Capes), em virtude do vasto acervo de documentos completos e de acesso livre que essas bases de dados oferecem, constituindo-se em fontes essenciais para a pesquisa nas áreas de ciências humanas, sociais e da saúde.

Essa fase de investigação e seleção aconteceu nos meses de outubro e novembro de 2024; utilizaram-se os descriptores “saúde da mulher na fronteira” em português, sem aspas, e consideraram-se publicações dos últimos cinco anos (2019 a 2024). Como resultado, foram selecionados 204 trabalhos na BDTD (131 dissertações e 73 teses) e 22 trabalhos no Portal de Periódicos Capes. Após a análise dos títulos e resumos, foram incorporados à pesquisa apenas aqueles que estavam efetivamente alinhados com o escopo da investigação, resultando na seleção de 19 dissertações (de um total de 130), 8 teses (de 73) na BDTD, e 5 trabalhos (de 22) no Portal de Periódicos Capes.

Na segunda etapa, procedeu-se à leitura detalhada dos títulos e resumos do material selecionado, visando classificar os temas abordados. Essa análise foi realizada em consonância com os objetivos específicos e as estratégias delineadas pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM). O propósito foi verificar o alinhamento dos estudos atuais com essa importante política de saúde nacional e, consequentemente, entender como eles tratam as particularidades das mulheres na região de fronteira.

Este artigo está estruturado em duas seções principais: a primeira, que apresenta a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e sua relação com os estudos selecionados, e a segunda, que destaca os principais aspectos desses trabalhos no que diz respeito à interface entre saúde da mulher e fronteira, considerando as mulheres em suas múltiplas expressões e a luta pela garantia de direitos à vida e à saúde.

Saúde da mulher na fronteira e a PNAISM

A política brasileira que estabelece as diretrizes técnico-políticas para a assistência à saúde das mulheres no país é a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM). Elaborada pela Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde em 2004, essa política foi desenvolvida em colaboração com outras áreas e departamentos do referido ministério, além da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e segmentos do movimento feminista, visando incorporar as reivindicações existentes. Posteriormente, a proposta foi apresentada e submetida a debates no Conselho Nacional de Saúde, com o objetivo de obter seu reconhecimento como uma política de Estado e sua incorporação ao Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2004).

A PNAISM incorporou o enfoque de gênero, visando à promoção da integralidade e da saúde como princípios fundamentais na assistência à saúde feminina. Além disso, buscou consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e

reprodutivos, com ênfase na melhoria da assistência obstétrica, no planejamento reprodutivo, na atenção ao abortamento inseguro e no combate à violência doméstica e sexual. A política também progrediu na ampliação de ações direcionadas a grupos historicamente excluídos das políticas públicas, considerando suas especificidades e necessidades (Brasil, 2004).

Nesse contexto, torna-se relevante estabelecer um paralelo entre a saúde da mulher e as fronteiras, que servem de referência para mulheres em deslocamento e/ou “movimentos”. Essas mulheres, incluindo migrantes, refugiadas, apátridas e fronteiriças¹ – estas últimas referidas aqui como transfronteiriças, uma vez que a adição do prefixo “trans” que, etimologicamente, significa “além de”, “para além de”, “o outro lado” ou “lado oposto”, que designa esse movimento contínuo entre territórios geopolíticos e espaciais. Essa mobilidade contribui para a construção de suas identidades e sociabilidades, evidenciando a complexidade das dinâmicas de saúde e direitos dessas populações em contextos fronteiriços.

Desse modo, a política em questão apresenta três objetivos gerais fundamentais: o primeiro consiste em promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, assegurando o cumprimento de direitos legalmente estabelecidos e ampliando o acesso aos meios e serviços destinados à promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo o território nacional. O segundo visa contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil, especialmente por causas evitáveis, abrangendo todos os ciclos de vida e diferentes grupos populacionais, sem qualquer tipo de discriminação; e, por fim, buscar ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). (Brasil, 2004).

¹ A Lei de Migração, em seu Artigo 1º, dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e do visitante, regulamentando sua entrada e permanência no território nacional. Além disso, estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas direcionadas ao emigrante, apresentando, em seu primeiro parágrafo, as definições dessas populações:

I - (VETADO);

II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;

III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;

IV - residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;

V - visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;

VI - apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro (Brasil, 2017).

Relativamente aos objetivos específicos e às estratégias da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM), estes estão estruturados em quatorze tópicos principais.

Ao se examinar a política em questão, observa-se que, embora faça referência explícita às mulheres brasileiras, é imprescindível considerar que a premissa de atuação no território nacional, aliada à necessidade de atender às especificidades e demandas de grupos historicamente invisibilizados, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), indica que as mulheres residentes em nosso país e que transitam em nossas fronteiras estão, de fato, contempladas por tais diretrizes.

Dessa forma, a pesquisa conduzida na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Biblioteca Virtual de Periódicos Eletrônicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Portal de Periódicos Capes), referente aos últimos cinco anos (2019 a 2024), sobre o tema “saúde da mulher na fronteira”, resultou na seleção de 32 trabalhos. Com base nesses elementos, estabeleceu-se um paralelo entre os objetivos específicos e as estratégias da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM), e os títulos e/ou temas abordados na revisão de literatura, conforme ilustrado no quadro a seguir.

Quadro 1. Correspondência entre objetivos e estratégias da PNAISM e os trabalhos da BD TD e Portal de Periódicos Capes

| Objetivos específicos e Estratégias da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher | Trabalhos – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BD TD) e Portal de Periódicos da Capes |
|--|---|
| 1. Ampliar e qualificar a atenção clínico-ginecológica, inclusive para as portadoras da infecção pelo HIV e outras DST; | <ul style="list-style-type: none"> - Transmissão vertical da infecção pelo HIV e da sífilis na faixa de fronteira terrestre do Brasil de 2010 a 2020; - Práticas do uso de anticoncepcionais e pobreza menstrual entre mulheres migrantes venezuelanas na fronteira do Brasil com a Venezuela; - Assistência pré-natal em época de pandemia Covid-19 em região da faixa de fronteira: <ul style="list-style-type: none"> - Acesso ao pré-natal odontológico em município trinacional; - Atenção pré-natal em região de fronteira na vigência da pandemia da Covid-19; - Análise espaço-temporal da sífilis congênita e gestacional na região de fronteira entre os estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul; - Diagnóstico de sífilis e outras possíveis infecções sexualmente transmissíveis em portadores do HIV/AIDS na região de tríplice fronteira internacional Brasil-Paraguai-Argentina; - A construção do cenário epidemiológico do HIV e AIDS na Colômbia: uma análise espaço-temporal; - Cuidados sem fronteiras: mulheres imigrantes bolivianas, maternagem e saúde na Grande São Paulo; - Matricamento em Pré-Natal de Risco Habitual na Atenção Primária em Município de Tríplice Fronteira. |
| 2. Estimular a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar, para homens e mulheres, adultos e adolescentes, no âmbito da atenção integral à saúde; | <ul style="list-style-type: none"> - Esterilização cirúrgica na região de Saúde Fronteira Noroeste como forma de Política Pública para Planejamento Familiar; |
| 3. Promover a atenção obstétrica e neonatal, qualificada e humanizada, incluindo a assistência ao abortamento em condições inseguras, para mulheres e adolescentes; | <ul style="list-style-type: none"> - Cuidado transcultural de enfermagem à mulher imigrante no ciclo gravídico-puerpural em um município de fronteira; - A condição fronteiriça feminina: maternidade e cidadania em Sant'ana do Livramento; - A promoção da saúde na assistência pré-natal em um município de fronteira; - Análise da saúde perinatal na região de Tríplice Fronteira do Amazonas; - Programa Rede Mãe Paranaense: pré-natal vivenciado por mulheres residentes em região de fronteira; - Pré-natal: uma Incógnita da Fronteira Brasil x Paraguai; - A atenção à saúde das gestantes brasiguaias sob a ótica do acesso e da cobertura de saúde num território da fronteira Brasil/Paraguai; - Mortalidade infantil por causas evitáveis em municípios de fronteira e não fronteira; - Vivência e expectativa de doulas em região de fronteira; - Gestação durante a privação de liberdade: um estudo misto; |

| Objetivos específicos e Estratégias da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher | Trabalhos – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos da Capes |
|---|---|
| 4. Promover a atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual; | <ul style="list-style-type: none"> - Violência intrafamiliar contra mulheres na perspectiva dos autores em região de fronteira do Paraná; - Violência contra a mulher em uma cidade da fronteira do Brasil; - Violência nas cidades-gêmeas brasileiras - Violência doméstica contra mulheres migrantes em foz do Iguaçu: um olhar a partir das experiências... - Contribuições da enfermagem forense no atendimento à mulher em situação de violência em região de tríplice fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina); |
| 6. Reduzir a morbimortalidade por câncer na população feminina; | <ul style="list-style-type: none"> - Câncer de mama: atributos essenciais na atenção primária à saúde em região de fronteira; - Exames citopatológicos do colo do útero realizados no sistema único de saúde, em um município de tríplice fronteira no Paraná; - Itinerário terapêutico de mulheres com câncer de mama em município de fronteira; |
| 7. Implantar um modelo de atenção à saúde mental das mulheres sob o enfoque de gênero. | <ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento sobre depressão pós-parto na perspectiva de enfermeiros da Estratégia da Saúde da Família de um Município da Fronteira Oeste do RS; - "Son más las fronteras que cruce": dores e resiliência no deslocamento forçado de venezuelanas ao Brasil. |

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024-2025.

Dos 14 tópicos previstos, apenas seis foram contemplados conforme os temas abordados, indicando que os demais oito ainda requerem avanços em estudos específicos direcionados às diferentes populações e às diversas situações relacionadas à saúde da mulher na fronteira. Não foram considerados os temas referentes ao Programa Nacional de DST/AIDS (PN-DST/AIDS), à atenção à saúde da mulher no climatério, na terceira idade, da mulher negra, da mulher trabalhadora, da mulher indígena e aquelas em situação de privação de liberdade, além das iniciativas voltadas ao fortalecimento da participação social e do controle social nas políticas de atenção integral à saúde da mulher.

Considerando que os estudos selecionados foram elaborados a partir da perspectiva da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e com ênfase na compreensão das particularidades das mulheres na região de fronteira, o próximo subitem apresenta os principais destaques dessas pesquisas.

Olhares sobre a saúde da mulher na fronteira

Observa-se que a maioria dos trabalhos está concentrada em dois tópicos principais: (1) ampliar e qualificar a atenção clínico-ginecológica, incluindo o cuidado às mulheres portadoras de infecção pelo HIV e outras DST, e (2) promover

a atenção obstétrica e neonatal de forma qualificada e humanizada, incluindo a assistência ao aborto realizado em condições inseguras, para mulheres e adolescentes. Cada um desses temas abrange dez trabalhos, totalizando vinte dos trinta e dois estudos selecionados, demonstrando uma considerável concentração de esforços nessas áreas específicas.

Os seguintes estudos: “Transmissão vertical da infecção pelo HIV e da sífilis na faixa de fronteira terrestre do Brasil de 2010 a 2020” (Lannoy, 2024); “Práticas do uso de anticoncepcionais e pobreza menstrual entre mulheres migrantes venezuelanas na fronteira do Brasil com a Venezuela” (Rocha, 2023); “Cuidados sem fronteiras: mulheres imigrantes bolivianas, maternagem e saúde na Grande São Paulo”. (Serrano, 2021); “Distribuição espaço-temporal da sífilis congênita e gestacional na região de fronteira entre os estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul” (Neves, 2022) abordam recortes relacionados às categorias de classe, sexo/gênero, raça/etnia e nacionalidade, os quais exercem impactos diferenciados sobre as mulheres, especialmente aquelas situadas em regiões fronteiriças. Essas mulheres, frequentemente, enfrentam dificuldades para acessar e permanecer em serviços de saúde, em virtude de fatores como documentação inadequada, barreiras linguísticas e culturais, entre outros obstáculos.

Tal constatação está alinhada às discussões de Saffiotti (2015) sobre o conceito de “nó”, em que a autora afirma a existência de uma unidade dialética entre classe, sexo/gênero e raça/etnia. Nesse contexto, acrescentamos à análise o marcador da nacionalidade, demonstrando que essas contradições estão entrelaçadas de forma complexa, formando um “nó” – uma metáfora que remete à ideia de um “ovelho de lã” - significando que não é possível discutir uma dessas categorias isoladamente sem considerar sua relação intrínseca com as demais.

... difícil é lidar com esta realidade, formada pelas três subestruturas: gênero, classe social, raça/etnia, já que é presidida por uma lógica contraditória, distinta das que regem cada contradição em separado. Uma voz menos grave ou menos aguda de uma mulher é relevante em sua atuação, segundo o preconceito étnico-racial, e, mais seguramente na relação de gênero e na de classes sociais. O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó (Safiotti, 2015, p. 133).

Embora não apresentem recortes específicos, outras pesquisas convergem para a perspectiva de considerar as particularidades das populações fronteiriças, enfatizando a necessidade de abordagens multidisciplinares e de ações integradas entre os países. Ademais, ressaltam a importância de políticas públicas específicas direcionadas às regiões de fronteira, alinhando-se ao primeiro objetivo e estratégia do Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis e HIV/AIDS (PNAISM), qual seja: “Ampliar e quali-

ficar a atenção clínico-ginecológica, inclusive para as portadoras do HIV e outras DST". Destacam-se, nesse contexto, as contribuições das pesquisas de Mota (2023), Schapko (2022), Restrepo (2020) e Dias (2022).

Encerram esse bloco outras pesquisas de relevância, ainda que apresentem indicações mais modestas em comparação às referências aqui discutidas. Também discutem aspectos relacionados à atenção clínico-ginecológica, componente essencial da saúde integral da mulher. Nesse sentido, sobressai a pesquisa intitulada "Assistência pré-natal em época de pandemia de COVID-19 na região da Faixa de Fronteira", cujo estudo revelou que, apesar das diversas intercorrências associadas à pandemia de COVID-19, a assistência à saúde materno-infantil aconteceu de maneira satisfatória (Fernández, 2023). Além disso, o estudo "Diagnóstico de sífilis e de outras possíveis infecções sexualmente transmissíveis em portadores do HIV/AIDS na região da tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina" apontou que os diagnósticos de sífilis e outras IST estão relacionados ao comportamento sexual de risco entre pessoas vivendo com HIV, contribuindo para o aumento da incidência de HIV/AIDS e de outras infecções na referida região (Benítez, 2022).

No âmbito do tópico 2 da PNAISM - "Estimular a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar, para homens e mulheres, adultos e adolescentes, no âmbito da atenção integral à saúde" -, foi selecionado o estudo intitulado "Esterilização cirúrgica na região de Saúde Fronteira Noroeste como forma de Política Pública para Planejamento Familiar". Esse estudo analisou o exercício do planejamento familiar, conforme preconizado na Lei nº 9.263/1996, na região de saúde Fronteira Noroeste, destacando dificuldades de acesso à contracepção por meio da esterilização cirúrgica voluntária na maior parte dos municípios.

As constatações dessa pesquisa revelam que as desigualdades intrarregionais comprometem a integralidade da atenção e a consolidação da regionalização efetiva do sistema de saúde (Theisen, 2020). Tal observação estabelece uma conexão com a perspectiva adotada neste trabalho, que reconhece uma integralidade limitada da atenção à saúde dentro de um Estado democrático. Na realidade, essa lógica está frequentemente deformada pela dinâmica própria da sociedade capitalista atual, caracterizada pela desconstrução de direitos sociais e pela atuação em sentido inverso ao princípio de universalidade e integralidade do cuidado.

Estes são os temas identificados nas pesquisas selecionadas no terceiro tópico: "Cuidado transcultural de enfermagem à mulher imigrante no ciclo gravídico-puerpural em um município de fronteira" (Vaz, 2023); "A condição fronteiriça feminina: maternidade e cidadania em Sant'ana do Livramento" (Cagliari, 2021); "A promoção da saúde na assistência pré-natal em um município de fronteira"

(Campos, 2019); “Análise da saúde perinatal na região de Tríplice Fronteira do Amazonas” (Teixeira, 2019); “Programa Rede Mãe Paranaense: pré-natal vivenciado por mulheres residentes em região de fronteira” (Oliveira, 2019); “Pré-natal: uma Incógnita da Fronteira Brasil x Paraguai” (Schlickmann, 2022); “A atenção à saúde das gestantes brasiguaias sob a ótica do acesso e da cobertura de saúde num território da fronteira Brasil/Paraguai” (Mello, 2019); “Mortalidade infantil por causas evitáveis em municípios de fronteira e não fronteira” (Martins; Pontes, 2020); “Vivência e expectativas de doulas em região brasileira de fronteira” (Luz; Caldeira; Maciel, 2024); “Gestação durante a privação de liberdade: um estudo misto” (Saldanha *et al.*, 2020). Esses estudos evidenciam necessidades relacionadas às políticas públicas locais, bem como a persistência de lacunas estruturais.

Dessa forma, as particularidades territoriais que caracterizam as regiões de fronteira – como a intensa circulação populacional, as diferenças linguísticas e culturais, além da precariedade dos serviços públicos – impõem desafios singulares à garantia de um cuidado obstétrico e neonatal que efetivamente atenda às demandas dessa população.

Mulheres e adolescentes em contextos fronteiriços, especialmente aquelas em situação de migração ou vulnerabilidade, carregam em seus corpos e trajetórias as marcas de uma exclusão histórica. Essa exclusão se manifesta tanto na dificuldade de acesso a um pré-natal de qualidade, quanto na assistência ao parto e ao período puerperal em condições dignas, além da negligência por parte das instituições em relação à assistência em casos de abortamento inseguro, conforme evidenciado na revisão bibliográfica.

Ao utilizar as categorias de totalidade, mediação, contradição e historicidade (Oliveira; Oliveira; Santos, 2023), entende-se que o cuidado à saúde dessas mulheres não deve ser visto de maneira isolada do contexto específico em que vivem. Portanto, é fundamental levar em conta a relação do indivíduo como sujeito histórico, sob risco de reduzi-lo a uma condição abstrata e descontextualizada.

No contexto das fronteiras, essa realidade é marcada por frequentes tensões relacionadas ao direito à saúde, decorrentes da ausência de protocolos e políticas integradas entre países vizinhos, da escassez de recursos e, sobretudo, de práticas desumanizadas que não reconhecem essas mulheres como sujeitos históricos e sociais. Essas experiências evidenciam o entrelaçamento entre as determinações sociais objetivas e os processos subjetivos, os quais são produzidos e reproduzidos nas relações sociais e institucionais (Oliveira; Oliveira; Santos, 2023).

Portanto, é fundamental que a atuação na área da saúde nesses contextos de fronteira não apenas reconheça essas contradições, mas também busque su-

perá-las, por meio da efetivação do direito à saúde reprodutiva enquanto direito humano universal.

No Tópico 4 da PNAISM, intitulado “Promover a atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual”, destacaram-se cinco estudos significativos: “Violência intrafamiliar contra mulheres na perspectiva dos autores em região de fronteira do Paraná” (Souza, 2020); “Violência contra a mulher em uma cidade da fronteira do Brasil” (Sebaldeli; Ignotti; Hartwig, 2021); “Violência nas cidades-gêmeas brasileiras” (Gomes França, 2019); “Violência doméstica contra mulheres migrantes em Foz do Iguaçu: um olhar a partir das experiências das estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)” (Okuno, 2024); e “Contribuições da enfermagem forense no atendimento à mulher em situação de violência em região de tríplice fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina)” (Cividini, 2021).

Esse conjunto de estudos evidencia a violência contra a mulher em suas múltiplas formas e em contextos fronteiriços, configurando-se como uma problemática de saúde pública. Entidades internacionais, como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), têm atuado nesse campo, sobretudo diante do fluxo de refugiados e migrantes provenientes da Venezuela para as Américas. Esse movimento migratório representa um dos maiores deslocamentos populacionais da história da região, uma vez que milhões de pessoas deixaram o país em decorrência da crise econômica, institucional e política, incluindo o segmento feminino, o que ressalta a necessidade de garantir acesso e suporte adequados aos serviços de saúde, em consonância com os estudos selecionados.

Nesse sentido, a realização de estudos voltados às questões de violência é crucial para compreender e atender às necessidades de outras populações migrantes, refugiadas, apátridas e transfronteiriças. No contexto brasileiro, o país tem acolhido um número crescente de indivíduos de variadas nacionalidades que atravessam as fronteiras terrestres do Brasil em direção a diferentes regiões do território nacional, conforme dados do Observatório das Migrações. Os registros indicam que os principais fluxos migratórios têm origem na Venezuela (aproximadamente 500.636 indivíduos), Haiti (183.102) e Bolívia (110.795). Quanto aos refugiados reconhecidos oficialmente no Brasil, a maioria é proveniente da Venezuela (134.089), seguindo-se a Síria (4.100) e a República Democrática do Congo (1.158). Além disso, há um número expressivo de solicitantes de refúgio provenientes de diversas nacionalidades, incluindo venezuelanos (257.186), cubanos (41.800) e haitianos (40.483) (OBMigra, 2024).

Diante do aumento dos deslocamentos e movimentos populacionais, as situações de violência que aqui são ressaltadas, em relação ao sexo e ao gênero –

não apenas no âmbito privado, mas também nos espaços públicos, marcadas por violações de direitos – tendem a se tornar mais evidentes, refletindo diretamente na saúde dessas populações

No tópico 6 “Reducir a morbimortalidade por câncer na população feminina” foram identificados e selecionados três estudos. O primeiro com o título “Câncer de mama: atributos essenciais na atenção primária à saúde em região de fronteira” aborda a doença como um problema de saúde pública, marcado por elevados índices de mortalidade na população feminina. Destaca, assim, a urgente necessidade da implementação de estratégias de cuidado que promovam mudanças comportamentais, funcionais e estruturais nos serviços de saúde da fronteira, visando aprimorar a integralidade e a coordenação do cuidado às mulheres acometidas pelo câncer de mama (França, 2023).

O segundo estudo, “Exames citopatológicos do colo do útero realizados no Sistema Único de Saúde em um município de tríplice fronteira no Paraná”, apontou que durante o período pandêmico avaliado houve um aumento na incidência de exames citopatológicos com alterações, com destaque para carcinomas *in situ*, adenocarcinomas *in situ* e invasivos. Esses achados podem contribuir para subsidiar gestores locais na formulação de estratégias voltadas ao acompanhamento clínico e ao tratamento adequado das mulheres portadoras de lesões precursoras ou câncer do colo uterino (Turkiwicz, 2023).

Compõe, ainda, esse bloco o estudo intitulado “Itinerário terapêutico de mulheres com câncer de mama em município de fronteira”, que ressalta o percurso de cuidado e cura caracterizado pela procura de atendimento nos serviços públicos de saúde, em instituições privadas e, ainda, além das fronteiras do Brasil, no Paraguai. O estudo evidenciou a incongruência observável relacionada à presença e extensão dos atributos da Atenção Primária à Saúde (APS), além das dificuldades em relação ao acesso, ao estabelecimento de vínculos, à coordenação do cuidado e à insuficiência de ações que promovam um cuidado integral. Essas fragilidades têm contribuído para a falta de soluções dos problemas de saúde enfrentados pelas mulheres com câncer de mama, conforme relatado pelas próprias usuárias.

A autora do estudo pretendeu que os dados obtidos possam subsidiar reflexões críticas e direcionar as decisões de gestores públicos e profissionais de saúde, como a necessidade de capacitação contínua desses profissionais, bem como a formulação e implementação de políticas públicas específicas destinadas à garantia da qualidade da assistência oferecida. Tais ações têm potencial para ampliar a resolutividade da atenção básica à saúde (ABS), contribuindo significativamente para o atendimento às necessidades de saúde das mulheres acometidas

por neoplasia mamária, especialmente no contexto da atenção primária em regiões de fronteira (França, 2020).

Os estudos desse segmento podem contribuir para a implementação de ações estratégicas voltadas à prevenção, detecção precoce, tratamento e reabilitação do câncer que afeta as mulheres e que constitui uma das principais causas de morbimortalidade observada nesse grupo, no Brasil.

Isso implica em reconhecer a importância da equidade no acesso aos serviços de saúde, reduzir as desigualdades regionais e sociais relacionadas às fronteiras, e melhorar a qualidade de vida das mulheres, contribuindo para a diminuição do impacto dessa doença na sociedade.

Os dois estudos que se encaixam no tópico 7: “Implantar um modelo de atenção à saúde mental das mulheres sob o enfoque de gênero”, reconhecem o fenômeno da saúde mental a partir do território de fronteira. O primeiro, intitulado “Conhecimento sobre depressão pós-parto na perspectiva de enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família de um município da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul”, recomenda a realização de novas pesquisas envolvendo gestores e profissionais da área, com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre o assunto. Além disso, destaca a necessidade de investimentos no processo de formação dos enfermeiros, visando promover uma assistência mais qualificada às mulheres durante o período puerperal (Ponse, 2020).

O segundo estudo, que se baseia na situação de mulheres venezuelanas, intitulado “Son mías las fronteras que crucé: dores e resiliência no deslocamento forçado de mulheres venezuelanas ao Brasil”, ressalta a importância da Psicologia Humanitária latino-americana como uma ferramenta na (re)construção de recursos, no fortalecimento do suporte social e na participação ativa das mulheres nos processos de desenvolvimento de intervenções. Tal abordagem respeita as especificidades regionais e as particularidades das migrantes (Muniz, 2020).

Esses estudos assumem relevância, quando se leva em conta a saúde mental como componente fundamental da saúde humana, integrante da tríade de bem-estar social, físico e mental. Essa importância se intensifica na sociedade contemporânea, marcada por deslocamentos humanos frequentes e trajetórias sujeitas a vulnerabilidades, principalmente para as mulheres, que frequentemente enfrentam diversas formas de violência e violações de direitos.

No conjunto, os estudos direcionam o olhar para um cuidado integral à saúde da mulher em todas as fases do ciclo de vida, considerando suas especificidades e diversidades. Essa abordagem contempla a saúde ginecológica, os direitos sexuais e reprodutivos, a saúde materna ao longo do ciclo gravídico-puerperal, a

dignidade menstrual, a atenção ao climatério e à menopausa, bem como a saúde mental e os cuidados em situações de violência. Trata-se, portanto, de um conjunto de ações voltadas à prevenção, promoção, tratamento e recuperação da saúde, visando assegurar o acesso equitativo e de qualidade aos serviços de saúde para mulheres migrantes, refugiadas, apátridas e transfronteiriças.

Além disso, essa perspectiva implica na garantia dos direitos à saúde e à vida, o reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos e o devido alinhamento aos objetivos e estratégias da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM).

Considerais Finais

Considera-se que, entre os quatorze objetivos específicos e estratégias delineados na PNAISM, apenas seis estão contemplados nos estudos analisados, o que evidencia a necessidade de expandir as investigações para outras áreas temáticas, abrangendo todas as especificidades das mulheres em situação de deslocamento e/ou em movimento, tais como migrantes, refugiadas, apátridas e mulheres transfronteiriças.

Observa-se que nem todos os estudos problematizam a questão das fronteiras em seu sentido amplo, haja vista que se limitam a apresentá-las apenas como espaços socioespaciais e geográficos. Embora existam investigações relevantes que abordam a temática da saúde da mulher na região de fronteira, ainda persiste a necessidade de explorar, de forma mais aprofundada, os temas previstos pela PNAISM, bem como de ampliar a compreensão do conceito de fronteira enquanto noção polissêmica, produtora de relações sociais complexas.

Além disso, embora algumas pesquisas abordem a realidade das mulheres migrantes, essas investigações tendem a apresentar uma ênfase limitada às situações de refúgio e apatridia, fenômenos que vêm ganhando crescente relevância tanto no Brasil quanto no cenário internacional. De modo semelhante, as mulheres transfronteiriças, que experimentam realidades distintas daquelas vivenciadas por outras categorias e que se caracterizam pela mobilidade constante entre países limítrofes demandam uma outra análise que contemple suas especificidades.

Por outro lado, observa-se que grande parte dos estudos enfatiza a necessidade de implementação de políticas públicas abrangentes e intersetoriais que transcendam as fronteiras nacionais, visando promover a integração e fortalecer os sistemas de saúde voltados para essas populações, sob a perspectiva da integrabilidade do cuidado. Essa demanda decorre das lacunas existentes na promoção de

uma assistência integral à saúde, bem como das vulnerabilidades específicas enfrentadas por diferentes grupos de mulheres residentes em territórios fronteiriços.

O Brasil enfrenta desafios consideráveis na implementação de um sistema de saúde universal, integral, equitativo e inclusivo para populações migrantes, refugiadas, apátridas e transfronteiriças. Nesse contexto, é fundamental que se atente para esses fenômenos contemporâneos, a fim de que se promova uma abordagem de saúde integral alinhada à justiça social, conforme preconiza a principal política de saúde voltada para as mulheres, com viés emancipatório na condição de sujeitos de direitos, levando em consideração as particularidades das realidades de fronteira.

Agradecimentos

Projeto de pesquisa financiado “Entre flores, espelhos e faces desiguais: a dialética da força feminina nos deslocamentos humanos”, que atende à chamada da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) n. 10/2022 – Mulheres na Ciência Sul-Mato-Grossense (Brasil) – Parecer Consustanciado do CEP nº6.942.088, CAAE 79220123.9.0000.5162.

Referências

- BENITEZ, F. J. **Diagnóstico de sífilis e de outras possíveis infecções sexualmente transmissíveis em portadores do HIV/AIDS na região de tríplice fronteira internacional Brasil-Paraguai-Argentina.** 2022. 102 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM).** Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.
- CAGLIARI, B. **A condição fronteiriça feminina:** maternidade e cidadania em Sant’Ana do Livramento. 2021. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre, 2021.
- CAMPOS, A. F. M. **A promoção da saúde na assistência pré-natal em um município de fronteira.** 2019. 70 p. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, 2019.
- CIVIDINI, F. R. **Contribuições da enfermagem forense no atendimento à mulher em situação de violência em região de tríplice fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina).** 2021. 234 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, 2021.
- DIAS, R. M. G. **Matriciamento em pré-natal de risco habitual na atenção primária em município de tríplice fronteira.** 2022. 378 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2022.

FERNÁNDEZ, P. A. A. **Assistência pré-natal em época de pandemia COVID-19 em região da faixa de fronteira.** 2023. 66 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira) – Centro de Educação, Letras e Saúde, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, 2023.

FRANÇA, A. F. O. **Itinerário terapêutico de mulheres com câncer de mama em município de fronteira.** 2020. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-18092020-101923/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FRANÇA, A. F. O.; SILVA, R. M. M. da; ZILLY, A.; BERZUINI, G. Ap.; CANETE, A. C. S.; PANOBIANCO, M. S. Câncer de mama: atributos essenciais da Atenção Primária à Saúde em uma região de fronteira. **ABCS Ciências da Saúde**, [S. l.], v. e023231, 2023. DOI: 10.7322/abcs.2021191.1905. Disponível em: <https://www.portalnepas.org.br/abcs/abcshs/article/view/1905>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GOMES FRANÇA, R. **Violência nas cidades-gêmeas brasileiras.** 2019. 1 recurso online (47 p.). Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637094>. Acesso em: 2 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Municípios da faixa de fronteira e cidades gêmeas.** 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html>. Acesso em: 10 maio 2023.

LANNOY, L. H. de. **Transmissão vertical da infecção pelo HIV e da sífilis na faixa de fronteira terrestre do Brasil de 2010 a 2020.** 2024. 128 f. Tese (Doutorado em Doenças Infecciosas) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo, ES, 2024.

LUZ, L. D. P. da; CALDEIRA, S.; MACIEL, E. M. Go. de S. Vivência e expectativas de doula em região brasileira de fronteira. **Saúde em Debate**, v. 48, n. 140, p. e8386, 2024.

MARTINS, P. C. R.; PONTES, E. R. J. C. Mortalidade infantil por causas evitáveis em municípios de fronteira e não fronteira. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 2, p. 201–210, abr. 2020.

MELLO, F. de. **A atenção à saúde das gestantes brasiguaias sob a ótica do acesso e da cobertura de saúde materna num território da fronteira Brasil/Paraguai.** 2019. Tese (Doutorado em Enfermagem em Saúde Pública) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2019. DOI: 10.11606/T.22.2020.tde-23032020-163855. Acesso em: 22 maio 2025.

MOTA, S. M. S. **Acesso ao pré-natal odontológico em município trinacional.** 2023. 112 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, 2023.

MUNIZ, F. de M. R. P. **“Son mías las fronteras que crucé”:** dores e resiliência no deslocamento forçado de venezuelanas ao Brasil. 2020. 183 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2020.

NEVES, S. C. T. **Análise espaço-temporal da sífilis congênita e gestacional na região de fronteira entre os estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.** 2022. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), Presidente Prudente, SP, 2022.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMIGRA). **Migração no Brasil.** Boletim Informativo nº 4. Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça e Segurança Pública, out. 2024.

OKUNO, P. H. **Violência doméstica contra mulheres migrantes em Foz do Iguaçu:** um olhar a partir das experiências das estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). 2024. 291 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, 2024.

OLIVEIRA, T. F. de. **Programa Rede Mãe Paranaense:** pré-natal vivenciado por mulheres residentes em região de fronteira. 2019. 87 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, 2019.

OLIVEIRA, N. C. de; OLIVEIRA, L. A. de; SANTOS, J. M. V. dos. **O materialismo histórico e suas categorias de análise:** algumas considerações. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: https://primitivomoacyr.weebly.com/uploads/8/6/9/0/8690987/o_materialismo_histrico_e_suas_categorias_de_analise.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

PONSE, C. E. M.; LIPINSKI, J. M.; PRATES, L. A. P.; SINIAK, D. Sc.; ESCOBAL, A. P. de L. E.; SANTOS, K. M. dos S. Conhecimento sobre depressão pós-parto na perspectiva de enfermeiros da Estratégia da Saúde da Família em um município da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, e282997232, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.7232. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7232>. Acesso em: 24 jun. 2025.

RESTREPO, J. F. M. **A construção do cenário epidemiológico do HIV e AIDS na Colômbia:** uma análise espaço-temporal. 2020. 18 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

ROCHA, L. R. **Práticas do uso de anticoncepcionais e pobreza menstrual entre mulheres migrantes venezuelanas na fronteira do Brasil com a Venezuela.** 2023. 44 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2023.

SAFFIOTTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALDANHA, L. S. de; CARDOSO, L. S.; PEDROSO, A. C. da S.; TARRAGÓ, N. R. da C. e S.; SEHNEM, G. D.; AMBRÓS, E. L. Gestação durante a privação de liberdade: um estudo misto. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 5, e64953030, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i5.3030. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3030>. Acesso em: 12 maio 2025.

SCHAPKO, T. R. **Atenção pré-natal em região de fronteira na vigência da pandemia da COVID-19.** 2022. 78 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, 2022.

SCHLICKMANN, M. **Pré-natal:** uma incógnita da fronteira Brasil × Paraguai. 2022. 98 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Foz do Iguaçu, PR, 2022.

SEBALDELI, A. C. G.; IGNOTTI, E.; HARTWIG, S. V. Violência contra a mulher em uma cidade de fronteira do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, e0910312941, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.12941.

SERRANO, S. L. **Cuidados sem fronteiras:** mulheres imigrantes bolivianas, maternagem e saúde na Grande São Paulo. 2021. 325 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, São Paulo, SP, 2021.

SOUZA, M. das G. **Violência intrafamiliar contra mulheres na perspectiva dos autores em região de fronteira do Paraná.** 2020. 94 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, 2020.

TEIXEIRA, C. S. **Análise da saúde perinatal na região de tríplice fronteira do Amazonas.** 2019. 84 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Instituto Leônidas e Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz, Manaus, AM, 2019.

THEISEN, C. **Esterilização cirúrgica na região de Saúde Fronteira Noroeste como forma de política pública para planejamento familiar.** 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, 2020.

TURKIEWICZ, M. **Exames citopatológicos do colo do útero realizados no Sistema Único de Saúde em um município de tríplice fronteira no Paraná.** 2023. 51 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2023.

VAZ, M. D. Z. **Cuidado transcultural de enfermagem à mulher imigrante no ciclo gravídico-puerperal em um município de fronteira.** 2023. 103 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, 2023.

A POTÊNCIA DO CADASTRO ÚNICO NA TERRITORIALIZAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DAS VULNERABILIDADES MIGRATÓRIAS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

THE POTENTIAL OF CADASTRO ÚNICO IN THE TERRITORIALIZATION AND VISUALIZATION OF MIGRATORY VULNERABILITIES ON THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER

EL POTENCIAL DEL CADASTRO ÚNICO EN LA TERRITORIALIZACIÓN Y VISUALIZACIÓN DE LAS VULNERABILIDADES MIGRATORIAS EN LA FRONTERA BRASIL-BOLIVIA

DOI 10.55028/geop.v20i38

Junior Rodrigues dos Santos Rosales*

Resumo: Este artigo investiga o potencial do Cadastro Único (CadÚnico) para territorializar e visualizar vulnerabilidades migratórias na fronteira Brasil-Bolívia, com estudo de caso em Corumbá-MS. A pesquisa, situada no campo da Assistência Social como política de direitos, adota abordagem quali-quantitativa com dados da SMASC. A base cartográfica digital, criada no QGIS, reuniu cinco camadas: status documental, composição familiar, renda média, tempo de cadastro e uso dos serviços públicos. Os resultados evidenciam que a leitura espacial identifica territórios prioritários e fortalece o planejamento socioassistencial. Conclui-se que integrar CadÚnico e georreferenciamento amplia a proteção social em contextos fronteiriços.

Palavras-chave: Migração, Assistência Social, Territorialização, Políticas Públicas.

Abstract: This article investigates the potential of the Unified Registry (CadÚnico) to territorialize and visualize migratory vulnerabilities on the Brazil-Bolivia border, using Corumbá-MS as a case study.

Introdução

O município de Corumbá, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, é um território estratégico da faixa de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, caracterizado por intensa circulação migratória e presença consolidada de comunidades migrantes. O município, ao ser ponto de entrada e permanência de migrantes internacionais, evidencia uma série de desafios para a gestão pública, em especial na formulação de políticas sociais voltadas à proteção e acolhimento dessa população.

Nesse contexto, a política de Assistência Social tem sido convocada

* Doutorando em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEF-UFMS), Mestre em Estudos Fronteiriços (UFMS). Gestor de relações institucionais na SMASC em Corumbá/MS; E-mail: jr_kairos@hotmail.com.

The research, grounded in Social Assistance as a rights-based public policy, adopts a qualitative-quantitative approach with data provided by the Municipal Secretariat of Social Assistance and Citizenship (SMASC). A digital cartographic base was developed using QGIS, integrating five layers: documentary status, family composition, average income, registration duration, and use of public services. Results show that spatial visualization identifies priority territories and strengthens socio-assistance planning. The study concludes that integrating CadÚnico and georeferencing expands social protection in border contexts.

Keywords: Migration, Social Assistance, Territorialization, Public Policy.

Resumen: Este artículo investiga el potencial del Registro Único (CadÚnico) para territorializar y visualizar las vulnerabilidades migratorias en la frontera Brasil-Bolivia, tomando como estudio de caso el municipio de Corumbá-MS. La investigación, basada en la Asistencia Social como política pública de garantía de derechos, adopta un enfoque cualitativo-cuantitativo con datos proporcionados por la Secretaría Municipal de Asistencia Social y Ciudadanía (SMASC). Se desarrolló una base cartográfica digital mediante QGIS, integrando cinco capas: situación documental, composición familiar, ingreso promedio, tiempo de registro y uso de los servicios públicos. Los resultados muestran que la visualización espacial identifica territorios prioritarios y fortalece la planificación socioasistencial. Se concluye que la integración entre CadÚnico y georreferenciación amplía la protección social en contextos fronterizos.

Palabras-clave: Migración, Asistencia Social, Territorialización, Políticas Públicas.

a desempenhar um papel relevante na garantia de direitos e no enfrentamento das vulnerabilidades sociais que afetam os migrantes. No entanto, os mecanismos tradicionais de atendimento e planejamento revelam-se muitas vezes insuficientes diante da complexidade da dinâmica migratória em regiões de fronteira. A necessidade de territorialização das informações sociais se impõe como estratégia fundamental para qualificar o atendimento, direcionar os serviços e identificar os territórios prioritários.

É nesse cenário que o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) adquire centralidade, não apenas como base administrativa para acesso a benefícios, mas como ferramenta de diagnóstico social e de visualização das vulnerabilidades territoriais. Sua articulação com tecnologias de georreferenciamento, como o Sistema de Informação Geográfica (SIG), permite ampliar a compreensão sobre os espaços urbanos e sociais ocupados pelos migrantes e subsidiar políticas públicas com base em dados espacializados.

Este artigo, derivado da dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEF/UFMS), tem como objetivo analisar a potência do Cadastro Único na territorialização e visualização das vulnerabilidades migratórias na fronteira Brasil-Bolívia, a

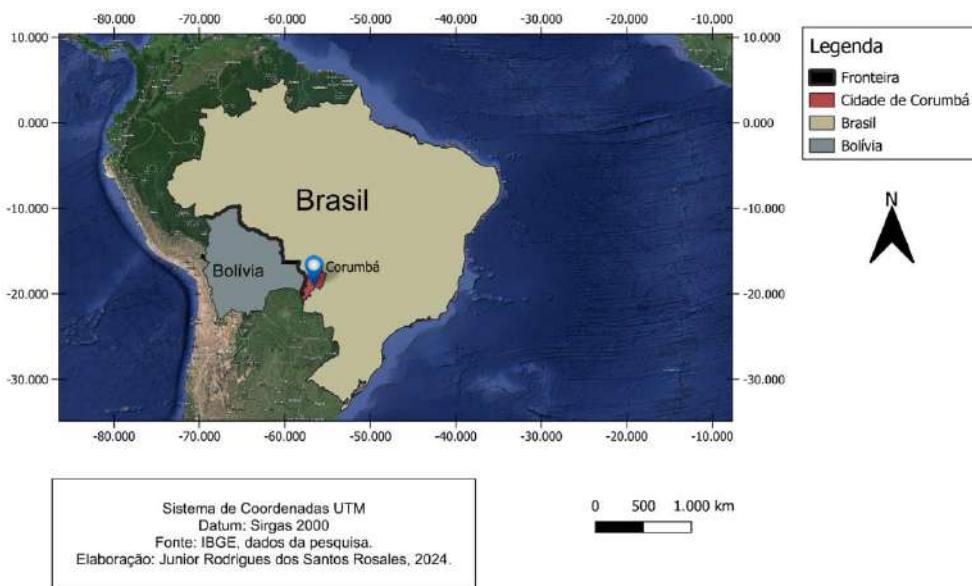
partir do estudo de caso do município de Corumbá-MS. Por meio da construção de uma base cartográfica digital, o estudo buscou evidenciar como a espacialização das informações sociais contribui para o fortalecimento da gestão socioassistencial e para a proteção dos migrantes internacionais em contextos de fronteira.

Migração, Territorialização e Política de Assistência Social em Contextos de Fronteira

As fronteiras, especialmente as latino-americanas, constituem territórios de contato, tensão e negociação entre diferentes sujeitos, línguas e culturas. Corumbá, cidade localizada na faixa de fronteira entre Brasil e Bolívia, expressa essas dinâmicas por meio de um fluxo migratório permanente, marcado tanto por mobilidades econômicas quanto por redes sociais e afetivas que estruturam modos de vida transfronteiriços. Neste contexto, as migrações internacionais configuram-se como fenômeno complexo, interpelando diretamente as políticas públicas locais.

Mapa 1. Localização espacial do território fronteiriço de Corumbá, Brasil

Mapa de Localização da Fronteira Brasil e Bolívia



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Sayad (1998) afirma que compreender a migração implica olhar para além dos deslocamentos físicos, atentando para as relações de poder e as formas de exclusão que atingem os migrantes nos países de destino. A migração, nesse sentido,

deve ser analisada a partir de uma perspectiva que considere as vulnerabilidades sociais específicas que incidem sobre sujeitos em situação de mobilidade, como a ausência de documentação, a precariedade nas condições de moradia, trabalho informal, racismo, xenofobia e barreiras linguísticas.

A Assistência Social, enquanto política pública garantidora de direitos, tem a missão de acolher os sujeitos em situação de vulnerabilidade, inclusive os migrantes internacionais. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) prevê, em seus princípios e diretrizes, a universalidade do atendimento, a proteção social e o reconhecimento da diversidade. Entretanto, conforme aponta Almeida (2020), os serviços socioassistenciais muitas vezes encontram limitações quando se deparam com especificidades étnico-culturais e com os desafios impostos pela territorialidade das migrações.

É nesse sentido que a territorialização das políticas públicas se torna estratégica. Segundo Haesbaert (2004), o território não é apenas uma delimitação geográfica, mas um espaço de disputas, vivências e produção de sentidos. Assim, políticas que se pretendem eficazes devem considerar a dimensão territorial dos fenômenos sociais, especialmente em contextos de fronteira.

O Cadastro Único, instituído como ferramenta de identificação e caracterização das famílias de baixa renda, apresenta-se como instrumento relevante para a territorialização das vulnerabilidades sociais. Ao registrar dados como composição familiar, renda, tempo de residência, escolaridade, condições de moradia e status documental, o CadÚnico permite a construção de diagnósticos sociais territorializados. Quando articulado a sistemas de georreferenciamento, como o QGIS, o CadÚnico amplia seu potencial analítico e estratégico, viabilizando a produção de mapas sociais que evidenciam os locais de maior incidência de vulnerabilidades e favorecem o planejamento de ações intersetoriais.

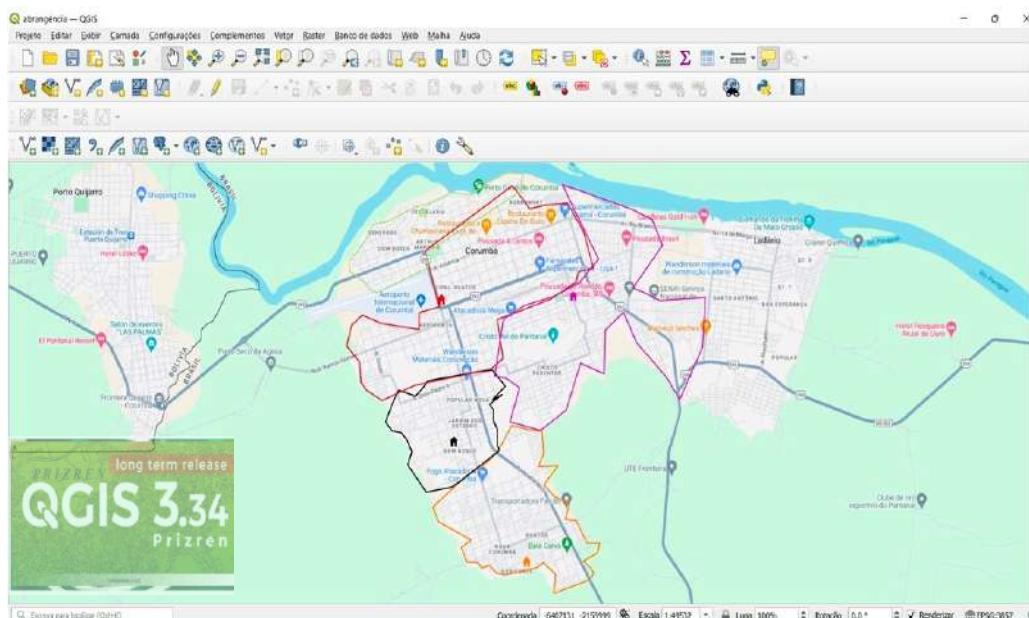
Desse modo, a integração entre tecnologia, diagnóstico social e políticas públicas pode contribuir de forma significativa para a efetivação de direitos em territórios marcados por desigualdades e por fluxos migratórios intensos.

Metodologias

Com uma abordagem quali-quantitativa e caráter descritivo-analítico. O estudo foi fundamentado na análise de dados secundários obtidos junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Corumbá (SMASC), por meio do Cadastro Único (CadÚnico), sistema que reúne informações sobre as famílias de baixa renda do município.

A pesquisa partiu da compreensão de que o CadÚnico, embora seja um instrumento administrativo, possui grande potencial analítico e territorial quando articulado a ferramentas tecnológicas como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Assim, buscou-se desenvolver uma base cartográfica digital que permitisse a visualização espacial das vulnerabilidades sociais de migrantes internacionais em Corumbá-MS. Para a construção da base, foram extraídos dados da base municipal do CadÚnico, processados com auxílio do software livre QGIS (versão 3.28).

Quadro 1. Software QGIS utilizado como Sistema de Informação Geográfica



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

A utilização de ferramentas de cartografia digital em estudos migratórios tem se mostrado importante para a compreensão e representação espacial das dinâmicas migratórias. Trabalhos que utilizam Sistemas de Informações Geográficas (GIS) permitem mapear fluxos migratórios, distribuindo dados de forma visual e georreferenciada, o que facilita a identificação de padrões e tendências que, de outra forma, passariam despercebidos. No caso de Corumbá, uma cidade fronteiriça com alta mobilidade populacional, a aplicação de um sistema de cartografia digital permite explorar com maior profundidade como os migrantes internacionais se distribuem pelo território e quais serviços públicos utilizam, além de oferecer informações precisas sobre suas condições de vida, documentais e socioeconômicas. Isso é particularmente relevante em estudos que buscam não apenas compreender os fluxos migratórios, mas também influenciar políticas públicas de maneira mais eficaz.

A base digital foi estruturada a partir de cinco camadas temáticas que refletem aspectos centrais das condições de vida dos migrantes: Status documental: identificação do tipo de documentação apresentada pelas famílias migrantes; Composição familiar: número de membros por família, com destaque para grupos mais numerosos e presença de crianças; Renda média familiar: renda per capita mensal, associada à elegibilidade para benefícios socioassistenciais; Tempo de cadastro no CadÚnico: tempo decorrido desde o primeiro registro da família no sistema; e o Uso dos sistemas públicos de saúde, educação e assistência social: frequência de acesso a serviços ofertados pelo município.

As camadas foram georreferenciadas a partir dos endereços declarados no CadÚnico, respeitando os princípios éticos e de sigilo das informações. A elaboração dos mapas digitais teve como objetivo visualizar a distribuição territorial das famílias migrantes em situação de vulnerabilidade, subsidiando a análise crítica das políticas sociais locais e sua articulação com o fenômeno migratório.

Conforme Rosales (2024, p. 27), “o uso do SIG permitiu não apenas mapear, mas interpretar os territórios sociais nos quais a presença migratória se expressa com maior intensidade”, possibilitando uma gestão mais sensível, focada e eficiente por parte dos órgãos públicos.

Resultados

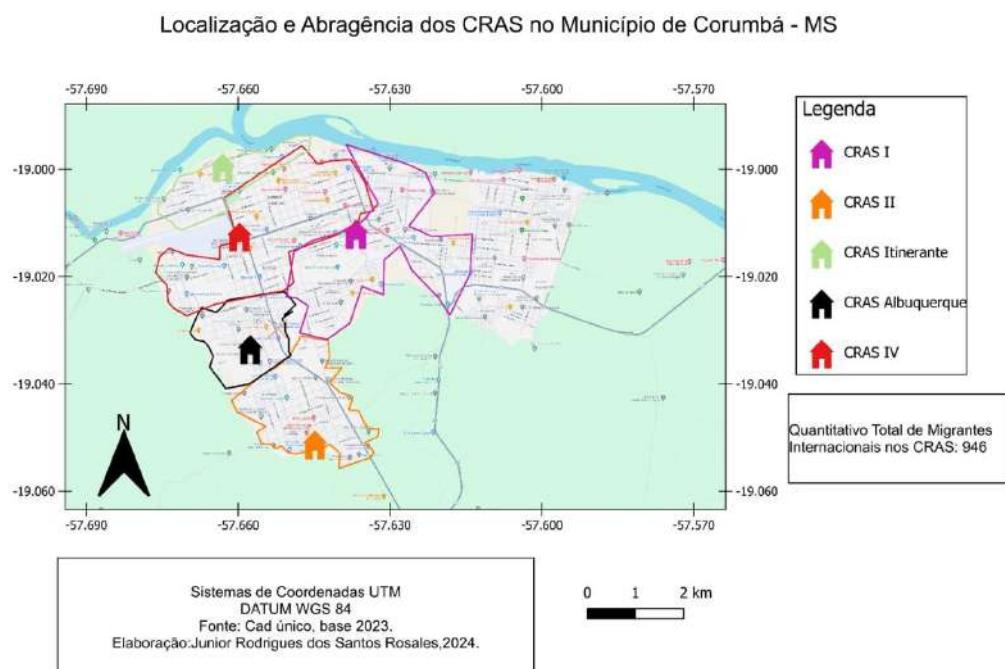
A construção da base cartográfica digital permitiu a visualização da distribuição territorial das famílias migrantes em Corumbá-MS e a análise de aspectos centrais de suas condições de vida. A partir das cinco camadas temáticas — status documental, composição familiar, renda média, tempo de cadastro e uso de serviços públicos —, foi possível identificar padrões de vulnerabilidade e refletir sobre os limites e potencialidades da política de Assistência Social na fronteira Brasil-Bolívia.

O município de Corumbá tem registrado um aumento significativo no fluxo de migrantes internacionais e apátridas, o que tem intensificado a demanda por políticas de acolhimento no âmbito da proteção social básica. Atualmente, mais de 700 migrantes encontram-se inseridos no Cadastro Único (CadÚnico), sendo atendidos pelos cinco Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município: CRAS I, CRAS II, CRAS IV, CRAS Itinerante e CRAS Albuquerque. Esses centros, localizados em áreas de maior vulnerabilidade social, oferecem atendimentos socioassistenciais a famílias e indivíduos em situação de risco. A Política Nacional de Assistência Social, amparada pela Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) e pela Constituição Federal de 1988, garante aos migrantes o direito

à assistência social em condições de igualdade com os cidadãos brasileiros, independentemente de sua situação migratória.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SMASC) é responsável pela formulação, implementação e avaliação dessas políticas, assegurando a oferta de serviços, programas e benefícios sociais conforme os princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Até 2023, os dados do CadÚnico registraram 946 migrantes internacionais atendidos nos CRAS, evidenciando o papel central da assistência social na promoção da inclusão e da garantia de direitos dessa população.

Mapa 2. Localização e Abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social em Corumbá

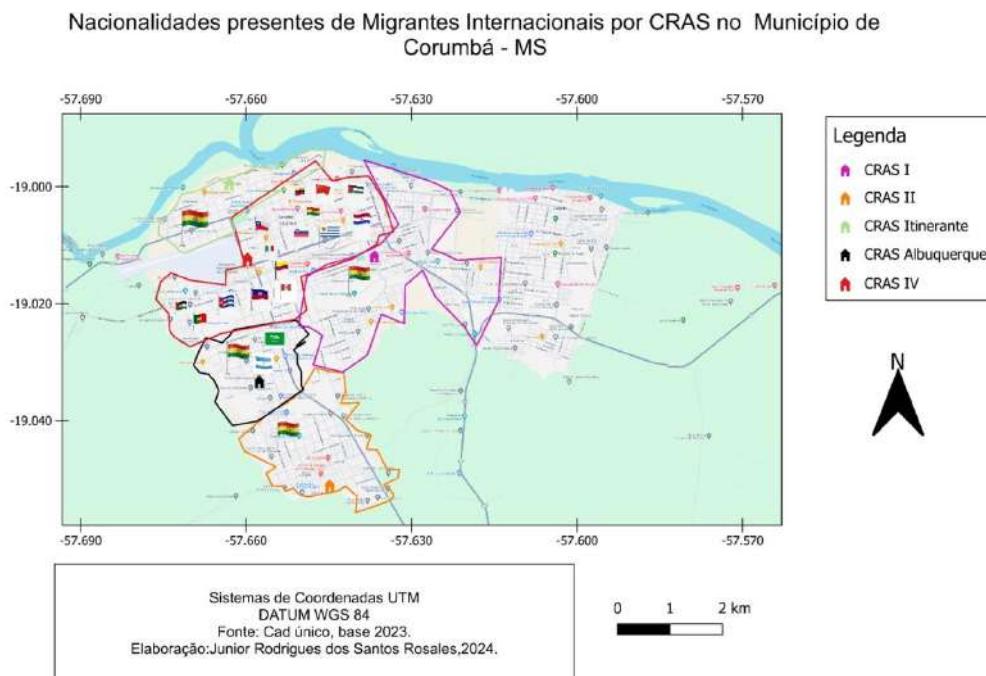


Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

De acordo com os dados levantados nesta pesquisa, o Cadastro Único (CadÚnico) indica que 946 migrantes internacionais estão fazendo uso das políticas públicas de assistência social em Corumbá. Esses dados são essenciais para compreender a situação atual da população migrante na região e permitem que os órgãos responsáveis desenvolvam estratégias mais eficazes para atender suas necessidades específicas.

Para melhor compreensão e análise foi construído o mapa 3 com as “Nacionalidades presentes de Migrantes Internacionais por CRAS no Município de Corumbá - MS” baseia-se nos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) do ano de 2023, proporcionando uma visão atualizada das configurações migratórias na região. Conforme indicado pelo mapa, os CRAS em Corumbá atendem predominantemente migrantes bolivianos, refletindo a proximidade geográfica e os laços históricos entre Corumbá e a Bolívia.

Mapa 3. Presença de nacionalidades por CRAS em Corumbá



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

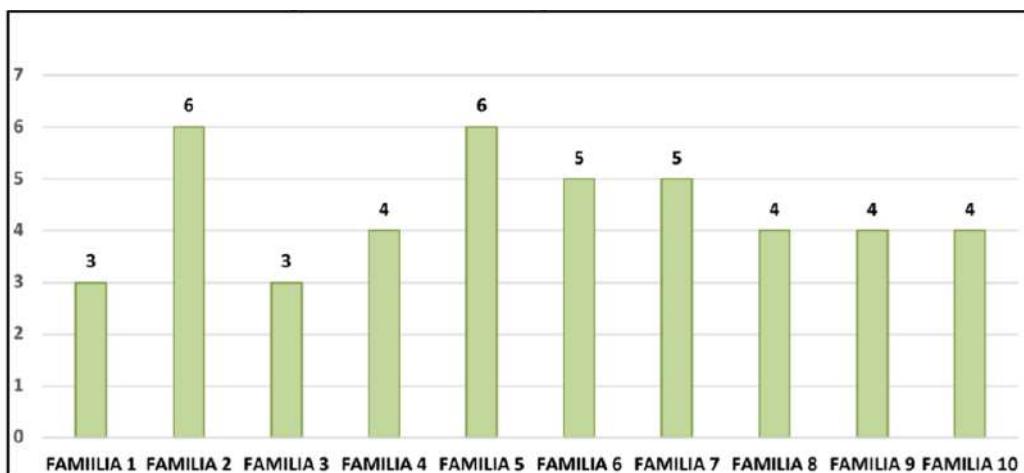
A presença marcante de bolivianos em praticamente todos os CRAS foi identificada durante essa pesquisa. Além dos bolivianos, os CRAS de Corumbá também oferecem suporte a migrantes haitianos, venezuelanos e paraguaios, o que demonstra a diversidade das rotas migratórias que convergem para esta cidade fronteiriça. A presença de haitianos e venezuelanos, em particular, pode ser atribuída a crises recentes nesses países, que têm impulsionado seus cidadãos a buscar refúgio e melhores condições de vida no Brasil.

Para a elaboração das camadas temáticas, foram sorteadas aleatoriamente, por meio de aplicativo, duas famílias migrantes de cada CRAS, totalizando 10

famílias cadastradas no CadÚnico em Corumbá. A partir de cinco categorias de análise, os dados foram organizados em gráficos e utilizados na criação de camadas temáticas na Base Cartográfica Digital, com o software QGIS. Esse processo possibilitou visualizar as dinâmicas sociais e territoriais dos migrantes, cujos resultados são discutidos a seguir.

Composição Familiar: Analisamos a estrutura das famílias migrantes, quanto ao número de membros para melhor entender suas dinâmicas e necessidades específicas.

Gráfico 1. Composição familiar dos Migrantes Internacionais em Corumbá



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Esta camada apresenta uma análise da estrutura das famílias migrantes internacionais em termos do número de membros de cada família. Esta análise é para entender as dinâmicas e necessidades específicas dessas famílias. Observando o gráfico, nota-se uma variação significativa no tamanho das famílias. As famílias variam entre 3 e 6 membros, indicando uma diversidade no perfil familiar dos migrantes.

Nesse processo, um membro da família migra inicialmente e, após estabelecer-se e ter uma base mínima de recursos e apoio, traz outros membros da família para se juntarem a ele. Isso acontece frequentemente porque migrar em grupo oferece uma série de vantagens, como maior suporte emocional e facilidade de adaptação ao novo ambiente, uma vez que os vínculos familiares proporcionam um senso de comunidade e pertencimento.

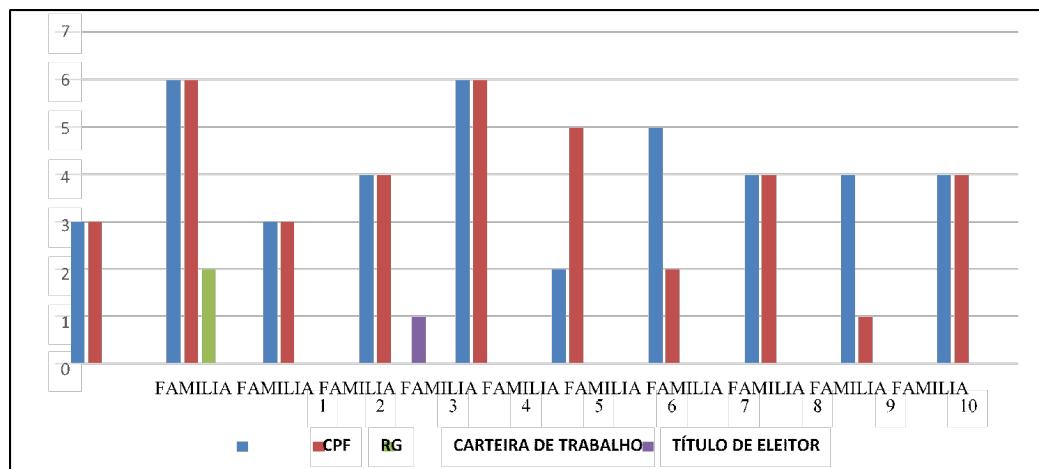
Para migrantes internacionais, especialmente em contextos vulneráveis, a decisão de trazer familiares posteriormente é também uma estratégia de sobre-

vivência e adaptação econômica. Famílias numerosas tendem a compartilhar responsabilidades, seja na manutenção do lar ou no sustento financeiro. Cada membro adicional que se junta pode contribuir para o trabalho, dividindo custos e responsabilidades, o que pode tornar o processo de adaptação um pouco mais fácil para todos. Além disso, essa dinâmica fortalece laços familiares e garante que crianças e idosos recebam cuidados adequados.

Famílias menores podem se beneficiar de programas que ajudem na adaptação social e econômica, como cursos de capacitação e acesso facilitado ao mercado de trabalho. Apesar das limitações, acredita-se que os resultados deste gráfico podem fornecer informações relevantes para os órgãos governamentais, agências de assistência social e demais entidades responsáveis pela formulação e implementação de políticas de apoio a migrantes, visando aprimorar estratégias que considerem a diversidade na estrutura familiar e a distribuição regional dessas populações em Corumbá.

Status Documental: Esta categoria avaliou a situação legal e a posse de documentos das famílias migrantes, aspecto importante para que elas possam acessar serviços e direitos essenciais.

Gráfico 2. Situação documental dos Migrantes Internacionais em Corumbá



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Ter essa camada na Base Cartográfica foi essencial para entender a situação legal dessas famílias e como isso impacta o acesso a serviços e direitos fundamentais. A situação documental é um aspecto que interfere para que esses indivíduos possam acessar as políticas públicas de assistência social. Nessa análise das famílias são apresentadas a quantidade de documentos que cada família possui. A análise é baseada nos seguintes tipos de documentos: CPF, RG, Carteira de

Trabalho e Título de Eleitor. A situação legal e documental das famílias migrantes influência na permanência dessas pessoas no país.

Os principais tipos de documentação que os migrantes precisam para acessar as políticas públicas incluem: Visto de Residência, que permite a permanência legal no país por um período específico e pode ser renovado conforme necessário; Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), documento de identidade para estrangeiros residentes no país, necessário para diversas transações e acesso a serviços públicos; Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), essencial para que os migrantes possam trabalhar formalmente e ter acesso a benefícios trabalhistas e previdenciários; Cadastro de Pessoa Física (CPF), necessário para qualquer atividade econômica e para acessar serviços como saúde e educação; e Comprovante de Residência, importante para registrar a localização do indivíduo e facilitar o acesso a serviços locais de assistência social.

O gráfico mostra a distribuição de documentos entre dez famílias de migrantes internacionais, sendo cada família representada por uma coluna agrupada de diferentes cores, cada uma correspondendo a um tipo de documento específico. Observa-se que o CPF (azul) e o RG (vermelho) são os documentos mais comuns entre as famílias, indicando que essas formas de identificação são priorizadas tanto pelas políticas públicas quanto pelos próprios migrantes ao regularizarem sua situação no Brasil.

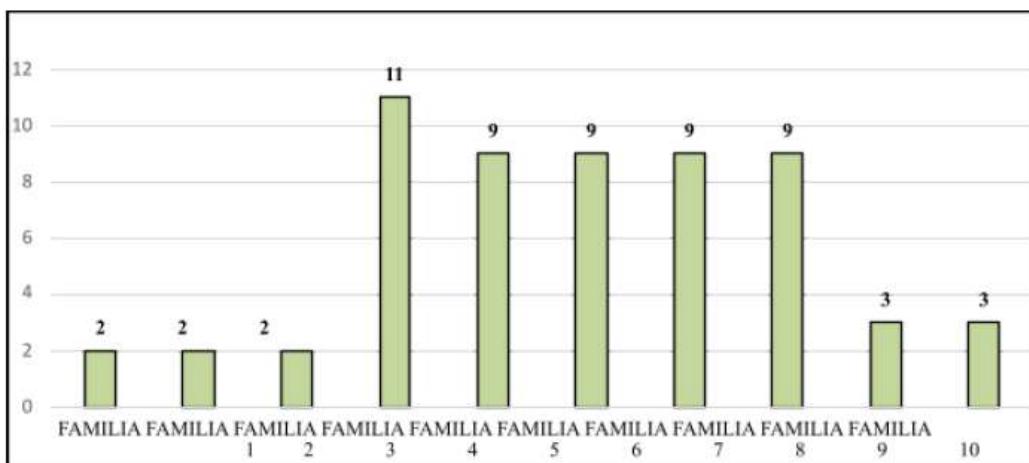
Já a Carteira de Trabalho (verde) e o Título de Eleitor (roxo) apresentam uma distribuição muito menos uniforme, sendo possuídos apenas por algumas famílias (como as famílias 2 que uma pessoa possui CTPS e na família 5 que uma pessoa possui título de eleitor), o que aponta para dificuldades específicas na obtenção desses documentos.

Percebe-se que algumas famílias, como a Família 2 e a Família 5, apresentam um número significativamente maior de documentos. Essas famílias possuem todos os principais documentos (CPF, RG, Carteira de Trabalho, e em alguns casos até Título de Eleitor), o que pode indicar uma maior integração nos serviços públicos e uma maior facilidade de acesso aos direitos civis e sociais.

A documentação adequada é essencial para que os migrantes possam ser reconhecidos como beneficiários das políticas públicas de assistência social. Sem os documentos necessários, muitos enfrentam dificuldades significativas para acessar serviços básicos, agravando situações.

Tempo de Cadastro no CadÚnico: O tempo que as famílias estão registradas no CadÚnico nos ajuda a compreender sua trajetória e estabilidade dentro dos sistemas de apoio social.

Gráfico 3. Tempo de Cadastro dos Migrantes Internacionais no CadÚnico-Corumbá



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

A camada do tempo de cadastro por família (em anos) que cada família migrante está registrada no CadÚnico, podemos compreender melhor a trajetória e a estabilidade dessas famílias dentro dos sistemas de apoio social. Analisando o gráfico, nota-se que as famílias estão inseridas no SUAS a mais de dois anos.

Provavelmente já passaram por diversas fases de apoio e adaptação, mantendo uma presença estável e contínua no sistema. A estabilidade proporcionada pelo longo tempo de cadastro no CadÚnico permite que as famílias beneficiadas tenham acesso constante a programas sociais, contribuindo para sua inclusão e bem-estar. Compreender a trajetória de cadastro no CadÚnico é um fator considerável para avaliar a eficácia dos programas assistenciais e identificar áreas onde as intervenções podem ser otimizadas para melhor servir as famílias migrantes.

Quanto ao tempo de cadastro, observamos que há uma grande variação no tempo de cadastro das famílias no CadÚnico, variando entre 2 a 11 anos. Famílias como a Família 4 estão cadastradas há 11 anos, enquanto outras, como as Famílias 1, 2 e 3, têm apenas 2 anos de registro. Essa disparidade pode refletir diferentes momentos de chegada e integração ao Brasil, bem como os desafios e processos envolvidos no registro das famílias migrantes no sistema de assistência social.

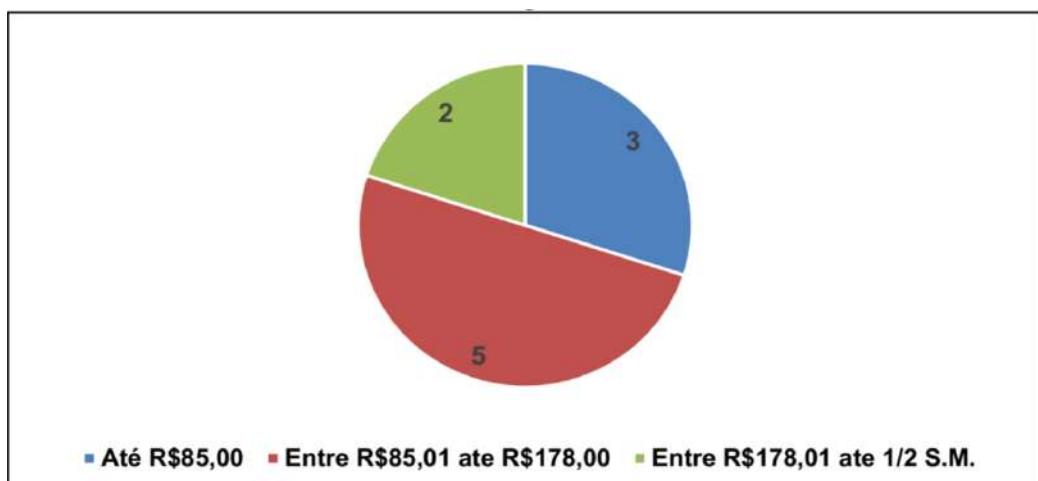
Apesar das dificuldades enfrentadas no cadastramento de migrantes, o registro no CadÚnico é garantido pelo princípio constitucional de igualdade de direitos aos serviços de assistência social, aplicável tanto a brasileiros quanto a migrantes residentes, incluindo refugiados. Para se cadastrarem, os migrantes devem apresentar pelo menos um documento entre os previstos nos formulários

do Cadastro Único, tais como certidão de nascimento ou casamento, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Carteira de Trabalho.

As famílias com maior tempo de cadastro (como as Famílias 4, 5, 6, 7, 8) estão há 9 a 11 anos no CadÚnico, sugerindo que essas famílias têm uma conexão mais consolidada com os serviços de assistência social. Isso pode significar um maior acesso a benefícios e a uma rede de suporte mais ampla, o que é necessária para a sua estabilidade e integração na sociedade.

Renda Média: A renda média é examinada para avaliar o nível socioeconômico das famílias migrantes e como isso afeta seu acesso a serviços e qualidade de vida.

Gráfico 4. Renda Média dos Migrantes Internacionais em Corumbá



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Nessa categoria apresentamos a renda familiar per capita por membro de cada família migrante analisada. Essa métrica é importante para entender a distribuição dos recursos econômicos dentro de cada grupo familiar, permitindo uma avaliação mais precisa das condições de vida e das necessidades assistenciais de cada família.

A renda per capita é determinada dividindo-se a renda total da família pelo número de membros da família, o que permite identificar o valor disponível por pessoa. Famílias maiores, como as que possuem 5 ou 6 membros (por exemplo, Famílias 5, 6 e 7), tendem a ter uma renda per capita mais baixa, uma vez que o montante total precisa ser distribuído entre mais pessoas.

Isso pode ser visto na predominância da faixa entre R\$85,01 e R\$178,00 para essas famílias, sugerindo que os recursos são insuficientes para cobrir todas as necessidades básicas de forma adequada.

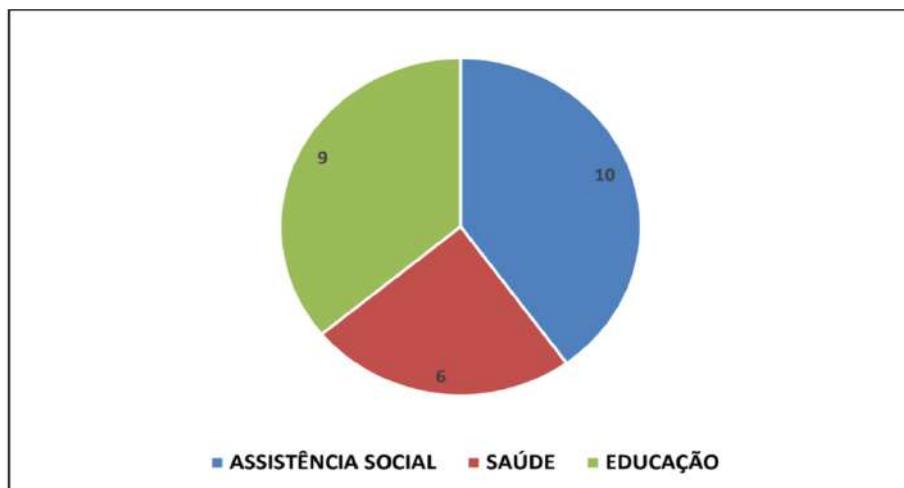
Famílias menores, como as Famílias 1, 2 e 3, com 2 ou 3 membros, também enfrentam limitações de renda, mas apresentam variações dentro da faixa de renda per capita. Por exemplo, a Família 2 está na faixa entre R\$178,01 e 1/2 salário-mínimo, indicando uma condição um pouco melhor em termos de renda per capita em comparação com as outras famílias.

A predominância de famílias nas faixas de renda mais baixas sugere uma situação de vulnerabilidade econômica acentuada. A renda per capita baixa implica em menos recursos disponíveis para atender a necessidades como alimentação, moradia e educação. Isso também reflete uma maior dependência dos programas sociais, que são fundamentais para assegurar um mínimo de bem-estar e acesso a direitos básicos.

Famílias grandes, com uma baixa renda per capita, tendem a priorizar gastos essenciais, como alimentação, deixando de investir em outros aspectos, como saúde de qualidade e educação continuada. Isso reforça a necessidade de políticas públicas voltadas especificamente para famílias migrantes que enfrentam desafios de alocação de recursos dentro do grupo familiar.

Uso dos Sistemas de Saúde, Educação e Assistência: Investigamos como as famílias migrantes utilizam os sistemas públicos de Saúde, Educação e Assistência social, para entender suas interações com as infraestruturas sociais do país.

Gráfico 5. Uso dos Sistemas de Saúde, Educação e Assistência pelos Migrantes Internacionais em Corumbá



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

A análise dos serviços públicos utilizados pelos migrantes internacionais, quanto a Assistência Social, representado pelo CRAS é amplamente utilizado por todas as famílias migrantes (10 de 10). Esse dado é esperado, pois o CRAS é a principal porta de entrada para os programas de assistência social, incluindo o CadÚnico, responsável por cadastrar famílias em situação de vulnerabilidade para acesso a benefícios como o Bolsa Família e Auxílio Emergencial. A utilização integral do CRAS indica que as famílias migrantes reconhecem a importância do apoio social oferecido e o buscam ativamente como parte de sua estratégia de adaptação ao novo contexto.

Sobre o acesso ao Sistema de Saúde, especialmente ao Programa Saúde da Família, também mostra uma utilização significativa. No entanto, é possível notar que, apesar da alta utilização, o serviço de saúde não é acessado por todas as famílias, o que pode indicar dificuldades no sistema, como barreiras linguísticas, falta de documentação, ou mesmo uma localização distante dos postos de atendimento.

Além disso, a condição de vulnerabilidade e as demandas específicas de saúde dos migrantes (incluindo saúde mental) fazem do Programa Saúde da Família uma importante base de suporte, mas com potencial para melhorar sua cobertura.

Já no sistema educacional, representado pelo acesso às escolas, também é amplamente utilizado pelas famílias migrantes. Isso é fundamental para garantir que os filhos dos migrantes tenham acesso à educação, facilitando a integração social e promovendo a inserção de longo prazo dessas famílias na sociedade brasileira. A presença consistente dos migrantes no sistema educacional demonstra a preocupação das famílias em garantir educação para as crianças, mas também implica desafios, como a adaptação ao idioma e a integração cultural no ambiente escolar.

Assim, essa camada revela que os serviços de assistência social, saúde e educação desempenham papéis fundamentais na integração das famílias migrantes em Corumbá. O CRAS tem um papel central ao conectar essas famílias aos benefícios sociais, enquanto os sistemas de saúde e educação promovem a inclusão e o bem-estar. No entanto, o acesso desigual ao sistema de saúde destaca a necessidade de intervenções específicas que reduzam as barreiras de acesso, como apoio linguístico e maior divulgação dos direitos dos migrantes. Essas informações são essenciais para o planejamento de políticas públicas mais inclusivas, que contemplam a realidade e as necessidades específicas dos migrantes, facilitando sua integração plena na sociedade.

Um importante avanço da gestão local foi a criação de um protocolo voltado ao acolhimento e atendimento de migrantes internacionais, fruto de uma ação conjunta envolvendo diferentes secretarias municipais, como a de Assistência

Social e Cidadania, a de Saúde e a de Educação, além do apoio da Universidade. Este trabalho foi coordenado pelo Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas.

O documento desenvolvido estabelece diretrizes para o planejamento e oferta de serviços das políticas públicas municipais direcionadas a migrantes em situação de vulnerabilidade social, com foco especial nas áreas de saúde, assistência social e educação. No campo da educação, o protocolo visa assegurar padrões de atendimento a estudantes migrantes, proporcionando suporte legal e uma base segura para as ações dos agentes municipais.

Além disso, propõe a institucionalização de medidas para garantir o acesso e a permanência desses estudantes no sistema educacional. As orientações incluem abordagens para lidar com a ausência de documentação, acolher as necessidades linguísticas e culturais, combater a xenofobia, e promover uma inclusão real, reconhecendo esses estudantes como parte essencial da diversidade.

Assim, as camadas temáticas ajudam a identificar áreas de maior concentração de migrantes, os tipos de serviços que eles mais utilizam e as lacunas no atendimento público. Essas informações são fundamentais para que o governo e as organizações sociais possam atuar de maneira mais direcionada, promovendo políticas públicas que abordem as necessidades específicas dessas populações e assegurem uma integração social mais efetiva.

Considerações Finais

A análise dos dados migratórios, por meio da construção da Base Cartográfica Digital, evidenciou a relevância da territorialização das informações para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à população migrante em Corumbá. A aplicação de camadas temáticas possibilitou uma compreensão mais precisa das dinâmicas de acesso aos serviços socioassistenciais, contribuindo para o diagnóstico das principais demandas e vulnerabilidades sociais.

Os resultados apontam para a necessidade de fortalecer a rede de proteção social, ampliando a oferta de serviços e assegurando o atendimento humanizado e inclusivo, conforme preconizam a Política Nacional de Assistência Social e a Lei de Migração. Nesse sentido, a integração entre dados, gestão pública e planejamento territorial se mostra fundamental para a efetivação dos direitos sociais, especialmente no contexto fronteiriço, marcado por intensos fluxos migratórios e desafios sociais complexos.

Conclui-se que a utilização de ferramentas como o QGIS, aliada a uma gestão comprometida com a equidade e a justiça social, representa um importante

avanço na construção de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às realidades dos migrantes internacionais.

Referências

- ALMEIDA, Renata Miceno Papa de. **Aplicação e transferência de novas técnicas de cadastro de imigrantes, refugiados e apátridas na assistência social do município de Corumbá-MS**. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 17 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Orientações para o atendimento a migrantes internacionais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/publicacoes-para-atendimento-de-migrantes-e-refugiados-sao-lancadas-na-13a-conferencia-nacional-de-assistencia-social/guia_suas_oim_mds.pdf/view](https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/publicacoes-para-atendimento-de-migrantes-e-refugiados-sao-lancadas-na-13a-conferencia-nacional-de-assistencia-social/guia-suas_oim_mds.pdf/view). Acesso em: 9 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**: Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/centrais-de-conteudo/assistencia-social/politica-nacional-de-assistencia-social-pnas-2004>. Acesso em: 24 fev. 2024.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ROSALES, Júnior Rodrigues dos Santos. **Aplicação de base cartográfica digital da presença migratória internacional em Corumbá-MS a partir de banco de dados do SUAS**. 2024. 78 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá, 2024.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

INTERDISCIPLINARIDADE: TENSIONAMENTOS E INDISPOSIÇÕES

INTERDISCIPLINARITY: TENSIONS AND RESISTANCES

DOI 10.55028/geop.v20i38

Sérgio Ricardo Oliveira Martins*
Waleska Rodrigues Oliveira Martins**

Resumo: É inerente à interdisciplinaridade o enfrentamento de tensões e desafios, a começar pela incompreensão conceitual que, não raro, carrega a negação de seus pressupostos teóricos e metodológicos. Ao olhar para o que se afirma como interdisciplinar na universidade, são analisadas concepções e práticas que fazem a interdisciplinaridade não ir além de adjetivar cursos e projetos. O objetivo deste ensaio é discutir gargalos que têm feito da interdisciplinaridade uma teoria inerte, sem efeitos significativos sobre a formação superior. Como possível caminho de superação, propõe-se a introspecção sobre atitudes essenciais à interdisciplinaridade, as quais são tão desafiadoras quanto acometidas por indisposições pessoais.

Palavras-chave: Interdisciplinar, Ensino Superior, Diversidade.

Abstract: It is characteristic of interdisciplinarity to face tensions and challenges, starting with the conceptual misunderstanding that often leads to a denial of its theoretical and methodological assumptions. By looking at what is claimed to be interdisciplinary at the university, conceptions and practices that make interdisciplinarity not go beyond adjectives for courses and research projects are analyzed. The aim is to discuss the

Introdução

Interdisciplinaridade é certamente uma palavra bastante mencionada no meio acadêmico, tal a sua proclamada presença no ensino, pesquisa e extensão. Mas, parece ser mais uma espécie de presença ausente ou uma pseudo presença. Em inúmeras situações, o que se chama de interdisciplinaridade pode não se diferenciar de multidisciplinaridade ou da pluridisciplinaridade, as quais se caracterizam pela conjunção de disciplinas independentes. Em muitos cursos de graduação, a interdisciplinaridade é tema de grande relevância. De forma específica, se tornou um conceito fundamental em propostas pedagógicas de cursos que propõem uma formação interdisciplinar, como no caso dos bacharelados interdisciplinares¹.

*Doutor em Geografia, docente do Mestrado Interdisciplinar em Culturas, Linguagens e Territórios (PPGCULT), do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Email: sergio.martins@ufrb.edu.br.

**Doutora em Estudos Literários, docente do Mestrado Interdisciplinar em Culturas, Linguagens e Territórios (PPGCULT), do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Email: waleskamartins.wm@ufrb.edu.br.

¹ A formação baseada na interdisciplinaridade e no diálogo entre os componentes curriculares é um dos princípios dos bacharelados interdisciplinares, conforme os referenciais orientadores da formação em regime de ciclos. Em 2019, eram mais de 40 cursos de bacharelados interdisciplinares, oferecidos em 18 universidades federais do Brasil, e as licenciaturas interdisciplinares eram mais de 50 espalhadas pelo país.

bottlenecks that make interdisciplinarity an inert theory, with no significant effects on higher education. As a possible path to overcoming, we propose an introspection on the attitudes that are essential to interdisciplinarity, which are as challenging as they are beset by disinclination.

Keywords: Interdisciplinary, Higher Education, Diversity.

Por outro lado, o descontar da complexidade do mundo revelou a profunda miopia do olhar disciplinar ou, mais ainda, do olhar individual, o que tem requerido, cada vez mais, a atuação pautada pelo trabalho coletivo e pela diversidade. Em pesquisas científicas, o apoio financeiro exclusivo das agências a projetos de pesquisa executados por equipe de pesquisadores/as tem fomentado a atuação interdisciplinar. Na mesma esteira, de acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária, as atividades extensionistas, ao se definirem como processos educativos, interativos e interdisciplinares que transformam não apenas a Universidade, mas também os contextos socioespaciais em que se inserem, requerem equipes diversificadas, compostas por docentes (de distintas áreas), discentes e membros das comunidades implicadas. No ensino, talvez o último reduto acadêmico da atuação exclusivamente disciplinar, a atual recorrência de aulas ministradas por mais de um/a docente de diferentes formações reitera a interdisciplinaridade como estratégia pedagógica e como tendência no meio acadêmico no Brasil há, pelo menos, cinco décadas (Guimarães; Magalhães, 2016; Júnior; Bispo; Pontes, 2022).

Mas a interdisciplinaridade, como afirmou Frigotto (2008), parece constituir tanto uma necessidade, quanto um problema. Como necessidade que se coloca em face de fenômenos multiplamente determinados, e como problema que desafia a construção de novas

epistemologias de trabalho. E poderia ser o tipo de desafio que instiga o seu enfrentamento. Mas não é o que percebemos, sobretudo, na dimensão que efetivamente define a interdisciplinaridade: a prática. De fato, lidar com a diversidade de modos de pensar e atuar, em um processo que desestabiliza ou esmaece as fronteiras disciplinares, não parece uma boa opção para quem não se dispõe à divergência, quem não tolera a crítica ou o confronto de ideias. Desafio que se apresenta quase que insuperável para quem, conscientemente, não se permite e, muito menos, permite o diálogo e a intercessão criativa.

Esse ensaio é motivado pelo entendimento de que dizer o que é a interdisciplinaridade é enfrentar a tensão entre o que se quer fazer, não se sabe bem como se faz e que pode acontecer, como observou Pombo (2005), independente da nossa vontade. Ainda que se perceba uma boa dose de plasticidade ou polissemia conceitual, conforme aponta Miranda (2018), as discussões sobre o que é ou o que caracteriza a prática ou atuação interdisciplinar avançaram significativamente, sobretudo, no sentido de não permitir que haja tantas formas de conceber a interdisciplinaridade quanto cabeças pensantes. Assim, movidos pela vontade de contribuir para uma maior compreensão da interdisciplinaridade, nas linhas que se seguem, pretendemos discutir as nuances que a rondam no ambiente acadêmico. O objetivo deste texto, portanto, não se limita a conceituar, mas também a identificar e discutir alguns “gargalos” e tensionamentos que dificultam e, não raro, impedem que a interdisciplinaridade não passe de teoria inerte, incapaz de afetar, significativamente, a formação de competências profissionais e acadêmicas.

Para a construção desse texto, abordaremos o conceito de interdisciplinaridade, trafegando por autores e autoras que julgamos fundamentais a toda e qualquer discussão sobre o tema. Passaremos por questões pontuais que expressam dúvidas persistentes em aulas, debates ou conversas de corredor quando se trata de interdisciplinaridade. Questões que nos parecem oportunas, como: há tema interdisciplinar? ciência interdisciplinar? profissional interdisciplinar? por que a atuação interdisciplinar é tão difícil? Nesse sentido, é importante destacar que a escrita deste ensaio se contextualiza em uma instituição de ensino pública, situada em uma região de expressiva diversidade sociocultural, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e tem por base a atuação acadêmica de dois docentes com formações disciplinares distintas: Geografia e Literatura. Cabe ainda ressaltar a interseccionalidade que atravessa as corporeidades de quem escreve esse ensaio, que também acarreta pluralidades e perspectivas diferenciadas, tensionando, de maneira ambivalente, os pontos vista e, por consequência, suas vivências acadêmicas: um pesquisador cis negro e uma pesquisadora cis branca. Isso para sinalizar que nossas experiências são também marcadas por outros sujei-

tos, outros reconhecimentos, outros diálogos, caminhos e aprendizados. O nosso propósito é, sobretudo, provocar o debate face às divergências e convergências de ideias, pois só assim, com base em intercessões criativas, superando incômodos e desconfortos disciplinares, se constroem novas epistemologias, novos olhares, e se faz avançar a interdisciplinaridade.

Diversidade e complexidade

Jamais foi tarefa fácil abordar percepções da realidade a nossa volta ou entendimentos sobre as relações humanas. São terrenos movediços diante da diversidade e da complexidade, que derreteram a solidez de conceitos e teorias que pareciam chão firme para fundamentar as interpretações. Depois que a modernidade fez, parafraseando Marx e Engels, *tudo que era sólido se desmanchar no ar*², temos que lidar com o incerto, o instável e o imprevisível. E com a vida cada vez mais agitada pelo tempo acelerado das mudanças, ainda mais líquida, diria Bauman (2007), em vista das incertezas e inseguranças que marcam a contemporaneidade.

Estamos de acordo com a ideia de que a interdisciplinaridade não deve ser vista apenas como um conceito que se aprende e se aplica. Antes fosse tão simples. Não é. E não a entendemos como conceito propriamente. Trata-se antes de atitude e comprometimento ao mesmo tempo consciente e voluntário, de quem se dispõe a mudanças profundas em seu modo de pensar e agir. Trindade (2008) considera que mais importante que definir a interdisciplinaridade, já que o ato de definir limita, é pensar sobre atitudes que considera como interdisciplinares. Nas palavras do autor, é interdisciplinar a:

[...] atitude de **humildade** diante dos limites do saber próprio e do próprio saber [...]; a atitude de **espera** diante do já estabelecido para que a dúvida apareça e o novo germe; a atitude de **deslumbramento** ante a possibilidade de superar outros desafios; a atitude de **respeito** ao olhar o velho como novo, ao olhar o outro e reconhecê-lo, reconhecendo-se; a atitude de **cooperação** que conduz às parcerias, às trocas, aos encontros, mais das pessoas que das disciplinas, que propiciam as transformações, razão de ser da interdisciplinaridade. Mais que um fazer, é paixão por aprender, compartilhar e ir além (p. 73, destaque nossos).

Nesse sentido, a interdisciplinaridade, numa perspectiva epistemológica, implica em postura de diálogo com a diversidade e a complexidade que liquefazem conceitos, afetam crenças e valores e nos despertam para o que Capra (2012, p. 13) chamou de “crise de percepção”. De forma metafórica, seria como considerar que precisamos de lentes novas que reduzam nossa miopia e nos permitam voltar a

² A frase original consta no Manifesto Comunista, publicado por Karl Marx e Friderich Engels em 1872 em sua edição alemã.

enxergar com menor distorção o mundo, a si próprio/a, às pessoas, recuperando-se do que Otto Lara Resende chamou de “vista cansada”³. E, como se não bastasse, concluindo a metáfora, o prazo para retornar ao oftalmologista é cada vez menor. Assim, nesse peregrinar trôpego, a diversidade e complexidade contribuem ainda mais para a instabilidade do chão que temos para caminhar.

Voltemos nosso olhar para a diversidade. Na perspectiva sociocultural, é grande a discussão sobre o seu significado e importância atuais, especialmente no que se refere aos processos educacionais, como mostram Rodrigues e Abramowicz (2013). A diversidade implica a dimensão política das relações humanas, no sentido de sugerir que a vida social contemporânea (ao menos, sob relações capitalistas em contexto urbano-industrial), marcada pelo convívio com inumeráveis diferenças humanas, deve ser regida pela tolerância e pela justiça. Essa percepção nos leva a crer que a diversidade que nos envolve no cotidiano não deve ser confundida com o discurso de poder sobre a diversidade. Há dimensões que se esbarram, mas que precisam de olhares atentos e cuidadosos. Se por um lado temos um discurso de poder que almeja neutralizar qualquer discussão sobre os porquês das desigualdades e das injustiças, que habitam as políticas públicas e práticas legislativas, maculadas pelas mais variadas formas de discriminação e preconceito (Rodrigues, 2011), há também discussões pertinentes e atuais que trazem, para as pautas políticas e de lutas sociais, o respeito à diversidade como princípio e base de uma democracia cidadã.

Temos diante de nós um multiverso de diferenças étnico-raciais, culturais, religiosas, de gêneros, sexualidades, origens, condições socioeconômicas ou de corporeidades. Essa pluralidade humana e social é certamente maior e, se considerarmos as subjetividades, crescente ao infinito. Estar face a face, conviver e compartilhar com essa diversidade implica respeito à diferença. Não só, é preciso não desviar da discussão fundamental: as injustiças relacionadas ao sistemático desrespeito às diferenças, às tentativas de escamoteamento da intolerância e à tragédia das desigualdades sociais. Tal atitude de enfrentamento implica o que, em geral, não se quer: questionar relações de poder e processos de diferenciação que mantêm, quando não aprofundam, as desigualdades (Rodrigues, 2011).

Essa diversidade de que estamos tratando implica alteridade, cujo sentido vai muito além do estar diante do Outro, supõe se relacionar com o/a outro/a e a consciência de que há uma interdependência nessa relação. Como afirma Moraz (2015, p. 8), “É necessário compreender a importância da interdependência e da

³ Referência à provocativa crônica “Vista cansada” de Otto Lara Resende, publicada na Folha de São Paulo, em 23 de fevereiro de 1992. Disponível em: <https://contobrasileiro.com.br/vista-cansa-da-cronica-de-otto-lara-resende/>.

colaboração, como princípios fundantes nas relações com o Outro. O acolhimento e a responsabilidade pelo Outro são fatores fundamentais para que um processo de mudança seja possível.” De fato, o respeito às diferenças humanas esmiúça os meandros do convívio social, que supõe a disposição de ouvir, de se permitir à interlocução, à divergência de ideias e à intercessão. A diversidade exibe a complexidade que constitui o mundo em que vivemos.

Embora o conceito de alteridade tenha um amplo caminho teórico e várias áreas do conhecimento se utilizem de suas concepções a seu modo, de maneira geral, essa proposição transversaliza a interdisciplinaridade. Na concepção de Fazenda (2024, p. 16-17), uma “epistemologia da alteridade” estaria surgindo, a partir do início do século XX, para que houvesse uma superação da dicotomia “ciência/existência”. Há um avanço no sentido da complementariedade das coisas comumente colocadas na oposição: “[...] em que razão e sentimento se harmonizem, em que objetividade e subjetividade se complementem, em que corpo e intelecto convivam, em que *ser* e *estar* coabitem, em que *tempo* e *espaço* se inter-subjetivem” (Fazenda, 2024, p. 17 – destaque da autora).

Outra perspectiva da diversidade do mundo está na ampla diferenciação do espaço geográfico, resultado da distribuição e ocorrência diversas, convergência ou cruzamento de inúmeros fatores físicos, biológicos, ecológicos e humanos (Santos, 2006). Tal perspectiva inclui também a diversidade dos olhares que percebem e buscam entender a variação geográfica do/no mundo. Mariotti (2007) lembra que cada pessoa percebe o mundo em conformidade com sua estrutura cognitiva e pelo mundo é percebida a partir do contexto em que se encontra. Inevitável e contínua, essa inter-relação perfaz trocas entre a pessoa, ambientes e outros sujeitos, sendo ao mesmo tempo comum a todos/as e única a cada um/a.

No entanto, a diversidade é apenas uma dimensão da complexidade. Não há uma forma simplificada de entender a complexidade, apesar disso podemos começar dizendo que ela não pode ser entendida como um esforço pela completude do conhecimento, mas contra a mutilação da disciplinaridade, contra o pensamento que simplifica e reduz. Nas palavras de Morin (2005, p. 176-177):

[...] a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Ela não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões: assim como acabei de dizer, não devemos esquecer que o homem é um ser biológico-sociocultural, e que os fenômenos sociais são, ao mesmo tempo, econômicos, culturais, psicológicos etc. Dito isto, ao aspirar a multidimensionalidade, o pensamento complexo comporta em seu interior um princípio de incompletude e de incerteza.

É natural e coerente esperar que o conhecimento nos proporcione segurança com base em certezas, sem percebermos que essas certezas não passam de fragmentos temporários. O pensamento complexo se desafia em incertezas e pela dificuldade, ao se opor à explicação simples (Morin, 2005). Em se tratando de compreender qualquer fato, qualquer que seja seu tempo e lugar, não existe explicação simples, a não ser para quem se contenta (ou se engana) com determinismos, respostas gerais e superficiais; pessoas que fogem das incertezas, das contradições e das complicações inerentes à multidimensionalidade de tudo o que acontece, de tudo o que vemos (ou não), de todas as coisas, seres, pessoas.

A consciência da multidimensionalidade dos fatos e acontecimentos é a base do pensamento complexo. Empreender tal pensamento certamente requer uma profunda mudança em nosso modo de pensar e ver a realidade em que vivemos. E, na perspectiva das relações humanas, exige algo tão difícil quanto indispensável: a aceitação consciente da interdependência. Sem isso, a complexidade se dilui e a diversidade perde sentido. Referindo-se à diversidade ecológica, concebida como uma complexa teia que interliga tudo e todos/as, e num sentido mais amplo que inclui a geográfica e a sociocultural, Capra (2006, p. 235) afirma que:

[...] a diversidade só será uma vantagem estratégica se houver uma comunidade realmente vibrante, sustentada por uma teia de relações. Se a comunidade estiver fragmentada em grupos e em indivíduos isolados, a diversidade poderá, facilmente, tornar-se uma fonte de preconceitos e de atrito. Porém, se a comunidade estiver ciente da interdependência de todos os seus membros, a diversidade enriquecerá todas as relações e, desse modo, enriquecerá a comunidade como um todo, bem como cada um dos seus membros. Nessa comunidade, as informações e as ideias fluem livremente por toda a rede, e a diversidade de interpretações e de estilos de aprendizagem – até mesmo a diversidade de erros – enriquecerá toda a comunidade.

Chegamos a um ponto que julgamos fundamental para começar a entender o que dificulta, e mesmo impede, a interdisciplinaridade de ser mais que um adjetivo no meio acadêmico ou na atuação profissional fora da universidade. Mesmo em grupos multidisciplinares, não é difícil observar que a integração e a intercessão sejam parciais ou totalmente ausentes; que objetivos comuns sejam apropriados por parcelas ou segmentos de contribuição disciplinar (não raro, individual), segundo a especialidade, o conforto teórico, interesse ou disponibilidade de tempo.

Não estamos sugerindo a inexistência ou a inviabilidade da atuação interdisciplinar na academia ou nos meios profissionais não acadêmicos. Estamos apenas tentando entender alguns dos motivos de ser tão difícil ultrapassar os limites epistemológicos disciplinares, ou de permitir que eles sejam ultrapassados. Nesse sentido, concordamos com Fazenda (2011) quando afirmou que as maiores barreiras à atuação interdisciplinar não estão nas disciplinas, e sim nas pessoas.

Queremos avançar nesse ponto, no plano das relações entre profissionais, onde se encontram travas significativas à atuação interdisciplinar.

Disciplinar no interdisciplinar

Barreiras entre disciplinas, o que isso significa? Eliminá-las ou superá-las, opor-se à fragmentação do conhecimento? Qual o propósito da interdisciplinaridade? Qual o espaço nesse propósito para a disciplina ou o olhar especializado? Essas são algumas questões que nortearão as discussões a seguir.

Antes de tudo, é preciso dizer que este ensaio é uma reflexão, com lacunas (é verdade), mas propositiva, sobre a interdisciplinaridade que se coloca na atuação de grupos de profissionais de várias áreas do conhecimento, seja no meio acadêmico, seja fora dele. Sabemos que as perspectivas da interdisciplinaridade mudam conforme o ângulo pedagógico que se pretende abordar. Essa reflexão, particularmente, se debruçará sobre as dificuldades, as atitudes e posturas de ação que travam ou mesmo impedem a atuação interdisciplinar. Sendo assim, começemos por afirmar um ponto básico à reflexão: se estamos pensando a interdisciplinaridade como inter-relação, ação dialógica e colaborativa entre diferentes campos do conhecimento, entre distintos olhares, domínios epistemológicos e teórico-metodológicos, logo a interdisciplinaridade supõe as disciplinas e lhes reserva um papel fundamental.

Fazenda (2024, p. 85) coloca a “parceria” como importante categoria para efetivamente se construir um trabalho interdisciplinar. Segundo a autora,

[...] a parceria seria, por assim dizer, a possibilidade de consolidação da intersubjetividade – a possibilidade de que um pensar venha a se complementar no outro. A produção em parceria, quando revestida do rigor, da autenticidade e do compromisso amplia a possibilidade de execução de um projeto interdisciplinar.

A parceria é fundamental para a execução da interdisciplinaridade porque pressupõe diálogo, abertura e humildade. Reconhecer os limites disciplinares e se abrir ao conhecimento do Outro parece um processo tranquilo e fácil. No entanto, como disseram Bianchetti e Jantsch (1993, p. 27), é preciso reconhecer que na interdisciplinaridade a tensão é o “motor epistemológico” que faz o conhecimento avançar. É pelo estranhamento e pela diferença que o projeto interdisciplinar caminha. Para além das fissuras que permeabilizam as barreiras disciplinares serem um pressuposto fundamental, é justamente no reconhecimento das fronteiras disciplinares como limites e potenciais de interlocução, tanto quanto na identificação e aceitação das próprias limitações teóricas e epistemológicas, e no reconhecer que o/a outro/a possa aprimorar um conhecimento em construção, que a interdisciplinaridade se projeta como efetiva possibilidade de ação.

Se como disseram Gusdorf (1995) e Fazenda (2011), a interdisciplinaridade busca a desfragmentação do conhecimento, entendemos que esse propósito original precisa ser visto com muito cuidado. Unificar fragmentos pode ser interpretado como fundi-los em uma totalidade, um apagamento das disciplinas. Entendemos que é possível pensar em uma unidade dos saberes e que deve ser vista por uma abordagem integrada ou sistêmica, ou seja, como uma totalidade constituída de partes inter-relacionadas e interdependentes. Para o autor e a autora, as disciplinas precisam existir com seus estatutos epistemológicos e bem delimitadas em seus acervos conceituais e metodológicos para que possam dialogar. Mas, como afirmou Gusdorf (1995), é necessário ir além da justaposição, conhecer bem os limites disciplinares para transgredi-los, superá-los, possibilitar a interpenetração de entendimentos, concepções e ações. Em suas palavras:

Não se trata somente de justaposição, mas de comunicação. O interesse se dirige para os confins e as confrontações mútuas entre as disciplinas; trata-se de um conhecimento dos limites ou de um conhecimento nos limites, instituindo entre os diversos ocupantes do espaço mental um regime de co-propriedade, que fundamenta a possibilidade de um diálogo entre os interessados (Gusdorf, 1995, p. 15).

A interdisciplinaridade pode ser vista como um modo de reestruturar o trânsito entre as ciências. Contudo, precisamos lembrar que as relações entre disciplinas são, na verdade, relações entre pessoas que cooperam e que também disputam. Essas relações, na visão de Foucault (2011 p. 30), são sempre relações de poder, de um poder que mais se exerce do que se possui, “[...] ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos [...].” Esse poder se localiza na interface dos interesses e vontades, quase sempre invisíveis, que se impõem pelo convencimento, sob o pretenso respaldo da especialidade.

O trabalho interdisciplinar, que encontramos muitas vezes descrito como o rompimento dos limites disciplinares, na verdade, requer a provação e a inquietude para que a placidez e o conforto da disciplina sejam perturbados (no melhor dos sentidos). Os verdadeiros limites ou barreiras a serem quebrados não são propriamente disciplinares, mas pessoais. Para Godoy (2014), a interdisciplinaridade é uma abordagem de ação, cujo objetivo é, a partir de uma aparente desestruturação dos limites nas disciplinas, compreender o sujeito e as transformações de sua práxis. Não há na interdisciplinaridade, como salienta a autora, uma atitude de desvalorização das disciplinas e das competências produzidas por elas. O problema reside na falsa ideia de que só aquela disciplina ou área consegue elaborar um conhecimento que abarque uma dimensão complexa do objeto ou da questão em análise. Acrescentaríamos que o problema, pelo menos para alguns especialistas, está em abdicar do poder de se projetar, de influenciar e

convencer com base na ideia de ser quem tem o domínio desse ou daquele campo do conhecimento.

Em um breve ensaio sobre a interdisciplinaridade, Paviani (1993) discorreu sobre a questão epistemológica e, principalmente, linguística da palavra disciplina. Para o pesquisador, o problema (um dos) da interdisciplinaridade reside no que se entende e no que se estabelece como disciplina, na sistematização e organização do ensino e na pesquisa científica, e sua multiplicidade e multiplicação nos currículos. Tecendo uma análise crítica sobre a sistematização e a fragmentação do conhecimento, Paviani (1993, p. 10) conclui, entre outras possibilidades, que “[...] não se escapa da prisão da disciplina saltando seus muros, mas derrubando seus falsos limites territoriais, sejam eles de natureza filosófica, epistemológica, metodológica e linguística ou simples convenções da prática acadêmica e burocrática.”

Diante das questões levantadas por Paviani (1993), é preciso enxergar que novos tempos trazem novas necessidades e que disciplinas, sejam como campo do conhecimento, sejam como componentes curriculares, se fechadas sobre si mesmas, realmente só podem dar conta de resolver problemas simples ou específicos. Em defesa de seu campo epistemológico, uma ciência ou campo profissional pode reagir à interdisciplinaridade com desconfiança e resistência, mesmo quando admite sua importância e necessidade atuais. Novos tempos e novas necessidades exigem novos olhares, que superem as dicotomias e mergulhem nas contradições e ambivalências, sem se furtarem à diversidade e à complexidade. Novos olhares se dão sobre espaços de construção coletiva e dialógica, em que a interpenetração de saberes leva à intercessão criativa e mutuamente enriquecedora. Assim, o trabalho interdisciplinar “[...] faz com que um conhecimento dialogue com o outro, mas também faz com que ambos se modifiquem gradativamente” (Godoy, 2014, p. 67). E esse novo conhecimento, ou esse renovado olhar, ganha outra dimensão quando se coloca nesse jogo a vivência dos sujeitos, seus diálogos e experimentações.

A atuação interdisciplinar

Começamos essa reflexão sugerindo que, no meio acadêmico, a interdisciplinaridade demarca uma presença ausente. A sugestão, na verdade, é da ocorrência de concepções enviesadas, simplificadas ou confusas do que significa a atuação interdisciplinar. Em muitos casos, tem-se o entendimento de que para ser interdisciplinar basta reunir diferentes campos do conhecimento em um projeto ou atividade comum. Em outros, de que um tema ou mesmo uma pessoa é interdisciplinar quando requer ou empreende a abordagem de um problema, conjugando categorias conceituais e metodologias de diversas áreas do conhecimento. Entendemos que a interdisciplinaridade transcende a adjacência de disciplinas

diferentes ou a reunião de vários/as especialistas. Todavia, entendemos que essa conjunção multidisciplinar é também condição básica para a interdisciplinaridade.

Tanto no meio acadêmico como na atuação profissional não docente, a interdisciplinaridade se coloca como questão desafiadora, provocando reflexões epistemológicas, divergências e convergências conceituais e metodológicas, tensões e resistências quando as discussões de problemas comuns transpassam os limites disciplinares, noutros termos, quando um/a profissional entra na disciplina/área alheia. A essa transgressão (inter)disciplinar, parece-nos, poucos/as se dispõem ou aceitam. Para prosseguir em nossa reflexão, apresentaremos duas situações específicas do trabalho acadêmico em que a atuação interdisciplinar se coloca como possibilidade: na sala de aula em componentes curriculares com ementas transversais e em um projeto executado por uma equipe de pesquisadores/as de áreas distintas.

Atualmente, é comum observarmos cursos de graduação que se organizam, pedagogicamente, por um perfil de formação profissional que contemple a aquisição de várias habilidades e competências, com base em atitudes compreensivas e estratégicas, diante dos desafios colocados pelo mundo do trabalho. A versatilidade cognitiva e a capacidade de lidar com desafios, de trabalhar em equipe e mobilizar diferentes tecnologias e tipos de conhecimento na construção de soluções, são competências muito valorizadas no mercado de trabalho em todo o mundo. Pode-se dizer que a complexidade e a diversidade dos desafios requerem o pensamento complexo como valor agregado à especialização profissional. Novos tempos, novos paradigmas, novas ações, como afirmam Knupp e Oliveira (2009).

Nesse sentido, busca-se tanto criar espaços de convergências e articulação entre diversas disciplinas, como também as aulas ministradas por dois-duas ou mais docentes. Há quem considere interdisciplinar toda e qualquer atuação em que se observe a sala de aula compartilhada por professores/as de distintas áreas de conhecimento, ou que são interdisciplinares os componentes cuja ementa exige essa conjunção docente. Pensemos um pouco mais sobre isso.

Paviani (1993, p. 5) observou que tanto a organização universitária quanto a carreira docente “[...] estão diretamente ligadas à existência das disciplinas”. Nesse sentido, a atuação docente, em uma ou mais disciplinas, acaba sendo norteada muito mais por interesses circunscritos à área do/a docente. Na perspectiva da interdisciplinaridade, essa identificação ou afirmação disciplinar é fundamental. Acreditamos que, como afirmou Japiassu (1976) em um trabalho seminal, numa

estrutura curricular, interdisciplinaridade se faz com interatividade, prática e ação, num processo dinâmico e contínuo de trocas e enriquecimentos mútuos.⁴

Observa-se que em cursos de graduação ou pós-graduação que se afirmam interdisciplinares a atuação docente compartilhada na sala de aula é, mais que uma necessidade pedagógica, uma estratégia de desenvolvimento de uma aprendizagem significativa (Jesus; Guerra; Pereira, 2024). A ideia é claramente promover a interdisciplinaridade no âmbito da formação acadêmica. E acreditamos que o espaço para a integração e diálogo entre distintos olhares – ou para que se estabeleçam as trocas entre docentes e alunos/as ou entre docentes, ou seja, a interdisciplinaridade – esteja criado. No entanto, consideramos que, nesse caso, há tão somente a possibilidade e não a garantia de que haja interdisciplinaridade. O simples fato da atuação conjunta de diferentes docentes em um propósito comum, como ministrar a mesma disciplina, por exemplo, não assegura a interdisciplinaridade se cada docente permanecer circunscrito/a à sua área, fragmentando o conteúdo em módulos individualizados. Por outro lado, mesmo que todos/as os/as docentes estejam presentes na aula, a atuação interdisciplinar vai depender do quanto cada docente está disposto/a a interagir, discutir, dialogar e permitir a interferência mútua. Ainda que não garanta a interdisciplinaridade, essa é uma configuração pedagógica que, a nosso ver, deve ser cada vez mais estimulada e adotada. Nesse sentido, a diversidade epistemológica, metodológica e de experiências, tanto em relação à docência quanto aos temas programados, constitui base e potencial para a interdisciplinaridade na sala de aula. Neste contexto, mais cedo ou mais tarde, aquele clima (espécie de acordo tácito) de consensualidade pode ser rompido por uma discussão aberta e horizontal.

No âmbito institucional da academia, a pesquisa também se vê diante de uma situação incômoda quando se fala em interdisciplinaridade. Nos meandros dos objetivos e da diversidade metodológica da pesquisa, o trabalho interdisciplinar se torna ainda mais desafiador. Isso porque a dimensão de troca, diálogo e parceria esbarra na alteridade ou, como dizem Philippi Jr., Fernandes e Pacheco (2017, p. 9), no “princípio da alteridade das disciplinas”. Ou seja, “[...] a demanda pelo reconhecimento da diversidade disciplinar [...], inherentemente diferenciadas na delimitação de seus objetos de estudo, em suas visões de mundo, teorias, métodos ou em seus meios de produção de conhecimento”. Sem dúvida, este princípio ameaça a convivência pacífica ou passiva do conhecimento fragmentado e estanque. Isso significa que é preciso coragem para assumir as limitações e a pretensa unidade que cada ciência carrega em seu campo.

⁴ Referimo-nos ao que o autor chama de “interdisciplinaridade estrutural” (Japiassu, 1976, p. 81).

Concordar com essa “unidade” é admitir que há um entrelugar possível de tensionamento e diálogo. Nesse sentido, uma ponte seria o caminho mais lógico para se aproximar da segurança e da concordância. No entanto, a metáfora da ponte como passagem não assegura a parceria. No mínimo, ou no máximo (dependendo da disposição ao diálogo), os/as pesquisadores/as confluem ou se encontram em algum ponto desse trajeto; ou faz uma rápida visita no campo do/a outro/a. Nesse passeio, ambos/as, dispostos/as à parceria, imbuídos/as dos cinco princípios da interdisciplinaridade (“espera, coerência, humildade, respeito e desapego” – Fazenda, 2018, p. 25) buscam, a partir do estranhamento e do desconforto do objeto ou da questão, “[...] construir pontos de entendimento comum e linguagens e instrumentos de intercomunicação, respeitando as identidades dos campos distintos do conhecimento”. (Philippi Jr.; Fernandes; Pacheco, 2017, p. 9). Essa construção ímpar requererá de cada pesquisador/a que saiam da zona de conforto e que atuem com perspectivas teóricas e metodológicas constantemente revisadas, pois esse diálogo entre dissonantes é parte instável e solicita olhares atentos. É nessa troca empática que o movimento da interdisciplinaridade se dirige para a alteridade.

Está claro que o fato de uma equipe multidisciplinar de pesquisadores/as não caracteriza como interdisciplinar seu trabalho investigativo. A pressuposição de que a copresença de diferentes especialidades científicas seja suficiente para garantir a interdisciplinaridade nos parece equivocada. Nas palavras de Hilton Japiassu (1976, p. 55),

[...] cremos ser absolutamente falso postular que a interdisciplinaridade possa resultar da simples reunião, adição ou coleção de várias especialidades, ou da simples tomada de posição teórica de especialistas que só se encontram reunidos ou justapostos por razões que não têm muito a ver com o interesse da pesquisa.

A aproximação entre pesquisadores/as, possibilitada pelo trabalho em equipe, teria como base o diálogo, o respeito e, principalmente, a atitude de reconhecer o próprio conhecimento a partir do Outro; se colocando no lugar do Outro. Essa dinâmica de reconhecimento coloca os/as pesquisadores/as em um espaço aparentemente paradoxal de contato, o que gera estranhamento e incômodo. No entanto, o sentido paradoxal que é colocado nesse momento do contato e do diálogo não é o de contradição pura e excludente, oposição definitiva. Num estudo aprofundado e complexo da “Lógica do sentido”, Deleuze (1974) evidenciou uma série de paradoxos que perfazem e formulam sua teoria do sentido. Para o filósofo, esse paradoxo que se apresenta expresso nas mais diversas linguagens e figurações da modernidade possui uma identidade de confluência e de complementariedade dos dois sentidos que o constitui. Ou seja, a potência dos paradoxos “[...] reside em que eles

não são contraditórios, mas nos fazem assistir à gênese da contradição." (Deleuze, 1974, p. 78). Em sua essência, os elementos que sinalizam a oposição podem derivar daquilo que eles representam, mas não dos seus reais conjuntos. É como se a contradição estivesse na perspectiva do olhar, e não no sentido do sistema originário. Nesse viés, a proposição da alteridade e o reconhecimento da diferença ampliam e aprofundam a discussão, pois os limites epistemológicos, as verdadeiras barreiras estão nas pessoas e não em suas disciplinas ou áreas de conhecimento.

Assim, não basta, como salientam Bianchetti e Jantsch (1993), para a produção de trabalhos e/ou projetos interdisciplinares, o simples querer ou só a vontade. Estar aberto ao diálogo é um primeiro movimento, porque é necessário avançar na tensão advinda do contato com as diferenças, tensão que é o "motor epistemológico" e avança no sentido de estabelecer a interdisciplinaridade (Bianchetti; Jantsch, 1993, p. 27). Nessa proposição, para Nedel (2011), a palavra chave que norteia a nova fase da sociedade pós-moderna seria a de interdisciplinaridade a partir da alteridade, uma vez que ambas estariam propondo, ou sinalizando, para princípios comuns: a valorização da experiência dos sujeitos e a relação integrativa entre seus conhecimentos e tudo aquilo que os cerca.

No entanto, a compreensão e o diálogo para estruturar essa nova abordagem requisita, no caso do/a pesquisador/a, as já referidas "atitudes interdisciplinares" (Trindade, 2018, p. 73). Entretanto, essas atitudes sozinhas, ou apenas algumas, não colocam o/a pesquisador/a no caminho da interdisciplinaridade. É na conjunção e no diálogo que se movimenta a parceria comprometida e atenta, numa produção nova de abordagem interdisciplinar. Nesse sentido, como afirma Godoy (2014), Fazenda (2018) e Trindade (2018), mais importante do que se definir o que é interdisciplinaridade, é pensá-la como prática e atitude pedagógicas ou científicas que possuem uma escuta sensível, que refletem e articulam diálogos entre o velho e o novo, entre diferenças de pensamento e de posição, entre as diversas áreas do conhecimento. Esse movimento de abertura, quase sempre envolvida em uma fina (ou espessa) camada de desconfiança, é o motor tensivo que colocará o primeiro passo da atitude interdisciplinar: a humildade. Na pesquisa acadêmica, esse caminho parece ser o que mais se aproxima da complexidade do conhecimento. Essa valorização do Outro e a percepção cognitiva de suas relações labirínticas com o mundo é o campo de atuação da própria pesquisa.

Espaço emblemático da diversidade e da confluência dos plurais (corpos, vivências, linguagens, expressões, culturas, perspectivas políticas e sociais etc.), a universidade deveria ser propulsora natural da interdisciplinaridade, principalmente na pesquisa. No entanto, em muitas áreas do conhecimento, a alteridade e a interdisciplinaridade não encontram diálogo com o universo acadêmico. Um

exemplo disso fica na tríade universitária – ensino, pesquisa e extensão – que, compartmentados, muitas vezes não se integram ou interagem na universidade.

Para Bianchetti e Jantsch (1993), na pesquisa acadêmica, há um refazer e reconstruir que só se aprofunda e se realiza a partir do diálogo de projetos interdisciplinares e interinstitucionais. Contudo, como salientou os pesquisadores, é preciso muito cuidado para se estabelecer, efetivamente, um projeto de pesquisa interdisciplinar (que leva tempo para se organizar como tal), caso contrário, há um pseudo projeto interdisciplinar. Neste, é possível perceber uma homogeneidade plácida entre as linguagens, teorias e epistemologias de ação, se diferenciando, quando muito, nas abordagens metodológicas. Projetos interdisciplinares, primeiro, não deveriam receber apenas a denominação de “projetos de pesquisa”, pois, em geral, tratam não só de pesquisa em si, mas de extensão e ensino incorporados em um sistema orgânico e funcional de troca. Falamos em sistema orgânico, não no sentido cartesiano, mas na perspectiva do sistêmico e holístico. E isso requer, segundo Bianchetti e Jantsch (1993, p. 32),

[...] uma mudança da vida acadêmico-universitária. Mudança porque, pressupondo-se o princípio da interdisciplinaridade, é preciso criar e aprofundar espaços de iniciação científica, de pesquisa avançada e, enfim, tornar a universidade um amplo laboratório de conhecimento/pensamento. Questiona-se, com isto, todo o ensino (do tipo niilismo) e toda extensão consumistas, pois aí reside, no máximo, a multidisciplinaridade, além de não consistir em produção de conhecimento. Precisamos instituir nas universidades uma cultura pesquisante.

Uma universidade que rompe as barreiras de suas áreas do conhecimento, que propõe e trabalha para efetivar um projeto maior de interdisciplinaridade em sua estrutura pedagógica e de ação promove um efetivo serviço à comunidade a sua volta e se torna um referencial de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

Considerações finais

Pode ser que, prestes a encontrar o ponto final desse breve ensaio, o/a leitor/a ainda tenha dúvidas sobre o que é interdisciplinaridade e não faça ideia do que fazer para atuar de forma interdisciplinar. Porém, não porque seja algo difícil de entender. Seja como for, difícil mesmo é aceitar suas implicações em nosso comportamento, quando se percebe que precisamos superar esquemas de pensamento, romper “amarraças” epistemológicas. Mais difícil ainda é abdicar do (pseudo) poder associado a uma pretensa “exclusividade do saber”, da condição de especialista e se abrir à discussão profunda, à interferência alheia, sem considerá-la intromissão; sair da segurança do muro disciplinar em torno de si.

Vimos que a interdisciplinaridade se movimenta com a diversidade e a complexidade. Tal movimento é mais amplo e profundo do que se imagina, implicando mudanças profundas em nossa forma de ver, pensar, se comportar e se relacionar. É uma transição de paradigmas que, sem dúvida, se processa tanto pelas vontades das pessoas, como à revelia delas. Nesse ponto, concordamos com Olga Pombo (2005) ao afirmar que a interdisciplinaridade não é algo que se faça, mas que acontece.

Frente à diversidade e à complexidade, a interdisciplinaridade é atitude cognitiva contra o reducionismo. Não se trata de complicar o que é simples, mas de não simplificar o que nunca foi banal: a nossa realidade, essa pequena e complexa parcela de tempo e espaço que vivemos. A interdisciplinaridade é também a consciência que não aceita qualquer proposta de alienação da diversidade, do multiverso, que constitui os tempos, os lugares e as pessoas; é também postura política e de subjetividade que se opõe ao “perigo da história única”, fonte de alienação, preconceitos e discriminação.⁵

Questionamos a interdisciplinaridade que, não raro, não faz mais que adjetivar projetos, disciplinas, cursos e programas. Todavia, verificam-se casos que se observa o esforço de enfrentar o desafio da superação dos limites disciplinares, da constituição de parcerias dialógicas, de trocas, de intercessão epistemológica e metodológica. A universidade é historicamente um espaço de rupturas, de superações e, sobretudo, transformações. Nesse sentido, as relações de poder certamente se colocam nas decisões e, não raro, tomam a forma de reação a mudanças. Não poderia ser diferente com a interdisciplinaridade. Embora, na academia, nunca tenhamos conhecido alguém que se posicionasse claramente contra a interdisciplinaridade, não é difícil ouvir sua negação na forma discursiva que argumenta, a nosso ver de forma ingênua, que seja algo que ninguém sabe o que é ou como se promove.

As disciplinas, seja como área de conhecimento, ciência ou componente curricular dos cursos, estão aí há muito tempo. A disciplina é certamente um termo carregado pelo espectro rançoso de algo imposto, que concebe o ensino-aprendizagem como repasse e reprodução de conteúdos tão somente informativos. A estrutura disciplinar carrega as travas, mas também as chaves que podem destravar. Isso porque a interdisciplinaridade, como vimos, só pode articular e integrar disciplinas se, logicamente, elas existirem. Não obstante, a atuação interdisciplinar mobiliza questões que estão aquém e além dos limites epistemológicos das dis-

⁵ Aqui nos referimos à conferência de Chimamanda Ngozi Adichie, proferida em 2009 (disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda Ngozi Adichie_the_danger_of_a_single_story?utm_campaign=tedspread&utm_medium=referral&utm_source=tedcomshare).

plinas, pois implica comprometimento e comportamento relacionais, mobilizando valores e crenças pessoais.

Por fim, remetendo-nos às quatro questões que formulamos no final da introdução. Às três primeiras, com base na posição que assumimos nessa discussão, só poderíamos respondê-las, simultaneamente, com um simples “não”. Acreditamos, porém, que o “sim” também é uma resposta possível, a depender da perspectiva e dos interesses de quem olha e como olha a interdisciplinaridade. Quanto ao porquê de a atuação interdisciplinar ser tão difícil de ser alcançada, podemos afirmar que essa é uma dificuldade inerente a qualquer mudança esperada no olhar, atitudes e valores de qualquer pessoa. A nossa recomendação ao/à leitor/a ainda confuso/a é se abrir à complexidade, ler profusa e criticamente, conhecer a si próprio/a e às suas limitações e investir em suas habilidades. Cabe ao/à leitor/a montar esse breve quebra-cabeças de reflexões sobre a interdisciplinaridade e, caso queira, estabelecer seu conceito e suas estratégias de ação. Afora isso, não esquecer que, como diz Morin (2005, p. 192), a consciência da complexidade, da qual a interdisciplinaridade está totalmente investida, é a de que não podemos escapar da incerteza, nem almejar a totalidade do saber, pois “A totalidade é, ao mesmo tempo, verdade e não-verdade”.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. 2. ed. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BIANCHETTI, Lucídio; JANTSCH, Ari Paulo. Universidade e interdisciplinaridade. **RBEP – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 74, n. 176, p. 25-34, jan./abr. 1993.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução: Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 30. ed. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2012.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Tradução: Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- FAZENDA, Ivani C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- FAZENDA, Ivani C. A. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. In: FAZENDA, Ivani (org.). *O que é interdisciplinaridade?* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018. p. 17-28.
- FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 1994. 2024 (20. reimpressão).
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação: Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso em: 8 jun. 2025.

GODOY, Hermínia P. Interdisciplinaridade: uma nova abordagem científica? Uma filosofia da educação? Um tipo de pesquisa? **Interdisciplinaridade**, São Paulo, v. 1, n. 4, abr. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/19070/14232>. Acesso em: 6 maio 2025.

GUIMARÃES, Patrícia B.; MAGALHÃES, Antônio P. A importância da interdisciplinaridade no ensino superior universitário no contexto da sociedade do conhecimento. **Revista Vozes dos Vales**, Diamantina, ano 5, n. 9, p. 1-17, maio 2016. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2016/06/Patricia.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2025.

GUSDORF, Georges. Passado, presente, futuro da pesquisa interdisciplinar. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 121, p. 7-27, 1995.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JESUS, E. A.; GUERRA, A. L. R.; PEREIRA, A. R. G. A interdisciplinaridade como estratégia para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. **International Contemporary Management Review**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 1-12, 2024. Disponível em: <https://icmreview.com/icmr/article/view/87/61>. Acesso em: 18 jun. 2025.

JÚNIOR, Antônio P.; BISPO, Carlos J. C.; PONTES, Altem N. Interdisciplinaridade no âmbito do ensino superior: da graduação à pós-graduação. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 1, p. 751-767, mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15644/12697>. Acesso em: 10 abr. 2025.

KNUPP, Jorge; OLIVEIRA, Adriana L. Novos tempos, novos paradigmas e as competências necessárias. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13.; ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 9., 2009, São José dos Campos. **Anais** [...]. São José dos Campos: UNIVAP, 2009. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0603_0790_01.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

MARIOTTI, Humberto. Complexidade e pensamento complexo: breve introdução e desafios atuais. **Revista Portuguesa de Clínica Geral**, Lisboa, v. 23, n. 6, p. 727-, 2007. Disponível em: <https://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/10429>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MIRANDA, Raquel G. Da interdisciplinaridade. In: FAZENDA, Ivani (org.). **O que é interdisciplinaridade?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018. p. 113-124.

MORAZ, Andréia A. O reconhecimento da alteridade: desafios para construção de uma educação humanizadora. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN, 3., 2015, Cidade do México. **Anais** [...]. Cidade do México: UNAM, 2015. Disponível em: <http://filosofiaeducacion.org/actas/index.php/act/article/view/158>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. Tradução: Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NEDEL, Mariana Z. A nova fase da educação: tendência à pós-modernidade, alteridade e interdisciplinaridade. **EFDeportes.com – Revista Digital**, Buenos Aires, ano 15, n. 154, mar. 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd154/a-educacao-pos-modernidade-alteridade.htm>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade ou uma nova disciplina**. Caxias do Sul: [s.n.], 1993. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppge/files/2010/11/Interdisciplinaridade-Paviani.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PHILIPPI JR., Arlindo; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C. S. Interdisciplinaridade e institucionalização: reciprocidade e alteridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; FERNANDES, Valdir;

PACHECO, Roberto C. S. **Ensino, pesquisa e inovação:** desenvolvendo a interdisciplinaridade. Barueri, SP: Manole, 2017.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração de saberes. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-15, mar. 2005. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082/7363>. Acesso em: 21 maio 2025.

RODRIGUES, Tatiane C. **A ascensão da diversidade nas políticas educacionais contemporâneas.** 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

RODRIGUES, Tatiane C.; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WskqTPrZgtc8k56XHvr8XBz/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

TRINDADE, Diamantino F. Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre as ciências. In: FAZENDA, Ivani (org.). **O que é interdisciplinaridade?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018. p. 65-83.

FEIÇÕES EROSIVAS, CONECTIVIDADE E AVULSÕES FLUVIAIS: RELAÇÕES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUIRAÍ, MS

EROSIVE FEATURES, CONNECTIVITY, AND FLUVIAL AVULSIONS: RELATIONSHIP IN THE GUIRAÍ RIVER BASIN, MS

CARACTERÍSTICAS EROSIVAS, CONECTIVIDAD Y AVULSIONES FLUVIALES: RELACIONES EN LA CUENCA HIDROGRÁFICA DEL RÍO GUIRAÍ, MS

DOI 10.55028/geop.v20i38

Débora Janaína Taça*
Eduardo Souza de Moraes**

Resumo: O estudo teve como objetivo analisar a relação entre processos erosivos e avulsões na bacia hidrográfica do rio Guiraí, MS. O mapeamento foi realizado por meio de imagens de satélite do Google Earth Pro, resultando na identificação de 65 feições erosivas e 15 mudanças morfológicas fluviais. Portanto, entende-se que as avulsões surgem como respostas dos processos erosivos, evidenciada por um caso específico de bloqueio do canal, associado à conectividade lateral de sedimentos da vertente para o leito. O estudo contribui para destacar que práticas inadequadas de manejo do solo podem acarretar severos impactos e provocar mudanças na morfologia dos rios.

Palavras-chave: Mudança de canal, Erosão, Avulsão.

Abstract: This study investigated the relationship between erosive processes and avulsions in the Guiraí River basin, in the central west region of Brazil. Mapping was carried out using satellite images from Google Earth Pro, resulting in the

Introdução

A avulsão é um processo geomorfológico caracterizado pelo abandono parcial ou de todo o canal, promovendo a reorganização da paisagem fluvial (Stevaux; Latrubesse, 2017). As causas da avulsão variam de acordo com cada sistema fluvial e surgem da interação de elementos que criam condições favoráveis para o processo. As avulsões podem ser uma resposta a ajustes internos da bacia hidrográfica ou a causas externas (Magalhães Júnior; Barros; Cota, 2020). Stouthamer e Berendsen (2007) acrescentam que as avulsões decorrem de fatores autogênicos, como a sedimentação e superelevação do canal, e

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, GEMA, Universidade Estadual de Maringá (UEM), deboraatacaa@gmail.com.

** Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, GEMA, Universidade Estadual de Maringá (UEM), esmoraais2@uem.br.

identification of 65 erosive features and 15 morphological changes in the river. It was found that avulsions can arise as responses to erosive processes, as evidenced by a specific case of channel blockage associated with the lateral transfer of sediments from the slope to the riverbed. The study highlights inadequate soil management practices can cause severe impacts and provoke changes in rivers morphology.

Keywords: Channel change, Erosion, Avulsion.

Resumen: Este estudio investigó la relación entre los procesos erosivos y las avulsiones en la cuenca del río Guiráí, en la región centro-oeste de Brasil. El mapeo se realizó con imágenes satelitales de Google Earth Pro, identificando 65 rasgos erosivos y 15 cambios morfológicos en el río. Se encontró que las avulsiones pueden surgir como respuestas a los procesos erosivos, evidenciado por un caso específico de bloqueo del canal asociado con la transferencia lateral de sedimentos desde la ladera hasta el lecho. El estudio destaca que prácticas inadecuadas de manejo del suelo pueden causar impactos significativos y cambios en los ríos.

Palabras clave: Cambio de cauce, Erosión, Avulsión.

de fatores alogênicos, como mudanças climáticas e atividade tectônica.

Estudos apontam que mudanças na declividade, eventos hidrológicos extremos, fragilidade das margens e alterações antrópicas desempenham um papel importante no desenvolvimento das avulsões. No rio Amarelo, a transição das terras altas do Planalto de Loess para a Planície do Norte da China reduz a capacidade de transporte de sedimentos, favorecendo avulsões (Ganti *et al.*, 2014). No rio Paraná, alterações climáticas e hidrológicas no Holoceno podem ter induzido avulsões (Stdeaux; Souza, 2004). Já no rio Magdalena, fatores tectônicos e climáticos, intensificados por eventos de La Niña, controlam o desenvolvimento do novo canal (Morón *et al.*, 2017). No delta Rhine-Meuse, na Holanda, a baixa inclinação, a ausência de diques, o aumento do aporte sedimentar pelo desmatamento e a subsidência causada pela drenagem de pântanos favoreceram a ocorrência de uma avulsão (Pierik *et al.*, 2018).

A agradação dos canais e a perda de capacidade de transporte são fatores críticos para a avulsão, pois diminuem a profundidade do leito. Consequentemente, o canal assoreado é abandonado em busca de um percurso mais eficiente (Potucek; Evans, 2019). Mohrig *et al.* (2000) complementam que a elevação do leito do canal principal até a cota média ou superior à da planície adjacente gera energia potencial suficiente para desencadear uma avul-

são. Como consequência, o acúmulo de sedimentos no leito limita o escoamento e favorece a abertura de novos canais na planície de inundação (Stouthamer; Berendsen, 2007). No entanto, embora a agradação seja frequentemente citada como uma das principais causas de avulsão, ainda existem poucas pesquisas sobre como a erosão influencia as mudanças morfológicas no canal.

Assim como a avulsão, a erosão também é um processo geomorfológico que altera a paisagem e a relação dos indivíduos com os recursos naturais. A erosão corresponde ao desprendimento e transporte de partículas de solo ou rocha para locais distintos de sua origem (Lepsch, 2010; Stevaux; Latrubesse, 2017). As partículas removidas pela erosão podem adentrar os sistemas fluviais como carga sedimentar e dissolvida. O processo de erosão ocorre em encostas de áreas urbanas e agrícolas e nas margens e leito dos rios (Guerra, 2024; Christofoletti, 1991). A perda de solo causada por este processo é um dos principais fatores responsáveis por causar impactos à agricultura (Silva; Schulz; Camargo, 2004). Além disso, a erosão limita a expansão urbana, interrompe estradas, e contribui para o acúmulo de poluentes e sedimentos (Santoro, 2015). As avulsões, de forma similar, afetam áreas urbanas e agrícolas, representando riscos para infraestruturas e comunidades (Henson; Edmonds; Lazarus, 2024; Brooke *et al.*, 2022). Assim, esses processos alteram a paisagem e provocam implicações sociais e econômicas (Henson; Edmonds; Lazarus, 2024; Brooke *et al.*, 2022; Hernani *et al.*, 2002).

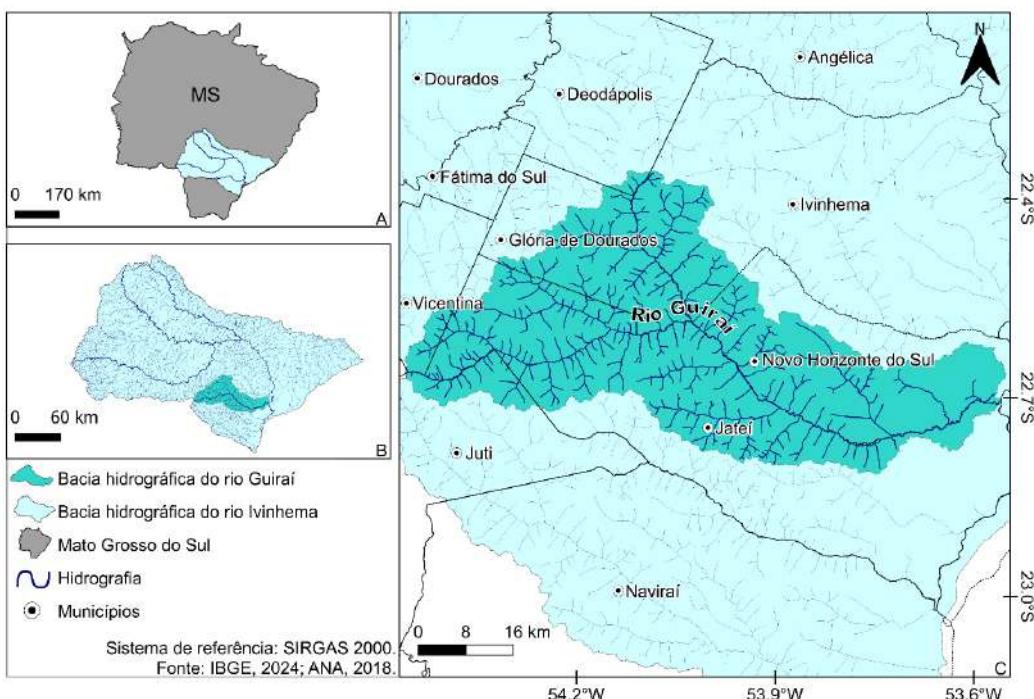
A bacia hidrográfica do rio Guiraí se destaca por apresentar as maiores ocorrências de processos de avulsão na bacia do alto rio Paraná (Taça; Morais, 2023). Nas áreas de drenagem dessa bacia são registradas diversas feições erosivas lineares. Diante desse contexto, esse estudo teve como objetivo analisar a relação entre as feições erosivas e as ocorrências de avulsões. Este estudo se distingue por analisar a erosão como elemento central do assoreamento, que, por sua vez, propicia a ocorrência de avulsões. Compreender a interação dos processos é fundamental para diagnosticar o alcance dos impactos dos processos erosivos, que não se limitam à perda de solo em si, bem como auxiliam a melhorar a gestão e a preservação dos recursos naturais.

Para isso, o mapeamento dos processos de avulsão e de erosão linear foi realizado no Google Earth Pro entre 2000 e 2024. Avaliou-se a área de drenagem a montante de cada avulsão, determinando a quantidade de feições erosivas que contribuíram para o assoreamento no rio Guiraí, e para cada processo de avulsão. Além disso, foi realizada uma análise do perfil longitudinal do rio para identificar a distribuição das avulsões ao longo do canal. Os resultados obtidos contribuem para esclarecer o papel da erosão nas mudanças morfológicas do canal.

Área de estudo

A área de estudo é a bacia hidrográfica do rio Guiraí (Figura 1), localizada no estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil, com área total de 2.224,3 km². Abrange os municípios de Jateí, Novo Horizonte do Sul, Juti, Caarapó, Vicentina, Glória de Dourados, Ivinhema e Deodápolis. O rio Guiraí é afluente do rio Ivinhema, que por sua vez deságua no rio Paraná. A bacia hidrográfica apresenta clima Cfa (mesotérmico úmido), caracterizado por primaveras e verões quentes e chuvosos, e por outonos e invernos com temperaturas mais amenas e menor volume de precipitação. A altimetria varia entre 492 m e 237 m, com relevo que varia de colinas dissecadas no alto curso a amplas planícies de inundação no baixo curso. As principais litologias são provenientes do Grupo Caiuá, Formação Serra Geral e depósitos aluvionares. Os solos incluem Latossolos, Planossolos e Argissolos. O uso e a ocupação do solo são marcados pela predominância de pastagens, mosaicos agropecuários e cultivo de cana-de-açúcar. Áreas úmidas são observadas no baixo curso, integrando a planície de inundação.

Figura 1. Localização da área de estudo. A) Estado do Mato Grosso do Sul com destaque para a bacia hidrográfica do rio Ivinhema, B) Bacia hidrográfica do rio Ivinhema com destaque para a bacia hidrográfica do rio Guiraí, C) Bacia hidrográfica do rio Guiraí



Fonte: Os autores 2024.

Procedimentos metodológicos

Inicialmente, as erosões foram identificadas conforme Hernani *et al.* (2002), que os definem como feições de canais lineares de diferentes tamanhos, que concentram água em determinados momentos. Para a contagem das erosões foi considerada a continuidade dos processos, sendo os conectados classificados como uma única erosão e os descontínuos ou separados registrados como feições individuais. Em seguida, as avulsões foram identificadas, conforme Stevaux e La-trubesse (2017), que as definem como a divergência de parte ou de todo o fluxo, resultando em uma nova posição do canal na planície de inundação.

Para a identificação dos processos de erosão e avulsão, utilizaram-se imagens de satélite disponíveis na ferramenta de visualização histórica do *Google Earth Pro* (versão 7.3.6), abrangendo o período entre 2000 e 2024 (GOOGLE LLC, 2025). Os mosaicos exibidos na plataforma são previamente tratados pelos provedores, incluindo correção geométrica e seleção de cenas com baixa cobertura de nuvens, o que garante condições adequadas de visibilidade. Os mosaicos de imagens disponíveis no software *Google Earth Pro* reúnem dados de diferentes satélites, como o programa Landsat (NASA/USGS) e Copernicus/Sentinel (ESA), além de imagens comerciais de alta resolução fornecidas principalmente pela Maxar Technologies (responsável por satélites como QuickBird, GeoEye e a série WorldView) e pela Airbus. A resolução espacial das imagens varia de 30 m, no caso das imagens Landsat, até cerca de 0,5 m nas imagens de alta resolução da Airbus e Maxar. A disponibilidade temporal também varia conforme a cobertura para cada área, sem registros anuais regulares.

As feições erosivas foram analisadas com base na sobreposição temática dos dados de unidades litológicas (CPRM, 2005), altitude (FABDEM V1-2), declividade (processamento do FABDEM V1-2), classes de solo (IBGE, 2023) e uso e cobertura do solo (MapBiomas, 2022).

Para a classificação do estilo de avulsão, adotou-se a concepção de Slingerland e Smith (2004), que diferencia a avulsão em três categorias: anexação, incisão e progradação. As avulsões por anexação são aquelas em que o canal de avulsão se estabeleceu, em parte ou totalmente, sobre um paleocanal ou canal de planície de inundação. As avulsões por incisão foram reconhecidas como aquelas ocorridas em trechos sem canais preexistentes na planície. As avulsões por progradação foram classificadas a partir de processos que se iniciaram com leque de espraiaamento (*crevasse splay*).

Para estimar o tempo de estabelecimento da avulsão (completa), analisaram-se as imagens das datas disponíveis, comparando situações antes e depois da

mudança. Em casos em que o início ou término do processo não pôde ser identificado, a duração não foi determinada. Foram realizadas tentativas para preencher esta lacuna por meio de outras fontes de imagens, além do Google Earth Pro. No entanto, devido à escala do processo (trechos com menos de 30 m de largura) e o ano de início, não foi possível determinar a duração de algumas avulsões.

O Índice Longitudinal de Avulsão (ILA) constitui uma métrica utilizada para analisar a distribuição dos processos de avulsão ao longo do canal fluvial (Taça; Morais, 2023). O Índice é calculado a partir da razão entre os valores de comprimento de onde ocorre a avulsão até a foz do rio (CP) e o comprimento total do rio (CT), conforme a equação 1:

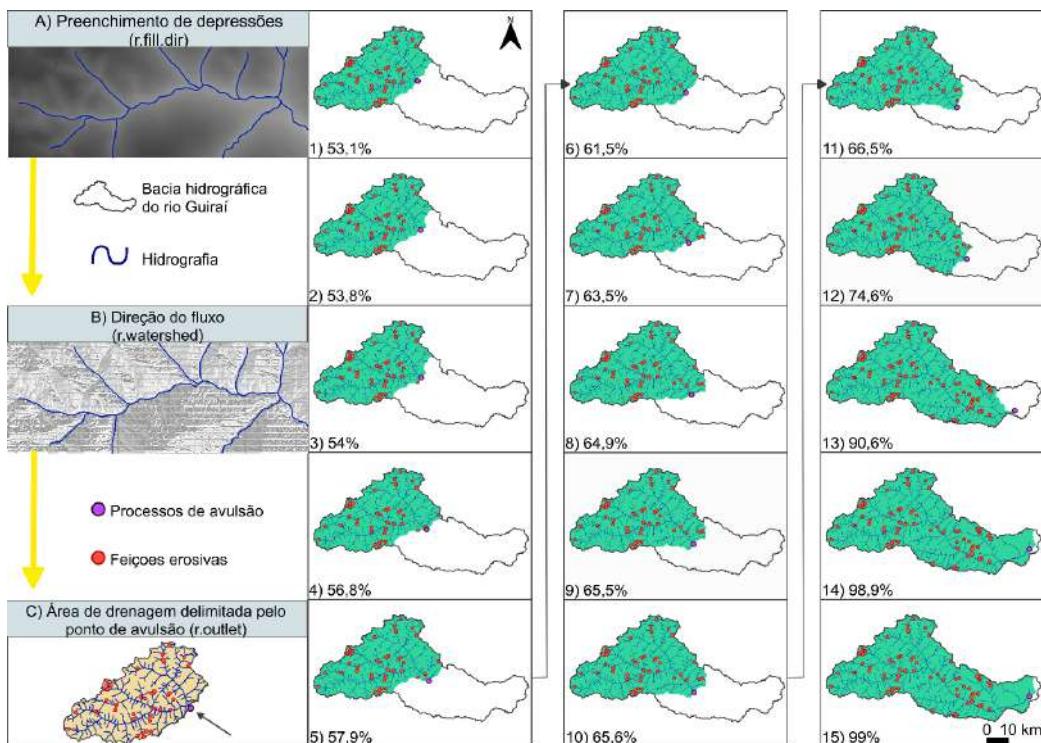
$$IL = \frac{CP}{CT} \quad (\text{Equação 1})$$

Em que ILA é o índice longitudinal; CP: comprimento da avulsão até a foz do rio; CT: comprimento total do rio.

Valores próximos de 0 indicam que o processo ocorreu no trecho inferior, próximo à foz do rio (Taça; Morais, 2023).

Posteriormente, delimitou-se a área de drenagem de cada avulsão utilizando o QGIS 3.40.7 (QGIS Development Team, 2023), com base no Modelo Digital de Elevação (MDE) FABDEM V1-2 (Neal; Hawker, 2023), um modelo global de elevação que remove os efeitos de edifícios e vegetação do Copernicus GLO-30 DEM. As depressões do modelo foram corrigidas com a ferramenta *r.fill.dir* e as áreas de drenagem extraídas a partir dos pontos de avulsão com a ferramenta *r.outlet* (Figura 2). As áreas foram posteriormente convertidas para o formato vetorial e calculadas em km².

Figura 2. Procedimentos para a delimitação das áreas de drenagem associadas às avulsões. A) Preenchimento de depressões do terreno, B) determinação da direção do fluxo, C) delimitação da área de drenagem considerando cada processo de avulsão como ponto exutório. Os mapas numerados de 1 a 15 apresentam a área percentual de drenagem de cada avulsão em relação à área total da bacia hidrográfica do rio Guirai



Fonte: Os autores 2024.

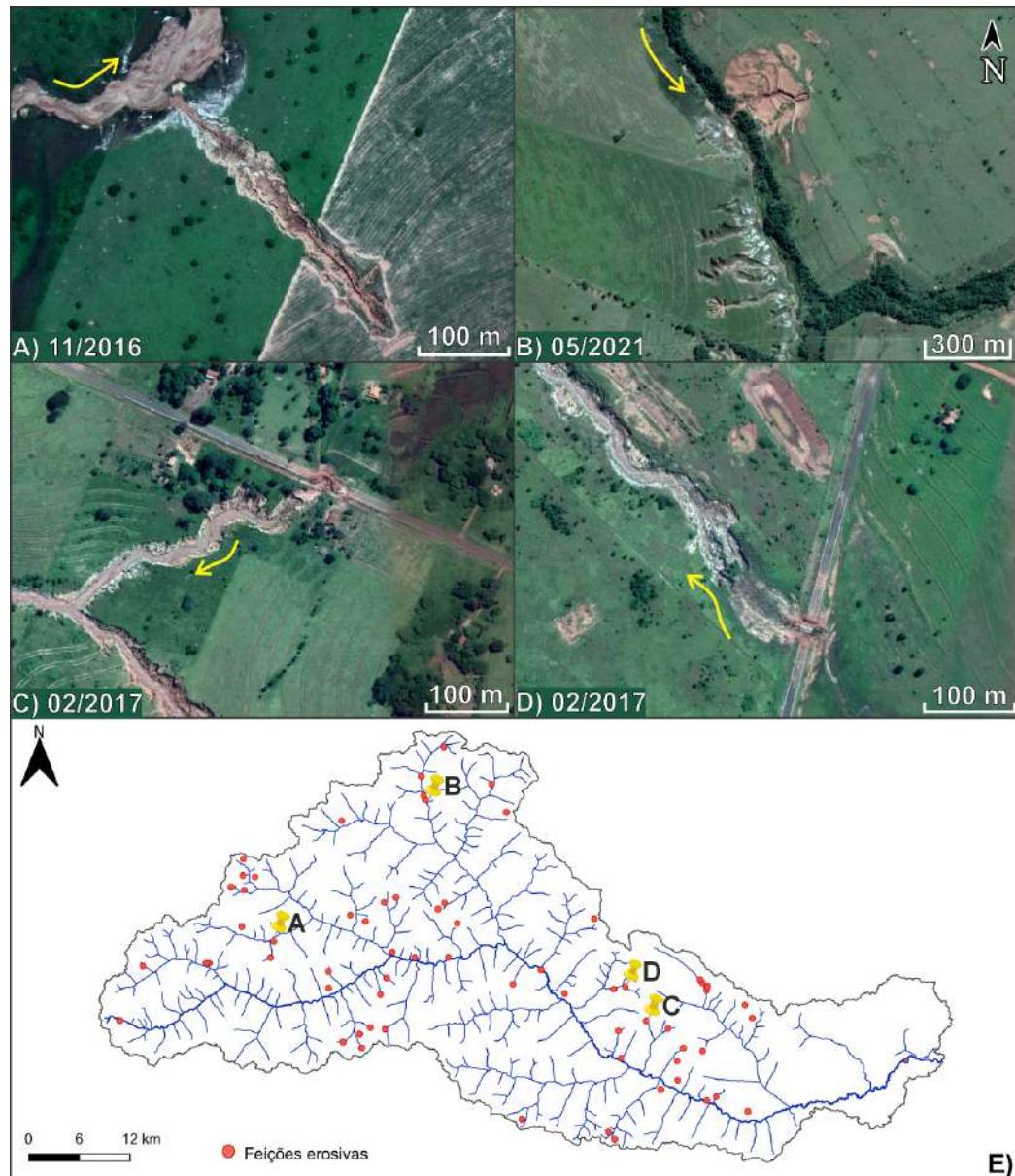
Para gerar o perfil longitudinal utilizou-se o modelo MDE FABDEM V1-2. O mapa foi gerado com a ferramenta *Profile Tools*. A linha de entrada corresponde ao vetor que define o traçado do rio Guirai, a partir do qual a ferramenta extraiu as informações altimétricas. Os valores inconsistentes do perfil foram eliminados, e os trechos correspondentes foram corrigidos por meio de interpolação entre pontos adjacentes. Os pontos de avulsão foram plotados no perfil longitudinal com o objetivo de compreender sua distribuição ao longo do canal. Com base nessa representação, foi proposto um agrupamento das avulsões considerando a localização dos processos e a distância entre eles ao longo do perfil.

Resultados e discussões

Foram identificadas 65 erosões na bacia hidrográfica do rio Guiraí, especialmente em áreas com declividade entre 3% e 45%, Latossolos Vermelhos Distróficos e rochas areníticas do Grupo Caiuá. As erosões ocorrem principalmente em áreas de pastagem (52,3%), seguidas por regiões com mosaico de usos agropecuários (29,2%). Os resultados obtidos estão alinhados com Peixoto (2016), que constatou que 84% das erosões no município de Ivinhema ocorrem em áreas ocupadas pela pecuária, em vertentes íngremes e sem mata ciliar. Os processos erosivos foram registrados nas médias e baixas vertentes. Os resultados obtidos são parcialmente concordantes com Thomaz (2019), que indica maior ocorrência de erosão na média vertente, onde o escoamento se intensifica. Nas altas vertentes, a erosão é menos comum por não atingir o limite crítico de distância necessário para o desenvolvimento do processo, e nas baixas vertentes a menor ocorrência se relaciona com a tendência à deposição (Thomaz, 2019). A Figura 3E apresenta todas as erosões identificadas, bem como sua respectiva espacialização.

A maior concentração de processos erosivos (49) foi observada no alto curso da bacia hidrográfica do rio Guiraí, região caracterizada por declividades elevadas que resultam em uma conectividade longitudinal eficiente (Wohl *et al.*, 2016; Brierley; Fryirs; Jain, 2006). A conectividade longitudinal promove o transporte de sedimentos do montante para jusante no canal, enquanto a conectividade lateral é responsável pelo transporte de sedimentos da vertente para o canal. Essa dinâmica pode ser compreendida por meio de imagens de satélite (Figura 3). Em diversos trechos do alto curso, observou-se a conectividade lateral de sedimentos fluindo diretamente para o canal (Figura 3A e B) e contribuindo para o assoreamento do leito. Alguns processos erosivos (Figura 3C e D) afetaram infraestruturas, com a destruição de trechos da rodovia MS-475. Nessas áreas, destacam-se erosões regressivas, nas quais o canal se aprofunda e avança em direção ao montante, prevalecendo a conectividade longitudinal (Figura 3C e D).

Figura 3. Processos erosivos na bacia hidrográfica do rio Guiraí – MS. A) em 22°32'23.35"S 54°16'25.90"O e B) em 22°23'27.40"S 54°6'43.04"O, mostram erosões nas vertentes com aporte de sedimentos diretamente ao canal. C) em 22°35'20.67"S 53°53'56.57"O e D) em 22°36'44.48"S 53°53'48.29"O correspondem a erosões regressivas que avançam em direção a montante e atingem a rodovia MS-475



Fonte: Google Earth Pro (versão 7.3.6.).

Além dos registros obtidos por sensoriamento remoto, os casos de erosão também são documentados pela mídia local, como o reportado pelo Jornal da Nova (2021). Em 2021, a Polícia Militar Ambiental autuou um proprietário rural por não recuperar uma erosão em área de nascente do rio Guirai (Figura 4), no qual também se constatou o descarte irregular de pneus (Jornal da Nova, 2021).

Figura 4. Erosão em área de nascente do rio Guirai,
autuada pela Polícia Militar Ambiental



Fonte: Jornal da Nova, 2021.

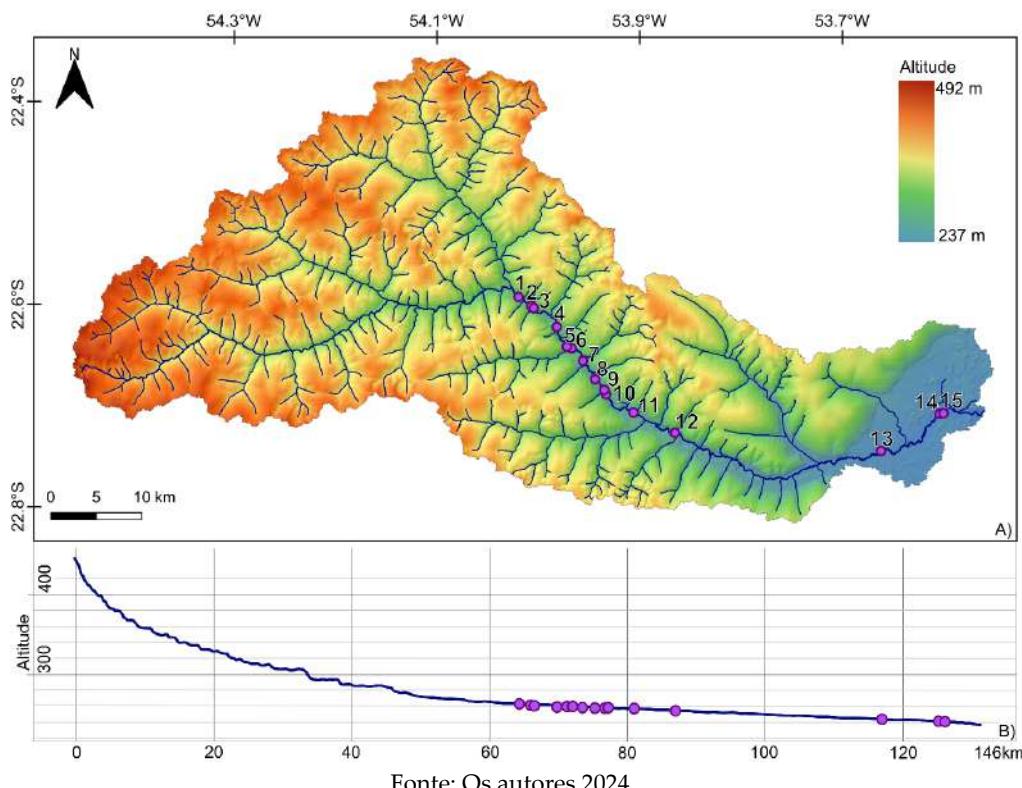
Ao longo do período analisado foram identificadas 15 avulsões no rio Guirai, das quais 11 transferiram o fluxo para o novo canal, caracterizando-se como avulsões completas. O tempo para que as avulsões se tornassem completas variou entre 8 e 11 anos. Estudos em paisagens distintas, como os Andes, o Himalaia e a Nova Guiné, mostraram durações semelhantes, com processos variando de 9 a 16 anos para estabelecimento das avulsões (Jones; Harper, 1998; Edmonds *et al.*, 2016; Valenza; Edmonds; Weissmann, 2022). A maioria dos processos de avulsão (12) iniciou-se por incisão ou anexação, enquanto três tiveram início por progradação. Esse resultado é consistente com Valenza *et al.* (2020), que identificaram a anexação como o tipo de avulsão mais comum, mesmo em diferentes contextos geomorfológicos.

A primeira avulsão observada ocorreu a cerca de 60 km da nascente, a uma altitude aproximada de 270 m. A partir da primeira avulsão, sucederam-se 11 processos de avulsão em sequência em um trecho de 23 km, até a altitude de 250

m. Após esse agrupamento há um trecho de 33 km sem ocorrência de mudanças fluviais. Três avulsões ocorreram novamente em sequência nas proximidades da foz, em um trecho de aproximadamente 15 km, com o primeiro evento desse agrupamento localizado a 245 m de altitude e o último a 241 m. A Figura 5A apresenta os 15 processos de avulsão sobrepostos ao mapa hipsométrico da área.

As avulsões concentram-se no médio e no baixo curso da bacia hidrográfica do rio Guiraí, onde há uma diminuição da declividade. A distribuição espacial desses processos ao longo do perfil longitudinal é ilustrada na Figura 5B.

Figura 5. Distribuição espacial das avulsões ao longo do perfil longitudinal do rio Guiraí – MS. A) Mapa hipsométrico elaborado a partir do modelo V1-2, com a rede de drenagem e as avulsões do canal principal. B) Perfil longitudinal do rio Guiraí, gerado com o plugin *Profile Tools* no QGIS 3.40.7, indicando a variação de altitude da nascente até a foz



Fonte: Os autores 2024.

A primeira avulsão apresenta o maior valor do índice longitudinal de avulsão (0,590), indicando que ocorre pouco a montante da metade da extensão do rio. O menor valor (0,044) do índice longitudinal indica a ocorrência de processo próximo à foz com o rio Ivinhema. A média do ILA é de 0,42, sugerindo que os

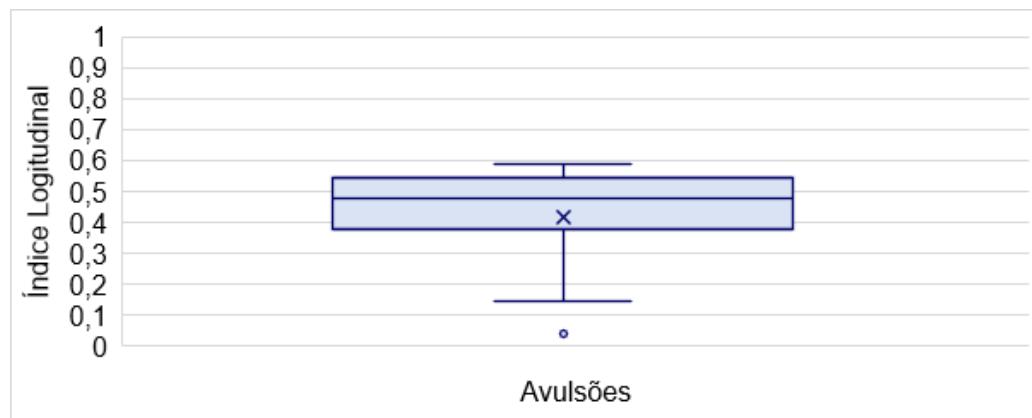
processos de avulsão ocorrem predominantemente na porção intermediária da bacia hidrográfica do rio Guiráí, em locais onde a combinação de diminuição da declividade e aumento dos processos deposicionais pode favorecer a instabilidade do canal. As informações do ILA do rio Guiráí estão sintetizadas na Tabela 1, que apresenta as características de cada processo.

Tabela 1. Caracterização dos processos de avulsão ao longo do rio Guiráí (sentido montante-jusante). Comprimento parcial: distância (km) do ponto de avulsão até a foz, no rio Ivinhema. Índice longitudinal: razão entre o comprimento parcial e o comprimento total do rio

| Avulsões no rio Guiráí | Comprimento parcial de avulsão (km) | Índice Longitudinal |
|-------------------------------|-------------------------------------|---------------------|
| 1 | 85,63 | 0,59 |
| 2 | 83,88 | 0,57 |
| 3 | 83,53 | 0,57 |
| 4 | 78,91 | 0,54 |
| 5 | 75,60 | 0,52 |
| 6 | 74,98 | 0,51 |
| 7 | 72,43 | 0,49 |
| 8 | 69,22 | 0,47 |
| 9 | 67,29 | 0,46 |
| 10 | 66,67 | 0,45 |
| 11 | 61,32 | 0,42 |
| 12 | 54,68 | 0,37 |
| 13 | 21,29 | 0,14 |
| 14 | 7,07 | 0,05 |
| 15 | 6,31 | 0,04 |
| Comprimento Total (km) | 145,20 | |

A distribuição estatística desses valores pode ser visualizada na Figura 6, que apresenta um boxplot do IL das avulsões. O boxplot indica primeiro quartil em 0,40, terceiro quartil em 0,59, e mediana em 0,49. A distribuição revela leve assimetria negativa, com maior concentração de valores próximos ao terceiro quartil (0,54). Foram identificados três *outliers* (valores discrepantes) inferiores (<0,24), representando eventos de avulsão mais próximos da foz com o rio Ivinhema. Em geral, as avulsões se desenvolvem no médio curso do canal, embora ocorram casos pontuais a jusante.

Figura 6. Boxplot do índice longitudinal (ILA) das avulsões na bacia hidrográfica do rio Guiraí - MS, mostrando mediana, quartis e valores extremos



Além da análise da posição longitudinal das avulsões, é relevante considerar as características de suas áreas de drenagem. A Tabela 2 apresenta os dados relativos aos 15 processos de avulsão e suas respectivas áreas de drenagem. Observa-se que as avulsões aumentam em relação à quantidade de processos erosivos, como exemplo, identificaram-se 38 processos erosivos na área de drenagem da avulsão 1 e 49 processos erosivos na área de drenagem da avulsão 12, sugerindo uma relação entre a quantidade de sedimentos e a ocorrência de avulsões. Em direção a jusante da avulsão 12, há ainda avulsões e a ocorrência de mais 3 processos erosivos em uma área de 358,209 km², próximo à foz com o rio Ivinhema.

Tabela 2. Caracterização das áreas de drenagem associadas aos processos de avulsão no rio Guiraí (sentido montante-jusante). Área de drenagem a montante: superfície (km²) drenada até o ponto de avulsão. Área de drenagem acumulada: soma (km²) das áreas de drenagem desde o primeiro processo. Número de erosões a montante de cada avulsão: quantidade de feições erosivas a montante de cada avulsão. Erosão acumulada: soma total de processos erosivos até o ponto de avulsão

| Avulsões no rio Guiraí | Área de drenagem a montante (km ²) | Aumento da área de drenagem (km ²) | Número de erosão a montante de cada avulsão | Aumento das erosões |
|------------------------|--|--|---|---------------------|
| 1 | 1192,38 | -- | 38 | -- |
| 2 | 1207,48 | 15,10 | 38 | 0 |
| 3 | 1212,94 | 5,45 | 39 | 1 |
| 4 | 1274,47 | 61,53 | 41 | 2 |
| 5 | 1299,70 | 25,22 | 41 | 0 |

| Avulsões no rio Guiráí | Área de drenagem a montante (km²) | Aumento da área de drenagem (km²) | Número de erosão a montante de cada avulsão | Aumento das erosões |
|-----------------------------------|---|---|--|--------------------------------|
| 6 | 1380,60 | 80,90 | 41 | 0 |
| 7 | 1425,09 | 44,48 | 44 | 3 |
| 8 | 1457,99 | 32,90 | 44 | 0 |
| 9 | 1470,16 | 12,17 | 44 | 0 |
| 10 | 1471,20 | 1,03 | 44 | 0 |
| 11 | 1492,16 | 20,96 | 45 | 1 |
| 12 | 1675,19 | 183,03 | 49 | 4 |
| 13 | 2033,40 | 358,20 | 65 | 16 |
| 14 | 2220,47 | 187,07 | 65 | 0 |
| 15 | 2221,17 | 0,70 | 65 | 0 |

O levantamento temporal mostrou que a maior parte das erosões teve início antes de 2005, com algumas ainda permanecendo ativas até o presente momento. A maioria das avulsões ocorreu entre 2010 e 2020. Essa questão temporal reforça uma provável correlação entre esses processos. No rio Taquari, no Pantanal, a substituição da vegetação natural por pastagens e culturas agrícolas nos planaltos areníticos, com menor densidade de cobertura, intensifica a erosão e o escoamento superficial, resultando em maior aporte de sedimentos (Crepani *et al.*, 2001; Mercante *et al.*, 2007).

A relação entre os processos de erosão e os eventos de avulsão é reforçada pela análise de um caso específico, a avulsão 6, onde a erosão de uma vertente contribuiu para o aumento de sedimentos no canal (Figura 7). O leque aluvial gerado pela erosão bloqueou o canal principal, forçando o rompimento do dique marginal. Embora outros tipos de bloqueios, como gelo no rio Niobrara (Ethridge; Skelly; Bristow, 1999), ou troncos no sudoeste da Amazônia (Lombardo, 2017), já tenham sido associados a avulsões, o caso do rio Guiráí chama atenção por ser um leque deposicional associado à erosão da vertente.

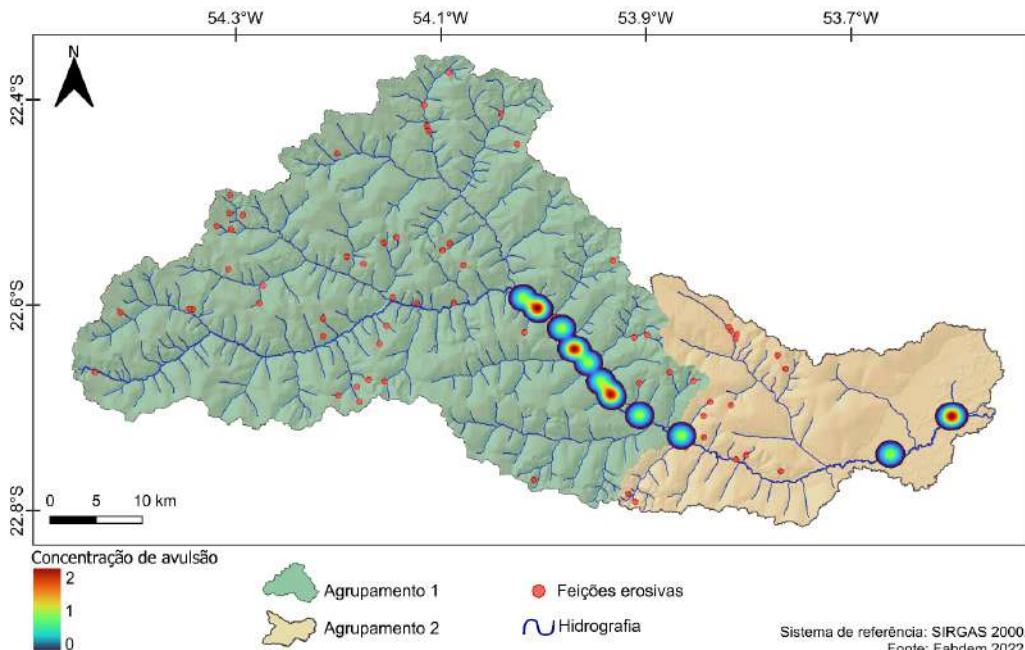
Figura 7. Processo de avulsão por anexação, resultante do bloqueio do canal principal. A) canal principal anterior a avulsão, B) bloqueio do canal com avulsão em decorrência do barramento com a formação do leque aluvial



Fonte: Google Earth Pro (versão 7.3.6.).

A distribuição espacial das avulsões e erosões, organizada em dois agrupamentos, é apresentada no mapa de densidade (Figura 8). O surgimento de 49 erosões em uma área de 1.675,20 km² (agrupamento 1) contribuiu para o impacto no canal a jusante, influenciando diretamente as 12 avulsões. A combinação entre a diminuição da inclinação e o aporte contínuo de sedimentos explica o surgimento do primeiro agrupamento de avulsões, como resposta aos impactos acumulados dos processos erosivos. A deposição contínua reduz a profundidade do leito, apontada por Mohrig *et al.* (2000) como uma das principais causas de avulsão. No agrupamento 2, considerando a avulsão 15 como exutório e desconsiderando a área de drenagem do agrupamento 1, observa-se que a produção de sedimentos se mantém ativa, criando condições para o desenvolvimento de avulsão. O número elevado de feições erosivas nas vertentes, após as primeiras avulsões, reforça a relação direta entre a produção de sedimentos e mudanças no canal ao longo do perfil longitudinal.

Figura 8. Mapa de densidade mostrando a concentração de avulsões na bacia hidrográfica do rio Guiráí – MS, (0 = azul, 2 = vermelho). Os pontos vermelhos representam as feições erosivas nas vertentes. O polígono verde apresenta o agrupamento 1, com 49 erosões e 12 avulsões no médio curso, enquanto o polígono bege apresenta o agrupamento 2, com 15 erosões e 3 avulsões



Fonte: Os autores 2024.

Considerações finais

A pesquisa identificou 65 feições erosivas e 15 processos de avulsão. As erosões predominam em áreas de pastagem e mosaicos de uso do solo em vertentes com declividade entre 3% e 20%, associadas aos Latossolos Vermelhos Distróficos e rochas do grupo Caiuá. Os resultados desse estudo evidenciam que a transferência de sedimentos das vertentes para o canal contribui para o assoreamento do canal e o desencadeamento de processos de avulsão.

As 15 avulsões ocorreram ao longo da transição do médio para o baixo curso do rio Guiráí, em trechos caracterizados pela redução da declividade. O primeiro agrupamento com 12 processos ocorre em um trecho de 23 km, relacionado ao aumento das erosões a montante. O segundo ocorre em um trecho de 15 km próximo à foz com o rio Ivinhema. Nesse trecho, os resultados sugerem que o acúmulo de sedimentos foi suficiente para desencadear três avulsões. Essas análises indicam que as mudanças morfológicas do rio, em ambos os agrupamentos, estão

relacionadas à agradação do leito, resultado do aporte contínuo de sedimentos provenientes das áreas de drenagem a montante com erosão. Apenas em um caso específico, identificou-se que a avulsão resultou de bloqueios do fluxo do canal decorrente de processo erosivo. Esses resultados mostram como os processos erosivos e a dinâmica sedimentar interagem e influenciam o surgimento e a distribuição espacial das avulsões.

Os resultados evidenciam o papel das feições erosivas como propulsoras das avulsões, algo ainda pouco explorado nas pesquisas e que requer avanços científicos, com investigações detalhadas que envolvam, por exemplo, as medições da conectividade de sedimentos e a agradação do canal. Compreender a relação desses processos é fundamental para guiar políticas públicas de manejo do solo e de proteção dos rios.

Agradecimentos

Agradecemos aos pareceristas pelas valiosas observações e sugestões, que contribuíram para o aprimoramento do artigo, bem como à equipe editorial da revista pelo suporte prestado durante o processo de avaliação.

Referências

- BRIERLEY, G.; FRYIRS, K.; JAIN, V. Landscape connectivity: the geographic basis of geomorphic applications. *Área*, v. 38, n. 2, p. 165–174, jun. 2006.
- BROOKE, S. *et al.* Where rivers jump course. *Science*, v. 376, n. 6596, maio 2022.
- CHRISTOFOLLETTI, A. **Geomorfologia fluvial**. São Paulo: Edgard Blucher, 1981.
- CPRM – COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Geologia e recursos minerais do Estado de Mato Grosso do Sul**. Brasília: CPRM, 2006.
- CREPANI, E.; MEDEIROS, J.; S. HERNANDEZ FILHO, P.; FLORENZANO, T. G.; DUARTE, V.; BARBOSA, C. C. F. **Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao zoneamento ecológico econômico e ao ordenamento territorial**. São José dos Campos: INPE, jun. 2001.
- EDMONDS, D. A.; HAJEK, E. A.; DOWNTON, N.; BRYK, A. B. Avulsion flow-path selection on rivers in foreland basins. *Geology*, v. 44, n. 9, p. 695–698, set. 2016.
- ETHRIDGE, F. G.; SKELLY, R. L.; BRISTOW, C. Avulsion and crevassing in the sandy, braided Niobrara River: complex response to base-level rise and aggradation. In: SMITH, N. D.; ROGERS, J. (eds.). **Sedimentologia Fluvial VI**. Special Publication n. 28. International Association of Sedimentologists, 1999. p. 179–192.
- GANTI, V.; CHU, Z.; LAMB, P. M.; NITTROUER, J. A.; PARKER, G. Testing morphodynamic controls on the location and frequency of river avulsions on fans versus deltas: Huanghe (Yellow River), China. *Geophysical Research Letters*, v. 41, n. 22, p. 7882–7890, nov. 2014.
- GOOGLE LLC. **Google Earth Pro, versão 7.3.6**. Mountain View: Google LLC, 2025. Disponível em: <https://www.google.com/earth>. Acesso em: 3 set. 2024.

- GUERRA, A. J. T. Processos erosivos nas encostas. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (orgs.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 17. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2024. p. 93–148.
- HENSON, R. T.; EDMONDS, D. A.; LAZARUS, E. D. Remotely sensed land-cover change and floodplain disturbance following upstream-migrating river avulsions in tropical rainforests. **River Research and Applications**, v. 40, n. 4, p. 559–574, maio 2024.
- HERNANI, L. C.; FREITAS, P. L.; PRUSKI, F. F.; MARIA, I. C.; CASTRO FILHO, C.; LANDERS, J. N. **Uso agrícola dos solos brasileiros**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2002. cap. 5, p. 47–60.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pedologia 1:250.000** – versão 2023. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/pedologia/vetores/escala_250_mil/versao_2023/. Acesso em: 8 set. 2025.
- JONES, L. S.; HARPER, J. T. Channel avulsions and related processes, and large-scale sedimentation patterns since 1875, Rio Grande, San Luis Valley, Colorado. **GSA Bulletin**, v. 110, n. 3, p. 411–421, abr. 1998.
- LEPSCH, I. F. **Formação e conservação dos solos**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.
- LOMBARDO, U. River logjams cause frequent large-scale forest die-off events in southwestern Amazonia. **Earth System Dynamics**, v. 8, n. 3, p. 565–575, jul. 2017.
- MAGALHÃES JÚNIOR, A. P.; BARROS, L. F. P.; COTA, G. E. Morfodinâmica fluvial. In: MAGALHÃES JÚNIOR, A. P.; BARROS, L. F. P. (orgs.). **Hidrogeomorfologia: formas, processos e registros sedimentares fluviais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. p. 121–161.
- MAPBIOMAS. **MapBiomas Coleção 2 (beta) – Mapas anuais de cobertura e uso da terra do Brasil (Imagens Sentinel-2)**. 2022. Disponível em: https://storage.googleapis.com/mapbiomas%20public/initiatives/brasil/lulc_10m/collection_2/integration/mapbiomas_10m_collection2_integration_v1-classification_2022.tif. Acesso em: 24 set. 2024.
- MERCANTE, M. A.; GARNÉS, S. J. A.; PAIVA, L. A.; SANTOS, E. T.; NOGUEIRA, A. X. Alterações causadas por avulsa no rio Taquari, no Pantanal Mato-Grossense. **Revista RA'E GA**, n. 13, p. 75–84, jun. 2007.
- MOHRIG, D.; HELLER, P.; PAOLA, C.; LYONS, W. Interpreting avulsion process from ancient alluvial sequences: Guadalupe-Matarranya system (northern Spain) and Wasatch Formation (western Colorado). **GSA Bulletin**, v. 112, n. 2, p. 1787–1803, dez. 2000.
- MORÓN, S.; AMOS, K.; EDMONDS, D.; PAYENBERG, T.; SUN, X.; THYER, M. Avulsion triggering by El Niño–Southern Oscillation and tectonic forcing: the case of the tropical Magdalena River, Colombia. **Geological Society of America**, v. 129, n. 9–10, p. 1300–1313, set. 2017.
- NEAL, J.; HAWKER, L. **FABDEM V1-2**. University of Bristol, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5523/bris.s5hqmjcdj8yo2ibzi9b4ew3sn>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- PEIXOTO, C. S. **Fragilidade ambiental e uso das terras no município de Ivinhema-MS**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2016.
- PIERIK, H. J.; STOUTHAMER, E.; SCHURING, T.; COHEN, K. C. Human-caused avulsion in the Rhine–Meuse delta before historic embankment (The Netherlands). **Geology**, v. 46, n. 11, p. 935–938, nov. 2018.
- POLÍCIA AMBIENTAL autua infrator por voçoroca em nascentes do Rio Guirai em Novo Horizonte do Sul. **Jornal da Nova**, abr. 2021. Disponível em: <https://jornaldanova.com.br/noticia/413526/policia-ambiental-autua-infrator-por-vocoroca-em-nascentes-do-rio-guirai-em-novo-horizonte-do-sul>. Acesso em: 14 jul. 2024.

POTUCEK, M. J.; EVANS, J. E. Avulsion dynamics in a river with alternating bedrock and alluvial reaches, Huron River, Northern Ohio (USA). **Open Journal of Modern Hydrology**, v. 9, n. 1, p. 20–39, 2019.

QGIS DEVELOPMENT TEAM. **QGIS Geographic Information System**, versão 3.40.7. Open Source Geospatial Foundation Project, 2023. Disponível em: <https://qgis.org>. Acesso em: 9 out. 2024.

SANTORO, J. Erosão continental. In: TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. (orgs.). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. 3. ed. São Paulo: Instituto Geológico, 2015. p. 54–70.

SANTOS, M. L.; MORAIS, E. S. Produção de sedimentos em bacia hidrográfica de pequena ordem: uso de modelos matemáticos. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 13, n. 2, p. 139–150, abr. 2012.

SILVA, A. M.; SCHULZ, H. E.; CAMARGO, P. B. **Erosão e hidrossedimentologia em bacias hidrográficas**. São Carlos: Rima, 2004.

SLINGERLAND, R.; SMITH, N. D. River avulsions and their deposits. **Annual Review of Earth and Planetary Sciences**, v. 32, p. 257–285, dez. 2004.

STEVAUX, J. C.; LATRUBESSE, E. M. **Geomorfologia fluvial**. São Paulo: Oficina de Textos, 2017.

STEVAUX, J. C.; SOUZA, I. A. Floodplain construction in an anastomosed river. **Quaternary International**, v. 114, n. 1, p. 55–65, dez. 2004.

STOUTHAMER, E.; BERENDSEN, H. J. A. Avulsion: the relative roles of autogenic and alloegenic processes. **Sedimentary Geology**, v. 198, n. 3–4, p. 309–325, jun. 2007.

TAÇA, D. J.; MORAIS, E. S. Avulsões recentes na bacia hidrográfica do alto rio Paraná. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 14., 2023, Corumbá. **Anais...** Corumbá: UGB, 2023.

THOMAZ, L. E. **Erosão do solo**: teorias, métodos e perspectivas. Curitiba: Editora CRV, 2019.

VALENZA, J. M.; EDMONDS, D. A.; HWANG, T.; ROY, S. Downstream changes in river avulsion style are related to channel morphology. **Nature Communications**, v. 11, n. 1, dez. 2020.

WOHL, E.; RATHBURN, S.; CHIGNELL, S.; GARRET, K.; LAUREL, D.; LIVERS, B.; PATTON, A.; RECORDS, R.; RICHARDS, M.; SCHOOK, D. M.; SUTFIN, A. N.; WEGENER, P. Mapping longitudinal stream connectivity in the North St. Vrain Creek watershed of Colorado. **Geomorphology**, v. 277, p. 171–181, jan. 2017.

ANÁLISE ESPACIAL DA DEMANDA DE CRÉDITO PECUÁRIO BOVINO NO BRASIL DE 1993 A 2018

SPATIAL ANALYSIS OF BEEF CATTLE CREDIT DEMAND IN BRAZIL FROM 1993 TO 2018

DOI 10.55028/geop.v20i38

Adirson Maciel de Freitas Júnior*
Carlos Eduardo Freitas Vian**

Resumo: Este artigo analisa a demanda por crédito rural na pecuária brasileira entre 1993 e 2018, com foco em custeio, investimento e comercialização em nível municipal. O crédito destinado à pecuária aumentou de 22% (1998) para 33% (2018), com destaque para a bovinocultura, cuja participação passou de 52% para 89% da demanda. A região do MATOPIBA se destacou no crédito para investimento. Os resultados evidenciam a importância do crédito para o avanço da bovinocultura e são relevantes para políticas públicas e para o setor agropecuário, ao revelarem a dinâmica regional e setorial da demanda por financiamento.

Palavras-chave: Crédito de Custeio, Crédito de Investimento, Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), Id Moran Bivariado, Bovinocultura.

Abstract: This article analyzes the demand for rural credit in the Brazilian livestock sector from 1993 to 2018, focusing on operating, investment and marketing credit at the municipal level. The share of agricultural credit allocated to livestock increased from 22% in 1998 to 33% in 2018, with cattle ranching rising from 52% to 89% of total livestock credit. The MATOPIBA region emerged as a major area for investment credit. The findings highlight the role of credit in the development of cattle farming and support public policy and

Introdução

O Brasil figura entre os maiores produtores e como o principal exportador mundial de carne bovina. Em 2023, a produção nacional atingiu aproximadamente 9 milhões de toneladas em equivalente-carcaça, patamar recorde recente (IBGE, 2024). A atividade impacta de forma significativa o Produto Interno Bruto (PIB), as exportações e a segurança alimentar interna, atendendo à demanda doméstica e reduzindo a dependência de importações, o que a torna estratégica para o país (Carvalho, 2017; Hoffmann; Kageyama, 2019; Santos, 2019). Nas últimas quatro décadas, sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste, verifica-se modernização do sistema produtivo, com ganhos de produtividade e melhoria da qualidade da carne (Embrapa, 2017; McManus *et al.*, 2016).

* Doutor em Economia Aplicada, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ-USP), adirson@alumni.usp.br.

** Doutor em Ciências Econômicas (UNICAMP), Professor no Departamento de Economia, Administração e Sociologia, ESALQ-USP, cefvian@usp.br.

agricultural planning by revealing regional and sectoral dynamics of credit demand.

Keywords: Operating Credit; Investment Credit; Exploratory Spatial Data Analysis (ESDA); Bivariate Moran's I; Cattle Farming.

A literatura especializada apresenta duas vertentes explicativas para o avanço da pecuária no Brasil. Uma corrente atribui o crescimento à expansão de sistemas extensivos baseados em pastagens, com baixa produtividade e manejo instável (Cezar, 2005; Luchiari Filho, 2006; Carvalho, 2007; Dias Filho, 2011; McManus *et al.*, 2016; Gollnow, 2018; Silva, 2018; De Sousa *et al.*, 2021). Outra enfatiza a intensificação, por meio do confinamento e de investimentos tecnológicos, resultando em aumentos de produtividade e em maior sustentabilidade, com menor necessidade de abertura de novas áreas (Fearnside, 2005; Riveiro, 2009; Assad, 2016).

O crédito rural constitui instrumento central para a elevação da produtividade, em especial em estabelecimentos de menor rendimento, com potenciais efeitos sobre qualidade do produto, redução de custos e incremento de renda no setor (Macedo, 2005; Santos, 2019; De Sousa, 2021; Medeiros, 2021; Viana, 2021). Persiste, contudo, lacuna relativa à regionalização da demanda por crédito pecuário por finalidade. Com vistas a suprir tal lacuna, o estudo analisa a demanda por crédito pecuário no Brasil, segmentada em custeio, investimento e comercialização, em nível municipal, no período 1993–2020, enfatizando sua dinâmica regional e setorial.

Emprega-se Análise Exploratória de Dados (AED) e Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) para identi-

ficar dependência espacial e heterogeneidade entre unidades municipais, com uso do *I de Moran Global*, dos indicadores locais *LISA* e de matrizes de pesos espaciais por vizinhança. O detalhamento dos procedimentos, das bases de dados (BACEN/SNCR e SIDRA/IBGE) e dos testes de significância.

Além desta introdução, a Seção 2 discute o desenvolvimento e a regionalização da pecuária bovina no Brasil, com ênfase em políticas e crédito. A Seção 3 descreve a metodologia (AED/AEDE, variáveis, fontes e construção das matrizes). A Seção 4 apresenta os resultados (evolução do crédito por finalidade, testes de autocorrelação espacial, análises *LISA* e bivariadas). A Seção 5 reúne as conclusões e implicações para políticas públicas e para o planejamento do setor.

O desenvolvimento do crédito rural no Brasil e o crédito rural pecuário

Luchiari Filho (2006) e Carvalho (2007) indicam que o desenvolvimento da pecuária em determinadas regiões do Brasil ocorreu com base em sistemas intensivos e na incorporação de novas tecnologias voltadas ao aumento da produtividade. Nas décadas de 1970 e 1980, o crédito rural viabilizou inovações como a introdução de raças bovinas europeias e indianas, a suplementação mineral e o controle da febre aftosa. Ferraz (2001), por meio de regressão múltipla, identifica que a expansão agropecuária entre 1980 e 1995 foi influenciada por crédito rural, preços de insumos, produção e presença de estradas pavimentadas, destacando a malha rodoviária como fator-chave para a pecuária.

O crédito rural desempenha papel central na modernização do setor (Macedo, 2005; Araújo, 2012). Nas regiões Norte e Nordeste, observa-se maior direcionamento de recursos para investimentos de médio e longo prazos — como em Rondônia (RO) e Bahia (BA) — ao passo que, nas regiões Sul e Sudeste, há maior equilíbrio entre custeio e investimento, com destaque para Paraná (PR), Santa Catarina (SC), Rio Grande do Sul (RS), Minas Gerais (MG) e São Paulo (SP). Tal instrumento permite que produtores auferiram renda e realizem dispêndios em produção, manutenção e comercialização, contribuindo para o desenvolvimento local. Em razão de condições naturais favoráveis, o país ocupa posição de destaque na produção e exportação agropecuária, inicialmente impulsionado por crédito rural de origem governamental.

As bases formais do crédito rural foram consolidadas em 1965, com a promulgação da Lei nº 4.829/65, que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), após experiências pontuais desde 1931 e ajustes nas décadas seguintes. O SNCR passou a orientar as modalidades de custeio, investimento e o apoio às pequenas e médias propriedades, com quatro objetivos principais: (i) financiar parte

do custo da produção agrícola; (ii) estimular a formação de capital; (iii) acelerar a adoção de novas tecnologias; e (iv) fortalecer pequenos e médios produtores.

Na década de 1960, resolução do Conselho Monetário Nacional determinou que os bancos destinassesem 10% dos depósitos à vista ao crédito agrícola, assegurando ampla oferta de recursos, especialmente nas décadas de 1970 e no início dos anos 1980, com juros subsidiados. Araújo (1983) e Sayad (1984) registram que, enquanto as taxas do crédito rural variavam entre 15% e 17% ao ano, o governo se financiava a taxas médias próximas de 50%. Entre 1969 e 1979, o crédito para financiamento cresceu cerca de 18% ao ano, o de investimento 16%, e o comercial 17%, totalizando aumento de 403%; aproximadamente 75% do crédito agrícola concentrou-se em sete culturas: café, algodão, cana-de-açúcar, arroz, milho, trigo e soja.

Nos anos 1980, o crédito rural enfrentou restrições orçamentárias, o que levou à criação da poupança rural em 1986, reduzindo subsídios e incentivando produtores a buscarem fontes próprias de financiamento (Barros; Araújo, 1991). Em 1991, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ampliou sua atuação por meio de Instituições Financeiras Rurais, do Programa de Operações Conjuntas (POC) e de Operações Diretas. Em 1996, o Decreto nº 1.946 instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), primeira política pública dedicada à agricultura familiar, consolidando seu reconhecimento como segmento produtivo.

Desde os anos 2000, o crédito rural torna-se ainda mais crucial diante de restrições fiscais crescentes (Assunção; Souza, 2019). Evidências sugerem que o crédito pode impulsionar a modernização e a produtividade (Rask *et al.*, 1974; Rezende, 1985; Castro; Teixeira, 2010; Gasques *et al.*, 2020). Não obstante, autores como Santos e Braga (2013) e Costa Junior (2018) alertam que maior volume de crédito não implica, necessariamente, maior produtividade, o que reforça a necessidade de ações complementares para viabilizar o uso eficiente de tecnologias no meio rural (Campos; Pereira; Teixeira, 2014).

A partir de 2010, distingue-se o crédito rural oficial – operado por bancos públicos, cooperativas e no âmbito do SNCR e do Manual de Crédito Rural (MCR) – do crédito não oficial, oferecido por fornecedores e agroindústrias. Ressalta-se, contudo, que a expansão do rebanho bovino nem sempre acompanha a evolução do crédito em todas as regiões (Silva, 2012; Da Silva Neto *et al.*, 2012). O financiamento mantém relação estreita com o desenvolvimento econômico, que envolve acumulação de capital e incorporação tecnológica, com efeitos sobre produtividade, renda per capita, salários e bem-estar social. Desse modo, o crédito rural mostra-se fundamental para a pecuária (Arrow, 1962; Beard; Barrow, 2017).

A criação do SNCR exemplifica o esforço governamental de assegurar a segurança alimentar. A Tabela 1 resume as finalidades do crédito rural pecuário, evidenciando sua estrutura e aplicabilidade, conforme o MCR (Banco Central do Brasil, 2022).

Tabela 1. Finalidades do crédito rural pecuário

| Finalidade | Descrição | Exemplo |
|------------------|--|---|
| Custeio | Manutenção da atividade | Limpeza e capina, mão-de-obra, limpeza de pastagens, suprimentos em geral, compra de sais minerais; medicamentos veterinários, aquisição de animais para criação e engorda. |
| Investimento | Ampliação da produção | Aquisição de máquinas e equipamentos; reforma e/ou benfeitorias na construção; Aquisição de reprodutores (serviços de reprodução). |
| Comercialização | Fase imediata após a produção. | Comercialização do leite <i>in natura</i> ; Transporte animal vivo |
| Industrialização | Industrialização de produtos agropecuários em na propriedade rural | Ações de limpeza, secagem, pasteurização, refrigeração, descascamento, padronização dos produtos, embalagem |

Fonte: Manual do Crédito Rural, BACEN (2022), adaptado pelo autor.

No âmbito da bovinocultura, o crédito de investimento estimula aportes privados de médio e longo prazos — com impacto mais difuso no curto prazo —, ao passo que o crédito de custeio se revela indispensável para a continuidade do processo produtivo, cobrindo dispêndios fixos e variáveis, inclusive na entressafra. A literatura recomenda equilíbrio entre investimento e custeio, com vistas a reduzir, no longo prazo, a dependência do custeio, mitigar endividamento e formar reservas financeiras para momentos de crise.

Metodologia

Utilizou-se, inicialmente, a Análise Exploratória de Dados (AED) para investigar e resumir as características do conjunto informacional, com apoio de estatística descritiva para organizar e apresentar os resultados (Morais, 2005). Concretamente, calculamos médias, medianas, desvios-padrão e quantis para as variáveis de crédito (custeio, investimento e comercialização), número e valor dos contratos de crédito efetivo bovino; (1993–2019), ambos os bancos de dados construímos séries históricas anuais; e participações relativas (i) do crédito pecuário no total do crédito rural e (ii) da bovinocultura no crédito pecuário; e produzimos distribuições e proporções por município.

Complementarmente, aplicou-se a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) para identificar dependência espacial — inversamente relacionada à distância geográfica — e heterogeneidade entre unidades espaciais, efeitos cuja detecção é crucial para evitar distorções em modelos econôméticos. O *I de Moran global* e os indicadores locais de associação espacial (LISA) foram calculados no GeoDa (permutações = 999; $\alpha = 0,05$), com validação em R (pacote *spdep*). As matrizes de pesos espaciais W foram especificadas como (i) contiguidade do tipo Rainha e (ii) do tipo Rook, e (iii) k-vizinhos mais próximos ($k = 1, 3$ e 5), todas padronizadas por linha. Os mapas das Figuras 5, 6 e 7 foram confeccionados no GeoDa.

Os dados sobre demanda de crédito pecuário e contratos foram obtidos no Banco Central do Brasil (BACEN), enquanto os dados de rebanho bovino foram obtidos da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), disponibilizada pelo IBGE via sistema SIDRA. A amostra contempla 5.656 observações por ano, no período 1993–2019. Na etapa inicial, distinguimos o uso do crédito rural entre agrícola e pecuário, em valores absolutos e percentuais; e, para as comparações espaço-temporais, utilizamos triênios 1993–1995 e 2017–2019, opção adotada por disponibilidade e consistência das séries, reduzindo ruídos anuais e estabilizando a comparação temporal.

A dependência espacial é caracterizada quando o valor de uma variável em determinada região se relaciona ao valor dessa mesma variável em regiões vizinhas, com intensidade decrescente à medida que aumenta a distância geográfica. A heterogeneidade espacial, por sua vez, refere-se a diferenças estruturais entre regiões que podem induzir instabilidade e heterocedasticidade em modelos econôméticos, comprometendo a validade dos testes estatísticos (Almeida, 2012).

Conforme Perobelli *et al.* (2009), adota-se uma matriz de pesos espaciais baseada em vizinho mais próximo (k-NN), calculada a partir da distância do grande círculo entre os centróides municipais. Formalmente, define-se, para cada valor de k:

$$W_y(k) = 0 \text{ se } i = j \\ W_y(k) = 1 \text{ se } d_{y \leq} D_y(k) \\ ew_y(k) = \frac{w_y(k)}{\sum_j w_y(k)} \text{ para } k = 1, 2, \dots, n \quad (1)$$

Onde W_y é uma matriz de k vizinhos, onde k é o número de vizinhos. Uma medida da distância do grande círculo dos centros das regiões i e j é dada por d_{ij} . A notação $D_i(k)$ representa a distância máxima das regiões adjacentes considerando i, ou seja, é o valor crítico que define o corte para cada região. Portanto, distâncias acima deste ponto não são consideradas vizinhas da área relevante.

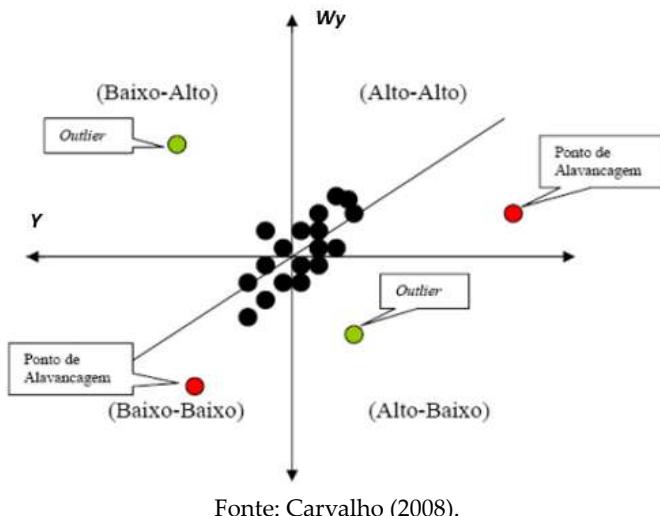
O I de Moran Global foi projetado para capturar o grau de correlação espacial entre as variáveis entre as regiões, o valor esperado dessa estatística é $E(I) = -1/(n-1)$, e o valor estatisticamente maior (menor) da Equação 2.

$$I_t = \left(\frac{n}{S_0} \right) \left(\frac{z_t' W z_t}{z_t' z_t} \right) t=1, \dots, n \quad (2)$$

Segundo Pimentel e Haddad (2004), pode ser definida como uma matriz quadrada onde cada célula w_{ij} representa a relação entre as regiões i e j em um sistema de n regiões, conforme mostrado na Equação 2; e o termo (S_0) é um escalar A , igual à soma de todos os elementos de W , portanto o índice acima é equivalente à correlação linear Wz da média ponderada do vetor de observação (z) e dos valores adjacentes.

Dada a análise, a hipótese nula é de que não há autocorrelação espacial, ou seja, as observações são distribuídas aleatoriamente no espaço, e para fazer inferências relacionadas ao I de Moran, a técnica é realizada por permutação. Isso envolve gerar uma distribuição estatística (média e desvio padrão) empiricamente, usando os próprios dados da amostra, e então usar essa distribuição para verificar a significância estatística do I de Moran encontrado na amostra conforme (Almeida, 2012).

A Figura 1 tem a capacidade de mostrar *clusters* e, portanto, é usada como complemento da estatística I de Moran Global. Ela pode representar quatro tipos de associações lineares espaciais entre regiões: alto-alto (AA), baixo-baixo (BB), alto-baixo (AB) e baixo-alto (BA) (Gonçalvez, 2007) apud (Anselin, 1998; 1995). “A inclinação da curva é obtida regredindo Wz sobre z , e essa inclinação fornece o ajuste” (Figura 1).

Figura 1. Diagrama de dispersão de Moran

Fonte: Carvalho (2008).

Conforme destacado por Perobelli *et al.* (2007), regiões com padrões de associação espacial positivos AA e BB formaram agrupamentos de valores semelhantes, enquanto regiões com padrões BA e AB exibiram associação espacial negativa.

No entanto, de acordo com Anselin (1995), a estatística Moran Global só pode capturar autocorrelação global e não pode identificar correlações espaciais em nível local. Portanto, uma medida complementar do *I Moran Global* foi desenvolvida para capturar a autocorrelação espacial local, ou seja, observar a presença de *clusters* espaciais locais. Existem principalmente estatísticas de *Moran Scatterplot* e LISA (Local Indicator of Spatial Association).

Resultados e Discussão

Desde a década de 1950, a demanda por crédito pecuário bovino acompanhou a expansão da atividade no Brasil, em paralelo ao processo de modernização agrícola registrado no período pós-1950. Estudos de história econômica documentam a incorporação de terras, mecanização, difusão tecnológica e a crescente participação de políticas de financiamento no padrão de crescimento do setor agropecuário (Luna, 2019; Sayad, 1980, 1984; BACEN, 1971).

Nas décadas de 1950 e 1960, o incremento da produção de leite e de carne e a necessidade de capital para adoção de tecnologias elevaram a procura por crédito; em resposta, foram implementadas políticas de fomento — subsídios e empréstimos a taxas reduzidas — que apoiaram a difusão de inovações (melhoramento genético, suplementação e controle sanitário) e a consolidação do

Sistema Nacional de Crédito Rural (Lei nº 4.829/1965) (Sayad, 1980, 1984; Sousa, 2020; BACEN, 1971).

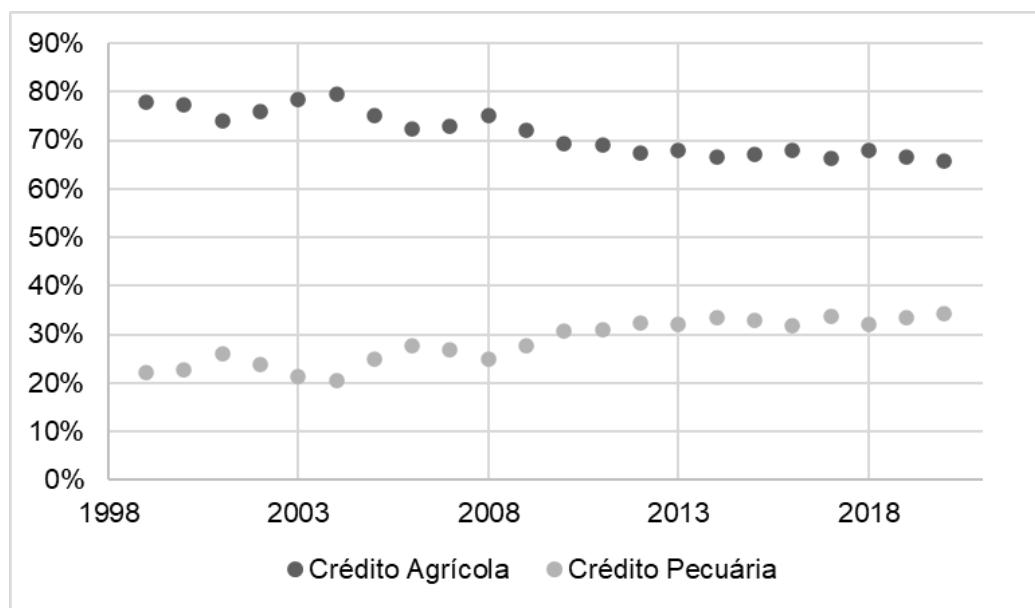
A década de 1970, marcada por choques macroeconômicos internacionais, implicou restrições e reacomodações no financiamento, mas o crédito de custeio ganhou papel anticíclico ao sustentar a operação corrente, como mostram séries históricas dos Anuários do Crédito Rural (BACEN, Anuários) e análises setoriais de política de crédito (Faveret Filho, 2002).

Nos anos 1980, observou-se retração inicial do volume de crédito e, na sequência, retomada (meados da década), com recomposição de instrumentos e redesenho do funding; tal dinâmica é destacada em revisões da política de crédito rural (Faveret Filho, 2002; Ramos, 2010).

Na transição para os anos 1990, a estabilização macroeconômica e mudanças institucionais reconfiguraram o arranjo financeiro do setor, com maior participação de fontes alternativas e reavaliação de subsídios, o que explica a contração relativa do crédito no início da década (Barros; Araújo, 1991; Rocha, 2020).

A partir dos anos 1990, o Banco Central tensa acesso aos dados de crédito rural e a Figura 2 apresenta a relação entre a demanda por crédito agrícola e pecuário no Brasil entre 1998 e 2019, evidenciando a relevância de ambos os setores para a economia e a necessidade de apoio financeiro para seu crescimento.

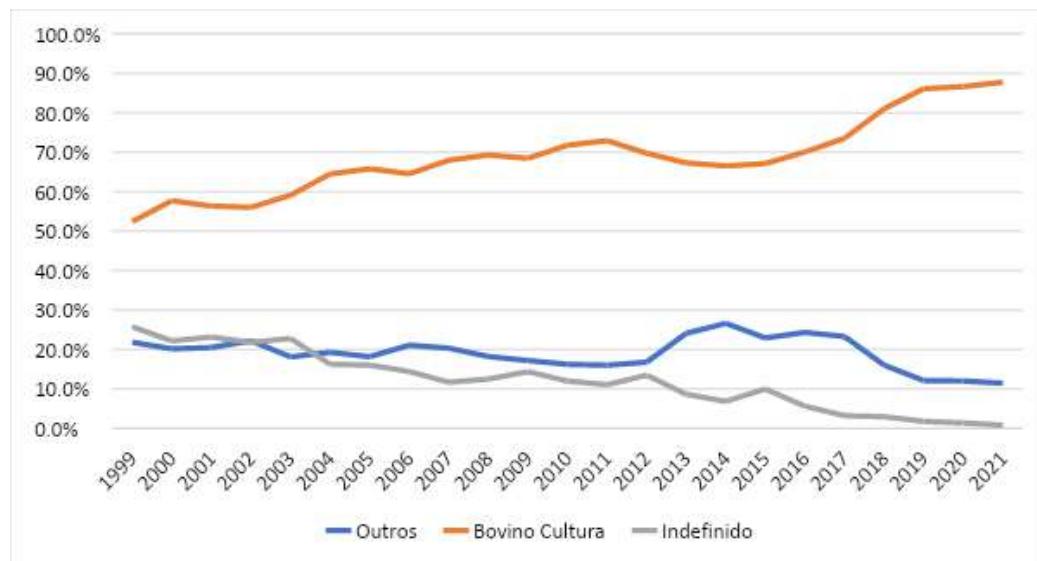
Figura 2. Porcentagem do destino do crédito agropecuário no Brasil



Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2021).

Quanto à concentração geográfica da demanda, destacam-se Rio Grande do Sul e Mato Grosso, além dos estados situados na Fronteira Agrícola Brasileira, com ênfase na Amazônia Legal e no MATOPIBA, notadamente Pará (PA), Rondônia (RO), Tocantins (TO), Maranhão (MA), Piauí (PI) e Bahia (BA), bem como áreas de expansão no Centro-Oeste (especialmente Mato Grosso do Sul e Goiás) (Dutra e Silva, 2018; Freitas Junior; Barros, 2020; Vianna, 2021).

Figura 3. Representatividade do crédito pecuário para produção bovina



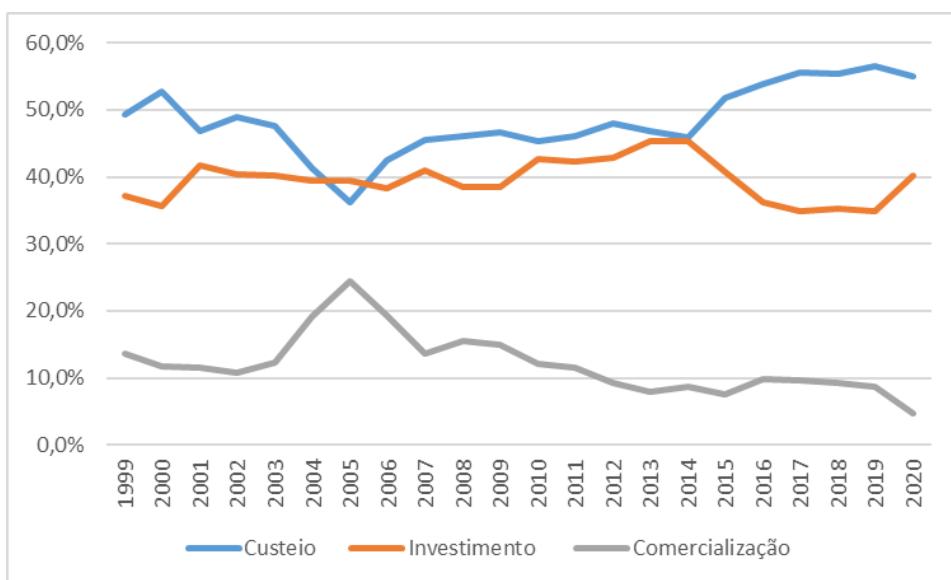
Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2021).

A Figura 3 detalha a representatividade da bovinocultura dentro do crédito pecuário, cuja participação passou de 52% (2000) para 89% (2020), compatível com a trajetória de especialização do segmento e com a ampliação de investimentos associados à intensificação produtiva.

Conforme a Figura 4, a maior parte do crédito é destinada ao custeio, evidenciando esse como um gargalo para os produtores. Também há volume significativo para investimentos, demonstrando esforços para aumentar a produção de carne e leite. O crédito para comercialização é menor, mas relevante para financiar vendas e ampliar renda.

Assim, a crescente demanda por crédito reflete o contínuo crescimento da pecuária bovina e a necessidade de recursos para manutenção e expansão das atividades.

Figura 4. Utilização do crédito rural pecuário por finalidade – dados de 1999 a 2020



Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2021).

O custeio é a principal finalidade dos empréstimos, representando em média 49% a 56% dos valores emprestados (Figura 4), seguido pelo investimento, com 35% a 42%, e a comercialização, com 8% a 15% (Orbólato, 2018). Isso indica que a maior parte dos recursos é destinada à manutenção e melhoria das atividades agropecuárias.

Entre 1999 e 2005, o custeio correspondeu a 49,5%, investimento a 39% e comercialização a 11%. De 2006 a 2014, o custeio caiu para 44,5%, enquanto o investimento subiu para 41%, e a comercialização aumentou levemente para 12%. Desde 2015, o custeio voltou a subir para 51,5%, o investimento caiu para 39%, e a comercialização manteve-se em torno de 8%.

As causas econômicas para a demanda crescente por crédito pecuário de custeio incluem o aumento dos custos de produção, que exigem mais recursos para manter o rebanho, melhorar a qualidade da carne, promover o melhoramento genético e atender a questões fitossanitárias, especialmente na produção de leite (Ribeiro; Dal Molin, 2016). Além disso, a desvalorização constante do real frente ao dólar elevou custos na cadeia produtiva, como combustível e alimentação.

As oscilações do investimento associam-se à incerteza macroeconômica, à disponibilidade de *funding* e à competição internacional (Tarapanoff, 2016), bem como a variáveis de política econômica (juros e inflação). A menor participação da comercialização/industrialização decorre de incentivos limitados, rentabilidade

reduzida, gargalos logísticos e menor intensidade tecnológica no elo pós-porteira (De Moura Costa *et al.*, 2019; Macedo, 2009).

Diante desse quadro, procede-se à análise comparativa da produção bovina municipal entre os triênios de 1994 (média 1993–1995) e 2018 (média 2017–2019), com vistas a subsidiar decisões de investimento e a identificar a reconfiguração espacial dos polos produtivos. A Tabela 2 apresenta os dez municípios com maiores efetivos em cada triênio e sua participação relativa no total nacional.

Tabela 2. Produção e participação dos 10 municípios com maior produção bovina nos triênios de 1994 (média de 1993, 1994 e 1995) e 2018 (média de 2017, 2018 e 2019)

| 1994 | | | | 2018 | | | |
|--------------------|----|---------|-------|----------------------------|----|----------|-------|
| Município | UF | Bovino | % | Município | UF | Bovino | % |
| Corumbá | MS | 1409710 | 0.009 | São Félix do Xingu | PA | 6738767 | 0.010 |
| Ribas do Rio Pardo | MS | 1312118 | 0.008 | Corumbá | MS | 5505131 | 0.009 |
| Três Lagoas | MS | 879108 | 0.006 | Ribas do Rio Pardo | MS | 3323892 | 0.005 |
| Água Clara | MS | 678236 | 0.004 | Cáceres | MT | 3283065 | 0.005 |
| Aquidauana | MS | 662530 | 0.004 | Marabá | PA | 3194973 | 0.005 |
| Paranaíba | MS | 637262 | 0.004 | Vila Bela da San. Trindade | MT | 3164800 | 0.005 |
| Porto Murtinho | MS | 601471 | 0.004 | Porto Velho | RO | 3155031 | 0.005 |
| Camapuã | MS | 589516 | 0.004 | Juara | MT | 2943251 | 0.005 |
| Campo Grande | MS | 556475 | 0.004 | Novo Repartimento | PA | 2755168 | 0.004 |
| Bagé | RS | 546777 | 0.003 | Alta Floresta | MT | 2442653 | 0.004 |
| CR10 | | 7873201 | 0.050 | CR10 | | 36506731 | 0.057 |

Nota: Bovino: Cabeças produção bovina - %: Participação em porcentagem

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Em 1994, Corumbá e Ribas do Rio Pardo (MS) lideravam a produção bovina com cerca de 1,4 milhão de cabeças, representando 0,009% do total nacional. Outros municípios do MS e Bagé (RS) completavam a lista, com produções entre 546.777 e 879.108 cabeças. O total desses dez municípios somava 7.873.201 cabeças, cerca de 0,050% da produção nacional.

Por volta de 2018, São Félix do Xingu (PA) assumiu a liderança com 6.738.767 cabeças (0,010% do total), seguido por Corumbá (5.505.131 cabeças) e Ribas do Rio Pardo. Outros municípios como Cáceres (MT), Marabá (PA) e Porto Velho (RO) completavam o ranking. A produção total desses municípios chegou a 36.506.731 cabeças, equivalendo a 0,057% da produção nacional.

Esse exercício mostra que a liderança na produção de bovinos migrou de Mato Grosso do Sul para Pará ao longo do tempo. Além disso, a representatividade desses municípios na produção nacional cresceu ligeiramente, apesar das mudanças no ranking. Vale destacar que os dados foram elaborados com base em informações do IBGE.

A redução do crédito para investimento contraria as recomendações da OCDE, que, no Relatório de 2018, sugere ao Brasil diminuir o financiamento de curto prazo (custeio e comercialização), simplificar regulamentações e ampliar o crédito para investimentos. O relatório destaca a necessidade de incorporar inovação e progresso tecnológico na política de crédito.

Foi analisada a relação espacial dos dados para os anos de 1994 (média de 1993–1995) e 2018 (média de 2017–2019), utilizando as abordagens Rainha, Rock e Vizinhos mais próximos para produção bovina, demanda de crédito de custeio e investimento, conforme Tabela 3.

Tabela 3. *I de Moran* da produção bovina, demanda de crédito de custeio e crédito de investimento nos triênios de 1994 (média de 1993, 1994 e 1995) e 2018 (média de 2017, 2018 e 2019)

| | | Rainha | | Rock | | Vizinhos Mais Próximos | | |
|-----|--------------|-----------|------------|-----------|------------|------------------------|------------|------------|
| | | 1 Vizinho | 3 Vizinhos | 1 Vizinho | 3 Vizinhos | 1 Vizinho | 3 Vizinhos | 5 Vizinhos |
| 1P* | Bovino | 0,55 | 0,33 | 0,54 | 0,32 | 0,30 | 0,41 | 0,41 |
| | Custeio | 0,07 | 0,04 | 0,07 | 0,03 | 0,03 | 0,04 | 0,05 |
| | Investimento | 0,06 | 0,06 | 0,06 | 0,06 | 0,02 | 0,04 | 0,04 |
| 2P* | Bovino | 0,64 | 0,39 | 0,63 | 0,38 | 0,48 | 0,50 | 0,49 |
| | Custeio | 0,21 | 0,12 | 0,21 | 0,12 | 0,15 | 0,16 | 0,06 |
| | Investimento | 0,54 | 0,33 | 0,53 | 0,33 | 0,42 | 0,43 | 0,43 |

Nota* 1P*: Triênio de 1994 (média de 1993, 1994 e 1995) e 2P*: Triênio 2018 (média de 2017, 2018 e 2019).

Fonte: Elaboração própria.

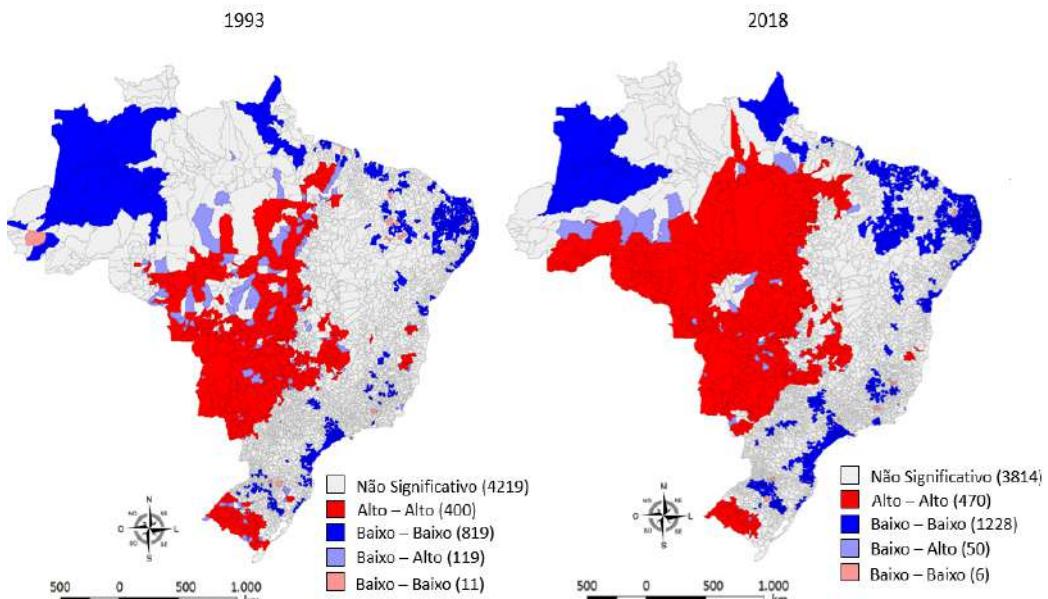
Os resultados da Tabela 3 indicam forte autocorrelação espacial nas variáveis produção de bovinos, demanda por crédito de custeio e investimento entre 1994 e 2018, evidenciada pelo aumento do índice de *Moran* em todas as análises de vizinhança. A produção bovina mostrou crescente similaridade espacial, assim como a demanda por crédito de custeio e investimento, que se tornaram mais homogêneas entre regiões vizinhas ao longo do tempo.

Esses achados indicam uma convergência regional crescente, com as regiões próximas tornando-se mais semelhantes nessas variáveis, reforçando a importância da análise espacial no estudo da pecuária e financiamento.

Após analisar o *I de Moran*, a investigação avançou com o teste *Local Indicators of Spatial Association* (LISA), que identifica variações locais no padrão global de autocorrelação espacial, destacando agrupamentos e *outliers*.

O foco foi a produção de bovinos em 1993 e 2018, buscando alterações nos agrupamentos espaciais nesse período. Os resultados do teste LISA para esses anos são apresentados na Figura 5.

Figura 5. Análise LISA municipal da produção bovina em 1993 a 2018

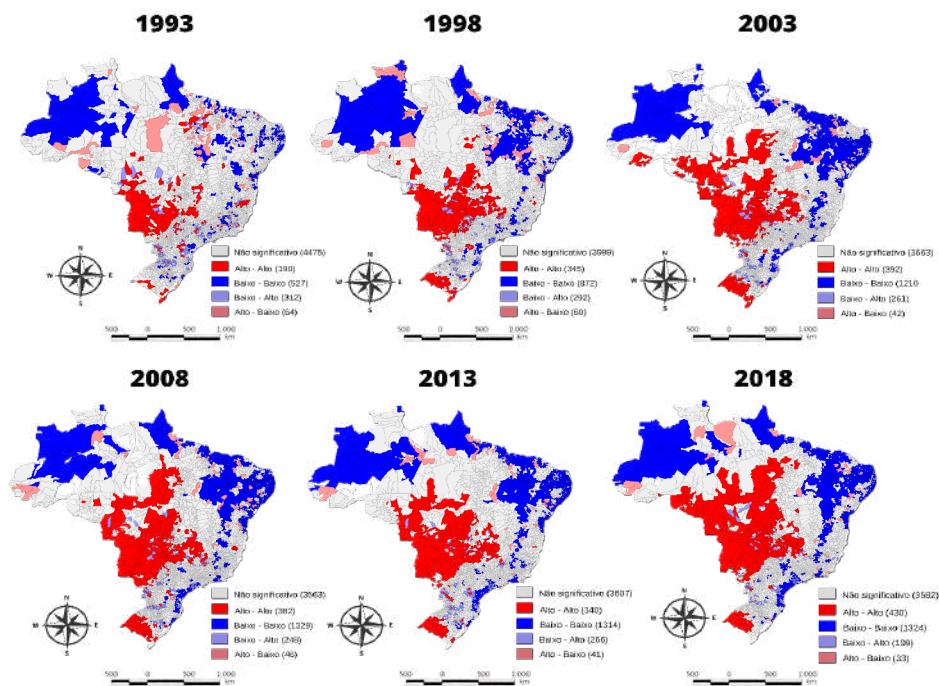


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2022).

A Figura 5 mostra a análise dos *clusters* de produção de bovinos no Brasil em 1993 e 2018, evidenciando mudanças significativas. Os *clusters* alta-alta aumentaram de 400 para 470, enquanto os baixo-baixo cresceram de 819 para 1228, indicando maior concentração regional. Os *clusters* baixo-alto e alto-baixo diminuíram, refletindo menor heterogeneidade espacial.

O destaque é o deslocamento da produção do Centro-Oeste para regiões da fronteira agrícola, indicando mudanças nas dinâmicas produtivas. Diante disso, a análise bivariada entre demanda por crédito de custeio e produção bovina municipal, mostrada na Figura 6, explora a autocorrelação espacial e seu impacto no desenvolvimento agropecuário.

Figura 6. Análise bivariada municipal da produção bovina pela demanda de crédito pecuário de custeio de 1993 a 2018



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2022) e IPEA (2022).

Houve aumento significativo nos *clusters* alto-alto, de 190 em 1993 para 430 em 2018, indicando que mais municípios apresentam alta produção bovina e alta demanda por crédito pecuário. Dois grandes *clusters* se destacam: um no Rio Grande do Sul e outro do sul do Mato Grosso do Sul até a fronteira agrícola. O crescimento no RS reflete a produtividade leiteira da região (Cruz, 2018).

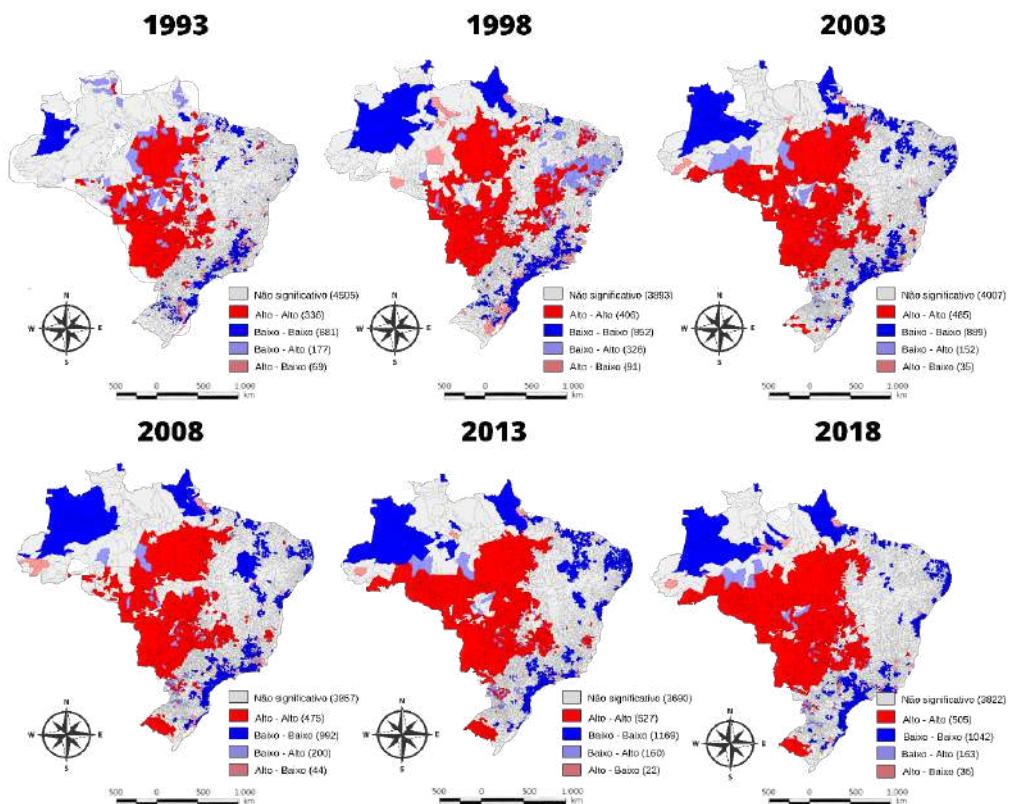
A análise do LISA (Figura 5) e a bivariada mostram correlação espacial entre produção bovina e demanda por crédito de custeio, evidenciando que regiões com alta produção tendem a ter alta demanda de crédito, reforçando a conexão entre produção e financiamento na pecuária brasileira.

O aumento da produção bovina no Brasil tem sido impulsionado pelo financiamento disponível, permitindo aos produtores adquirir mais animais e adotar práticas mais eficientes. Os principais *clusters* de crescimento são no Rio Grande do Sul e na região que vai do sul do Mato Grosso do Sul até a fronteira agrícola.

Desde 2003, observa-se a formação de *clusters* alto-alto nessas regiões, indicando que a bovinocultura pode ser pioneira na expansão da fronteira agrícola.

(Dutra, 2018; Silva, 2018). Diante da crescente demanda por crédito rural pecuário, a análise da demanda para investimento é apresentada na Figura 7.

Figura 7. Análise bivariada municipal da produção bovina pela demanda de crédito pecuário de investimento de 1993 a 2018



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2022) e IPEA (2022).

A análise bivariada da demanda por crédito de investimento mostrou crescimento dos *clusters* alto-alto, de 336 em 1993 para 505 em 2018, indicando mais municípios com alta produção bovina e alta demanda por crédito. Dois grandes *clusters* destacam-se: um no Rio Grande do Sul, surgido em 2008, e outro do sul do Mato Grosso do Sul até a fronteira agrícola.

O aumento da demanda por crédito para investimento, especialmente na fronteira agrícola, reflete o potencial de crescimento do setor, alinhado à importância do agro para a economia e à necessidade de expansão agrícola. Resultados semelhantes foram observados na produtividade leiteira da região (Cruz, 2018).

O crescimento da produção bovina no Brasil, impulsionado pelo financiamento, também depende de fatores como mão de obra, infraestrutura e tecnologia disponíveis. É fundamental considerar os impactos ambientais e sociais, como a qualidade do solo e a vida das comunidades locais.

Além disso, a demanda por crédito de custeio é influenciada por preços de venda, condições climáticas, disponibilidade de insumos, riscos sanitários e mudanças nas políticas governamentais.

Políticas públicas devem abordar a produção bovina de forma integrada, garantindo sustentabilidade e desenvolvimento a longo prazo. O setor enfrenta desafios como volatilidade de preços, infraestrutura deficiente, acesso limitado a financiamento e pressão por práticas sustentáveis, além de preocupações ambientais com a expansão da fronteira agrícola.

Apesar disso, o aumento da demanda por crédito pecuário e o crescimento dos *clusters* alto-alto na fronteira agrícola indicam sinais positivos para o setor e a economia. Para garantir sucesso futuro, é crucial manter investimentos em infraestrutura, tecnologia e sustentabilidade.

Conclusão

Este estudo analisou a dinâmica espaço-temporal da demanda por crédito na pecuária bovina nos municípios brasileiros, identificando padrões de associação espacial por meio de análises exploratórias e de *clusters* bivariados. Os resultados indicam que a parcela do crédito rural agrícola destinada à pecuária elevou-se de 22% em 1998 para 33% em 2018. Ademais, a demanda especificamente vinculada à bovinocultura aumentou de 52% para 89%, evidenciando sua relevância crescente na cadeia pecuária e no sistema de crédito rural.

Em 2020, o crédito para a pecuária bovina concentrou-se majoritariamente no custeio (54%), seguido por investimento (41%) e comercialização (5%), refletindo a estrutura de necessidades financeiras do setor. Observou-se, ainda, expansão da produção bovina e deslocamento dos principais polos do Centro-Oeste para a fronteira agrícola, acompanhado de aumento da demanda por crédito de custeio e investimento, o que sinaliza expansão produtiva e, simultaneamente, desafios persistentes na etapa de comercialização.

A análise espacial revelou intensificação da autocorrelação tanto da produção bovina quanto da demanda por crédito, sugerindo convergência regional ao longo do período. O teste LISA apontou aumento de *clusters* de alta e de baixa produção e evidenciou o deslocamento do centro produtivo. Entre 1993 e 2018, os *clusters* de crédito para custeio e investimento avançaram em direção à fronteira agrícola, com

destaque para a Amazônia Legal e o MATOPIBA, além de um *cluster* persistente no Rio Grande do Sul desde o final dos anos 1990 e 2000.

A aplicação da teoria dos conglomerados produtivos à bovinocultura suscita preocupações ambientais diante da expansão de *clusters* na Amazônia. Recomenda-se investigar se os investimentos na região têm priorizado a abertura de novas áreas de pastagem ou a intensificação produtiva via confinamento, agenda que se coloca como oportunidade concreta para pesquisas futuras.

Conclui-se que os achados podem subsidiar órgãos públicos e privados na análise econômica da bovinocultura e na projeção de cenários para o agronegócio no Brasil. Abre-se, igualmente, espaço para estudos sobre os efeitos das políticas de crédito rural nas recentes transformações do uso do território agrícola, com ênfase no crescimento do crédito de custeio e investimento na bovinocultura.

Referências

- ALMEIDA, E. **Econometria espacial aplicada**. Campinas: Alinea, 2012.
- ARROW, K. Economic welfare and the allocation of resources for invention. In: NELSON, Richard R. (Ed.). **The rate and direction of inventive activity**: Economic and social factors. Princeton: Princeton University Press, 1962. p. 609-626.
- BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do Crédito Rural (1999–2012)**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario_estat_credrural. Acesso em: 6 out. 2025.
- BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR) – Crédito concedido**. Brasília: Banco Central do Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 6 out. 2025.
- BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Tabelas e microdados do Crédito Rural e do Proagro**. Brasília: Banco Central do Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/tabelas-credito-rural-proagro>. Acesso em: 6 out. 2025.
- BACHA, C. J. C. **Evolução da taxa de juros real do crédito rural (1985–2003)**. Disponível em: https://cepeac.upf.br/download/rev_n26_2006_art2.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.
- BARROS, G. S. A. C.; ARAÚJO, P. F. C. **Política de crédito rural no Brasil**: perspectivas para os anos 90. Piracicaba: CEPEA/FEALQ, 1991. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1342>. Acesso em: 6 out. 2025.
- BEARD, C. A.; BARROW, C. W. **The economic basis of politics**. London: Routledge, 2017.
- BRASIL. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. Institui o Sistema Nacional de Crédito Rural. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 nov. 1965.
- CAMPOS, S. A. C.; PEREIRA, M. W. G.; TEIXEIRA, E. C. Trajetória de modernização da agropecuária mineira no período de 1996 a 2006. **Economia Aplicada**, v. 18, p. 717-739, 2014.
- CARRARA, A. F.; CARVALHO, L. V.; SBARAI, N. O impacto do Pronaf para investimento e custeio na demanda agregada da economia. **Revista de Política Agrícola**, v. 29, n. 2, p. 35, 2020.
- CARVALHO, T. B. **Estudo da elasticidade-renda da demanda de carne bovina, suína e de frango no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTRO, E. R.; TEIXEIRA, E. C. Crédito rural e oferta agrícola. **Revista de Política Agrícola**, v. 19, n. 1, p. 9-16, 2010.

CEZAR, I. M.; QUEIROZ, H. P.; THIAGO, L. R. L. S. **Sistemas de produção de gado de corte no Brasil**: uma descrição com ênfase no regime alimentar e no abate. Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte, 2005.

COSTA JUNIOR, C. J. Impacto das variações no crédito rural e no investimento em pesquisa agrícola na produtividade da agricultura brasileira contemporânea. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, p. 551-564, 2018.

CRUZ, A. A. **Evolução da produtividade da pecuária bovina leiteira em alguns Estados brasileiros**: distribuição espacial e análise de convergência (1974–2016). 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DA SILVA NETO, M. F. et al. Análise do perfil agrícola do perímetro irrigado de São Gonçalo-PB. **Applied Research & Agrotechnology**, v. 5, n. 2, p. 155-172, 2012.

DAL MOLIN, S. **A aplicação do método de custeio variável na produção de leite de pequenos produtores da comunidade de Santa Bárbara – Morro Grande, SC**. 2016.

DE MOURA COSTA, D. R. et al. Cooperativas na política agrícola de crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, v. 28, n. 3, p. 81, 2019.

DE SOUSA, S. B. et al. Crédito Rural e Atividade Pecuária Bovina (2013–2016): distribuição espacial, finalidades e destinações. **Raega – O Espaço Geográfico em Análise**, v. 50, p. 183-205, 2021.

DIAS FILHO, M. B. Os desafios da produção animal em pastagens na fronteira agrícola brasileira. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 40, Supl. Esp., p. 243-252, 2011.

DOS SANTOS, R. F. O crédito rural na modernização da agricultura brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 26, n. 4, p. 393-404, 2019.

DUTRA E SILVA, S. **No Oeste, a terra e o céu**: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

EARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2005.

FAVERET FILHO, P. S. C. Evolução do crédito rural e tributação sobre alimentos na década de 1990. **BNDES Setorial**, n. 16, p. 31-55, 2002. Disponível em: https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2597/1/BS%202016%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cr%C3%A9dito%20Rural_P.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

FERRAZ, C. **Explaining agriculture expansion and deforestation**: evidence from the Brazilian Amazon – 1980/98. 2001.

FILHO, R. A. M. Sistemas de terminação em confinamento: perspectivas para dinamização da cadeia produtiva da carne bovina em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Economia**, v. 55, n. 1, 2001.

FREITAS JÚNIOR, A. M. de; BARROS, P. H. B. de. A expansão da pecuária para a Amazônia legal: externalidades espaciais, acesso ao mercado de crédito e intensificação do sistema produtivo. **Nova Economia**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 303–333, 2021. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeeconomia/article/view/5064>.

GASQUES, J. G. et al. Crescimento e produtividade da agricultura brasileira: uma análise do Censo Agropecuário. In: VIEIRA FILHO, J. E.; GASQUES, J. G. **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília, DF: Ipea, 2020. p. 107.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/>

economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html. Acesso em: 6 out. 2025.

ROCHA, G. A. P.; OZAKI, V. A. Crédito rural: histórico e panorama atual. **Revista de Política Agrícola**, v. 29, n. 4, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/1536>. Acesso em: 6 out. 2025.

SAYAD, J. **Crédito rural no Brasil**. São Paulo: IPE-USP, 1980. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=9onlE1IDA9YC>. Acesso em: 6 out. 2025.

SAYAD, J. **Crédito rural no Brasil: avaliação das críticas e das propostas de reforma**. São Paulo: Pioneira/IPE-USP, 1984.

Editorial

Artigo convidado

**Parcelamientos Recientes y Renta de la Tierra.
Su Relación con la Expansión de la Frontera
Inmobiliaria en la Quebrada de Humahuaca
(Jujuy, Argentina)**
Sergio Braticevic

**Dossiê: IX Seminário de Estudos Fronteiriços –
Parte 1**

**As Redes Migratórias de Argentinos em
Direção ao Trabalho Sazonal na Serra Gaúcha,
Rio Grande do Sul, Brasil**
*Bruna Unfer Zuchetto
Alberto Bracagioli*

**Migrantes Pendulares, Feirantes Bolivianas em
Corumbá-MS, no Acesso ao Sistema Único de
Saúde Brasileiro**
*Diana Roussoglou
Marco Aurélio Machado de Oliveira*

**O Acolhimento Delegado: a terceirização da política
migratória brasileira à sociedade civil**
*Sophia de Azevedo Nogueira
Willian Carrapateira Gomes Alecrim
Nicole Moraes Nogueira
Luiz Davi Rodrigues dos Santos*

**Identidade Fraturada e Fronteiras Invisíveis: a
subalternidade do sujeito boliviano em
Corumbá-MS à luz dos estudos culturais**
*Thiago Silva Fernandes
Patrícia Zaczuk Bassinello*

**As Bacias Hidrográficas Cênicas dos Rios da Prata,
Formoso e Peixe: dinâmicas territoriais, conservação
e sustentabilidade na faixa de fronteira de
Mato Grosso do Sul**
*Rafael Brugnoli Medeiros
Charlei Aparecido da Silva*

**Vantagens do uso Adequado das Cartas Náuticas na
Região do Canal Tamengo Fronteira Brasil-Bolívia**
*Welton Jackson Lobo Freitas
Beatriz Lima de Paula Silva*

**Fronteira Brasil-Bolívia: geossímbolos e regiões
transfronteiriças**
*Matheus Valadares da Silva
Gloria Maria Vargas López de Mesa*

**Etnoturismo Kadiwéu - Etnomap como Ferramenta
para o Planejamento de Visitação**

*Lilian Ribeiro Pereira
Milton Augusto Pasquotto Mariani*

**Tratamento Renal na Fronteira Brasil-Bolívia:
perspectivas dos profissionais de saúde e pacientes**

*Isabelly Santos Silveira
Alex Bontempi Alencar Campos
Giselaine Novaes Vilas da Silva
Patrick Aparecido Ferreira de Souza*

Sou Brasileiro, pero a Mi Me Gusta Jugar
*Eliane Silva da Costa Amarilio
Rogério Zaim-de-Melo*

**Dinâmicas da Atividade Física e Perfil
Sociodemográfico em Adolescentes Escolares de
Fronteira: o contexto Brasil-Bolívia**

*Tiago Martins de Melo
Carlo Henrique Golin
Edineia Aparecida Gomes Ribeiro*

**Saúde da Mulher na Fronteira: reflexões a partir da
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da
Mulher (PNAISM)**

*Fabricia Santina de Oliveira Carissimi
Luciane Pinho de Almeida
Luiza Mansur Costa
Edymila Lima Moraes*

**A Potência do Cadastro Único na Territorialização e
Visualização das Vulnerabilidades Migratórias na
Fronteira Brasil-Bolívia**

Junior Rodrigues dos Santos Rosales

Artigos de Fluxo Contínuo

**Interdisciplinaridade: Tensionamentos e
Indisposições**
*Sérgio Ricardo Oliveira Martins
Waleska Rodrigues Oliveira Martins*

**Feições Erosivas, Conectividade e Avulsões Fluviais:
Relações na Bacia Hidrográfica do Rio Guirá, MS**
*Débora Janaína Taça
Eduardo Souza de Moraes*

**Análise Espacial da Demanda de Crédito Pecuário
Bovino no Brasil de 1993 a 2018**
*Adirson Maciel de Freitas Júnior
Carlos Eduardo Freitas Vian*

